AVALIAÇÃO *EX-ANTE* E AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO

2014 - 2020

RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

QUATERNAIRE PORTUGAL, CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO S.A.

Outubro de 2014

ÍNDICE

Siglas e Acrónimos 8
Siglas de Acrónimos de Entidades 9
1. ENQUADRAMENTO 11
2. INTRODUÇÃO 12
3. OBJETIVOS E METODOLOGIA 14
3.1. Objetivos 14
3.2. Metodologia 15
4. OBJETO DE AVALIAÇÃO 20
4.1. Descrição do Objeto de Avaliação 20
4.2. Questões Estratégicas, Ambientais e de Sustentabilidade da AAE (QAS) 25
5. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO 32
6. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO 37
6.1. Competitividade e sistema produtivo 47
6.1.1 Introdução 47
6.1.2 Objetivos e Indicadores 48
6.1.3 Situação atual 49
6.1.4 Tendências de Evolução sem POR Alentejo 56
6.1.5 Avaliação Estratégica de Efeitos 57
6.1.6 Recomendações 69
6.2. Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa 70
6.2.1 Introdução 70
6.2.2 Objetivos e Indicadores 70
6.2.3 Situação atual 72
6.2.4 Tendências de Evolução sem POR Alentejo 75
6.2.5 Avaliação Estratégica de Efeitos 75
6.2.6 Recomendações 83
6.3. Energia 84
6.3.1 Introdução 84
6.3.2 Objetivos e Indicadores 84
6.3.3 Situação atual 85
6.3.4 Tendências de Evolução sem POR Alentejo 92
6.3.5 Avaliação Estratégica de Efeitos 92
6.3.6 Recomendações 101
6.4. Qualificação Territorial e Identidade Regional 105
6.4.1 Introdução 105
6.4.2 Objetivos e Indicadores 106
6.4.3 Situação atual 106
6.4.4 Tendências de Evolução sem POR Alentejo 110
6.4.5 Avaliação Estratégica de Efeitos 111
6.4.6 Recomendações 121
6.5. Recursos Naturais 122

6.5.1 Introdução....122
6.5.2 Objetivos e Indicadores....123
6.5.3 Situação atual....125
6.5.4 Tendências de Evolução sem a elaboração do POR Alentejo....142
6.5.5 Avaliação Estratégica de Efeitos....142
6.5.6 Recomendações....151

6.6. Paisagem e Património....154

6.6.1 Introdução....154
6.6.2 Objetivos e Indicadores....154
6.6.3 Situação atual....155
6.6.4 Tendências de Evolução sem POR Alentejo....164
6.6.5 Avaliação Estratégica de Efeitos....164
6.6.6 Recomendações....173

6.7. Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos....175

6.7.1 Introdução....175
6.7.2 Objetivos e Indicadores....175
6.7.3 Situação atual....176
6.7.4 Tendências de Evolução sem POR Alentejo....186
6.7.5 Avaliação Estratégica de Efeitos....187
6.7.6 Recomendações....196

7. ELEMENTOS TRANSVERSAIS DE SUSTENTABILIDADE....200

8. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA AÇÃO....201

9. SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO....208

9.1. Enquadramento....208

9.2. Metodologia de Seguimento....208

9.2.1 Orientações Metodológicas....208
9.2.2 Monitorização Regional....209
9.2.3 Monitorização estratégica....216

9.3. Implementação do Seguimento....218

10. SUMÁRIO DA AAE....219

10.1. Síntese dos principais efeitos estratégicos....223

10.2. Síntese dos principais efeitos positivos e efeitos negativos....228

10.3. Síntese das principais recomendações....232

11. CONCLUSÕES....236

12. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA....238

13. ANEXOS....242

13.1. Ponderação de pareceres do RA Preliminar....242

13.2. Sintese de resultados da situação atual da área do POR Alentejo....256

INDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 - Dimensões da AAE 13
Figura 2.2 - Estrutura do Relatório Ambiental da AAE do POR Alentejo 13
Figura 3.1 - Etapas da AAE previstas na legislação e principais produtos da AAE, do POR Alentejo 16
Figura 3.2 - Esquema do processo de definição dos Fatores Críticos para a Decisão 17
Figura 3.3 - Desenvolvimento do Relatório Ambiental em torno dos Fatores Críticos para a Decisão 18
Figura 3.4 - Articulação entre os processos da avaliação *ex-ante*, da AAE e elaboração do POR Alentejo 19
Figura 6.1.1 – Nascimento de empresas na Região do Alentejo por atividade económica (INE, 2013a) 52
Figura 6.1.2 – Nascimento de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (INE, 2013b) 52
Figura 6.1.3 – Venda de produtos e ativos biológicos (milhões €) das empresas da Região do Alentejo por atividade económica (INE, 2014b) 53
Figura 6.2.1 – Variação da população residente, entre 2001 e 2011, em Portugal e no Alentejo (Fonte: INE, 2012) 72
Figura 6.2.2 – População residente por nível de escolaridade e sexo, na região do Alentejo e sub-regiões (Fonte: INE, 2012) 72
Figura 6.2.3 – Taxa de emprego por idade, nível de escolaridade e sexo, na região do Alentejo e sub-regiões (Fonte: INE, 2012) 73
Figura 6.3.1 – Evolução do consumo de energia elétrica por setor na NUT II Alentejo 87
Figura 6.3.2 – Evolução do consumo de gás natural na NUT II Alentejo 89
Figura 6.4.1 – Evolução das tipologias de obras no edificado da NUT II Alentejo 107
Figura 6.5.1 – Usos do Solo, 2006 (Fonte: Corine LC) 126
Figura 6.5.2 – Carta de suscetibilidade à desertificação (PCNPAN-UNCCD, 2007) 127
Figura 6.5.3 – Carta de suscetibilidade à desertificação (Fonte: AEA - SID, 2008) 128
Figura 6.5.4 – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral (Fonte: PROT-Alentejo) 129
Figura 6.5.5 – Distribuição dos recursos minerais do Alentejo (Fonte: LNEG, 2009) 130
Figura 6.5.6 – Distribuição das explorações de rochas Ornamentais no Alentejo (Fonte: LNEG, 2009) 131
Figura 6.5.7. – Estado químico das massas de água superficiais na região do Alentejo (Fonte: PGRH-Alentejo) 132
Figura 6.5.8. – Estado químico das massas de água subterrâneas na região do Alentejo (Fonte: PGRH-Alentejo) 133
Figura 6.5.9. – Estado da qualidade das zonas balneares da região do Alentejo (Fonte: Agência Europeia do Ambiente, 2012) 134
Figura 6.5.10 – Sistemas Agro-florestais da região do Alentejo (Fonte: PROT-Alentejo) 135
Quadro 6.6.1 – Unidades de paisagem (PROT-Alentejo) 157
Figura 6.7.1 – Índice de Sensibilidade à Desertificação da Região do Alentejo (NUT II Alentejo e NUT III Lezíria do Tejo) (Agência Europeia do Ambiente, 2008) 179
Figura 6.7.2 – Perigo de Cheia e de Inundação na região da Lezíria do Tejo (PROT OVT, 2008) 180

INDICE DE QUADROS

Quadro 4.1 - Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos do POR Alentejo Fonte: Programa Operacional Regional do Alentejo 21
Quadro 4.2 - Objetivos Temáticos e Eixos Prioritários (Fonte: Programa Operacional Regional do Alentejo) 24
Quadro 4.3 - Articulação entre os Objetivos Temáticos da proposta de POR Alentejo e as Questões Ambientais e de Sustentabilidade identificadas 30
Quadro 5.1 - Quadro de Referência Estratégico do POR Alentejo 32
Quadro 5.2 - Análise da articulação entre o QRE e os Objetivos Temáticos do POR 34
Quadro 6.1 - Fatores Críticos para a Decisão: descrição e critérios de avaliação e indicadores preliminares para a AAE do POR Alentejo 37
Quadro 6.2 - Articulação entre os FCD e as Questões Ambientais e de Sustentabilidade identificadas 39
Quadro 6.3 - Matriz de articulação entre os Objetivos Temáticos e Objetivos Específicos do POR Alentejo e os FCD 41
Quadro 6.4 - Matriz de articulação entre o QRE e os FCD 46
Quadro 6.1.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Competitividade e Sistema Produtivo" 48
Quadro 6.1.2 – Classificação de Portugal e da Região do Alentejo no *Regional Innovation Scoreboard* 50
Quadro 6.1.3 – Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%), na Região do Alentejo 50
Quadro 6.1.4 – Pedidos de registo de invenções na Região do Alentejo 50
Quadro 6.1.5 – Volume de negócios resultante da venda de produtos novos das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) 51
Quadro 6.1.6 – Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de produto, processo ou atividades de inovação abandonadas que atribuíram grau de importância alta a fatores que dificultaram a inovação (%) 51
Quadro 6.1.7 – Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo %) e tipo de inovação implementada 51
Quadro 6.1.8 – Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%) 53
Quadro 6.1.9 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD "Competitividade e Sistema Produtivo", no POR Alentejo 54
Quadro 6.1.10 – Avaliação estratégica de efeitos dos Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos do POR Alentejo, relativamente ao FCD "Competitividade e Sistema Produtivo" 58
Quadro 6.1.11 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Competitividade e Sistema Produtivo" 68
Quadro 6.1.12 – Recomendações no âmbito do FCD "Competitividade e Sistema Produtivo" 69
Quadro 6.2.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa" 71
Quadro 6.2.2 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa", no POR Alentejo 74

Quadro 6.2.3 – Avaliação estratégica de efeitos dos Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos relativamente ao FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa" 76
Quadro 6.2.4 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa" 83
Quadro 6.2.5 –Recomendações no âmbito do FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa" 84
Quadro 6.3.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Energia" 85
Quadro 6.3.2 – Consumo de combustíveis nas principais atividades económicas da NUT II Alentejo em 2012 89
Quadro 6.3.3 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD "Energia", no POR Alentejo 90
Quadro 6.3.4 – Avaliação estratégica de efeitos dos Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos do POR Alentejo relativamente ao FCD "Energia" 93
Quadro 6.3.5 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Energia" 101
Quadro 6.4.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional" 106
Quadro 6.4.2 | Edifícios por época de construção com necessidades de reparação na NUT II Alentejo 108
Quadro 6.4.3 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional", no POR Alentejo 109
Quadro 6.4.4 – Avaliação estratégica de efeitos dos Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos do POR Alentejo relativamente ao FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional" 112
Quadro 6.4.5 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional" 121
Quadro 6.4.6 – Recomendações no âmbito do FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional" 121
Quadro 6.5.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Recursos Naturais" 123
Quadro 6.5.2 – Usos do Solo, 2006 (Fonte: Corine LC) 125
Quadro 6.5.3 – Áreas afetadas de acordo com o Índice de Sensibilidade à Desertificação na região do Alentejo (AEA - SDI, 2008)) 127
Quadro 6.5.4 – Estado químico das massas de água superficiais e subterrâneas (de acordo com a Lei da Água) (Fonte: PGRH-Alentejo) 132
Quadro 6.5.5 – Estado da qualidade das zonas balneares da região do Alentejo (Fonte: Agência Europeia do Ambiente, 2012) 134
Quadro 6.5.6 – Áreas protegidas presentes na região do Alentejo, por tipo de área (Fonte: ICNF, 2014) 136
Quadro 6.5.7 – Reservas de caça presentes na região do Alentejo, por tipo (Fonte: ICNF, 2014) 137
Quadro 6.5.8 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do Análise da evolução da situação SWOT com a concretização do POR Alentejo, para o FCD "Recursos Naturais", no POR Alentejo 139
Quadro 6.5.9 – Avaliação estratégica de efeitos dos Eixos Prioritários do POR Alentejo, relativamente ao FCD "Recursos Naturais" 143
Quadro 6.5.11 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Recursos Naturais" 151
Quadro 6.5.12 – Recomendações no âmbito do FCD "Recursos Naturais" 152
Quadro 6.6.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Paisagem e Património" 155
Quadro 6.6.2 – Percursos pedestres no Alto Alentejo (Fonte: Pedestrianismo, 2006a) 158
Quadro 6.6.3 – Percursos pedestres no Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (Fonte: Pedestrianismo, 2006b) 158
Quadro 6.6.4 – Percursos pedestres na região da Lezíria (Fonte: Pedestrianismo, 2009; CM Constância e Cartaxo, 2014 e; ICNF, 2014b) 160
Quadro 6.6.5 – Património Classificado, por categoria de proteção (IGESPAR, 2014) 161
Quadro 6.6.6 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD "Paisagem e Património", no POR Alentejo 162
Quadro 6.6.7 – Avaliação estratégica de efeitos dos Eixos Prioritários do POR Alentejo, relativamente ao FCD "Paisagem e Património" 165
Quadro 6.6.8 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Paisagem e Património" 173
Quadro 6.6.10 – Recomendações no âmbito do FCD "Paisagem e Património" 173
Quadro 6.7.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos" 175
Quadro 6.7.2 – Síntese de resultados da situação atual da AI do POR Alentejo para o FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos" 182
Quadro 6.7.3 - Análise da evolução da situação SWOT com a concretização do POR Alentejo, para o FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos" 182
Quadro 6.7.4 – Avaliação estratégica de efeitos dos Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos relativamente ao FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos" 188
Quadro 6.7.5 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos" 196
Quadro 6.7.6 – Avaliação das Recomendações no âmbito do FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos" 197
Quadro 8.1 - Quadro de Governança para a Ação no âmbito da AAE do POR Alentejo 201
Quadro 8.2 - Quadro de Governança para a Ação para concretização das recomendações da AAE do POR Alentejo 203
Quadro 9.1 - Indicadores de monitorização ou seguimento para a AAE do POR Alentejo 210
Quadro 9.2 - Evolução da intensidade dos efeitos previstos por fator crítico para a decisão 216
Quadro 9.3 - Evolução da eficácia das recomendações previstas no Relatório Ambiental, por fator crítico para a decisão 217
Quadro 10.1 - Síntese de efeitos significativos dos Eixos Prioritários, por FCD 224
Quadro 10.2 - Síntese dos principais efeitos positivos e negativos, por fator critico para a decisão 228
Quadro 10.3 - Síntese das principais recomendações por fator critico para a decisão 232
Quadro 13.1 – Ponderação de pareceres do RA Preliminar do POR Alentejo 242
Quadro A13.2.1 – Síntese de resultados da situação atual da AI do POR Alentejo para o FCD "Competitividade e Sistema Produtivo" 256

Quadro A13.2.2 – Síntese de resultados da situação atual para o FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa" 257
Quadro A13.2.3 – Síntese de resultados da situação atual para o FCD "Energia" 258
Quadro A13.2.4 – Síntese de resultados da situação atual para o FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional" 260
Quadro A13.2.5 – Síntese de resultados da situação atual da AI do POR Alentejo, obtidos para o FCD "Recursos Naturais" 260
Legenda: N.D. – Não disponível 262
Quadro A13.2.6 – Síntese de resultados da situação atual da AI do POR Alentejo, obtidos para o FCD "Paisagem e Património" 262

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
AI – Área de Intervenção
DA – Declaração Ambiental
EB – Estratégia de Biodiversidade
ECO.AP – Programa Especifico de Eficiência Energética da Administração Pública
EEI – Estratégia de Especialização Inteligente
EFMA - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva
EICS – Estratégia: Inovação para um Crescimento Sustentável: Bioeconomia para a Europa
ENAAC - Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCNB - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENE – Estratégia Nacional para a Energia
ENGIZC - Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira
ENM - Estratégia Nacional para o Mar
ERAE – Entidades com responsabilidades ambientais específicas
ERT – Entidade Regional de Turismo
ETPS – Estratégia Temática de Proteção do Solo
FCD – Fatores Críticos para a Decisão
FEEI – Fundos Europeus e Estruturais de Investimento
GEE – Gases com Efeito de Estufa
IBA – Important Bird Areas
I&D – Investimento e Desenvolvimento
I&DT - Investimento e Desenvolvimento Tecnológico
I&I – Investimento e Inovação
JESSICA – Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas
NUT – Nomenclatura de Unidade Territoriais
OVT – Oeste e Vale do Tejo
PANCD - Programa Nacional de Combate à Desertificação
PAR – Plano de Ação Regional
PAU – Programa geral de Ação da União
PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo
PET - Plano Estratégico dos Transportes
PGRH – Plano de Gestão da Região Hidrográfica
PI – Prioridade de Investimento
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Pequenas e Médias Empresas
PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAAS – Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNPOT – Programa Nacional de Politica de Ordenamento do Território
PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PO – Programa Operacional
POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PSRN – Plano Setorial para a Rede Natura
QAH – Quadro de Ação de Hyogo
QE – Questões Estratégicas
QEC – Quadro Estratégico Comum
QGA – Quadro de Governança para a Ação
QRE – Quadro de Referência Estratégico
RA – Relatório Ambiental
RAN – Reserva Agrícola Nacional
RDA – Relatório de Definição de Âmbito
RECRIA – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis
REEUR - Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos
REN – Reserva Ecológica Nacional
RFCN – Rede Fundamental de Conservação da Natureza
RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas
RSI – Rendimento Social de Inserção
RTE-T – Rede transeuropeia de transporte
SDI - Índice de Sensibilidade à Desertificação
SEUR - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
SRTT - Sistema Regional de Transferência de Tecnologia
UE – União Europeia
ZPE –Zona de Proteção Especial

SIGLAS DE ACRÓNIMOS DE ENTIDADES

ADENE – Agência para a Energia
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
CCDR-Alentejo – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
DGEG – Direção-geral de Energia e Geologia
DGOTDU – Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT – Direção-Geral do Território
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.
IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IFDR – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P.
INE – Instituto Nacional de Estatística, I. P.
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.
IPCC – Intergovernmental Painel on Climate Change
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1. ENQUADRAMENTO

O presente documento pretende concretizar a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Programa Operacional Regional do Alentejo (adiante designado por POR Alentejo), procurando respeitar a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas estratégicos no ambiente.

É fundamental referir que este Relatório Ambiental resultou da consulta pública e dos pareceres recebidos das Entidades com Responsabilidade Ambientais Especificas consultadas ao abrigo da legislação portuguesa, no quadro específico do processo de avaliação ambiental. Esta consulta pública foi realizada tendo por base a versão do Programa Operacional de abril de 2014, sendo que a versão final do Relatório Ambiental também se reporta a essa mesma versão, após essas consultas. Assim, considerando que foi entretanto produzida outra versão do POR, com base em alterações posteriores, registam-se algumas discrepâncias em relação à versão mais atual do POR, que foi alterada numa fase posterior a este Relatório. Essas alterações terão que ser vertidas em sede da Declaração Ambiental, que deve ser produzida com base na versão final do POR Alentejo que será aprovada.

2. INTRODUÇÃO

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, transpõe para regime jurídico nacional a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica[1] (AAE) – adotada em julho de 2001, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

a) Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I a IV do presente diploma e que dele fazem parte integrante;

b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos numa área sensível, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do presente diploma e de mais legislação aplicável;

c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

No âmbito específico da presente AAE do POR Alentejo, esta inclui-se na alínea c): planos e programas qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

A preparação do Programa Operacional da Região do Alentejo (adiante designado por POR Alentejo) para o período de programação 2014-2020, dos Fundos Europeus e Estruturais e de Investimento (FEEI), deverá ser acompanhada por um processo de AAE cujas elegibilidades previstas apresentem uma evidência de materialidade que impliquem efeitos no ambiente, nos termos designadamente do n.º 5 do artigo 3.º da Diretiva 42/2001/CE, de 27 de junho, e de acordo com os "critérios de significância" enunciados no Anexo II desta diretiva.

A realização de uma avaliação ambiental ao nível da elaboração do POR Alentejo pretende garantir que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante esta fase e antes da sua aprovação, contribuindo para assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro alargado de sustentabilidade; assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão; auxiliar na identificação, seleção e justificação das opções ganhadoras face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento; identificar problemas e oportunidades, bem como sugerir programas de gestão e monitorização estratégica; assegurar o envolvimento de todas as partes interessadas, assim como processos participativos e transparentes.

A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina, juntamente com os processos de avaliação *ex-ante*, que processos como o POR Alentejo, que apresenta ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possa ser eficazmente elaborado, implementado e monitorizado. Nesse quadro, a metodologia proposta para a AAE da elaboração do POR Alentejo pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor, e estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo e de comunicação (Figura 2.1).

[1] *Um documento da antiga Direção-Geral do Ambiente refere que "embora o termo "estratégica" não figure nem no título nem no texto da diretiva, esta é frequentemente designada por "Diretiva Avaliação Ambiental Estratégica" (ou Diretiva AAE), porque se trata da avaliação ambiental a um nível mais estratégico do que o dos projetos (que são tratados na Direção de Avaliação de Impacte Ambiental) (CE, 2004).*

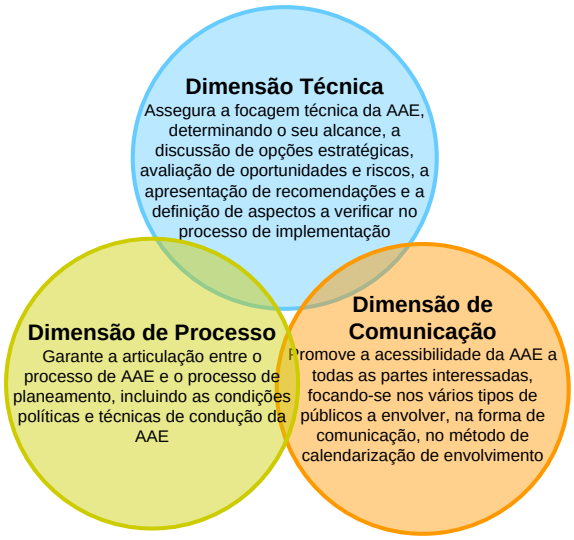


Figura 2.1 - Dimensões da AAE

A incorporação das várias dimensões no processo de AAE é desenvolvida na descrição metodológica e dotam todo o processo de análise da flexibilidade necessária para adaptação a diferentes tipologias de planos e programas.

A estrutura adotada para elaboração da presente AAE, bem como respetivas metodologias, foram definidas com base no Caderno de Encargos relativamente ao processo de avaliação ambiental (Figura 2.2).

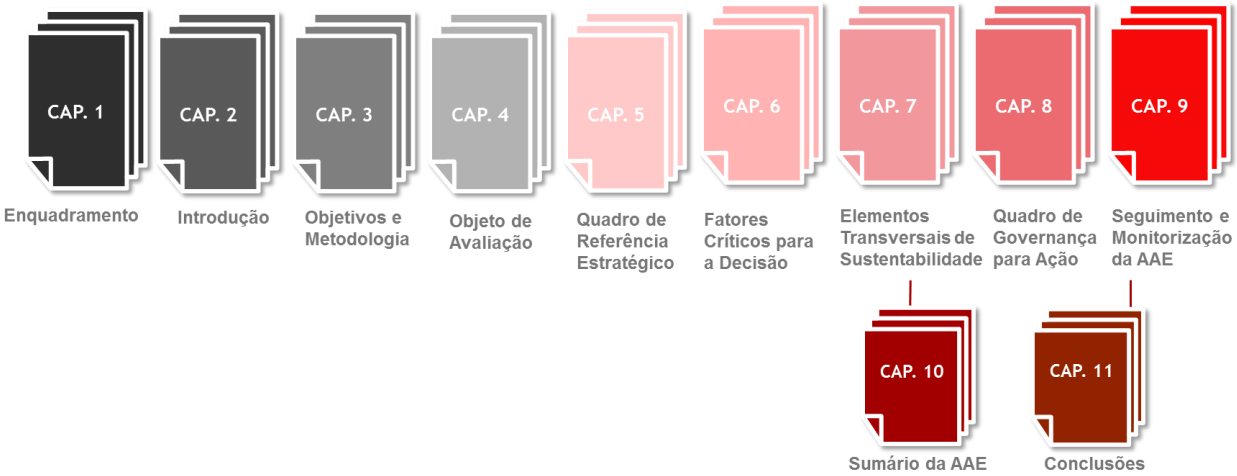


Figura 2.2 - Estrutura do Relatório Ambiental da AAE do POR Alentejo

3. OBJETIVOS E METODOLOGIA

3.1. OBJETIVOS

A Diretiva 2001/42/CE, que foi objeto de transposição nacional através do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, é muito clara ao definir que o objetivo global de uma AAE consiste em:

"*estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável*" (artigo 1.º).

Assim, o processo da AAE deve contribuir para a adoção dum conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente que resultem da aplicação do POR Alentejo em avaliação.

Neste contexto, e em consonância com as boas práticas e experiência nacional recente em matéria de AAE[2], os objetivos que presidirão à realização da AAE, e conforme o respetivo Caderno de Encargos, são:

1. Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
2. Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
3. Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (*win-win*) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
4. Detetar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
5. Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
6. Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

Deste conjunto de objetivos importa realçar dois tipos de influência que se pretendem com a AAE:

- Influenciar a forma final do POR Alentejo (Ponto 1 e Ponto 2), de modo a que estes possam privilegiar eixos e medidas que potenciem impactes ambientais positivos, em alternativa a outros que se identifiquem como causadores de impactes ambientais negativos;
- O segundo tipo de influência, orientada já para a fase de implementação do POR Alentejo e relacionada com o ponto 6, baseia-se na definição de critérios para seleção de projetos no âmbito do PO. Esta influência, já muito específica, permitirá às equipas que trabalham na

[2] *Antunes et al. (2007). Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Cofinanciadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e/ou pelo Fundo de Coesão, Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Caparica.*
Videira et al. (2007). Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional das Pescas 2007-2013, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Caparica.
Greening Regional Development Programmes Network (GRDP) (2006). Handbook on SEA for Cohesion Policy 2007-2013. Greening Regional Development Programmes Network, Exeter, United Kingdom.
APA (2012). Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.
DGOTDU (2003). Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território, Lisboa.

implementação do PO, disporem de orientações que assegurem uma adequada integração de objetivos de natureza ambiental.

Na sequência dos objetivos preconizados, a AAE pretende intervir em duas fases do POR Alentejo:

a) Durante o seu processo de elaboração: permitindo identificar e privilegiar as opções de natureza estratégica que potenciem os efeitos positivos ou que minimizem os efeitos negativos mais significativos, promover a adoção de opções que contribuam eficazmente para a sustentabilidade do POR, sistematizar o quadro de problemas ambientais atualmente existentes e a respetiva evolução tendencial, bem como o quadro de valores ambientais a preservar, em articulação com o restante processo de avaliação *ex-ante*;

b) Durante o seu processo de implementação e monitorização estratégica: através do desenvolvimento de ferramentas de avaliação e elaboração de recomendações, que assegurem uma adequada integração de objetivos de sustentabilidade do POR, e que potenciem um processo de melhoria contínua durante o seu período de vigência.

Em síntese, espera-se que os resultados da AAE, incluindo os contributos do respetivo processo de consulta pública, permitam influenciar positivamente o POR Alentejo, garantindo uma maior sustentabilidade do modelo programático e de intervenção proposto quer para o sector específico do POR, que para a área de intervenção territorial que este abrange.

3.2. METODOLOGIA

Apresenta-se neste subcapítulo uma síntese da metodologia adotada para o presente processo de AAE (desenvolvida de forma mais detalhada em sede do Relatório de Definição de Âmbito), que procura respeitar a estrutura e os princípios metodológicos emanados da legislação em vigor.

Neste contexto, o esquema da Figura 3.1 ilustra o encadeamento do processo de AAE e sistematiza as etapas bases da metodologia adotada, expressas na legislação.

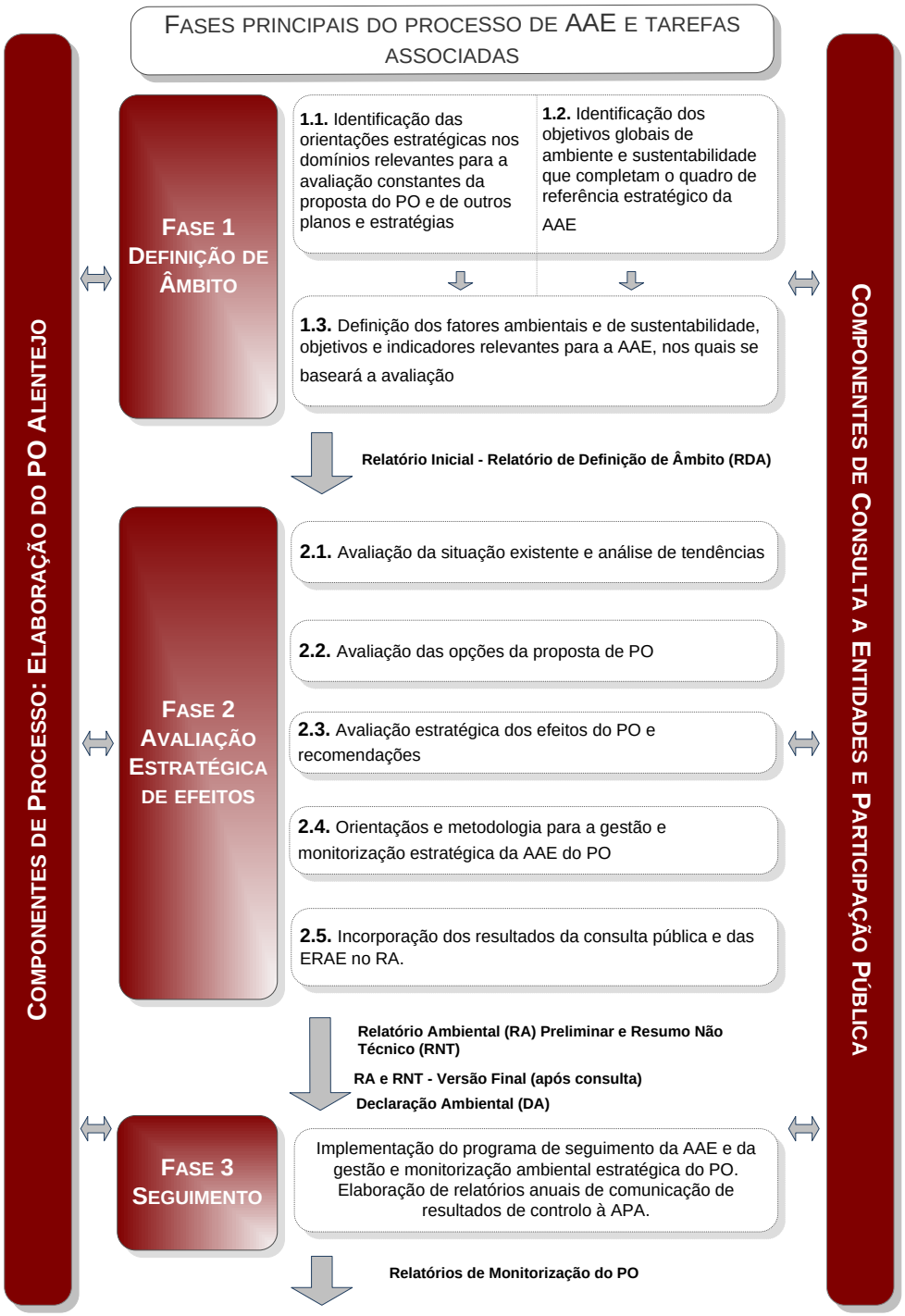


Figura 3.1 - Etapas da AAE previstas na legislação e principais produtos da AAE, do POR Alentejo

Neste contexto, a AAE apresenta três momentos distintos, que resultam das diretrizes legais, graficamente apresentados na Figura 3.2 (Definição de Âmbito, Avaliação Estratégica de Efeitos e Seguimento.

Fase 1 | Definição de Âmbito

Esta fase permite desenvolver um enquadramento do projeto que faculta à equipa da AAE os dados necessários para a definição de um conjunto de fatores de natureza estratégica (Fatores Críticos para

a Decisão) com base nos quais se processa a avaliação de efeitos propriamente dita (durante a Fase 2).

A Figura 3.2 ilustra o caminho que permitiu definir o âmbito da avaliação a realizar, com base na ponderação de um conjunto de questões ambientais, presentes no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, e de outros elementos desenvolvidos.

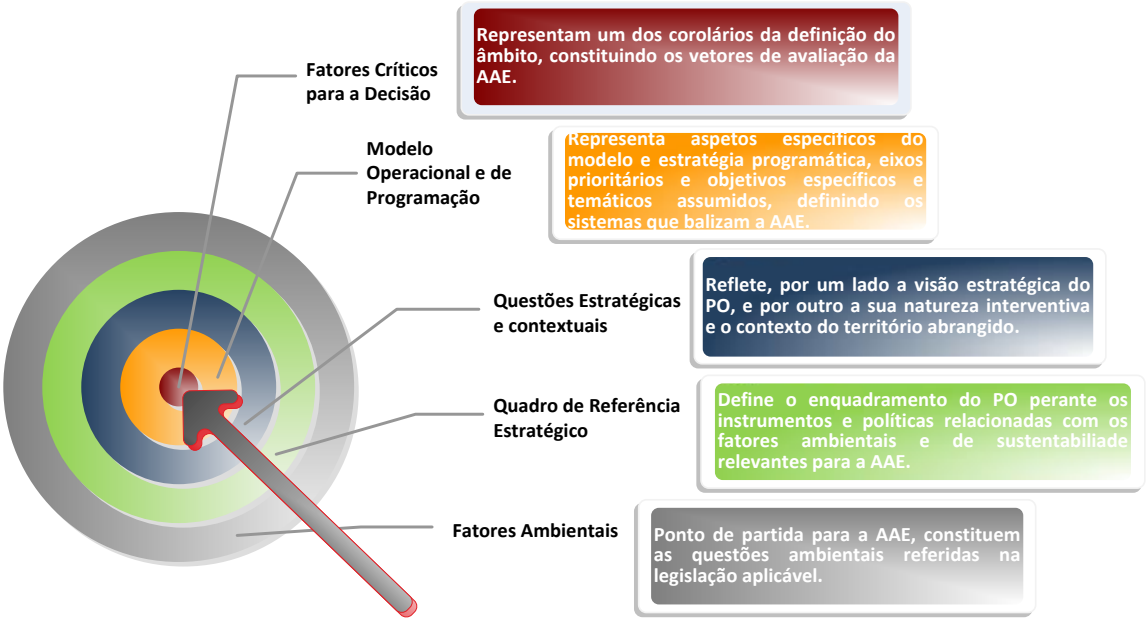


Figura 3.2 - Esquema do processo de definição dos Fatores Críticos para a Decisão

Desta análise integrada, articulada com a ponderação do parecer recebido (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) no seguimento da consulta do RDA a diversas entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) e a quem interessam, naturalmente, os efeitos ambientais da elaboração do POR Alentejo, em cumprimento da legislação, bem como com as questões estratégicas e ambientais identificadas como significativas para a gestão da água na área de intervenção, resultou então a proposta do conjunto de Fatores Críticos para a Decisão relevantes, que permitiu estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica para as opções consideradas na proposta do POR Alentejo.

Fase 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos

Uma vez recebido o parecer das entidades consultadas na fase de definição de âmbito, e ponderadas as respetivas recomendações, a Fase 2, cujo primeiro produto é o Relatório Ambiental (RA) Preliminar, vem aprofundar o resultado da Fase 1, com um conjunto de análises sobre os FCD, relativamente a diversos parâmetros, como ilustrado na Figura 3.3, e aos respetivos efeitos (positivos e negativos) resultantes do POR Alentejo.

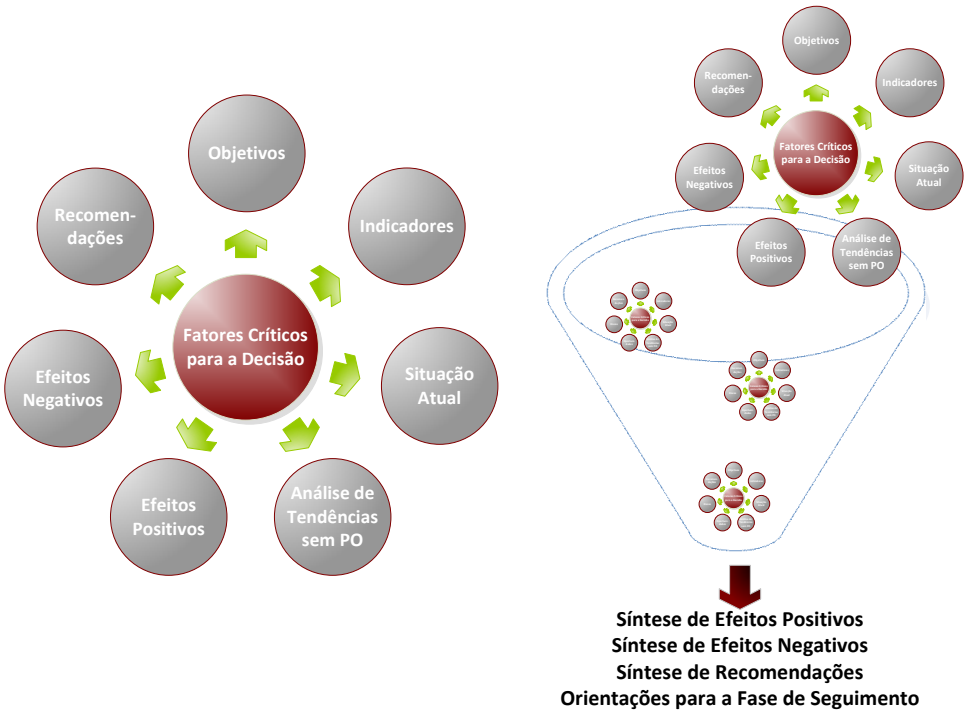


Figura 3.3 - Desenvolvimento do Relatório Ambiental em torno dos Fatores Críticos para a Decisão

A versão preliminar do RA foi submetida à consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do Programa Operacional, tal como previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, e à Consulta Pública. Como resultado desse período de consulta é apresentado nesta versão final do RA em anexo o Relatório de Avaliação dos Contributos das Consultas com a identificação e respetiva ponderação das observações decorrentes, descrevendo a integração, ou não, de alterações na versão do RA Final.

Formalmente, antes do início da Fase 3 (Seguimento), será também produzida uma Declaração Ambiental (DA), contemplando:

- A forma como as considerações e recomendações decorrentes do processo de AAE tenham sido integradas no POR Alentejo;
- As observações apresentadas durante o processo de participação pública e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificados os casos em que as mesmas não tenham sido acolhidas;
- As razões que tenham fundamentado a aprovação do POR Alentejo, face a outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo e avaliação previstas para monitorização dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução do POR Alentejo.

Fase 3 | Seguimento

A Fase de Seguimento iniciar-se-á com a execução da avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação /execução do Programa Operacional, verificando se estão a ser adotadas as medidas constantes na DA. São utilizados indicadores de execução e monitorização de acordo com a metodologia definida no Capítulo 9.

Em síntese, a Figura 3.4 apresenta a articulação metodológica entre cronograma de execução da AAE e os trabalhos da avaliação *ex-ante* do PO e da elaboração do próprio PO (Cronograma apresentado no Anexo 13.1).

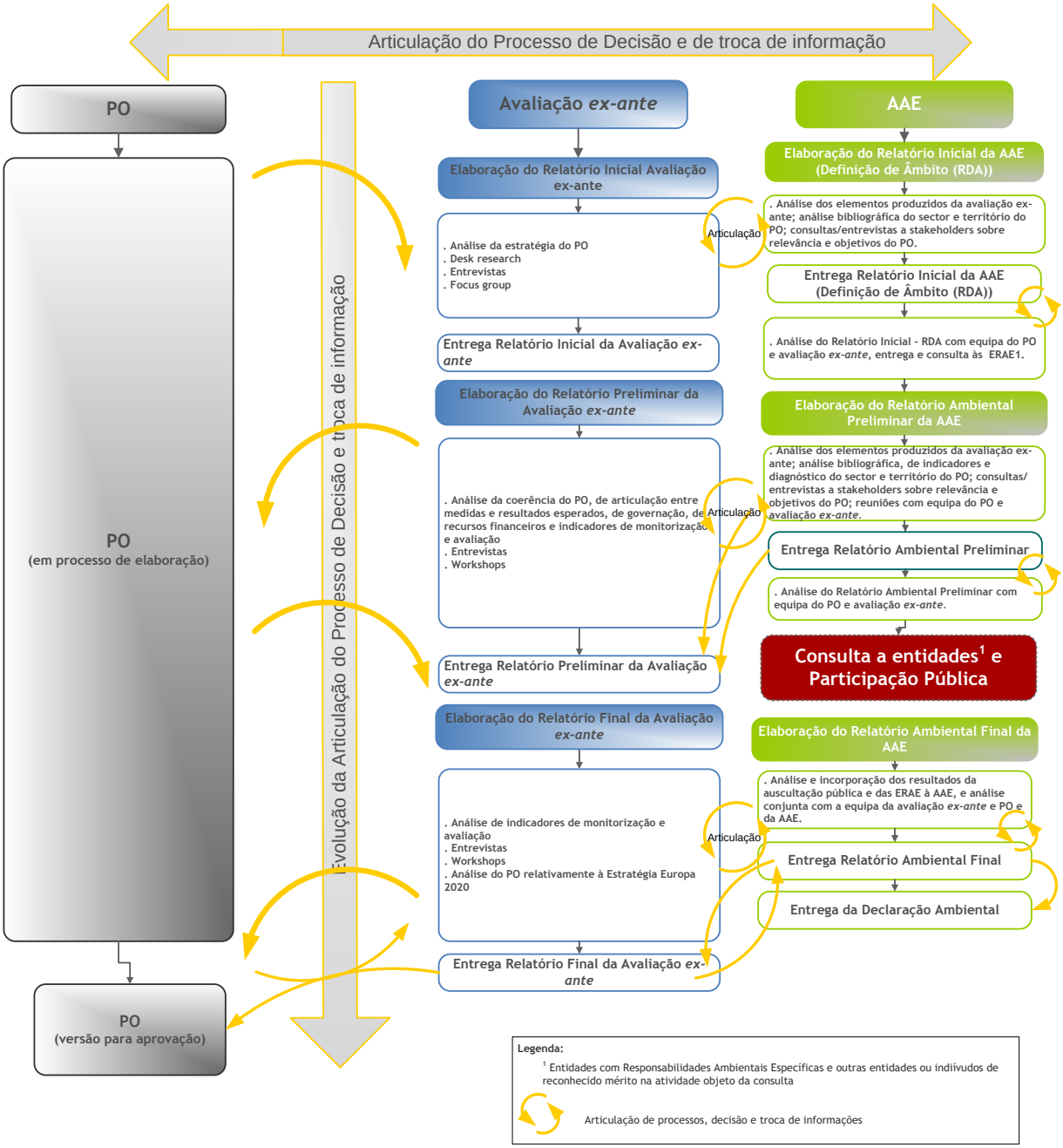


Figura 3.4 - Articulação entre os processos da avaliação *ex-ante*, da AAE e elaboração do POR Alentejo

4. OBJETO DE AVALIAÇÃO

4.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

No âmbito da programação financeira da Politica de Coesão da União Europeia para 2014 – 2020, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo), incumbida pelo Governo de Portugal, está a conduzir o seu processo de preparação regional da programação do novo ciclo de fundos comunitários, para o período 2014/2020.

O Plano de Ação Regional – Alentejo 2020 (PAR – Alentejo 2020) constitui-se o documento de orientação estratégica para o desenvolvimento da Região do Alentejo e, tal como referido no próprio documento, "deve ser entendido como um quadro de referência para:

(i) a identificação de prioridades estratégicas de intervenção por parte dos atores regionais (públicos, associativos e privados);

(ii) a integração regionalmente estruturada de opções estratégicas de intervenção subregionais, a estruturar no âmbito dos respetivos instrumentos estratégicos de desenvolvimento e programação;

(iii) a coordenação regional das diferentes políticas públicas de natureza setorial, horizontal ou territorial e;

(iv) o acesso orientado a recursos de financiamento com origem nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento."

Importa considerar que o PAR - Alentejo 2020 tem por finalidade formular a Visão Estratégica, as Linhas estruturantes de desenvolvimento regional, as Prioridades de intervenção no enquadramento da Estratégia Europa 2020, bem como a relação que essas Prioridades estabelecem com as Prioridades e Objetivos temáticos da Estratégia Europa 2020 e as Prioridades de financiamento dos diversos Fundos Estruturais.

Assim, a Visão Estratégica de Desenvolvimento para o Alentejo é: "Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social."

No âmbito do PAR - Alentejo 2020 foram delineadas iniciativas-âncora de suporte às Prioridades de Intervenção Regional, que procuram responder a problemáticas-chave do desenvolvimento regional: 1. Sistema Regional de Inovação; 2. Qualificação e Promoção de infraestruturas económicas e de suporte Logístico; 3. Economia do Mar; 4. Agricultura de Regadio; 5. Plataforma Logística Agroalimentar; 6. Turismo Alentejo e Ribatejo; 7. Património e Cultura; 8. Economia Verde; 9. Áreas Protegidas; 10. Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade; 11. Sistema Urbano Policêntrico; 12. Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social; 13. Economia Social.

Para além deste plano, o processo de preparação regional da programação do novo ciclo de fundos comunitários inclui também a Estratégia de Especialização Inteligente Regional, atualmente em elaboração, e cujo objetivo é a utilização dos Fundos Estruturais de forma mais eficiente e que as sinergias entre investimentos e políticas possam ser intensificadas, possibilitando uma transformação estrutural baseada na competitividade e na especialização da economia em espaços múltiplos e inter-relacionados ao nível da Região do Alentejo.

Por último, o processo de preparação inclui um terceiro pilar, o Programa Operacional (PO), documento de carater estratégico e financeiro e com relevância direta para o potencial de concretização das operações a candidatar pelos promotores regionais.

Assim, tendo em consideração as iniciativas-âncora delineadas foram selecionados os Objetivos Temáticos da Politica de Coesão. Para cada Objetivo Temático (que correspondem aos objetivos definidos no artigo 9.º do Regulamento das Disposições Comuns, que visam assegurar o alinhamento dos Programas Operacionais com a estratégia Europa 2020) e Prioridade de Investimento selecionados foram ainda definidos Objetivos Específicos, conforme apresentado no Quadro 4.1.

Quadro 4.1 - Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos do POR Alentejo
Fonte: Programa Operacional Regional do Alentejo

Objetivo Temático	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. Reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	1.1.1 Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização
		1.1.2 Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação
		1.1.3 Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor.
	1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral	1.2.1 Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação
		1.2.2 Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização)
		1.2.3 Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico
OT2. Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade	2.3 Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	2.3.1 Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos
		2.3.2 Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas
OT3. Reforçar a competitividade das PME	3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	3.1.1 Promover o empreendedorismo qualificado e criativo
	3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à	3.2.1 Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal

Objetivo Temático	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
	internacionalização	
	3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	3.3.1 Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores	4.2. Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	4.2.1 Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos.
	4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	4.3.1 Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos
		4.3.2 Aumentar a eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social
	4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	4.5.1 Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO_2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético.
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover dos recursos	6.3. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural	6.3.1 Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência
	6.4. A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e infraestruturas verdes	6.4.1 Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos
	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar a qualidade do ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar as zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído	6.5.1 Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	7.2. A melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RTE- T	7.2.1 Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as RTE-Transportes, com vista à promoção a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens ao nível local e regional
OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	8.1.1 Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e as outras entidades do sistema nacional de I&I
		8.1.2 Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho
		8.1.3 Melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores
	8.3. Criação de emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.	8.3.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do

Objetivo Temático	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
		empreendedorismo social
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (incluindo o financiamento da componente FSE de projetos apoiados no âmbito dos OT 1 e 3)	8.5.1 Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança
	8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	8.8.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e dinamizar o empreendedorismo social
	8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	8.9.1 Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas
		8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhorar a empregabilidade	9.1.1 Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa
		9.1.2 Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural
	9.6. Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de basse comunitária	9.6.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais
	9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria de acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	9.7.1 Qualificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes
	9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	9.8.1 Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social
	9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	9.10.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais
OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	10.1.1 Melhorar o sucesso escolar no ensino básico
		10.1.2 Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário
		10.1.3 Melhorar a qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas específicas e medidas inovadoras, de âmbito regional, no âmbito da Prioridade de Investimento
	10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações particularmente para grupos desfavorecidos.	10.2.1 Aumentar o número de diplomados do ensino superior, diferenciando os ciclos curto e de licenciatura
		10.2.2 Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da

Objetivo Temático	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
		inovação
	10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	10.4.1 Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa
	10.5. Investimentos na educação na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	10.5.1 Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios
		10.5.2 Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho
OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	11.1.1 Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas
	11.2 Criação de capacidade para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos sectoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	11.2.1 Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial

Importa referir, por último, que segundo os Objetivos Temáticos definidos ao nível europeu para os Programas Operacionais do período 2014-2020 (artigo 9.º do Regulamento de Disposições Comuns) foram estruturados eixos prioritários, cuja correspondência direta com os Objetivos Temáticos é apresentada no Quadro 4.2.

Quadro 4.2 - Objetivos Temáticos e Eixos Prioritários (Fonte: Programa Operacional Regional do Alentejo)

Objetivo Temático	Eixo Prioritário
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	Eixo Prioritário 3 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
OT2. Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade	Eixo Prioritário 9 – Capacitação Institucional e Modernização Administrativa
OT3. Reforçar a competitividade das PME	Eixo Prioritário 1 – Reforçar a competitividade das PME
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores	Eixo 7 – Eficiência Energética e Mobilidade
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	Eixo 8 – Ambiente e Sustentabilidade
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	Eixo Prioritário 4 – Acessibilidades para a Competitividade
OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	

Objetivo Temático	Eixo Prioritário
OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	
OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	Eixo Prioritário 9– Capacitação Institucional e Modernização Administrativa

Assim, o objeto de avaliação ambiental estratégica será o POR Alentejo, materializado nos respetivos Objetivos Temáticos (Eixos Prioritários) e Objetivos Específicos e Ações no âmbito de cada uma das Prioridades de Investimento definidas, sempre que necessário e adequado (com especial enfoque na análise do grau de sustentabilidade do seu quadro de referência relativamente às opções e objetivos a alcançar no que se refere à programação e concretização das políticas de desenvolvimento ambiental, económico e social). Importa referir que alguns desses Objetivos Específicos e Ações ainda se encontram em desenvolvimento na atual fase de planeamento, tendo a análise de efeitos dos mesmos será complementada e corroborada em sede da RA Final.

4.2. QUESTÕES ESTRATÉGICAS, AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE DA AAE (QAS)

Como resultado do exercício de análise integrada de toda a informação de caracterização da área de intervenção e da discussão de temáticas territoriais e ambientais significativas, e com o intuito de responder previamente ao disposto na alínea c) do ponto 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, foram identificadas diversas questões consideradas estratégicas no âmbito da área de intervenção da proposta do POR Alentejo. Essas Questões Estratégicas estão associadas essencialmente a questões políticas fundamentais, ou desafios associados ao objeto de avaliação e a sua salvaguarda contribui para atingir uma visão de futuro (e que auxiliaram também na definição dos FCD). Por sua vez as questões Ambientais e de Sustentabilidade incluem as questões determinantes para a avaliação, ajustadas à devida escala geográfica, de decisão e de programação, bem como aos principais problemas ou potencialidades.

Assim, estas questões são:

- **QAS1 - Reforço da competitividade, do sistema produtivo, das capacidades de investigação e inovação, valorização económica dos recursos endógenos, capacitação das empresas para o mercado externo e adaptação ao novo quadro de competitividade da economia global**

O Alentejo apresenta-se como um espaço de múltiplas vocações, beneficiando de um ambiente de excelência, com importantes dinâmicas e ativos no contexto nacional e internacional, beneficiando de um posicionamento geo-económico estratégico (relação com a Área Metropolitana de Lisboa, Espanha e a fronteira Atlântica da Europa). A Região beneficia ainda de vastos recursos naturais, patrimoniais e paisagísticos, associadas a uma forte identidade Regional, que contribuem para a forte atratividade da região para o sector do turismo sustentável (por exemplo, o enoturismo, turismo da natureza, turismo ativo e de aventura, entre outros).

Neste sentido, considera-se importante avaliar de que forma o POR Alentejo contribuirá para a valorização da diversidade interna regional, para a internalização do mosaico base da estratégia de desenvolvimento regional: Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo, tendo em vista o reforço da competitividade e da integração económica no contexto ibérico e europeu.

Na Região do Alentejo verifica-se ainda uma reduzida intensidade em investigação e inovação (I&D), sendo que em 2011 representava 0,49% do PIB regional, distanciando-se assim das metas

nacionais e europeias. Neste sentido, considera-se fundamental analisar os mecanismos criados pelo POR Alentejo para potenciar a ecoinovação, com especial foco para a ampliação da capacidade produtiva regional, desenvolvimento de novos processos produtivos, serviços e tecnologias mais ecológicas, que promovam a valorização económica dos recursos produtivos endógenos. Do mesmo modo, é importante avaliar de que forma o POR Alentejo potenciará o investimento das empresas em I&D, a para a criação de sinergias entre o setor privado, os centros de I&D e o ensino superior, bem como o desenvolvimento de projetos de valorização económica e transferência de I&DT, contribuindo para o adensamento estratégico de cadeias de valor, para a dinamização e potenciação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) e para a otimização sustentada da produtividade.

Cumulativamente, o tecido empresarial apresenta um reduzido dinamismo, com uma baixa densidade espacial, composto por micro e pequenas empresas, baixos níveis de produtividade e de qualificação dos ativos, associado a um desempenho tecnológico reduzido. Tendo em vista o contributo para a resolução destes constrangimentos estruturais, a dinamização do setor exportador, especialmente no que refere à capacitação das PME para o mercado externo e procura de novos mercados, pretende-se avaliar de que forma o POR Alentejo contribuirá para o reforço, densificação, qualificação e diversificação da estrutura produtiva regional, para o reforço da competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME), em particular os setores da agricultura, das pescas, da agro-indústria, das atividades do sistema de montado, do cluster da Pedra Natural e das fileiras produtivas de base florestal e natural; 2) para a criação de novas empresas e exploração económica de novas ideias, com especial foco para o aproveitamento e valorização dos recursos naturais endógenos.

No que concerne aos constrangimentos e potencialidades existentes em termos de mobilidade, logística e transportes, será avaliada a forma como o POR Alentejo pretende promover a criação de soluções que permitam suprimir as lacunas existentes, como por exemplo, o acesso das empresas à rede viária principal em condições adequadas, a valorização do potencial das plataformas logísticas industriais existentes com acesso a infraestruturas RTE-T, contribuindo assim para o aumento da capacidade competitiva das empresas e do território, para a atração de novas empresas e operadores logísticos, para a internacionalização e atração de investimento interno e externo.

- **QAS2 - Promoção do ensino e da formação profissional como fatores decisivos para a coesão social e desenvolvimento territorial sustentável**

Apesar de nos últimos anos ter-se verificado uma melhoria nos níveis de formação, especialmente do ensino básico e secundário, o Alentejo continua a ser uma região com baixas qualificações escolares e profissionais tanto dos empregados como dos empregadores, contribuindo para o excesso de ativos em profissões com baixos níveis de qualificações e reduzida importância dos quadros superiores e das profissões intelectuais e científicas.

Por outro lado, e devido em parte ao tecido empresarial resiliente e de baixa densidade com dimensão média de 2/3 empregados bem como a uma redução do número de diplomados, existe uma dificuldade de retenção/recrutamento de recursos humanos qualificados.

Neste sentido, o défice estrutural de formação e qualificação da população exige uma resposta eficaz na resolução dos problemas que impedem a convergência com os atuais padrões da União Europeia, e sobre os quais será analisada a forma como o PO pretende responder, nomeadamente os níveis de insucesso e abandono escolar e o défice de qualificações da população ativa bem como o desenvolvimento de competências que promovam a dinâmica e competitividade empresarial e a coesão social.

- **QAS3 - Criação de condições favoráveis à fixação da população, promoção da inclusão social, combate à pobreza e isolamento e melhoria das respostas sociais.**

Nos últimos anos, a região do Alentejo sofreu um decréscimo da população em 2,5% afetando tanto o litoral como o interior. Atualmente é a região mais envelhecida do país devido à redução dos níveis de fecundidade e ao aumento da esperança de vida e apresenta uma densidade

populacional muito inferior à média nacional. Verifica-se também uma assimetria na distribuição territorial da população. De acordo com os Censos 2011, o Baixo, o Litoral e o Alto Alentejo são as áreas mais afetadas pelo despovoamento. A Lezíria do Tejo alberga mais de 30% da população total da região alentejana. Salienta-se ainda que existe uma percentagem significativa de população isolada.

Apesar da taxa de cobertura de equipamentos de apoio à infância ser considerada suficiente, verifica-se um défice de equipamentos sociais, especialmente nas áreas da deficiência e da dependência bem como constrangimentos no acesso a bens, serviços e equipamentos, nomeadamente para a população mais idosa. Na área da saúde continua a conjugar-se uma situação de menor dotação de recursos físicos e de pessoal de saúde. O número de camas hospitalares, por 1000 habitantes, e o número de enfermeiros e médicos por habitante, são inferiores à média nacional.

Por outro lado, regista-se uma taxa de emprego inferior à média nacional, relacionado com a própria estrutura do tecido empresarial e a reduzida capacidade empreendedora e mobilidade laboral da população residente.

Estes fatores associados à persistência de baixos níveis de escolarização e desagregação da família tradicional contribuem de forma significativa para o aumento do risco de pobreza e de exclusão social bem como para o agravamento do processo de despovoamento.

Neste sentido, importa avaliar os mecanismos criados pelo PO para fomentar as empresas sociais, o investimento na saúde e infraestruturas sociais de modo a promovera inclusão ativa, especialmente dos grupos mais vulneráveis (desempregados e idosos). De igual modo, é necessário analisar de que forma o PO o apoio à criação de emprego e a aposta na revitalização económica e social de forma a atrair e fixar população e minimizar os efeitos do despovoamento territorial.

- **QAS4 - Promoção de uma economia de baixo teor de carbono, assente na adoção de soluções alternativas de energia e promoção da eficiência energética, e assente num sistema de mobilidade sustentável**

No sentido de contribuir para as orientações estratégicas os objetivos nacionais e comunitárias relativamente ao uso eficiente dos recursos energéticos, independência energética, redução de emissões de gases de efeito de estufa, e promoção de eficiência energética, importa avaliar de que modo os projetos que concretizam a estratégia definida no POR Alentejo consideram a necessidade de adquirir uma economia com teores de carbono mais reduzidos: 1) a partir do aproveitamento energético de recursos endógenos naturais (e.g. biomassa, água, vento, mar e sol); 2) a partir da redução ou eco-eficiência no consumo de energia, da implementação de equipamentos de (micro)produção de energia; 3) a partir de fontes de energia renovável; 4) e implementação de fontes alternativas de energia nos meios transportes públicos, aquisição de modos suaves, e equipamentos promotores da mobilidade urbana sustentável.

A estratégia regional para os sistemas de transporte e acessibilidades, caracterizada principalmente pela necessidade de articulação e intermodalidade entre a plataforma industrial e logística Sines-Elvas, o aeroporto de Beja e as Redes Transeuropeias de Transportes, deverá ser analisada também, no sentido verificar como o PO a integrará e potenciará para o desenvolvimento de uma economia mais descarbonizada, sem prejuízo para o desenvolvimento económico e competitividade regional e assegurando as especificidades e diversidade que encerram algumas regiões, com é o caso da Lezíria do Tejo (plataforma logística e de ligações e proximidade à região de Lisboa, com fortes potencialidades) comparativamente com os corredores atlântico e interior da Região do Alentejo.

- **QAS5 - Promoção da coesão urbano-rural e qualidade ambiental no mosaico e identidade da Região através da regeneração urbana, infraestrutural e beneficiação dos sistemas e elementos centralizadores e geradores de dinâmicas territoriais**

No sentido de contribuir para a coesão territorial, melhoria da qualidade de vida, e reforço da sustentabilidade e relação urbano-rural entre as cidades ou comunidades, importa analisar de que forma os mecanismos ou projetos que concretizam a estratégia definida no POR Alentejo consideram a necessidade de reabilitação do parque edificado de uso habitacional, industrial, ou outro, a regeneração dos espaços urbanos e a capacitação infraestrutural ou aquisição de tecnologias inovadoras com vista ao alargamento ou beneficiação das reservas estratégicas de água e sistemas de regadio existentes na Região, geradoras de dinâmicas territoriais e produtivas, como o caso do aproveitamento hidroagrícola do Alqueva. Será, por exemplo, avaliada a forma como estas asseguram a equidade na distribuição através da gestão integrada da água e da melhoria na eficiência da sua utilização, a partir de fontes coletivas (reservatórios superficiais) de forma a não colocar em causa o estado das massas de água e disponibilidade hídrica.

Não obstante a diversidade de ambientes, especificidades territoriais e de atividade económica presentes por toda a Região, esta questão estratégica pretende diminuir as disparidades na qualificação territorial, contribuindo para a igualdade de acesso, coesão territorial, assegurando em simultâneo a identidade regional, entre as regiões da Lezíria do Tejo, Alentejo Litoral e sub-regiões do Alentejo Interior, e funcionando como suporte ao funcionamento equilibrado do mosaico Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo.

- **QAS6 - Proteção e gestão integrada dos recursos naturais e preservação da biodiversidade**

A região do Alentejo dispõe de condições naturais propícias a diversificadas atividades, com destaque para as atividades agrícolas, agroindustriais, pecuárias e florestais, atividades associadas à exploração de recursos geológicos e minerais (pirites, mármores, águas, granitos, entre outros) assim como de um património natural, paisagístico e cultural classificado potenciador de atividades turísticas.

A qualidade ambiental que se faz sentir na AI do POR Alentejo, é traduzida num número considerável de Áreas Protegidas bem como na maior percentagem de território, a nível nacional, enquadrada na Rede Natura 2000, com um significativo conjunto de valores naturais únicos com elevada identidade e singularidade nacional e europeia, no respeito pela preservação dos valores naturais e do património paisagístico existente. Em contrapartida estes territórios caracterizam-se por uma baixa rentabilidade das explorações de caráter extensivo que os suportam, existindo uma fraca ou mesmo nula compensação aos seus habitantes pelas perdas de rendimento e pelos serviços ambientais prestados. Estes espaços naturais classificados encontram-se, de um modo geral, em zonas rurais e sobrepõem-se, no mesmo espaço geográfico e na sua quase totalidade, com as áreas agrícolas e florestais.

Também o litoral alentejano, com uma extensão de cerca de 170 km, apresenta uma tal importância que ultrapassa a escala regional. Caracteriza-se pela alternância de extensas praias arenosas, a norte de Sines, com altas arribas a sul, o que lhe confere elevado interesse biológico, geológico e paisagístico, confirmado pela sua quase completa integração na Rede de Áreas Classificadas de âmbito nacional e europeu. Apresentando-se, na maioria da sua extensão, pouco intervencionado, mantém praticamente em toda a sua extensão características biofísicas próximas das naturais, constituindo, no âmbito nacional e internacional, um dos melhores exemplos de conservação destes sistemas, cuja garantia de sustentabilidade é assegurada pela existência de planos de ordenamento e regras de ocupação do solo definidas. Assim, o conhecimento, a monitorização, a preservação e valorização ambiental e socioeconómica destes ativos naturais assumem grande importância na estratégia de afirmação do Alentejo.

Em súmula, devido à sua localização e a sua exposição a um clima mediterrânico e atlântico, integra uma grande diversidade de paisagens, das quais se destacam os montados, os agrupamentos vegetais do litoral (dunas, sapais, lagoas e arribas marítimas) os sítios húmidos e pantanosos do interior e a zona estepária, constituindo habitats privilegiados de uma série de espécies animais, algumas das quais ameaçadas, nomeadamente aves (abetardas, cegonha preta, grou).

Esta diversidade ecológica, associada à ação modeladora do homem, está na origem de paisagens de grande valor, de que são exemplo as formações vegetais de azinheiras e sobreiros, intervencionadas e utilizadas sob a forma de sistemas agro-silvo-pastoris, de montados de sobro e azinho, contribuindo significativamente para a gestão sustentável dos recursos naturais, para a preservação ecológica e a valorização socioeconómica de todo o sistema. Neste sentido, importa ainda atender às unidades de paisagem definidas no âmbito do Estudo Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (DGOTDU e Universidade de Évora).

Pretende-se assim verificar de que modo o PO assegurará e potenciará a otimização do uso e a gestão sustentáveis dos recursos naturais, bem como promoverá a valorização dos ativos naturais através do conhecimento (estudo), proteção e aproveitamento, assegurando sempre a diversidade da região entre as suas zonas litoral, interior e da lezíria.

- **QAS7 - Promoção e valorização do património natural e cultural como vetor territorial de diferenciação e dinamização**

O relacionamento cénico entre o património edificado e os espaços envolventes assenta num modelo de povoamento concentrado, característico desta região – grandes aldeias, vilas e cidades, espaçadas e regularmente distribuídas no território – que imprime um forte caráter à paisagem e facilita o ordenamento territorial e respetiva dotação de infraestruturas básicas, equipamentos e segurança às populações.

Os centros urbanos, na sua maioria com centros históricos patrimonialmente relevantes, potenciam memórias e vivências atrativas para as populações e organizações que com eles se identificam e que por eles se sentem prestigiadas, principalmente através de infraestruturas culturais com uma distribuição mais ou menos equilibrada pelo território. Estes centros urbanos, que preservam características mais tradicionais e com um crescimento urbano, mais ou menos contido, procuram manter a harmonia entre a paisagem envolvente e a malha urbana. No entanto, a progressiva recessão das dinâmicas económicas com o consequente declínio de funções administrativas, de comércio e de serviços conduzem ao abandono dos centros mais pequenos, enfraquecendo os centros urbanos de forma geral, o que pode colocar em causa a coerência do sistema urbano existente e característico da região.

A par desse património, importa ainda considerar um elevado número de locais arqueológicos identificados associados a variados períodos históricos com elevado valor patrimonial e potencial turístico. Neste sentido verifica-se necessária a realização de uma inventariação bastante aprofundada que resulte na elaboração pelos municípios de uma carta arqueológica, bem como de uma regulamentação rigorosa ao nível de usos dos locais e elementos identificados.

Para além do património cultural (material), acresce ainda destacar o património e riqueza natural existentes, a proteção da natureza e da sua biodiversidade, em que os ecossistemas assumem um papel de grande relevância nesta região. Destaca-se neste âmbito, a título de exemplo o Parque Natural da Serra de São Mamede, a Reserva Natural do Estuário do Sado, a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha; o Parque Natural do SW Alentejano e Costa Vicentina; o Parque Natural do Guadiana, entre outras.

Em síntese, a qualidade e diversidade do património natural e cultural (material e imaterial) do Alentejo constituem um vetor-chave para a consolidação da Região como destino turístico de elevada qualidade e autenticidade, bem como para a qualidade de vida da região. A preservação, recuperação e valorização do património natural e cultural constitui um dos desígnios do modelo de desenvolvimento e uma mais-valia para a estruturação de outras atividades relacionadas (turismo e lazer, património, cultura e indústrias criativas...).

Nesta perspetiva, deverá ser avaliada a forma como a integração dos diversos domínios do mosaico em que a região pretende assentar o seu modelo de desenvolvimento e estratégia: Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo, é operacionalizada através do POR Alentejo.

- **QAS8 - Internalização de orientações associadas à capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas**

De acordo com o Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, 2007), entre 1906 e 2005, o planeta aqueceu, em 0,74ºC em média, tendo o aquecimento sido mais significativo no Hemisfério Norte. O aquecimento na Europa, para o mesmo período, foi de 1ºC segundo o mesmo relatório do IPCC. Para além da temperatura, outras variações climáticas têm ocorrido, conduzindo nomeadamente a um agravamento dos fenómenos extremos (e.g. secas e cheias) e da sua frequência.

Neste sentido, importa salientar o consequente agravamento, na Região do Alentejo, em particular no seu corredor atlântico e terrestre (interior), dos problemas associados à disponibilidade de água (e.g. escassez de água, desertificação), nomeadamente para as "indústrias de regadio" (PAR Alentejo 2020). Neste sentido, importa destacar a relação entre alterações climáticas e desertificação, constituindo-se esta última uma problemática evidente para a Região e que, dada a sua dimensão social, económica e ambiental, deve ser tida como transversal dado o seu carater crucial na região e para a qual o Programa Nacional de Ação contra a Desertificação se assume como um referencial central uma vez que se pretende constituir de carater orientador dos trabalhos de definição e aplicação das medidas e instrumentos de política para o desenvolvimento integrado e sustentado do território.

Perante este quadro, importa avaliar de que forma o POR Alentejo considera a necessidade de internalizar orientações que potenciem, por um lado, a capacidade de antecipar as alterações e dinâmicas futuras no contexto climático de forma a adaptar-se e a estar melhor preparado para lhes fazer face (resiliência) e por outro a capacidade adaptativa da região de modo a ajustar-se fenómenos resultantes da variabilidade e das alterações climáticas, minimizando assim as potenciais consequências negativas associadas, nomeadamente, ao nível do risco de desertificação e risco de seca.

- **QAS9 - Integração dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos**

Tendo em consideração que a temática "Riscos" será âmbito num Programa Operacional ao nível nacional, importa que os projetos que concretizam a estratégia definida no POR Alentejo considerem os princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos de modo a salvaguardar potenciais perdas e danos associados, como a perda de qualidade ambiental e afetação de pessoas e bens.

Estes princípios e orientações contribuem direta quer transversalmente para a concretização da estratégia do POR Alentejo nomeadamente no que concerne aos Objetivos Temáticos "Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos" e "Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores".

Com o intuito de avaliar se os objetivos temáticos assumidos na proposta do PO, garantem a resposta a essas questões estratégicas significativas, foi desenvolvida uma matriz de dupla entrada, apresentada no Quadro 4.3, onde se pretende verificar o seu grau de articulação e integração.

Quadro 4.3 - Articulação entre os Objetivos Temáticos da proposta de POR Alentejo e as Questões Ambientais e de Sustentabilidade identificadas

QAS	Objetivos Temáticos do POR Alentejo									
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11
QAS1	■	■	■	■	■	■	■	■		■
QAS2	■	■	■				■	■	■	■
QAS3						■	■	■	■	■
QAS4	■		■	■	■	■				

QAS	Objetivos Temáticos do POR Alentejo									
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11
QAS5	■			■	■	■		■		■
QAS6	■		■				■			
QAS7			■		■		■			
QAS8	■			■	■					
QAS9	■					■				

Legenda: ■ Articulação.

Questões Ambientais e de Sustentabilidade: **QAS1** – Reforço da competitividade, do sistema produtivo, das capacidades de investigação e inovação, valorização económica dos recursos endógenos, capacitação das empresas para o mercado externo e adaptação ao novo quadro de competitividade da economia global, **QAS2** - Promoção do ensino e da formação profissional como fatores decisivos para a coesão social e desenvolvimento territorial sustentável; **QAS3** - Criação de condições favoráveis à fixação da população, promoção da inclusão social, combate à pobreza e isolamento e melhoria das respostas sociais; **QAS4** - Promoção de uma economia de baixo teor de carbono, assente na adoção de soluções alternativas de energia e promoção da eficiência energética, e assente num sistema de mobilidade sustentável; **QAS5** - Promoção da coesão urbano-rural e qualidade ambiental no mosaico e identidade da Região através da regeneração urbana, infraestrutural e beneficiação dos sistemas e elementos centralizadores e geradores de dinâmicas territoriais; **QAS6** - Proteção e gestão integrada dos recursos naturais e preservação da biodiversidade; **QAS7** – Promoção e valorização do património natural e cultural como vetor territorial de diferenciação e dinamização; **QAS8** - Promoção da resiliência e da capacidade adaptativa da Região do Alentejo às Alterações Climáticas; **QAS9** - Integração dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos.

Objetivos Temáticos: OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover promover a utilização eficiente dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública..

Como é possível verificar, existe um nível de articulação elevado entre as QAS identificadas como estratégicas na Região, e a que o PO tem capacidade de responder, e os Objetivos Temáticos do Programa Operacional.

5. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O Programa Operacional enquanto instrumento operacionalização das Agendas Temáticas definidas no âmbito da aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2014 - 2020 procura aplicar, num âmbito territorial mais restrito e de forma mais pormenorizada, as orientações estratégicas definidas pelos documentos de referência internacionais, nacionais e regionais de forma a dar-lhes seguimento.

Neste contexto, destaca-se a importância do Quadro de Referência Estratégico (QRE) que constitui o macro – enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e sectorial.

Assim, o presente capítulo consiste na identificação e análise das referências com relevância para a AAE da proposta de POR Alentejo, tendo como objetivo avaliar a articulação e o nível de correlação dos objetivos temáticos da proposta de POR Alentejo com os demais instrumentos identificados no QRE, bem como as respetivas sinergias e conflitos potenciais.

Para o efeito, são apresentados de seguida os instrumentos considerados mais importantes para a prossecução da presente avaliação ambiental no Quadro 5.1.

Quadro 5.1 - Quadro de Referência Estratégico do POR Alentejo

Quadro de Referência Estratégico
Documentos de Referência Internacionais
Europa 2020
Quadro Estratégico Comum 2014-2020 (QEC 2014-2020)
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)
Estratégia: Inovação para um Crescimento Sustentável: Bioeconomia para a Europa (EICS)
Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos (REEUR)
Programa geral de ação da União para 2020 em matéria de ambiente «Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta» (PAU matéria de ambiente)
Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020 (EB 2020)
Plano de Ação sobre a Ecoinovação (Plano EcoAP)
Quadro de Ação de Hyogo (2005-2015) (QAH)
Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas (EEAAC)
Convenção para a proteção do Património mundial, cultural e natural (CPPMCN)[3] **
Convenção para a salvaguarda do Património Arquitetónico na Europa (CSPAE)[4] **
Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (CEPPA)[5] **
Convenção Europeia da Paisagem (CEP)[6] **
Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade (CQCEVPCS)[7] **

[3] *De 1972 – aprovada nacionalmente pelo Decreto n.º 49/79, de 6 Julho;*
[4] *Resolução aprovada para ratificação pela Assembleia da Republica n.º 5/91, de 16 de outubro de 1990 (Convenção de Granada de 1985);*
[5] *Convenção de Malta de 1992, aprovada para ratificação pela Assembleia da Republica a 9 de outubro de 1997;*
[6] *Florença, 20 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto n.º 4/2005 de 14 de fevereiro;*
[7] *Convenção de Faro, de 2005, aprovada pela resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 18 de Julho;*

Quadro de Referência Estratégico
Documentos de Referência Nacionais
Programa Nacional de Reformas (Portugal 2020)
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015)
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC)
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)
Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020)
Estratégia Nacional para o Mar (ENM)
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)
Plano Nacional de Acão para a Eficiência Energética: 2008-2015 (PNAEE)
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)*
Plano sectorial para a Rede Natura 2000 (PSRN2000)
Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013 – 2015 (PENT 2013 - 2015)
Plano Estratégico dos Transportes 2011 – 2015 (PET 2011 – 2015)
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)
Programa Especifico de Eficiência Energética na Administração Publica (ECO.AP)
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)
Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais (ENRG – RN)
Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas (EAAFAC)
Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC)
Documentos de Referência Regionais
Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo (PROTA)
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT)
Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas na Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) (PGRH Sado e Mira)
Plano de Gestão da Bacias Hidrográficas Integradas na Região Hidrográfica do Guadiana (RH7) (PGRH Guadiana)
Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo (RH5) (PGRH Tejo)
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado – Sines (POOC Sado – Sines)
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines – Burgau (POOC Sines – Burgau)
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF AA)
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF BA)
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral (PROF AL)
Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PO PNSAC)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado (PO RNES)
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana (PO PNVG)
Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto (PO PPSM)
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede (PO PN SSM)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul do Boquilobo (PO RNPB)
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PO PNSACV)
Plano de Ordenamento do Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha (PO RNLSAS)

Quadro de Referência Estratégico
Plano de Ordenamento do Monumento Natural das Portas de Ródão (POMNPR)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET)
Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo (EEIA)
Estratégia de Desenvolvimento Regional

Legenda: * Apesar do PNAAS não se encontrar em vigor, uma vez que o seu período de vigência era 2008 – 2013, considera-se que, não havendo referência a uma revisão do mesmo ou qualquer outro referencial com mesmo âmbito, deve ser tido em consideração dado o seu caráter de prevenção e minimização dos riscos para a saúde. ** Os conteúdos da presente convenção encontram-se vertidos, a nível nacional, na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. Contudo, o presente normativo legal não se constitui um referencial estratégico, pelo que não se encontra integrado no QRE definido neste âmbito.

De referir que existem outros referenciais fundamentais no domínio territorial da área de intervenção do POR Alentejo (incluídos no PAR) mas, porque não se enquadram face ao âmbito e objetivos da presente proposta de PO, não foram assumidos para o QRE, uma vez que não cabe ao POR Alentejo de forma direta articular-se, internalizar e verter nos seus objetivos e ações os objetivos e metas dos mesmos.

Exemplos destes referenciais são o Programa Nacional de Uso Eficiente da Água 2012 – 2020 (PNUEA 2012 – 2020), o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) ou o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II (PERSU 2007 – 2016) que serão referenciais estratégicos no âmbito do respetivo PO temático.

Considerando que a definição do quadro de referência estratégico para a AAE do POR Alentejo tem como objetivo avaliar a sua coerência global com as grandes linhas estratégicas preconizadas nas restantes políticas e programas, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, constata-se, então, que, em matéria de articulação com outros planos e programas, os principais desafios prendem-se, essencialmente, com a necessidade de assegurar a coerência na prossecução dos objetivos durante as fases subsequentes de implementação do POR Alentejo.

Neste seguimento, o Quadro 5.2 apresenta a relação entre cada um destes instrumentos e os objetivos temáticos do POR Alentejo definidas para a área de intervenção.

Quadro 5.2 - Análise da articulação entre o QRE e os Objetivos Temáticos do POR

QRE	Objetivos Temáticos do POR Alentejo									
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11
Europa 2020	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
QEC 2014-2020	■	■	■		■		■	■	■	■
ETPS					■					
EICS	■		■	■	■		■			
REEUR	■		■	■	■	■				
PAU matéria de ambiente	■		■	■	■	■				
EB 2020	■		■		■					
Plano EcoAP	■		■	■	■	■	■	■	■	
QAH	■				■					
EEAAC	■		■	■	■	■				
CPPMCN					■					
CSPAE					■					
CEPPA					■					
CEP					■					

QRE	Objetivos Temáticos do POR Alentejo									
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11
CQCEVPCS					■					
Portugal 2020	■	■	■	■			■	■	■	■
ENDS 2015	■		■	■	■	■	■	■	■	
ENAAC	■		■		■					
ENGIZC	■		■		■					
ENE 2020			■	■	■					
ENM	■		■		■					
ENCNB	■		■		■					
EFICE	■		■	■						
PNAEE			■	■	■	■				
PNAAS			■	■	■	■				
PSRN2000					■					
PENT	■		■		■	■				
PET			■	■		■	■			
PNPOT	■		■	■	■	■	■	■	■	■
PNAC	■		■	■	■	■				
ECO.AP				■	■	■				■
ENF	■		■		■		■			
PANCD			■		■		■			
ENRG - RN	■		■		■		■			
EAAFAC					■					
RNBC	■		■	■	■	■				
PROTA	■		■	■	■	■	■	■	■	
PROTOVT	■		■	■	■	■	■	■	■	
PGBH Sado e Mira	■				■					
PGBH Guadiana	■				■					
PGRH Tejo	■				■					
POOC Sado – Sines	■		■		■					
POOC Sines – Burgau	■		■		■					
PROF AA	■				■					
PROF BA	■				■					
PROF AL	■				■					
PO PNSAC	■				■					
PO RNES	■				■					
PO PNVG	■				■					
PO PPSM	■				■					
PO PN SSM	■				■					
PO RNPB	■				■					
PO PNSACV	■				■					
PO RNLSAS	■				■					
PO MNPR	■				■					
PO RNET	■				■					
EEIA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
EDR	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Legenda: ■ Articulação.

Objetivos Temáticos: OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover promover a utilização eficiente dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

O nível de correlação entre os objetivos temáticos do POR Alentejo e as orientações de cada referencial pode traduzir-se em termos quantitativos pelo número de linhas estratégicas dos referenciais associadas aos diferentes objetivos temáticos do POR Alentejo. Em síntese, a análise do Quadro 5.2 demonstra uma forte correlação entre os objetivos temáticos do POR Alentejo e os planos e programas em vigor. Verifica-se que a proposta desse documento está em harmonia com os principais planos e estratégias que prevalecem sobre este, nomeadamente a Europa 2020, o Plano EcoAP, Portugal 2020, a ENDS 2015, o PANCD, o PNAAS, a PNPOT, a Estratégia de Desenvolvimento Regional, Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo, entre outros, o que traduz uma preocupação do mesmo na concretização das principais estratégias de desenvolvimento sustentável do território e Região que encerra.

6. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, apresenta uma lista de temas ambientais, que deverão ser considerados na avaliação ambiental estratégica. A metodologia apresentada no Subcapítulo 3.2 apresenta como ponto de partida a análise dos temas ou fatores ambientais, identificados a partir das questões estratégicas relevantes para o objeto desta avaliação, sobre os quais se desenvolveu um trabalho de análise, ponderação e discussão que teve como critérios de escolha:

- A natureza e conteúdo de um Programa Operacional e, em particular, a proposta de POR Alentejo, com todas as Opções Estratégicas que vem defender e as variáveis de contexto que traduzem as características intrínsecas do território em que se insere;
- O Quadro de Referência Estratégico apresentado anteriormente, tendo sido necessário realizar um ajustamento de significância dos fatores ambientais e de sustentabilidade;
- E, por último, a tipologia de modelo territorial que se propõe através da proposta de POR Alentejo e a sua influência no desenvolvimento das variáveis ambientais e de sustentabilidade.

Esta análise resultou na proposta de um conjunto de Fatores Críticos para a Decisão (FCD) considerados adequados para atingir os objetivos da presente AAE e considerados consistentes com a natureza e âmbito de intervenção do POR Alentejo. Neste âmbito, o Quadro 6.1 apresenta os FCD propostos, bem como a justificação da sua pertinência e dos critérios a considerar para a sua avaliação. São também propostos indicadores de caracterização associados a cada um dos critérios, cujos resultados e análise permitam aferir sobre o contributo e efeitos do PO relativamente a cada um dos critérios em avaliação. De referir que os critérios de avaliação apresentados correspondem a domínios temáticos gerais, dentro de cada FCD, sob o qual se estruturam e organizam os diversos indicadores.

Quadro 6.1 - Fatores Críticos para a Decisão: descrição e critérios de avaliação e indicadores preliminares para a AAE do POR Alentejo

FCD	Pertinência	Critérios de Avaliação
Competitividade e Sistema Produtivo	- Avaliar o contributo do POR Alentejo para a promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, com especial foco nas áreas de ecoinovação e valorização dos recursos naturais; - Avaliar o contributo do POR Alentejo para o investimento das empresas em I&D, bem como para o desenvolvimento de sinergias com centros de I&D e o ensino superior; - Avaliar o contributo do POR Alentejo para a capacitação das PME para o mercado externo, para a procura de novos mercados e para a dinamização do setor exportador - Avaliar o contributo do POR Alentejo para a criação de novas empresas e áreas de negócio, com especial foco nos setores da agricultura, pesca, agro-indústria, atividades do sistema de montado, o cluster da Pedra Natural e as fileiras produtivas de base florestal e natural. - Avaliar o contributo do POR Alentejo para o desenvolvimento de um modelo de competitividade que promova o	**Sistema de I&D&I:** De que forma o POR promove a criação de sinergias entre o setor privado, os centros de I&D&I e o ensino superior, bem como o desenvolvimento de projetos de valorização económica e transferência de I&DT, de modo a promover a criação de valor e a otimização sustentada da produtividade? **Produtividade, diferenciação e internacionalização:** De que forma contribui o POR para a criação de empresas associadas aos setores do turismo sustentável, economia de mar, agricultura, agro-indústria, atividades do sistema de montado, o *cluster* da Pedra Natural e as fileiras produtivas de base florestal e natural, bem como para a produção de bens e serviços regionais diferenciadores no domínio do uso, gestão e valorização de recursos endógenos, que se traduzam em oportunidades de internacionalização? **Dinamização da base produtiva:** De que forma contribui o PO para a promoção de iniciativas locais de dinamização das atividades económicas associadas aos recursos naturais e culturais? **Competitividade económica:** De que forma contribui o PO para o aumento da capacidade competitividade e adaptação das empresas, dos trabalhadores e dos empresários aos processos de mudança e inovação?

FCD	Pertinência	Critérios de Avaliação
	aproveitamento e valorização dos recursos produtivos endógenos.	
Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	- Avaliar o contributo do POR Alentejo para atrair e fixar população e diminuir o ritmo de envelhecimento demográfico bem como o despovoamento, especialmente nas áreas rurais; - Avaliar o contributo do POR Alentejo para o aumento dos níveis de qualificação escolar e o reforço das competências profissionais bem como para a diminuição do abandono escolar; - Avaliar o contributo do POR Alentejo para melhorar as respostas sociais ao nível da saúde e apoio social bem como a integração dos grupos sociais mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social; - Avaliar de que forma o POR Alentejo contribui para a inclusão ativa dos idosos; - Avaliar o contributo do POR Alentejo para a inclusão dos desempregados no mercado de trabalho e a promoção do emprego.	**População:** De que forma o POR Alentejo contribui para a renovação geracional e equilíbrio da estrutura etária da população bem como para o combate ao despovoamento?
		Capacitação e qualificação do capital humano: De que forma o POR Alentejo contribui para o aumento dos níveis de qualificação escolar e diminuição do abandono escolar? Contribui de igual modo para o aumento das competências profissionais e aprendizagem ao longo da vida da população em idade ativa?
		Inovação e inclusão social: De que forma o POR Alentejo contribui para a melhoria da rede de equipamentos sociais e de saúde bem como a resposta grupos específicos mais vulneráveis? Além disso, de que forma contribui para a redução do número de população isolada e para o envelhecimento ativo e saudável?
		Emprego: De que forma é promovido o desenvolvimento social através da promoção do emprego?
Energia	Avaliar o contributo do POR Alentejo para a redução do consumo de fontes fósseis de energia, aproveitamento eficiente de recursos energético endógenos, bem como fontes de energia renováveis e limpas, e implementação de soluções que promovam a mobilidade urbana sustentável.	**Recursos Energéticos**: De que forma o POR contribui para a o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos como fontes de energia alternativa?
		Eficiência Energética: De que forma o POR contribui para a redução do consumo de energia nos vários sectores de atividade?
		Mobilidade Urbana Sustentável: O POR promove a implementação de meios de mobilidade urbana sustentáveis?
Qualificação Territorial e Identidade Regional	Avaliar o contributo do POR Alentejo para a melhoria das condições de habitabilidade, bem como a manutenção da qualidade e especificidades do ambiente urbano e paisagem identitária da região e da relação urbano-rural	**Qualificação do Edificado e Identidade**: O POR promove a conservação e regeneração urbana do edificado, e a reabilitação ou requalificação de zonas industriais degradadas ou abandonadas, e uma coesão e transversalidade do edificado e paisagem urbana na relação urbano-rural?
		Requalificação ambiental: O POR promove a preservação e melhoria das condições ambientais dos espaços abertos e paisagem?
Recursos Naturais	Avaliar o contributo do POR Alentejo para a proteção e utilização sustentável dos recursos naturais;	**Solo**: O POR Alentejo promove a proteção e reabilitação dos solos, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental?
		Recursos geológicos: O POR Alentejo promove a exploração e uso sustentável dos recursos geológicos presentes?
		Recursos Hídricos: O POR Alentejo promove a utilização sustentável dos recursos hídricos existentes?
	Avaliar o contributo do POR Alentejo para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes	**Biodiversidade e ecossistemas**: o POR Alentejo promove a recuperação proteção da biodiversidade e a promoção de serviços ligados a ecossistemas?
Paisagem e Património	Avaliar o contributo do POR Alentejo para a proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural;	**Paisagem**: O POR Alentejo promove a valorização da identidade da paisagem presente?
		Património: O POR Alentejo promove a recuperação, regeneração e viabilização do património natural e cultural?

FCD	Pertinência	Critérios de Avaliação
.....	Avaliar de que forma o POR Alentejo tem em consideração os princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.	**Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas**: Qual o contributo do POR Alentejo para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente no que concerne aos fenómenos extremos (e.g. secas e cheias) e consequente agravamento de problemas associados à disponibilidade de água (e.g. desertificação, escassez de água) assegurando a devida articulação com o respetivo PO temático?
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos	Avaliar o contributo do POR Alentejo no que se refere aos seus Objetivos Temáticos e Específicos relativamente à internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos.	**Riscos naturais**: De que forma a estratégia adotada pelo POR Alentejo contribui para a redução dos riscos naturais (e.g. risco de desertificação, risco de cheia, risco de erosão, risco de erosão costeira, risco sísmico), assegurando a devida articulação com o respetivo PO temático?
		Riscos Tecnológicos: De que forma a estratégia adotada pelo POR Alentejo contribui para a redução dos riscos tecnológicos (e.g. risco de rutura de barragens, risco de acidentes industriais), assegurando a devida articulação com o respetivo PO temático?
		Riscos Mistos: De que forma as estratégias e objetivos adotados pelo POR Alentejo contribui para a redução dos riscos mistos (e.g. risco de acidente de poluição, risco de incêndio), assegurando a devida articulação com o respetivo PO temático?

Assim, de forma a adequar consistentemente a avaliação ambiental aos objetivos e interesses do Programa em avaliação, foram agrupados ou reorganizados alguns dos fatores ambientais sugeridos pela legislação, resultando no conjunto de FCD que se consideram mais relevantes e adequados para a avaliação.

A fundamentação dos FCD propostos é ainda corroborada por dois vetores de análise complementares: a sua articulação com os Objetivos Temáticos do POR Alentejo (Quadro 6.3); e a sua pertinência face às especificidades e questões e problemáticas ambientais e de sustentabilidade do território em análise (Quadro 6.2). A análise integrada destes aspetos permitirá avaliar o contributo da concretização dos objetivos do POR Alentejo para a valorização dos pontos fortes/efeitos positivos e para a minimização dos pontos fracos/efeitos negativos identificadas no território, segundo cada um dos FCD considerados.

Quadro 6.2 - Articulação entre os FCD e as Questões Ambientais e de Sustentabilidade identificadas

QAS	FCD						
	Competitividade e Sistema Produtivo	Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	Energia	Qualificação Territorial e Identidade Regional	Recursos Naturais	Paisagem e Património	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos
QAS1	■	■	■	■		■	■
QAS2	■	■					
QAS3	■	■					■
QAS4	■		■	■			■
QAS5	■	■		■		■	■
QAS6	■			■	■	■	■
QAS7	■	■		■	■	■	
QAS8	■		■	■	■		■

QAS	FCD						
	Competitividade e Sistema Produtivo	Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	Energia	Qualificação Territorial e Identidade Regional	Recursos Naturais	Paisagem e Património	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos
QAS9	■	■	■	■	■		■

Legenda: ■ Articulação.

Questões Ambientais e de Sustentabilidade: **QAS1** – Reforço da competitividade, do sistema produtivo, das capacidades de investigação e inovação, valorização económica dos recursos endógenos, capacitação das empresas para o mercado externo e adaptação ao novo quadro de competitividade da economia global, **QAS2** - Promoção do ensino e da formação profissional como fatores decisivos para a coesão social e desenvolvimento territorial sustentável; **QAS3** - Criação de condições favoráveis à fixação da população, promoção da inclusão social, combate à pobreza e isolamento e melhoria das respostas sociais; **QAS4** - Promoção de uma economia de baixo teor de carbono, assente na adoção de soluções alternativas de energia e promoção da eficiência energética, e assente num sistema de mobilidade sustentável; **QAS5** - Promoção da coesão urbano-rural e qualidade ambiental no mosaico e identidade da Região através da regeneração urbana, infraestrutural e beneficiação dos sistemas e elementos centralizadores e geradores de dinâmicas territoriais; **QAS6** - Proteção e gestão integrada dos recursos naturais e preservação da biodiversidade; **QAS7** – Promoção e valorização do património natural e cultural como vetor territorial de diferenciação e dinamização; **QAS8** - Promoção da resiliência e da capacidade adaptativa da Região do Alentejo às Alterações Climáticas; **QAS9** - Integração dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos.

Quadro 6.3 - Matriz de articulação entre os Objetivos Temáticos e Objetivos Específicos do POR Alentejo e os FCD

Objetivos Temáticos (OT) e Objetivos Específicos		FCD						
		Competitividade e Sistema Produtivo	Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	Energia	Qualificação Territorial e Identidade Regional	Recursos Naturais	Paisagem e Património	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1.1 Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	■	■		■	■		■
	1.1.2 Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação	■	■					
	1.1.3 Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor.	■	■					
	1.2.1 Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação.	■	■					
	1.2.2 Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização)	■	■					
	1.2.3 Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico	■	■					
OT2. Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade	2.3.1 Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos							
	2.3.2 Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas		■					
OT3. Reforçar a competitividade das PME	3.1.1 Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	■	■					
	3.2.1 Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das	■	■					

Objetivos Temáticos (OT) e Objetivos Específicos		FCD						
		Competitividade e Sistema Produtivo	Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	Energia	Qualificação Territorial e Identidade Regional	Recursos Naturais	Paisagem e Património	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos
	exportações e a visibilidade internacional de Portugal							
	3.3.1 Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	■	■					
	3.4.1 Melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização (capital e dívida), promovendo o aumento do investimento e do emprego	■						
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores	4.2.1 Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	■		■				
	4.3.1 Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos	■		■	■			
	4.3.2 Aumentar a eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	■		■	■			
	4.5.1 Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético	■	■	■	■			
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover eficiência utilização dos recursos	6.3.1 Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	■	■		■	■	■	■
	6.4.1 Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos	■	■		■	■	■	■
	6.5.1 Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	■	■		■	■	■	■
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de	7.2.1 Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as RTE-Transportes, com vista à promoção a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens ao nível local e regional.	■	■	■	■			

	Objetivos Temáticos (OT) e Objetivos Específicos	FCD						
		Competitividade e Sistema Produtivo	Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	Energia	Qualificação Territorial e Identidade Regional	Recursos Naturais	Paisagem e Património	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos
infraestruturas								
OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.1.1 Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e outras entidades do sistema nacional de I&I	■	■					
	8.1.2 Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho		■	■				
	8.1.3 Melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores		■					
	8.3.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do empreendedorismo social	■	■					
	8.5.1 Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança	■	■					
	8.8.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e dinamizar o empreendedorismo social	■	■			■	■	
	8.9.1 Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas	■	■			■	■	
	8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)	■	■	■	■	■	■	■
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.1.1 Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa		■					
	9.1.2 Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das		■					

	Objetivos Temáticos (OT) e Objetivos Específicos	FCD						
		Competitividade e Sistema Produtivo	Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	Energia	Qualificação Territorial e Identidade Regional	Recursos Naturais	Paisagem e Património	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos
	oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural							
	9.6.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais		■		■	■	■	
	9.7.1 Qualificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes		■		■			■
	9.8.1 Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social		■		■	■	■	■
	9.10.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais							
OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1.1 Melhorar o sucesso escolar no ensino básico		■					
	10.1.2 Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário		■					
	10.1.3 Melhorar a qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas específicas e medidas inovadoras, de âmbito regional, no âmbito da Prioridade de Investimento		■					
	10.2.1 Aumentar o número de diplomados do ensino superior, diferenciando os ciclos curto e de licenciatura		■					
	10.2.2 Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	■	■					
	10.4.1 Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa		■					
	10.5.1 Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios		■					
	10.5.2 Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho		■					■

Objetivos Temáticos (OT) e Objetivos Específicos		FCD						
		Competitividade e Sistema Produtivo	Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	Energia	Qualificação Territorial e Identidade Regional	Recursos Naturais	Paisagem e Património	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos
OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	11.1.1 Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas		■					
	11.2.1 Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial		■		■			

Legenda: ■ Articulação.

Constata-se um elevado nível de articulação entre os FCD propostos e as necessidades de avaliação, sendo que a avaliação dos efeitos do PO sobre estes fatores abrangerá todos os domínios que o POR integra. Adicionalmente, a análise da adequabilidade do sistema e processo de governação e capacitação previsto no POR (transversais e determinantes para avaliar a eficácia e capacidade de execução de todos os seus objetivos e ações), será complementar a esta análise de efeitos e à adequabilidade da estratégia proposta no POR para assegurar a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento proposto para a Região do Alentejo.

Esta avaliação deverá suportar-se ainda no alinhamento das metas de desenvolvimento face aos referenciais estratégicos em vigor, pelo que o Quadro 6.4 identifica a correlação entre os FCD e o QRE apresentado no Capítulo 5, constituindo deste modo um aspeto que será relevante para balizar a análise em sede de avaliação ambiental e avaliar, durante a fase de Avaliação e Controlo, o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelos referenciais estratégicos.

Quadro 6.4 - Matriz de articulação entre o QRE e os FCD

QRE	FCD						
	Competitividade e Sistema Produtivo	Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	Energia	Qualificação Territorial e Identidade Regional	Recursos Naturais	Paisagem e Património	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos
Europa 2020	■	■	■	■	■	■	■
QEC 2014 - 2020	■	■	■	■	■		■
ETPS	■		■	■	■	■	
EICS	■	■	■	■	■	■	■
REEUR	■	■	■	■	■	■	■
PAU matéria de ambiente	■	■	■	■	■	■	■
EB 2020	■				■	■	
Plano EcoAP	■	■	■	■	■	■	
QAH	■	■	■	■	■	■	■
EEAAC	■		■	■	■	■	■
CPPMCN				■		■	
CSPAE				■		■	
CEPPA				■		■	
CEP				■	■	■	
CQCEVPCS				■		■	
Portugal 2020	■	■	■	■			
ENDS 2015	■	■	■	■	■	■	■
ENAAC	■	■	■	■	■	■	■
ENGIZC	■	■			■	■	■
ENE 2020	■		■				
ENM	■	■			■		■
ENCNB	■				■	■	■
EFICE	■	■					
PNAEE	■		■				
PNAAS		■					■
PSRN2000					■	■	■
PENT	■	■		■		■	■
PET	■	■		■			
PNPOT	■	■		■	■	■	■
PNAC	■		■	■			■

QRE	FCD						
	Competitividade e Sistema Produtivo	Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	Energia	Qualificação Territorial e Identidade Regional	Recursos Naturais	Paisagem e Património	Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos
ECO.AP	■		■				
ENF	■	■			■		■
PANCD	■	■		■	■	■	■
ENRG - RN	■	■		■	■	■	■
EAAFAC					■	■	■
PROTA	■	■	■	■	■	■	■
PROTOVT	■	■	■	■	■	■	■
PGBH Sado e Mira	■			■	■	■	
PGBH Guadiana	■			■	■	■	
PGRH Tejo	■			■	■	■	
POOC Sado - Sines	■	■		■	■	■	■
POOC Sines - Burgau	■	■		■	■	■	■
PROF AA	■			■	■	■	■
PROF BA	■			■	■	■	■
PROF AL	■			■	■	■	■
PO PNSAC	■			■	■	■	
PO RNES	■			■	■	■	
PO PNVG	■			■	■	■	
PO PPSM	■			■	■	■	
PO PN SSM	■			■	■	■	
PO RNPB	■			■	■	■	
PO PNSACV	■			■	■	■	
PO RNLSAS	■			■	■	■	
PO MNPR	■			■	■	■	
PO RNET	■			■	■	■	
EEIA	■	■	■	■	■	■	
EDR	■	■	■	■	■	■	■

Legenda: ■ Articulação.

6.1. COMPETITIVIDADE E SISTEMA PRODUTIVO

6.1.1 INTRODUÇÃO

O crescimento inteligente da Região do Alentejo deve assentar numa economia mais verde e mais competitiva, baseada no conhecimento, na ecoinovação, na ecoeficiência e na transferência de tecnologias, métodos e processos produtivos mais sustentáveis, entre os centros de I&D e as empresas, que permitam o desenvolvimento de novos produtos transacionáveis e com valor acrescentado (Portugal 2020 – Estratégia de Especialização Inteligente).

Para aumentar a produtividade, a criação de emprego, num contexto de fortalecimento da coesão social, deve seguir-se uma estratégia, inteligente, sustentável e inclusiva:

- Inteligente, através da aposta na investigação e na inovação, que a longo prazo permite um maior retorno do investimento, em termos de ganhos de produtividade, assegurando a capacidade necessária de adaptação dos recursos humanos aos novos desafios económicos que se colocam;

- Sustentável, para garantir as bases de uma economia mais competitiva assente, na eficiência energética (garantindo assim a sustentabilidade climática), com respeito pelo equilíbrio ambiental e na valorização económica sustentável do potencial endógeno da Região do Alentejo;

- Inclusiva, porque o desenvolvimento económico sustentável e a consciência ambiental apenas serão uma realidade se estiverem garantidas as condições, de educação, formação e emprego.

6.1.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos que se propõem para o FCD "Competitividade e I&D&I" advêm de uma análise pericial aos documentos integrados no QRE. Deste modo, os objetivos para o FCD em questão no âmbito da presente AAE são:

- Estimular a produção de bens e serviços ecoinovadores e transacionáveis, que contribuam para o aumento das exportações e para a qualificação do perfil de especialização da economia da Região do Alentejo;

- Melhorar a base de conhecimentos, promover a inovação e ecoeficiência, contribuindo para o aumento sustentável da produtividade, assegurando ao mesmo tempo a utilização sustentável dos recursos e atenuando as pressões sobre o ambiente;

- Promover a criação e desenvolvimento de tecnologias ecológicas benéficas para a economia e que ajudam a criar emprego, considerando que a ecoinovação é fundamental para a competitividade económica da Europa;

- Reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento do Oceano e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos e atividades.

- Promover a conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, combate às alterações climáticas, e preservação e valorização do património construído;

- Redução da intensidade energética no produto;

O processo de seleção e desenvolvimento dos indicadores propostos para a caracterização da situação de referência, apresentados no Quadro 6.1.1, e nos quais assenta a AAE do POR Alentejo, baseou-se na análise pericial de relatórios nacionais e internacionais de indicadores de ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como nos documentos orientadores da Comissão Europeia para a Avaliação dos PO, os indicadores das próprias cadeias de programação do PO e os indicadores da avaliação *ex-ante*.

Quadro 6.1.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Competitividade e Sistema Produtivo"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Descrição
Sistema de I&D&I: De que forma o PO promove a criação de sinergias entre o setor privado, os centros de I&D&I e o ensino superior, bem como o desenvolvimento de projetos de valorização económica e transferência de I&DT, de modo a promover a criação de valor e a otimização sustentada da produtividade?	Proporção do investimento em I&D do setor privado na Região do Alentejo (%)	Refere-se ao financiamento privado em I&D sobre o financiamento total em I&D x 100.
	Proporção da despesa em I&D no PIB da Região do Alentejo (%)*	Refere-se ao investimento em I&D sobre o PIB Regional x 100.
	Evolução da posição da Região do Alentejo no "*Regional Innovation Scoreboard*" em Portugal e na U.E.	Refere-se à evolução da posição ocupada pela Região Alentejo no "*Regional Innovation Scoreboard*".
	Pedidos de registo de invenções na Região do Alentejo (n.º)	Refere-se ao número de pedidos de invenções de origem portuguesa registadas na Região Alentejo.
Produtividade, diferenciação e	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço CAE Rev. 3 B a H, J, K,	Refere-se à percentagem de empresas com mais de 10 pessoas ao serviço, pertencentes

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Descrição
internacionalização: De que forma contribui o PO para a criação de empresas associadas aos setores do turismo sustentável, economia de mar, agricultura, agro-indústria, atividades do sistema de montado, o *cluster* da Pedra Natural e as fileiras produtivas de base florestal e natural, bem como para a produção de bens e serviços regionais diferenciadores no domínio do uso, gestão e valorização de recursos endógenos, que se traduzam em oportunidades de internacionalização?	M, Q) com atividades de inovação de processo (%) e tipo de inovação implementada	ao CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q, com atividades de inovação de processos e tipo de inovação implementada.
	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de produto, processo ou atividades de inovação abandonadas que atribuíram grau de importância alta a fatores que dificultaram a inovação (%)	Refere-se à percentagem de empresas com 10 com 10 ou mais trabalhadores, dos (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q, com atividades de inovação de produto, processo ou atividades de inovação abandonadas que atribuíram grau de importância alta a fatores que dificultaram a inovação.
	Volume de negócios resultante da venda de produtos novos (€) das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q)	Refere-se ao volume de negócios resultante da venda de produtos novos, das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço dos CAE Rev. 3 B a H, J, K, M e Q.
	Nascimento de empresas por setor de atividade, com especial foco para as empresas em setores de alta e média alta tecnologia (n.º)	Refere-se ao número de nascimentos de empresas por setor de atividade, com especial foco para as empresas em setores de alta e média alta tecnologia.
	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%)	Refere-se à percentagem das exportações de bens de alta tecnologia relativamente ao total.
	Vendas de produtos e ativos biológicos nas empresas (milhares de €)	Refere-se à venda de produtos e ativos biológicos nas empresas da Região do Alentejo
Dinamização da base produtiva: De que forma contribui o PO para a promoção de iniciativas locais de dinamização das atividades económicas associadas aos recursos naturais e culturais?	Empresas apoiadas no âmbito das iniciativas locais de emprego ou estímulo à oferta de emprego por setor de atividade, com especial foco, nos setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo da natureza e costeiro e silvicultura (n.º e % do total de empresas)	Refere-se ao número (e percentagem do total) de empresas da Região do Alentejo apoiadas no âmbito das iniciativas locais de emprego ou estímulo à oferta de emprego, por setor de atividade, com especial foco, nos setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo da natureza e costeiro, silvicultura.
	Postos de trabalho criados através do apoio às iniciativas locais de emprego, por setor de atividade, com especial foco, nos setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo da natureza e costeiro e silvicultura (n.º)	Refere-se ao número de postos de trabalho criados através do apoio às iniciativas locais de emprego, por setor de atividade, com especial foco, nos setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo da natureza e costeiro, silvicultura.
	Rótulos ecológicos certificados (n.º)	Refere-se ao número de rótulos ecológicos certificados.
Competitividade económica: De que forma contribui o PO para o aumento da capacidade competitividade e adaptação das empresas, dos trabalhadores e dos empresários aos processos de mudança e inovação?	Plataformas logísticas inter e multimodais (n.º)	Refere-se ao número de plataformas logísticas inter e multimodais existentes na Região do Alentejo.
	Ligações viárias, do tipo "*last mile*" construídas ou requalificadas (km)	Refere ao número de ligações construídas ou requalificadas do tipo "*last mile*", que têm como objetivo o aumento da eficiência nas deslocações.

6.1.3 SITUAÇÃO ATUAL

De acordo com o *Regional Innovation Scoreboard* (2012), o Alentejo tem registado nos últimos quatro anos uma melhoria do desempenho das atividades de inovação com aproximação às médias nacionais (Quadro 6.1.2).

Quadro 6.1.2 – Classificação de Portugal e da Região do Alentejo no *Regional Innovation Scoreboard*

Localização geográfica	2007	2009	2011
Portugal	Moderado	Moderado	Moderado
Alentejo	Moderado Baixo	Moderado-Médio	Moderado-Médio

Fonte: Comissão Europeia, 2012

O investimento em inovação (proporção de despesa em I&D no PIB), em 2010, atingia 0,45% do PIB (um sexto da meta para uma de 3% em 2020), proporção residual num contexto em que a propensão para a inovação no setor empresarial do Alentejo é também bastante reduzida (Quadro 6.1.3). Constata-se que o Alentejo fica bastante aquém dos níveis nacionais e da meta estabelecida na Estratégia Europa 2020, em termos de proporção da despesa de I&D no PIB, sendo preocupante, a tendência regressiva deste indicador a partir de 2008 (Quadro 6.1.3).

Quadro 6.1.3 – Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%), na Região do Alentejo

Período de referência	Localização geográfica	Total (%)	Estado (%)	Empresas (%)	Ensino Superior (%)	Instituições Privadas sem fins lucrativos (%)
2010	Portugal	1,59	0,11	0,73	0,58	0,16
	Alentejo	0,45	0,01	0,16	0,28	0,00
2009	Portugal	1,64	0,12	0,78	0,6	0,15
	Alentejo	0,79	0,01	0,25	0,51	0,00
2008	Portugal	1,5	0,11	0,75	0,52	0,12
	Alentejo	0,91	0,07	0,58	0,27	0,00
2007	Portugal	1,21	0,11	0,62	0,36	0,12
	Alentejo	0,66	0,06	0,32	0,27	0,01

Fonte: INE, 2013

Os pedidos de registo de invenções tiveram um decréscimo de 25,9% no período de 2011-2012, com uma representatividade de 2,9% no total de pedidos a nível nacional. Verifica-se assim um desvio negativo de 60% face à média nacional.

Quadro 6.1.4 – Pedidos de registo de invenções na Região do Alentejo

Pedidos de registo de invenções	
Pedidos de registo de invenções no ano 2011	27
Pedidos de registo de invenções no ano 2012	20
% variação anual	-25,9%
% sobre o total de pedidos nacionais	2,9%
População residente	757.190
Pedidos/milhão de habitantes	26
Desvios sobre a média nacional	-60%

Fonte: INPI, 2013

Relativamente ao desenvolvimento de novos produtos, a Região do Alentejo apresenta resultados positivos com destaque para o aumento do volume de negócios resultante da venda de inovações novas, desenvolvidos pelas empresas, com 10 ou mais trabalhadores, que apesar de pouco expressivo no contexto nacional, representa um aumento da capacitação regional em termos de inovação e criação de novos produtos (Quadro 6.1.5).

Quadro 6.1.5 – Volume de negócios resultante da venda de produtos novos das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q)

Período de referência	Localização geográfica	Volume de negócios (€)	% Volume de negócios
2008 - 2010	Portugal	29 730 046	-
	Alentejo	284 210	3,0 %
2006 - 2008	Portugal	35 496 372	-
	Alentejo	1 069 594	1,0%

Fonte: INE, 2010

Contudo, a Região do Alentejo reflete os constrangimentos registados a nível nacional, onde existe ainda uma percentagem significativa de empresas que abandonam os processos ou atividades de inovação, devido sobretudo, à falta de capitais, falta de financiamento de fontes externas e aos custos elevados associados à inovação (Quadro 6.1.6).

Quadro 6.1.6 – Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de produto, processo ou atividades de inovação abandonadas que atribuíram grau de importância alta a fatores que dificultaram a inovação (%)

Tipo de obstáculo	2008 - 2010	
	Portugal	Alentejo
Insuficiência de capitais próprios ou do grupo a que pertence	34,1	44
Falta de financiamento de fontes externas	31,4	43,1
Custos com a inovação demasiado elevados	38,2	43,3
Falta de pessoal qualificado	12,5	8,3
Falta de informação sobre tecnologia	6,6	2,9
Falta de informação sobre os mercados	7,2	8,2
Dificuldade em encontrar parceiros para cooperação em projetos de inovação	13,6	18,9
Mercado dominado por empresas estabelecidas	18,5	9,5
Incerteza na procura ou no mercado para os bens ou serviços novos	20,7	17,1

Fonte: INE, 2012

Por outro lado, a Região do Alentejo aproxima-se das médias nacionais, no que concerne ao desenvolvimento de atividades de inovação de processo, pelas empresas com 10 ou mais trabalhadores dos setores CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q, sendo de referir que 22% das empresas inovaram nos métodos de fabrico ou produção de novos produtos; 23% implementaram novas atividades de apoio aos processos da empresa e os restantes 16,6% implementaram novos ou melhorados métodos de logística, entrega ou distribuição dos fatores produtivos ou produtos finais (Quadro 6.1.7).

Quadro 6.1.7 – Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo %) e tipo de inovação implementada

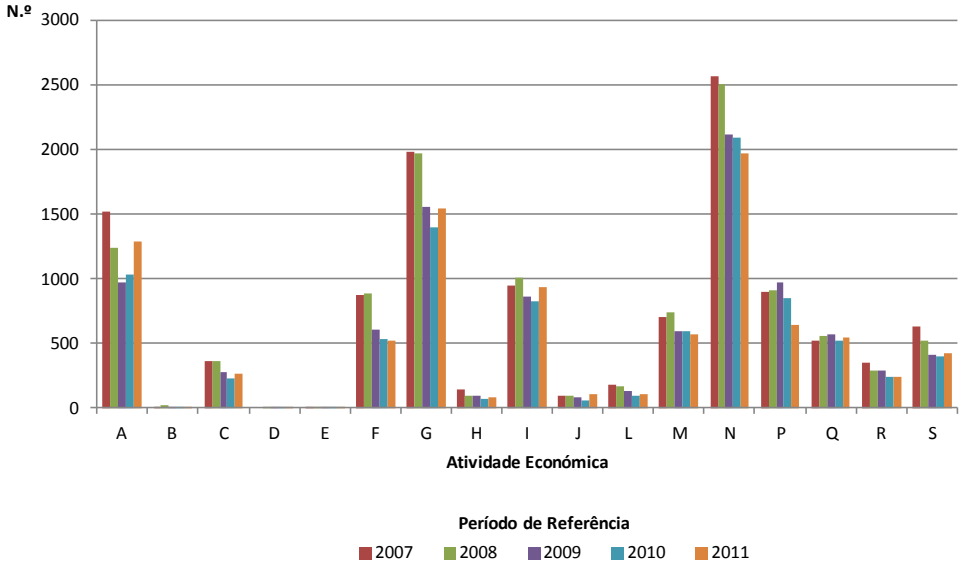
Tipo de inovação implementada	2008 - 2010	
	Portugal	Alentejo
Novos ou significativamente melhorados métodos de fabrico ou produção de produtos	23,1	22,2
Novos ou significativamente melhorados métodos de logística, entrega ou distribuição dos fatores produtivos ou produtos finais	14,4	16,6
Novas atividades de apoio aos processos da empresa ou significativamente melhorados	29,4	23,2

Fonte: INE, 2012a

No ano de 2011 nasceram na Região do Alentejo 9.316 empresas, sendo de destacar as atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (G) e a criação de empresas associadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (Figura 6.1.1). Considera-se importante referir que nos anos 2009 e 2010 esta Região teve um decréscimo acentuado do número de empresas criadas, com taxas de variação negativas de cerca de 16% e 6% respetivamente, sendo que depois desse período, o ano de 2011 volta a registar um aumento das empresas criadas de 3,6% (INE, 2013b).

A mesma tendência se verificou na criação de empresas em setores de alta e média alta tecnologia, quer a nível nacional como na Região do Alentejo (Figura 6.1.1), com taxas de variação negativas de 0,2% e 0,3% nos anos de 2009 e 2010, sendo que no ano de 2011 se verifica uma recuperação, com 145 nascimentos e uma taxa de crescimento de 0,6%.

A Região apresenta uma proporção de nascimentos de empresas nos setores de alta e média tecnologia, inferior aos valores nacionais e a tendência de evolução recente (entre 2009 e 2010) para este indicador é claramente decrescente quer ao nível nacional, quer ao nível regional e sub-regional, verificando-se que, no Alentejo, em cada 100 empresas criadas, apenas uma se enquadra em setores de alta e média tecnologia (CCDR Alentejo, 2013).



Legenda: A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F – Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; L- Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; P – Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços.

Figura 6.1.1 – Nascimento de empresas na Região do Alentejo por atividade económica (INE, 2013a)

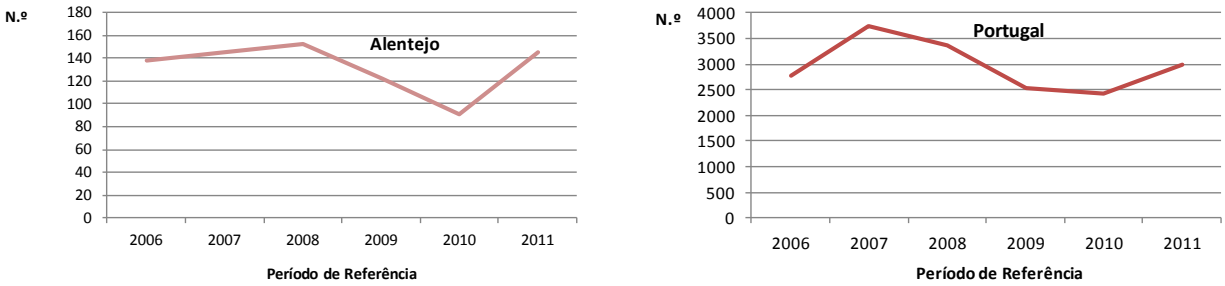


Figura 6.1.2 – Nascimento de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (INE, 2013b)

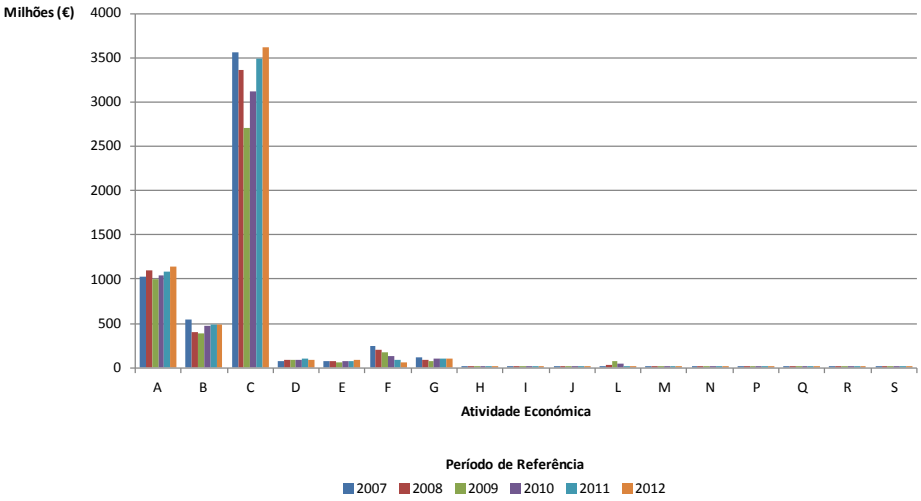
As exportações de bens de alta e média tecnologia representam cerca de 3% do total das exportações regionais (ano de 2013) apresentando uma tendência de evolução negativa face aos valores registados no ano de 2008 e 2009. Relativamente à criação de valor acrescentado nos sectores de alta e média tecnologia, a evolução no Alentejo acompanha a quebra registada a nível nacional, decorrente da diminuta expressão regional das indústrias de setores de média e alta tecnologia (CCDR Alentejo, 2013).

Quadro 6.1.8 – Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%)

Localização geográfica	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	6,83	6,36	3,66	3,04	3,07	3,31	3,39
Alentejo	4,65	5,96	5,17	4,26	2,83	3,21	2,71

Fonte: INE, 2014a

A venda de produtos e ativos biológicos constitui um importante indicador que permite aferir, ainda que de forma indireta, a valorização económica dos recursos endógenos naturais produtivos da Região do Alentejo. Neste sentido, verifica-se um aumento substancial das vendas de produtos e ativos biológicos associados aos setores da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (1.026 milhões de euros), indústrias transformadoras (3.563 milhões de euros), indústria extrativa apresenta um crescimento de cerca de 1% das vendas (494 milhões de euros), comércio por grosso e a retalho com vendas no valor de 110 milhões de euros e o setor captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (89 milhões de euros). Contrariamente a construção civil, que apresenta uma redução de 37% das vendas (59 milhões de euros) no período de 2012-2011, associada sobretudo à crise verificada em Portugal e na Europa (Figura 6.1.3).



Legenda: A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F – Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; L- Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; P – Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços.

Figura 6.1.3 – Venda de produtos e ativos biológicos (milhões €) das empresas da Região do Alentejo por atividade económica (INE, 2014b)

No sistema logístico, destacam-se as deficientes acessibilidades na ligação do Porto de Sines a Espanha (fruto da não concretização do IC33, do IP8 e da ligação ferroviária a Espanha), as dificuldades de consolidação do Aeroporto de Beja e a desarticulação entre Portugal e Espanha quanto a normativos e procedimentos aplicáveis aos operadores ferroviários de transporte de

mercadorias, que embora não seja uma realidade específica do Alentejo, surge também como entrave à afirmação do sistema logístico regional (CCDR Alentejo, 2013).

No cômputo geral, a Região do Alentejo situa-se bastante abaixo das metas de referência europeias e nacionais, apresentando um nível muito débil de peso de despesas de I&D no PIB; um tecido empresarial fragmentado, constituído por empresas de pequena dimensão, com baixos níveis de produtividade, com reduzida capacidade de inovação, serviços e produtos pouco intensivos em tecnologia e conhecimento, e uma fraca capacidade de internacionalização, associada à qualificação da mão-de-obra para fazer face aos desafios do mercado atual.

Importa ainda referir que no âmbito dos critérios de avaliação "dinamização da base produtiva" e "competitividade económica" não é possível apresentar a análise dos indicadores propostos devido à ausência de informação ou nível de desagregação. Neste sentido, a recolha de informação de base que permita aferir estes indicadores, bem como o posicionamento da Região do Alentejo em relação às metas nacionais e europeias, deve constituir uma prioridade na Fase de Seguimento.

No Quadro A13.2.1, do Anexo 13.2, é apresentada uma síntese dos indicadores que permitiram identificar o estado da situação atual correspondente ao sistema I&D&I, produtividade, diferenciação e internacionalização dos setores económicos.

No Quadro 6.1.9 é apresentada uma análise da salvaguarda e do potencial de resposta do PO aos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças (análise *Strength, Weaknesses, Opportunities and Threats* – SWOT) identificados no âmbito do PAR do Alentejo, no domínio da competitividade e sistema produtivo, e que o PO tem âmbito de intervenção.

Quadro 6.1.9 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD "Competitividade e Sistema Produtivo", no POR Alentejo

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
Pontos Fracos											
Debilidade do potencial científico e tecnológico (escassez de massa crítica instalada), bem como na cooperação/articulação entre as diversas instituições de investigação e entre estas e as empresas;	■										--
Tecido empresarial fragmentado, constituído por empresas de pequena dimensão, com baixos níveis de produtividade, com reduzida capacidade de inovação, serviços e produtos pouco intensivos em tecnologia e conhecimento. Fraca capacidade de internacionalização, associada à qualificação da mão-de-obra para fazer face aos desafios do mercado atual	■		■								--
Insuficiente investigação associada a produtos regionais economicamente mais significativos;	■										--
Reduzida despesa em Inovação e Tecnologia pelas empresas;	■		■								--
Debilidades de conectividade e logística, associadas às deficientes acessibilidades na ligação do Porto de Sines à Europa pelas rodoferroviárias;						■					--
Existência de alguns constrangimentos na mobilidade intrarregional e na articulação entre modos e serviços de transporte, com impactes negativos na competitividade da economia Regional, bem como na eficiência (tempo/custo) das deslocações.						■					--

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
Pontos Fortes											
Posicionamento geográfico estratégica: porta Atlântica da Europa, Península Ibérica, proximidade à Área Metropolitana de Lisboa e ao Algarve, bem como com as rotas marítimas mundiais e ligações com Africa, América e Europa											--
Boa cobertura territorial de Instituições de ensino superior, de investigação, de formação e qualificação profissional e capacidade de investigação e de transferência de resultados, designadamente nos sectores económicos identificados na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (Complexo Agroalimentar e Florestal; Património e Cultura; Ambiente e Recursos Naturais; Energias Renováveis; Mobilidade, Aeronáutica e TIC; e Economia Social);	■										--
Potencial de internacionalização que conta com o Complexo de Sines, os recursos minerais (mármores, granitos e minerais metálicos) e o Complexo Agro-Florestal (Alqueva e outros regadios e produção de cortiça);			■								--
Diversidade de recursos de património natural, paisagístico e cultural e condições privilegiadas para atividades competitivas e de interesse estratégico, associadas ao sistema cultural mediterrânico e às atividades agrícola e agroindustrial, pecuária e florestal, geológica e mineira, turística e energética;			■		■						--
Existência de uma facha costeira com elevado potencial ao nível dos usos e atividades de recreio, turismo sustentável, pesca aquicultura	■		■		■						--
Oportunidades											
Estratégias nacionais e europeias direcionadas para o investimento em I&DT, com especial foco na ecoinovação e ecoeficiência;	■			■							--
Oportunidade para desenvolver novas atividades económicas assentes na valorização dos recursos naturais endógenos, nomeadamente a produção de energia, biotecnologia, investigação e exploração de novas alternativas no domínio da agricultura, produção animal, silvicultura, montado, agroalimentação, recursos minerais, pesca, turismo da natureza, atividades de recreio e lazer, turismo costeiro e associado ao bem-estar;	■										--
Oportunidade para consolidar a rede de transporte multi e intermodal sobretudo a consolidação do eixo rodoferroviário, contribuindo para a maior eficiência do transporte de mercadorias e para o aumento da atratividade empresarial e da capacidade de internacionalização;				■		■					--
Oportunidade para criar sinergias e novas dinâmicas empresariais em setores de atividade como a energia renovável, aeronáutica, economia do mar, agricultura, agroindustrial e economia verde;			■	■							--
Oportunidade para criar serviços associados à indústria aeronáutica com potencial de dinamização e complementaridade com outras atividades utilizadoras de mão-de-obra			■								--

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
qualificada e de efeitos de aglomeração, nomeadamente com a indústria automóvel, a eletrónica e o desenvolvimento de novos materiais;											
Oportunidade para consolidar o Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, sobretudo no que refere a conhecimentos e inovações que podem contribuir para o aumento da ecoeficiência das empresas, bem como para a criação de novos produtos assentes na valorização dos recursos naturais.											--
Ameaças											
Dificuldade em implementar práticas agrícolas inovadoras, adequadas à preservação dos recursos naturais, conjugadas com os desafios ambientais que se colocam, nomeadamente a adaptação às alterações climáticas											--
Escassez de mão-de-obra qualificada, associada à falta de capacidade da adaptação das empresas e ativos às mudanças e desafios económicos atuais;											--

Legenda:

- Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- Elementos insuficientes para avaliar
- Âmbito de PO Temático
- Não aplicável / sem relação

Objetivos Temáticos: OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC, bem com a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional e garantir uma Administração Pública eficiente

6.1.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM POR ALENTEJO

Neste ponto analisam-se as perspetivas de evolução da área de intervenção na ausência da implementação do POR Alentejo, de modo a subsidiar os pontos seguintes, fornecendo um quadro de diagnóstico com base no qual se realizará a avaliação dos efeitos identificados. Neste sentido, na ausência de implementação do POR Alentejo é expectável que os fatores analisados no FCD "Competitividade e Sistema Produtivo" sofram um maior afastamento dos objetivos e das metas definidas pela União Europeia e pelo Estado Português, com especial foco para o decréscimo das atividades de I&D, da ecoinovação, da criação de novos produtos e processos mais eficientes, sustentáveis e ecoeficientes, bem como a degradação das relações de cooperação entre as entidades promotoras de investigação científica e tecnológica e o tecido produtivo regional.

Por outro lado, a ausência de implementação do POR Alentejo poderá contribuir para a redução do número de empresas, sobretudo, as associadas à valorização económica de recursos naturais e aos setores de alta e média alta tecnologia, devido aos seus constrangimentos financeiros que contribuem para a reduzida capacidade de internacionalização e competitividade, bem como o baixo desenvolvimento de produtos e serviços transacionáveis.

Poderá ainda verificar-se um decréscimo das iniciativas que contribuem para a valorização económica da base produtiva regional, dos setores tradicionais, do património ambiental, cultural e edificado, contribuindo para o agravamento das condições de vida nos territórios de baixa densidade.

.

6.1.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

No Quadro 6.1.10 são identificados e caraterizados os efeitos previstos que o PO terá sobre o presente FCD, que assentam nesta fase na avaliação dos Objetivos Específicos do POR Alentejo, bem como das ações que os mesmos encerram. A matriz de avaliação, para além da identificação dos efeitos positivos e negativos, tem ainda em conta a ocorrência (curto, médio e longo prazo), o efeito (secundário, cumulativo e sinergético) e a duração (temporário ou permanente).

Quadro 6.1.10 – Avaliação estratégica de efeitos dos Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos do POR Alentejo, relativamente ao FCD "Competitividade e Sistema Produtivo"

Avaliação Estratégia de Efeitos "Competitividade e Sistema Produtivo"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
Eixo Prioritário 3 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		
1.1.1 Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	- Oportunidade para aumentar a produção científica e o desenvolvimento tecnológico ecoinovador e ecoeficiente; - Oportunidade para potenciar a transferência tecnológica, de conhecimentos e experiências, com o objetivo de aumentar a ecoeficiência das empresas, consequentemente, inovar os processos, produtos e mercados; - Oportunidade para capacitar as empresas para a oferta de produtos e serviços de alta qualidade e valor acrescentado; -Oportunidade para adaptar as empresas às mudanças tecnológicas e desafios ambientais, através da criação de um volume considerável de inovações, que funcionam como agentes de mudança; -Contributo para o aumento do registo de patentes verdes.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
1.1.2 Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação	- Oportunidade para fomentar as parcerias entre as universidades, as empresas e centros tecnológicos e de investigação tendo em vista o desenvolvimento de projetos ecoinovadores; - Oportunidade para aumentar a produção científica e o desenvolvimento tecnológico ecoinovador e ecoeficiente.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
1.1.3 Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor	- Oportunidade para aperfeiçoar os processos de criação de produtos ou serviço, de modo a reduzir a utilização de recursos e gerar menos impactes ambientais; - Oportunidade para promover a ecoinovação no sentido do desenvolvimento sustentável de tecnologias, processos e serviços, de modo a promover a criação de valor; - Contributo para a redução de custos associados a consumos e perdas de matérias, reduzindo a necessidade de utilização de recursos naturais, nomeadamente água e energia, preservando assim o ambiente; - Contributo para a transferência de conhecimentos, soluções e habilidades para o setor da indústria, permitindo às empresas ampliar a sua capacidade de inovação;	Não identificados

Avaliação Estratégia de Efeitos "Competitividade e Sistema Produtivo"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	- Contributo para a implementação de boas práticas em ecoeficiência para as empresas.	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
1.2.1 Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação	- Oportunidade para aumentar os níveis de colaboração entre as empresas e instituições; - Oportunidade para capacitar as empresas tendo em vista a criação/ melhoria de produtos e processos, uma vez que a ecoeficiência está em grande medida, vinculada à criatividade e inovação no desenvolvimento de produtos, sendo um dos recursos fundamentais para o desenvolvimento, podendo gerar um grande retorno económico para a Região do Alentejo; - Contributo para o desenvolvimento de uma economia de conhecimento e ecoeficiente, onde as inovações são um importante ativo de competição, uma vez que favorecem o comércio internacional, a criação de novos métodos de produção, podendo aumentar a produtividade e gerar mais riqueza.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
1.2.2 Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (*clusterização*)	- Contributo para o aumento das parcerias entre as universidades, as empresas e centros de investigação; -Oportunidade para estimular a participação de empresas e centros de I&D&I em pólos e *clusters* sobretudo, nas áreas de especialização da Região, considerando que seria uma articulação benéfica para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços ecoinovadores; - Contributo para o desenvolvimento de uma economia de conhecimento e ecoeficiente, onde as inovações são um importante ativo de competição, uma vez que favorecem o comércio internacional, a criação de novos métodos de produção, podendo aumentar a produtividade e gerar mais riqueza.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
1.2.3 Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico	- Contributo para a capacitação das empresas para criar e inovar, uma vez que a ecoeficiência está em grande medida, vinculada à criatividade e inovação no desenvolvimento de produtos, sendo um dos recursos fundamentais para o desenvolvimento, podendo gerar um grande retorno económico para a Região; -Contributo o aumento do investimento das empresas em I&D, sobretudo, nos setores económicos associados à agricultura, pecuária, indústria agroalimentar, montado/cortiça, silvicultura e indústria extrativa;	Não identificados

Avaliação Estratégia de Efeitos "Competitividade e Sistema Produtivo"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	- Contributo para a promoção da competitividade da economia portuguesa baseada no conhecimento; - Contributo para o desenvolvimento de uma economia de conhecimento e ecoeficiente, onde as inovações são um importante ativo de competição, uma vez que favorecem o comércio internacional, a criação de novos métodos de produção, podendo aumentar a produtividade e gerar mais riqueza; - Contributo para o aumento da transferência tecnológica ecoeficiente, transferência de conhecimentos e experiências, com o objetivo de aumentar a ecoeficiência das empresas, consequentemente, inovar os processos, produtos e mercados; -Contributo para o desenvolvimento da vocação económica regional através da criação de novos e /ou melhoria de produtos, serviços e bens diferenciadores e de qualidade, aumento da competitividade, crescimento sustentável e diversificação das exportações.	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
Eixo Prioritário 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza		
OT2. Melhorar o acesso às TIC bem com a sua utilização e qualidade		
2.3.1 Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	N. A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N. A.	N.A.
2.3.2 Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas	N. A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N. A.	N.A.
Eixo Prioritário 1 – Reforçar a competitividade das PME		
OT3. Reforçar a competitividade das PME		
3.1.1 Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	-Contributo para o crescimento sustentado de uma economia do conhecimento e cultura; - Contributo para a criação de valor associado ao desenvolvimento de soluções e aplicações tecnológicas, ligadas à inovação e empreendedorismo, com efeito positivos no turismo sustentável; - Contributo para a criação de marcas e patentes verdes; - Contributo para a preservação e valorização da identidade histórico-cultural e do potencial económico e social das regiões, numa perspetiva de elemento	Não identificados

Avaliação Estratégia de Efeitos "Competitividade e Sistema Produtivo"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	dinamizador de outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração, os transportes e como contributo para a economia do conhecimento; -Contributo para a valorização da cultura, das artes, do património coletivo e para o fortalecimento de sentimentos de pertença à comunidade e aos lugares, e, logo, para a própria coesão social; -Contributo para a congregação da atividade científica e tecnológica, sistemas produtivos inovadores, indústrias criativas, produção de conhecimento e competências e dinamismo cultural, numa lógica de majoração de benefícios mútuos e de afirmação de uma imagem atrativa da região.	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
3.2.1 Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal	- Contributo para a consolidação do setor do turismo sustentável, inovador, assente na valorização dos recursos naturais e da biodiversidade; - Contributo para o desenvolvimento sustentável da economia azul, com especial foco para a aquacultura, pesca, turismo costeiro e biotecnologia marinha; - Contributo para o desenvolvimento de produtos e serviços ecoinovadores associados ao turismo e bem-estar; - Contributo para a criação de parcerias entre empresas e instituições I&D&I, tendo em vista o desenvolvimento de oportunidades de negócio que beneficiem o ambiente, reduzam o impacte ambiental e otimizem a utilização dos recursos; - Contributo para a criação de uma nova geração de indústrias transformadores e serviços de conhecimento assentes em conceitos de ecoeficiência e ecoindústria, com abordagens em "circuito fechado", que minimizam os fluxos de materiais e energia através da mudança dos produtos e/ou métodos produtivos, proporcionando vantagens como a redução de custos com a produção e um o crescimento económico ecológico.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
3.3.1 Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	-Contributo para melhorar o desempenho ambiental geral dos produtos em todo o seu ciclo de vida, impulsionar a procura de melhores produtos e tecnologias de produção mais ecológicas e eficientes; - Oportunidade para a integração do ecodesign nos processos de inovação, promovendo a ecoeficiência, com contributo para a redução de custos de produção; - Oportunidade para potenciar a imagem verde das empresas, potenciar a criação de produtos verdes e aceder a mercados mais sensíveis ao ambiente; - Oportunidade para integrar as questões ambientais no ciclo de vida dos produtos,	Não identificados

Avaliação Estratégia de Efeitos "Competitividade e Sistema Produtivo"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	bem como incentivar a implementação de sistemas de gestão ambiental; - Contributo para a entrada no mercado de tecnologias e produtos respeitadores do ambiente e aumento dos rótulos ecológicos; - Oportunidade para promover a economia hipocarbónica e eficiente na utilização da energia e outros recursos, tendo em vista a preservação do ambiente.	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
3.4.1 Melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização (capital e dívida), promovendo o aumento do investimento e do emprego	- Oportunidade para investir em tecnologias e processos ambientalmente sustentáveis; -Contributo para a promoção de novos processos, tecnologias e serviços que tornam as atividades económicas mais ecológicas.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
Eixo 7 – Eficiência Energética e Mobilidade		
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores		
4.2.1 Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	- Contributo para o aumento da competitividade das empresas; - Oportunidade para promover a ecoeficiência dos processos produtivos e de gestão, que sustentem a internacionalização e a maior incorporação de I&D&I nas empresas.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
4.3.1 Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos	- Contributo para a dinamização do tecido empresarial; - Oportunidade para promover a ecoeficiência e a valorização dos recursos endógenos naturais.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
4.3.2 Aumentar a eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	- Contributo para a dinamização do tecido empresarial; - Oportunidade para promover a ecoeficiência e a valorização dos recursos endógenos naturais.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Competitividade e Sistema Produtivo"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
4.5.1 Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético.	- Oportunidade para promover a ecoeficiência e a valorização dos recursos endógenos naturais.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
Eixo 8 – Ambiente e Sustentabilidade		
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos		
6.3.1 Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	- Contributo para a dinamização da economia local sustentável; - Contributo para a criação de novos produtos e empresas associadas ao setor do turismo, alojamento e restauração; - Contributo para a valorização do potencial natural, cultural e patrimonial; - Contributo para a emergência de uma economia do conhecimento, suportada na cultura e no turismo sustentável, gerando oportunidades para desenvolver uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono, proteção ambiental, maior eficiência de recursos, investimento em transportes sustentáveis e o desenvolvimento de uma economia circular.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
6.4.1 Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos	- Oportunidade para desenvolver a economia verde, na qual os serviços ecossistémicos e o valor do capital natural estejam refletidos nas tomadas de decisão das entidades públicas e privadas; - Oportunidade para valorização economicamente os recursos naturais endógenos; - Oportunidade para desenvolver atividades associadas à natureza e bem-estar.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
6.5.1 Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	- Oportunidade para dinamizar o turismo da natureza, através da criação de novos serviços e produtos turísticos sustentáveis e que contribuam para o rendimento da população local; - Contributo para a valorização do potencial natural, cultural e patrimonial da Região do Alentejo.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
Eixo Prioritário 4 – Acessibilidades para a Competitividade		

Avaliação Estratégia de Efeitos "Competitividade e Sistema Produtivo"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas		
7.2.1 Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as RTE-Transportes, com vista à promoção a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens ao nível local e regional.	- Contributo para aumentar a eficiência das deslocações, no que refere ao transporte de mercadorias, com menor custo para as empresas, contribuindo assim para o aumento da capacidade competitiva das empresas.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
Eixo Prioritário 5 – Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos		
OT8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		
8.1.1 Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e outras entidades do sistema nacional de I&I	- Contributo para a integração de doutorados e pós-graduados em empresas e organizações; - Oportunidade para desenvolver I&D associado à ecoinovação tecnológica dos processos produtivos, serviços e produtos das empresas.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
8.1.2 Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.1.3 Melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.3.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do empreendedorismo social	- Contributo para a emergência de uma economia social, associada à prestação de serviços à população; - Contributo para a diversificação do tecido produtivo.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
8.5.1 Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança	- Contributo para o aumento da produtividade e competitividade das empresas; - Oportunidade para promover a ecoeficiência dos processos produtivos e de gestão, que sustentem a internacionalização e a maior incorporação de I&D&I nas empresas.	Não identificados

Avaliação Estratégia de Efeitos "Competitividade e Sistema Produtivo"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
8.8.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e dinamizar o empreendedorismo social	- Contributo para a emergência de uma economia social, associada à prestação de serviços à população; - Contributo para a dinamização da economia local sustentável.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
8.9.1 Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas	- Oportunidade para valorizar o património natural, cultural, os produtos tradicionais e o "saber fazer", através da criação de novos / melhoria de serviços e produtos economicamente sustentáveis e que contribuam para aumentar o rendimento da população local, sobretudo nos territórios de baixa densidade populacional.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)	- Oportunidade para implementar práticas agrícolas sustentáveis e mais eficientes na utilização dos recursos solo e água, com a adoção de culturas que permitam fazer face aos desafios ambientais; - Oportunidade para estabelecer parcerias entre os centros/ instituições de I&D e as empresas, tendo em vista a adoção das melhores técnicas, tecnologias e processos agrícolas.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
Eixo Prioritário 6 – Coesão Social e Inclusão		
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação		
9.1.1 Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.1.2 Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.6.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção	N.A.	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Competitividade e Sistema Produtivo"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
social assente em parcerias locais	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.7.1 Qualificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.8.1 Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.10.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 2 – Ensino e Qualificação do Capital Humano		
OT10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida		
10.1.2 Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.1.3 Melhorar a qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas específicas e medidas inovadoras, de âmbito regional, no âmbito da Prioridade de Investimento	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.1 Aumentar o número de diplomados do ensino superior, diferenciando os ciclos curto e de licenciatura	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.2 Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.1.2 Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	- Oportunidade para desenvolver tecnologias, processos produtivos e novos produtos ecoinovadores e ecoeficientes que contribuam para o aumento da competitividade das empresas e para a sua internacionalização.	Não identificados

Avaliação Estratégia de Efeitos "Competitividade e Sistema Produtivo"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
10.4.1 Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.5.1 Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.5.2 Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 9– Capacitação Institucional e Modernização Administrativa		
OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública		
11.1.1 Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
11.2.1 Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial	N.A.	N.A.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P – Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si – Sinergético. N.A. – Não Aplicável.

Tendo por base a análise da Tipologia de Ações e os Objetivos Específicos dos Eixos Prioritários, que se articulam com o do FCD "Competitividade e Sistema Produtivo", verifica-se que as opções estratégicas do POR Alentejo apresentadas constituem uma oportunidade para fomentar o crescimento verde, no sentido do desenvolvimento sustentável, através do apoio ao desenvolvimento de novos processos, tecnologias e serviços que tornem as atividades económicas mais ecológicas, contribuindo assim para se encontrarem soluções para os desafios comuns como as alterações climáticas, a escassez de recurso e a perda de biodiversidade, mas também, uma oportunidade para aumentar a competitividade das empresas, a sua capacidade de internacionalização, bem como o acesso a novos mercados.

O POR Alentejo contribuirá igualmente para a dinamização de iniciativas locais associadas às atividades económicas, promoção do emprego e adaptação das empresas, dos trabalhadores e dos empresários ao novo quadro de competitividade da economia global, devendo assumir-se como uma aposta fundamental nos domínios da ecoinovação e valorização de recursos naturais, com especial foco nos setores identificados na RIS da Região (turismo, agricultura, pecuária, recursos minerais, industria agroalimentar, montado e cortiça, pesca e aquacultura).

Em síntese, o Quadro 6.1.11 apresenta uma análise à evolução dos indicadores definidos no âmbito do presente FCD, tendo em conta a situação de referência (subcapítulo 6.1.3), a sua evolução sem a implementação (subcapítulo 6.1.4) e com a implementação do POR (Quadro 6.1.10).

Quadro 6.1.11 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Competitividade e Sistema Produtivo"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Tendências de Evolução		
		Situação Atual	Sem a Implementação do PO	Com a Implementação do PO
Sistema de I&D&I	Proporção do investimento em I&D do setor privado na Região do Alentejo		↘↘	↗
	Proporção da despesa em I&D no PIB da Região do Alentejo		↘↘	↗
	Evolução da posição da Região do Alentejo no "*Regional Innovation Scoreboard*" em Portugal e na U.E.		↘	↗
	Pedidos de registo de invenções na Região do Alentejo		↘↘	↗
Produtividade, diferenciação e internacionalização	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo		↘	↗
	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de produto, processo ou atividades de inovação abandonadas que atribuíram grau de importância alta a fatores que dificultaram a inovação		→	↗
	Volume de negócios resultante da venda de produtos novos (€) das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço		↘	↗
	Nascimento de empresas por setor de atividade, com especial foco para as empresas em setores de alta e		↘	↗

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Tendências de Evolução		
		Situação Atual	Sem a Implementação do PO	Com a Implementação do PO
	média alta tecnologia			
	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia		⇘	⇗
	Vendas de produtos e ativos biológicos nas empresas		⇨	⇗

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	⇘⇘ Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	⇘ Negativa Afastamento das orientações do QRE	⇨ Sem alteração significativa	⇗ Positiva Aproximação às orientações do QRE	⇗⇗ Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

Em síntese, considera-se que as prioridades de investimento apresentadas constituem uma oportunidade para o crescimento verde e azul, associado aos recursos naturais endógenos, biodiversidade e ao mar, respetivamente, assente no desenvolvimento das oportunidades decorrentes da utilização sustentável dos recursos naturais, da investigação e inovação, da transferência de tecnologia, na ecoeficiência das empresas, processos, serviços e produtos. Contudo, salienta-se a necessidade de desenvolver e completar as diversas tipologias de ações, demonstrando de que forma será valorizada a diversidade interna regional, bem como a integração de critérios associados ao trinómio Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo.

6.1.6 RECOMENDAÇÕES

Após a avaliação dos efeitos inerentes aos Objetivos Específicos correspondentes às prioridades de investimento do fator de sustentabilidade "Competitividade e Sistema Produtivo", e apesar de terem sido identificados apenas efeitos positivos, as recomendações apresentadas surgem no sentido de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas em particular a implementar na fase de execução do PO. Neste sentido, apresentam-se as seguintes recomendações:

Quadro 6.1.12 – Recomendações no âmbito do FCD "Competitividade e Sistema Produtivo"

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos/ Efeitos Negativos
Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade ambientais, que privilegiem: - Projetos e/ou ações que contribuam para a valorização da diversidade interna regional, nomeadamente, o mosaico base da estratégia de desenvolvimento regional (Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo); - Projetos e/ou ações que incidam sobre o caráter ecoinovador das iniciativas e ações, no sentido do desenvolvimento sustentável, redução do impacte dos modos de produção no ambiente e utilização	- Estimular a produção de bens e serviços ecoinovadores e transacionáveis, que contribuam para o aumento das exportações e para a qualificação do perfil de especialização da economia da Região de Lisboa; - Melhorar a base de conhecimentos, promover a inovação e ecoeficiência, contribuindo para o aumento sustentável da produtividade, assegurando ao mesmo tempo a utilização sustentável dos recursos e atenuando as pressões sobre o ambiente; - Promover a criação e	⇗	- Oportunidade para desenvolver uma economia assente na valorização dos recursos naturais (sistemas multifuncionais, regadio, agroexportador, produção primária, agrotransformação, turismo, pesca, mar e comercialização de ativos biológicos) Contributo para o desenvolvimento de uma economia de conhecimento e ecoeficiente, onde as inovações são um importante ativo de competição, uma vez que favorecem o comércio internacional, a criação de novos métodos de produção, podendo aumentar a produtividade e gerar mais riqueza;

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos/ Efeitos Negativos
eficiente dos recursos naturais; - Projetos e/ou ações que integrem a ecoeficiência, através do uso de energias renováveis, da eficiência energética e uso eficiente dos recursos e melhores tecnologias disponíveis (MTD).	desenvolvimento de tecnologias ecológicas benéficas para a economia e que ajudam a criar emprego, considerando que a ecoinovação é fundamental para a competitividade económica da Europa.		
Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação.	- Projetos de demonstração e parcerias para a ecoinovação; - Reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento do Oceano e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos e atividades.	↗	- Contributo para a capacitação das empresas para criar e inovar, uma vez que a ecoeficiência está em grande medida, vinculada à criatividade e inovação no desenvolvimento de produtos, sendo um dos recursos fundamentais para o desenvolvimento, podendo gerar um grande retorno económico para a Região.

Legenda:

	↗	➔
Contributo	Potencia os efeitos positivos / oportunidades	Responde aos efeitos negativos / ameaças

6.2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CAPACITAÇÃO HUMANA E INCLUSÃO ATIVA

6.2.1 INTRODUÇÃO

No contexto das principais causas da degradação ambiental, importa salvaguardar a perspetiva de que problemas sociais como o desemprego, a exclusão social, a pobreza ou a alteração da estrutura etária da população poderão desenvolver problemas graves relacionadas com a deterioração e esgotamento dos recursos naturais bem como o aumento da vulnerabilidade da população a fenómenos extremos naturais e ao agravamento das condições de insalubridade dos meios urbanos.

Neste sentido, a análise às questões do capital humano, inclusão e desenvolvimento social é crucial para compreender de que forma estes fatores serão abordados no PO, assegurando a sustentabilidade social como uma condição primária para a proteção ambiental.

6.2.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos que se propõem ao FCD “Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa” advêm de uma análise pericial aos documentos integrados no QRE. Deste modo, os objetivos para o FCD em questão no âmbito da presente AAE são:

- Promover um desenvolvimento rural ajustado à diversidade dos territórios, considerando em especial as necessidades e a especificidade das áreas mais vulneráveis e despovoadas;
- Reforço do investimento na educação, especialmente ambiental, incluindo formação avançada;
- Sensibilizar a população para a problemática da desertificação;
- Valorização dos cuidados de saúde e infraestruturas sociais capazes de dar resposta a grupos mais vulneráveis a fenómenos naturais extremos;

- Integração social e urbana dos grupos sociais mais vulneráveis face à pobreza e exclusão social.

Além disso, no contexto do presente FCD importa destacar as metas definidas nos diversos referenciais estratégicos:

- Portugal 2020: Redução para 10% da taxa de saída precoce do sistema de ensino em 2020 (15% em 2014) e aumento para 40% de diplomados entre os 30 e os 34 anos em 2020 (30% em 2014);
- Aumento da taxa de emprego para 75% na faixa etária dos 20-64 anos;
- Redução do nível de pobreza em menos 200 000 pessoas em 2020 (menos 50 000 em 2014).

O processo de seleção e desenvolvimento dos indicadores propostos, apresentados no Quadro 6.2.1, e nos quais assenta a AAE do POR Alentejo, baseou-se na análise pericial de relatórios nacionais e internacionais de indicadores de ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como nos documentos orientadores da Comissão Europeia para a Avaliação dos PO, os indicadores das próprias cadeias de programação do PO e os indicadores da avaliação *ex-ante*.

Quadro 6.2.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Descrição
População: De que forma o POR Alentejo contribui para a renovação geracional e equilíbrio da estrutura etária da população bem como para o combate ao despovoamento?	Taxa de variação da população residente (%)	Relação entre o crescimento percentual da população residente entre 2001 e 2011.
	População residente segundo os escalões de dimensão populacional (n.º e %)	População residente nos lugares ou parte de lugares incluída numa unidade territorial, de acordo com os seguintes escalões de dimensão populacional: população isolada; lugares até 1999 habitantes; lugares com 2000 ou mais habitantes, os quais se subdividem em lugares de 2000 a 4999, de 5000 a 9999, de 10000 a 99999 e lugares com 100000 ou mais habitantes.
Capacitação e qualificação do capital humano: De que forma o POR Alentejo contribui para o aumento dos níveis de qualificação escolar e diminuição do abandono escolar? Contribui de igual modo para o aumento das competências profissionais e aprendizagem ao longo da vida da população em idade ativa?	População residente por nível de escolaridade (n.º e %)	Número de residentes por nível de escolaridade mais elevado completo.
	Taxa de abandono escolar (%)	Relação entre a população residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano e a população residente com idade entre 10 e 15 anos.
	População que obtém uma qualificação superior nas instituições da Região Alentejo (n.º e % do total de diplomados)	Diplomados no ensino superior por área de estudo e sexo, segundo a NUTS III.
Inovação e inclusão social: De que forma o POR Alentejo contribui para a melhoria da rede de equipamentos sociais e de saúde bem como a resposta grupos específicos mais vulneráveis? Além disso, de que forma contribui para a redução do número de população isolada e para o envelhecimento ativo e saudável?	Beneficiários de RSI (n.º e %)	Número de pessoas que beneficiam da medida de proteção social criada para apoiar pessoas e/ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão
	Taxa de risco pobreza (%)*	Proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.
Emprego: De que forma é promovido o desenvolvimento social através da promoção do emprego?	Taxa de emprego, por idade, sexo e nível de ensino (%)	Relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade), segundo o grupo etário e o sexo.
	Taxa de desemprego (%)	Peso da população desempregada à procura de emprego sobre o total da população ativa.

6.2.3 SITUAÇÃO ATUAL

Apesar da região do Alentejo ocupar cerca de 34% do território nacional, a população representa apenas 7% do total de residentes em Portugal. Em 2011, registou-se uma variação negativa (-2,98%) em relação a 2001, especialmente na faixa etária entre os 15 e os 24 anos (-26,62%). Por outro lado, a população idosa, com 65 e mais anos, sofreu um aumento, resultando numa variação positiva na ordem dos 5,5% (Figura 6.2.1).

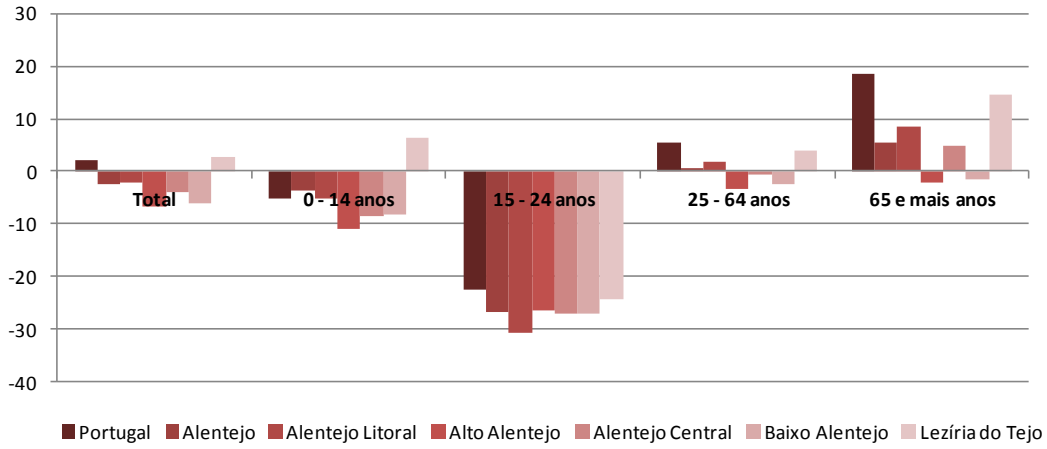


Figura 6.2.1 – Variação da população residente, entre 2001 e 2011, em Portugal e no Alentejo (Fonte: INE, 2012)

Nesta região existe uma percentagem significativa de população que vive isolada (6%), o que significa que mais de 43 mil habitantes se encontram nesta situação, e especialmente nas sub-regiões do Alentejo Litoral e Alentejo Central, tendência muito diferente da média nacional, em que apenas 1,7% da população vive isolada. Cerca de 40% dos residentes vivem em lugares até 1999 habitantes e 54% em lugares com 2000 ou mais habitantes.

No que respeita à instrução da população, existe uma prevalência de indivíduos com baixas qualificações escolares (23% da população não possui nenhum nível de escolaridade e 27% possui o 1.º ciclo). Apenas 9% da população possui o ensino superior, com uma clara diferença entre sexos, onde mais de metade dos licenciados são mulheres.

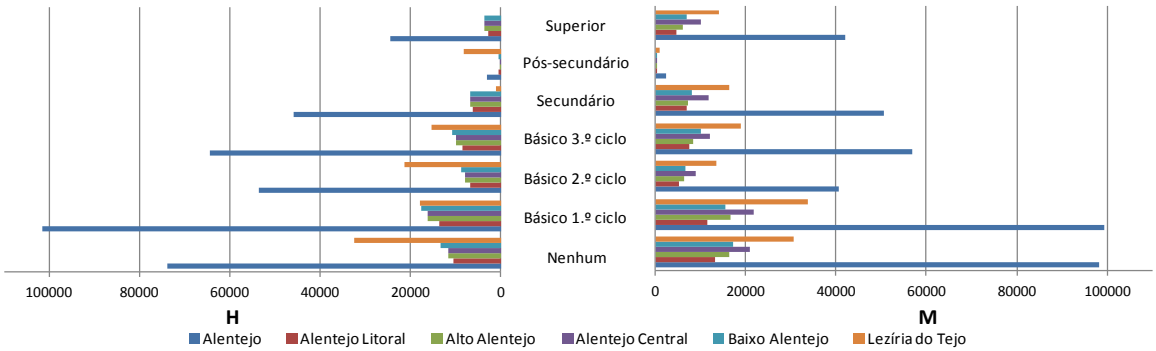


Figura 6.2.2 – População residente por nível de escolaridade e sexo, na região do Alentejo e sub-regiões (Fonte: INE, 2012)

Numa análise à população licenciada, cerca de 6% especializou-se na área da proteção ambiental, devido à localização da Universidade de Évora e do Instituto Politécnico de Beja, com lecionação de cursos com relevância para a proteção do ambiente, nomeadamente a Agronomia, Biologia, Ciências

da Terra e da Atmosfera, Engenharia do Ambiente, Engenharia das Energias Renováveis, Geografia e Geologia.

Relativamente ao abandono escolar, na região do Alentejo regista-se uma taxa superior à média nacional (1,67% e 1,58% respetivamente). A sub-região do Baixo Alentejo apresenta os valores mais preocupantes, com uma taxa de abandono escolar que ultrapassa os 2%. Também nas sub-regiões do Alentejo Litoral e Alto Alentejo se verificam situações graves, com taxas na ordem dos 1,8%.

No que concerne ao emprego, e seguindo a tendência nacional, verificou-se um decréscimo nos últimos 3 anos. Em 2011 mais de 50% da população em idade ativa estava empregada (50,6%), em 2012 esse valor desceu para os 48,1% e no ano seguinte sofreu uma nova descida para os 47,3%, ficando abaixo da média nacional (50,4%).

O sexo masculino apresenta níveis de empregabilidade mais elevados, especialmente nas faixas entre os 35 e 44 anos. À medida que decresce o nível de instrução, diminui igualmente a taxa de emprego. Salienta-se que o emprego com baixos níveis de qualificações é superior nos homens (básico 1.º ciclo), especialmente na faixa entre os 35 e 44 anos e os 35 e 44 anos (Figura 6.2.3).

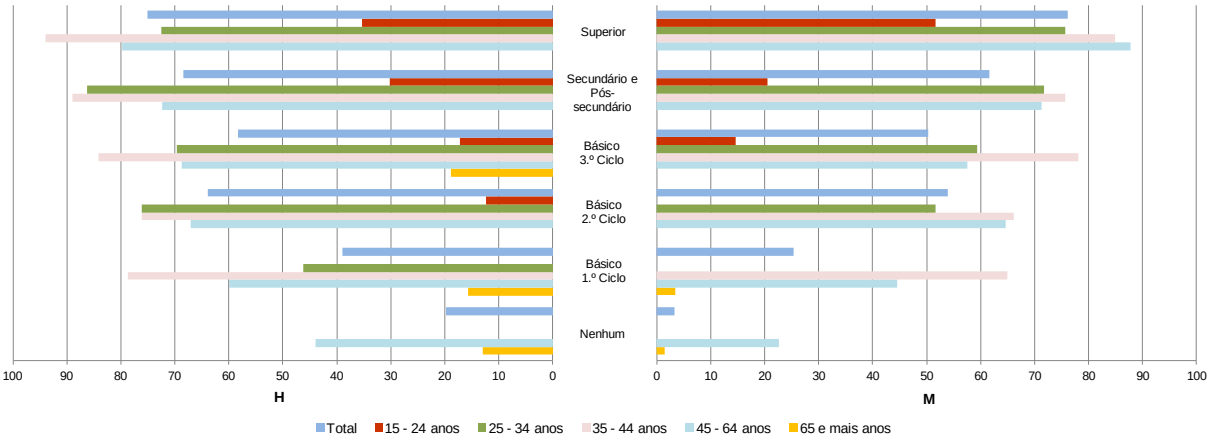


Figura 6.2.3 – Taxa de emprego por idade, nível de escolaridade e sexo, na região do Alentejo e sub-regiões (Fonte: INE, 2012)

Neste sentido, desde 2011 que se verifica um aumento da taxa de desemprego, ficando cada vez mais longe das metas europeias. Nesse ano a taxa de desemprego situava-se nos 12,4% e no ano seguinte subiu para 15,9%, atingindo especialmente o sexo feminino. No final do ano de 2013, a região registou a taxa de 16,8%, valor ligeiramente acima da média nacional (16,3%). Salienta-se ainda que as faixas etárias mais jovens são as que registam níveis de desemprego superiores, especialmente entre os 15 e 24 anos (38,9%) e os 25 e 34 anos (20,5%) (INE, 2014).

O envelhecimento da população, a elevada densidade populacional nos centros urbanos e os níveis de desemprego registados, especialmente os de longa duração, aumentam igualmente o risco de pobreza e exclusão social, aumentando igualmente problemas associados à insalubridade urbana e ao número de pessoas vulneráveis a fenómenos naturais. Em Portugal, a população residente em risco de pobreza ou exclusão social foi de 25,3% em 2012. Para a região Alentejo não foi possível obter dados concretos.

No entanto, os beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) pode ser um bom indicador sobre o aumento da pobreza e exclusão social, uma vez que corresponde a uma medida de proteção social criada para apoiar pessoas e/ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão.

De acordo com o Anuário Estatístico da Região do Alentejo, em 2012 cerca de 4% da população residente era beneficiário de RSI, especialmente na área do Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Lezíria do

Tejo. Metade dos beneficiários tinha menos de 25 anos (51%) e 8% tinha 55 ou mais anos. Salienta-se ainda que cerca de 51% dos beneficiários são do sexo feminino.

Já no que concerne à saúde, em 2011, cerca de 5% das camas disponíveis em hospitais localizavam-se na região do Alentejo. Do total de camas disponíveis na região, cerca de 86% correspondem a hospitais gerais e apenas 14% a hospitais especializados. Além disso, estão disponíveis cerca de 59 centros de saúde, sem serviço de internamento (INE, 2013).

No Quadro A13.2.2, do Anexo 13.2, é apresentada a síntese de resultados para a situação atual para o presente FCD e no Quadro 6.2.2 é apresentada uma análise da salvaguarda e do potencial de resposta do POR aos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças (análise SWOT) identificados no âmbito do PAR do Alentejo, no domínio do desenvolvimento social, capacitação humana e inclusão ativa, e que o POR tem âmbito de intervenção.

Quadro 6.2.2 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa", no POR Alentejo

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
Pontos Fracos											
Envelhecimento populacional e reduzida disponibilidade de população em idade ativa								■			
Despovoação fora dos aglomerados principais							■				
Percentagem significativa de população isolada											
Elevada taxa de desemprego	■		■				■	■			
Aumento do número de beneficiários de RSI							■				
Elevado número de desempregados jovens	■		■				■	■			
Pontos Fortes											
Cidades médias com qualidade de vida (Évora, Beja, Santarém)											
Existência de instituições de ensino com cursos relacionados com o ambiente									■		
Oportunidades											
Instrumentos financeiros de apoio à fixação da população								■			
Aumento do número de iniciativas e programas de apoio e incentivo ao repovoamento rural								■			
Aposta no ensino técnico e na articulação dos sistemas de ensino e formação profissional									■		
Ameaças											
Fraca capacidade de regeneração da população								■			
Dificuldade em mobilizar a população para os meios rurais							■				
Crescimento do desemprego a nível nacional	■		■				■	■			

Legenda:

- ■ Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- ■ Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- ■ Elementos insuficientes para avaliar
- □ Não aplicável / sem relação

Objetivos Temáticos: OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade. OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6. Proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza; OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente.

6.2.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM POR ALENTEJO

Sem o POR Alentejo a adaptação ao contexto recente ficaria comprometida. Encontram-se em fase de implementação diversos planos e programas que contribuem de forma positiva para o desenvolvimento social, nomeadamente a ENDS 2015, o PNPOT, o PANCD, os planos especiais de ordenamento do território e os planos municipais. Estes documentos apontam para uma aposta no investimento que permita melhorar a situação regional. No entanto, sem o POR Alentejo será mais difícil assegurar os recursos necessários para atingir as metas propostas, quer nos referidos referenciais, quer das estratégias europeias.

Neste contexto, é possível o aumento dos problemas associados ao envelhecimento da população e à redução da taxa de natalidade, ao desemprego, à pobreza e à exclusão social. Do mesmo modo, agravaria o problema de despovoamento, que afeta grande porção do território regional, com implicações no aumento do risco de degradação ambiental e redução da qualidade de vida da população residente. Agravaria também a prestação de apoio social aos grupos mais vulneráveis, como os idosos e os deficientes.

Apesar das melhorias significativas na educação e escolaridade da população bem como no número de investimentos de serviços de proximidade territorial (saúde, educação, comunicação,..), de acordo com o diagnóstico, é ainda necessário algumas intervenções a este nível. E na ausência do PO, a tendência positiva que se tem registado nos últimos anos irá ser prejudicada. Além disso, uma população instruída reforça a relação entre o homem e a natureza, tendo em consideração que terá uma maior consciência critica sobre os problemas ambientais.

6.2.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos estabelecidos e o diagnóstico apresentado, a identificação e caracterização dos efeitos do POR Alentejo, relativamente ao FCD em questão (Quadro 6.2.3) assenta na avaliação dos eixos prioritários, objetivos específicos e tipologias de ações propostas por prioridades de investimento.

Assim, a matriz de avaliação, para além da identificação dos efeitos positivos e negativos, tem ainda em conta a sua natureza (positivo, negativo), a ocorrência (curto, médio e longo prazo), o efeito (secundário, cumulativo e sinergéticos) e a duração (temporário ou permanente).

Quadro 6.2.3 – Avaliação estratégica de efeitos dos Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos relativamente ao FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"

Avaliação Estratégia de Efeitos "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
Eixo 3 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação		
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		
1.1.1 Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	- Melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que o avanço tecnológico, além de promover o emprego e a competitividade, melhora a capacidade para resolver os problemas ambientais.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	3 / P / Si	N.A.
1.1.2 Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.1.3 Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor	- Melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que o avanço tecnológico, além de promover o emprego e a competitividade, melhora a capacidade para resolver os problemas ambientais.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	3 / P / Si	N.A.
1.2.1 Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação	- Melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que o avanço tecnológico, além de promover o emprego e a competitividade, melhora a capacidade para resolver os problemas ambientais.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	3 / P / Si	N.A.
1.2.2 Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização)	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.2.3 Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável	Não identificados.	Não identificados.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
e a alteração do perfil produtivo do tecido económico	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo 9 – Capacitação Institucional e Modernização Administrativa		
OT2. Melhorar o acesso às TIC bem com a sua utilização e qualidade		
2.3.1 Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
2.3.2 Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo 1 – Competitividade e Internacionalização das PME		
OT3. Reforçar a competitividade das PME		
3.1.1 Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	- Melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que o avanço tecnológico, além de promover o emprego e a competitividade, melhora a capacidade para resolver os problemas ambientais.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si-S	N.A.
3.2.1 Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
3.3.1 Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	- Melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que o avanço tecnológico, além de promover o emprego e a competitividade, melhora a capacidade para resolver os problemas ambientais.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si-S	N.A.
Eixo 7 – Eficiência Energética e Mobilidade		
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores		
4.2.1 Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

Avaliação Estratégia de Efeitos "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
consumos	N.A.	N.A.
4.3.1 Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
4.3.2 Aumentar a eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
4.5.1 Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético.	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo 8 – Ambiente e Sustentabilidade		
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos		
6.3.1 Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
6.4.1 Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
6.5.1 Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo 4 – Acessibilidades para a Competitividade		
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas		
7.2.1 Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as RTE-Transportes, com vista à promoção a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens ao nível local e regional.	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo 5 – Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos		

Avaliação Estratégia de Efeitos "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
OT8. Promover a sustentabilidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		
8.1.1 Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre do sistema nacional de I&I.	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.1.2 Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho	- A prioridade de investimento na integração de desempregados de longa duração e de pessoas afastadas do mercado de trabalho contribui para a diminuição do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social e da sua vulnerabilidade a eventos naturais extremos.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	3 / P / S	N.A.
8.1.3 Melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores	- A melhoria das condições de empregabilidade contribui para a diminuição do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social e da sua vulnerabilidade a eventos naturais extremos.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	3 / P / S	N.A.
8.3.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do empreendedorismo social	- As tipologias de ações a incluir nas prioridades de investimento, especialmente associadas à criação do próprio emprego produzem efeitos na diminuição da taxa de desemprego e promovem o aumento do número de postos de trabalho; - A prioridade de investimento na economia social contribui para a diminuição do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social e da sua vulnerabilidade a eventos naturais extremos.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3/ T / C-Si	N.A.
8.5.1 Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança	- O apoio à formação e capacitação de gestores e ativos nas empresas poderão representa uma oportunidade de melhoria do conhecimento dos aspetos legais e regulamentares dos sistemas de gestão ambiental a que as empresas deverão responder, contribuindo para uma eficácia integrada da inovação das mesmas.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	3 / P / S	N.A.
8.8.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego; Dinamizar o empreendedorismo social	- O complemento das ações previstas em 8.3.1 reforça os efeitos que daí resultam ao nível da taxa de emprego e diminuição do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	3 / P / S	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
8.9.1 Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas	- O estímulo ao empreendedorismo nas áreas de baixa densidade promove a fixação da população nessas áreas com efeitos positivos na regeneração do território e na minimização dos efeitos do despovoamento; - Diminuição das assimetrias regionais, especialmente relacionados com os recursos empresariais, capital humano e população.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)	- Promoção da fixação da população nessas áreas com efeitos positivos na regeneração do território e na minimização dos efeitos do despovoamento.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
Eixo 6 – Coesão Social e Inclusão		
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação		
9.1.1 Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	- Diminuição da taxa de desemprego e do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
9.1.2 Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	- Diminuição da taxa de desemprego e do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social; - O apoio a atividades socialmente úteis, como a conservação e manutenção do património natural, cultural e urbanístico contribui para a sensibilização e formação ambiental, com efeitos na redução das pressões sobre os recursos naturais.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
9.6.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	- O reforço das parcerias locais de combate à pobreza e exclusão social potenciam a fixação da população nas comunidades locais e a sustentabilidade do território.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
9.7.1 Qualificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes	- Melhoria da qualidade de vida da população.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
9.8.1 Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social	- Diminuição da população em risco de pobreza e exclusão social; - Melhoria da qualidade ambiental dos centros urbanos e a consequente melhoria das condições de vida da população.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
Eixo 2 – Ensino e Qualificação do Capital Humano		
OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional pata a aquisição de das competências e aprendizagem ao longo da vida		
10.1.1 Melhorar o sucesso escolar no ensino básico	- Redução do abandono escolar precoce.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
10.1.2 Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	- Diminuição da população em risco de exclusão social através do reforço da igualdade de acesso ao ensino através do apoio a alunos com necessidades educativas especiais e do aumento da cobertura do ensino pré-escolar; - Aumento da qualificação da população e oportunidade para aumentar a formação e sensibilização ambiental.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
10.1.3 Melhorar a qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas específicas e medidas inovadoras, de âmbito regional, no âmbito da Prioridade de Investimento	- A melhoria da qualidade e eficiência do sistema de formação escolar e profissional regional e dos instrumentos de suporte ao planeamento e divulgação das ofertas formativas a nível regional contribui para a redução do abandono escolar.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P /S/	N.A.
10.2.1 Aumentar o número de diplomados do ensino superior	- Aumento da população qualificada, especialmente jovem; - Oportunidade de reforço de cursos relacionados com a gestão ambiental, tendo em consideração que as empresas têm responsabilidades na geração de riqueza como na proteção do ambiente, sendo fundamental dispor dos meios técnicos, humanos e financeiros que garantam a minimização e controlo dos impactes provocados pelas empresas e/ou entidades.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
10.2.2 Aumentar o número mestrados, de doutoramentos e pós doutoramento, (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	- Aumento da população qualificada e especializada; - A prioridade de investimento dos domínios diferenciadores relacionado com a agricultura, o mar, a economia verde e o turismo permitem aumentar o conhecimento/formação na área do ambiente e na sustentabilidade dos recursos naturais.	Não identificados.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
10.4.1 Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa	- Diminuição da taxa de abandono escolar e aumento da população qualificada e especializada; - Oportunidade de reforço de cursos e competências relacionados com a gestão ambiental, tendo em consideração que as empresas têm responsabilidades na geração de riqueza como na proteção do ambiente, sendo fundamental dispor dos meios técnicos, humanos e financeiros que garantam a minimização e controlo dos impactes provocados pelas empresas e/ou entidades.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
10.5.1 Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios	- Criação de condições que promovam a fixação da população.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / Si	N.A.
10.5.2 Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho	- A melhoria das condições físicas das instalações e equipamentos do ensino básico, secundário e superior melhoram a qualidade de resposta escolar e motivam os alunos a frequentarem a escola, o que conduz, a médio prazo, a uma redução do abandono escolar e ao consequente aumento da qualificação da população.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-S	N.A.
Eixo 9 – Capacitação Institucional e Modernização Administrativa		
OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública		
11.1.1 Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
11.2.1 Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P – Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si – Sinergético. N.A. – Não Aplicável.

Em síntese, o Quadro 6.2.4 apresenta uma análise à evolução dos indicadores definidos no âmbito do presente FCD, tendo em conta a situação de referência (subcapítulo 6.2.3), a sua evolução sem a implementação do PO (subcapítulo 6.2.4) e com a implementação do POR (Quadro 6.2.3).

Quadro 6.2.4 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Tendências de Evolução		
		Situação Atual	Sem a Implementação do PO	Com a Implementação do PO
População	Taxa de variação da população residente		↓↓	↑
	População residente segundo os escalões de dimensão populacional		↓↓	↑
Capacitação e qualificação do capital humano	População residente por nível de escolaridade		↓	↑↑
	Taxa de abandono escolar		↓↓	↑↑
	População que obtém uma qualificação superior nas instituições da Região Alentejo		↓	↑↑
Inovação e inclusão social	Beneficiários de RSI		↓↓	↑↑
	Taxa de risco pobreza		↓↓	↑↑
Emprego	Taxa de emprego, por idade, sexo e nível de ensino		↓↓	↑↑
	Taxa de desemprego		↓↓	↑↑

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	↓↓ Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	↓ Negativa Afastamento das orientações do QRE	⇨ Sem alteração significativa	↑ Positiva Aproximação às orientações do QRE	↑↑ Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.2.6 RECOMENDAÇÕES

Considerando que os efeitos identificados no presente FCD são positivos, apresentam-se de seguida algumas recomendações que poderão potenciar precisamente as oportunidades identificadas especialmente na fase de implementação do POR.. Além disso, pretende que o POR assegure de forma mais consistente e integrada as questões ambientais na promoção do desenvolvimento social da região.

Quadro 6.2.5 –Recomendações no âmbito do FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos/ Efeitos Negativos
Inclusão de critérios que privilegiem a formação com inclusão de conhecimentos no domínio ambiental, como forma de combater o défice de formação nessa área, especialmente no Eixo 2, PI 10.1, PI 10.2, PI 10.4.	- Reforço do investimento na educação, especialmente ambiental, incluindo formação avançada; - Sensibilizar a população para a problemática da desertificação;	↗	- Aumento da qualificação da população e oportunidade para aumentar a formação e sensibilização ambiental; - Oportunidade de reforço de cursos relacionados com a gestão ambiental, tendo em consideração que as empresas têm responsabilidades na geração de riqueza como na proteção do ambiente, sendo fundamental dispor dos meios técnicos, humanos e financeiros que garantam a minimização e controlo dos impactes provocados pelas empresas e/ou entidades; - A prioridade de investimento dos domínios diferenciadores relacionado com a agricultura, a floresta, o mar, a saúde e o bem-estar e o turismo permitem aumentar o conhecimento/formação na área do ambiente e na sustentabilidade dos recursos naturais.
Inclusão de critérios que promovam o conhecimento dos empresários ao nível legal e regulamentar em matéria de ambiente, contribuindo deste modo para a eficácia integrada e sustentável da inovação das empresas, especialmente no Eixo 5, PI 8.5.	- Reforço do investimento na educação, especialmente ambiental, incluindo formação avançada; - Sensibilizar a população para a problemática da desertificação;	↗	- O apoio à formação e capacitação de gestores e ativos nas empresas poderão representa uma oportunidade de melhoria do conhecimento dos aspetos legais e regulamentares dos sistemas de gestão ambiental a que as empresas deverão responder, contribuindo para uma eficácia integrada da inovação das mesmas.

Legenda:

	↗	➔
Contributo	Potencia os efeitos os efeitos positivos / oportunidades	Responde aos efeitos negativos / ameaças

6.3. ENERGIA

6.3.1 INTRODUÇÃO

O presente FCD assume-se com particular relevância para a avaliação da sustentabilidade da área de intervenção do POR Alentejo em consequência da atividade humana existente na Região, responsável pelo consumo de recursos naturais e energéticos, e produzindo efeitos para a sustentabilidade destes, condições ambientais e clima, competitividade e qualidade de vida da comunidade. Além disso, o facto de as atividades humanas estarem, até um certo ponto, relacionadas com a emissão de gases com efeito de estufa (GEE), e consequentemente com fenómenos associados às alterações climáticas e do uso do solo, confere a este fator um carácter intrínseco à avaliação de sustentabilidade de qualquer instrumento de planeamento territorial.

Nesse contexto, a avaliação ambiental estratégica do POR Alentejo deverá analisar os seus efeitos tendenciais das atividades que contribuem mais significativamente para o consumo dos recursos energéticos.

6.3.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para este FCD relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da presente AAE. Assim, a avaliação do presente FCD tem os seguintes objetivos:

- Utilização eficiente dos recursos energéticos;
- Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável.

O processo de seleção e desenvolvimento dos indicadores propostos, apresentados no Quadro 6.3.1, e nos quais assenta a AAE do POR Alentejo, baseou-se na análise pericial de relatórios nacionais e internacionais de indicadores de ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como nos documentos orientadores da Comissão Europeia para a Avaliação dos PO, os indicadores das próprias cadeias de programação do PO e os indicadores da avaliação *ex-ante*.

Quadro 6.3.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Energia"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização
Recursos Energéticos: De que forma o PO contribui para a o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos como fontes de energia alternativa?	Produção de energia elétrica por tipo de fonte (kWh/ano ; %)
	Evolução da potência instalada de produção de energia renovável por tipo (MW)
	Evolução do consumo de combustíveis fósseis por atividade económica (t/ano)*
Eficiência Energética: De que forma o PO contribui para a redução do consumo de energia nos vários sectores de atividade?	Evolução do consumo de energia elétrica por setor de consumo (kWh/hab ; kWh/VAB)*
	Certificados energéticos emitidos (n.º/ano)
	Redução do consumo energético na administração e iluminação pública (kWh/ano)*
	Evolução da potência instalada de microprodução de energia em edifícios (kW)
Mobilidade Urbana Sustentável: O PO promove a implementação de meios de mobilidade urbana sustentáveis?	Evolução do consumo de fontes de energia alternativas em transportes públicos (t/ano ; % total)
	Implementação de modos suaves e expansão dos transportes públicos (nº projetos apoiados pelo PO; €/ano; km/ano)*

**Indicadores provenientes das Cadeias de Programação do POR Alentejo, associados às Prioridades de Investimento definidas. Nota: Tendo em consideração os indicadores sugeridos em sede de Relatório de Definição de Âmbito para a caracterização da situação atual, entretanto efetuada no presente Relatório Ambiental, procedeu-se à análise, recolha e tratamento da informação de base, tendo-se verificado que o indicador "Consumo de energia primária por PIB" encontra-se indisponível ao nível de NUT II. Neste sentido, e na medida em que existem outros indicadores que produzem a mesma tipologia de informação e salvaguardam uma análise consistente para o setor energético, optou-se pela sua não consideração no presente Relatório Ambiental.*

6.3.3 SITUAÇÃO ATUAL

Sendo a NUT II Alentejo uma das Regiões mais vastas do País, apresenta uma elevada diversidade e dispersão dos sistemas urbanos, industriais e de transportes, onde o uso do automóvel particular ainda é bastante frequente. Neste sentido, é pertinente analisar o seu comportamento energético no sentido de se definirem orientações estratégicas de ação dentro do âmbito deste POR Alentejo, e assim contribuir para o cumprimento dos objetivos e metas nacionais estipuladas pela Estratégia Nacional de Energia (ENE 2020) e Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE 2016). A ENE 2020 estipula a necessidade de reduzir a despesa energética face ao exterior para 74%, reduzir em 20% o saldo importador energético, reduzir em 9,8% o consumo de energia final, melhorar em 20% a eficiência energética, reduzir em 6 MTep o consumo de energia primária, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (20 milhões de toneladas), e reduzir em 2.000 milhões de euros as importações anuais de combustíveis fósseis (produzir 31% da energia primária consumida com base em fontes de energia renováveis endógenas). No que respeita à Eficiência Energética, o PNAEE 2016, prevê uma poupança induzida de 8,2%, próxima da meta indicativa definida pela União Europeia de 9% de poupança de energia até 2016. Os contributos na redução dos consumos energéticos estão distribuídos pelos vários setores de atividade, nomeadamente, o setor dos transportes, residencial e serviços, indústria, Estado, e agricultura, sendo constituído por 10 programas de medidas. No que respeita as energias renováveis, o PNAER 2020, prevê uma redução de 18% na capacidade instalada em tecnologias baseadas em FER face ao de 2010, com a quota de eletricidade de base renovável no novo PNAER a ser superior (60% vs. 55%), tal como a meta global a alcançar, que deverá situar-se em cerca de 35% (face à meta de 31%). Estas novas linhas gerais

têm como base a premissa de que Portugal deve ser um país energeticamente eficiente e independente, ou seja, um país competitivo. O PNAER estabelece, para tal, as trajetórias de introdução de FER em três grandes setores, designadamente, no aquecimento e arrefecimento, eletricidade, e transportes. O estabelecimento deste horizonte temporal de 2020 para efeitos de acompanhamento e monitorização do impacto estimado no consumo de energia primária permite perspetivar, antecipadamente, o cumprimento das novas metas assumidas pela UE, de redução de 20% dos consumos de energia primária até 2020, bem como o objetivo geral, acima referido, de redução no consumo de energia primária de 25% e o objetivo específico para a Administração Pública de redução de 30%, sendo expectável que se continue a verificar uma evolução favorável da meta global de utilização de FER facto no horizonte 2013 -2020.

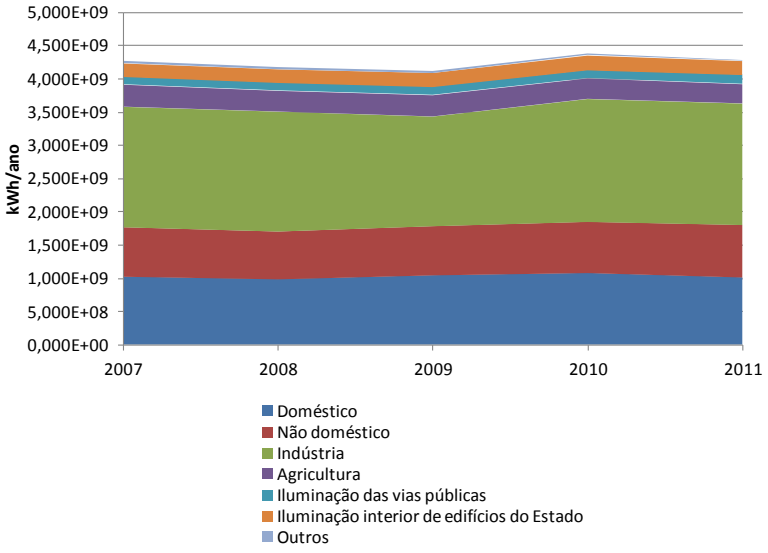
Segundo os dados mais recentes disponíveis, a NUT II Alentejo produz entre 8 e 11 mil GWh de energia elétrica, sendo que em 2011 produziu cerca de 1033 GWh por ano (mais 2% que em 2007), demonstrando uma relativa estagnação da produção de energia elétrica entre 2007 e 2011. A produção é suficiente para suster o consumo regional de cerca de 4282 GWh por ano (Fig. 6.2.1), verificando-se um saldo energético excedente na região de praticamente 6 mil GWh por ano. A produção regional representa 20% da produção nacional. A principal fonte energética é de origem térmica (combustíveis fósseis) representando 82% da energia produzida, seguida das fontes de origem hídrica (12%), eólica (4%) e fotovoltaica (2%). A produção de energia elétrica a partir de fontes fósseis decresceu 7% entre 2007 e 2011, permitindo a outras fontes de energia renováveis ganhar significância e preferência no setor electroprodutor.

A utilização de Energias Renováveis, mais concretamente a instalação de centrais solares e eólicas no Baixo Alentejo, tem sido uma realidade, mas existe algum desconhecimento em relação ao potencial existente em cada Município, pelo que é urgente proceder ao mapeamento do território, dotando os Municípios de um instrumento de planeamento integrado que possa constituir uma mais-valia para a decisão, em termos de licenciamento, agilização dos processos, e ação conjunta a um nível supramunicipal. Na última década a Região Alentejo tem obtido investimentos na produção de eletricidade a partir de fontes de energias renováveis bastante significativos e diversificados, sendo de destacar a produção de energia solar, hídrica, eólica e até de biomassa. Entre 2007 e 2012 a potência instalada em FER na Região aumentou cerca de 18%, ao passo que a nível nacional este aumento foi de 34% para o mesmo período. A produção de energia fotovoltaica é uma das principais fontes de energia renovável presente na NUT II Alentejo, sendo de destacar a Central Fotovoltaica da Amareleja no concelho de Moura com uma capacidade instalada de 46,41 MW, podendo abastecer de energia elétrica cerca de 30 mil lares (93 GWh/ano), e a Central Fotovoltaica Hércules no concelho de Serpa com uma potência de pico de 11 MW e uma capacidade para fornecer energia elétrica a 8000 lares (21 GWh). Além das duas centrais descritas anteriormente existem outras de menor dimensão ainda em construção no Baixo Alentejo, nomeadamente o Parque Solar de Almodôvar (2,15 MW) e três no concelho de Ferreira do Alentejo, nomeadamente, a Central Solar de Ferreira do Alentejo (12 MW), a Central Solar de Ferreira (12 MW) e a central da empresa Netplan com 1,8 MW distribuídos no conjunto de cinco pequenas centrais. Existem também duas centrais no concelho de Mértola, nomeadamente a Central Fotovoltaica de Olva, com a potência de 2,4 MW e Central Fotovoltaica da Corte Pão e Água com 756 kW. No total existem 12 centrais fotovoltaicas na Região com uma capacidade total de cerca de 89 MW. Outra fonte de energia renovável bastante utilizada na Região é a energia hídrica. Em termos de potência instalada em aproveitamentos hidroelétricos, existem no rio Tejo cerca de 571 MW instalados, 259 MW no rio Guadiana, 520 MW na barragem do Alqueva, e 9,7 MW em várias mini-hídricas adjacentes a diversos aproveitamentos hidroagrícolas (Alvito, Roxo, Pisão, Odivelas e Serpa), totalizando cerca de 1360 MW de capacidade máxima instalada. Importa também referir a construção de uma central de gaseificação de biomassa em Ferreira do Alentejo com uma potência instalada de 6,5 MW e potencial de injeção na rede até 57 GWh/ano. Outras fontes de energia renovável como eólicas *offshore*, biogás, biocombustíveis ou ondas ainda são pouco representativas, não só na Região, como a nível nacional. Há evidências da implementação de 28 MW de capacidade instalada de energia eólica no distrito de Beja, 159 MW no distrito de Santarém e 19 MW no distrito de Setúbal.

Em 2011 a NUT II Alentejo consumiu cerca de 4282 GWh de energia elétrica, o que representa 9% do total nacional, sendo as NUT III da Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral as maiores responsáveis pelo consumo da região, consumindo, 30% e 28% do total de energia elétrica consumida na NUT II Alentejo, respetivamente. Os setores de consumo mais representativos no consumo regional de energia elétrica são o setor da indústria (43%), o setor doméstico (24%) e o setor não doméstico

(18%) que contempla as atividades económicas de comércio e serviços. O consumo de eletricidade na NUT II Alentejo tem mostrado uma tendência de estagnação do consumo entre 2007 e 2011, com ligeiras variações, tendo atingido o pico de consumo em 2010, como se pode verificar pela Fig. 6.2.1. A capitação média de consumo total de energia elétrica na Região é de 5613 kWh/hab.ano nos últimos cinco anos (5654 kWh/hab.ano em 2011), valor superior ao consumo médio a nível nacional (4662 kWh/hab.ano) ou ao consumo médio nacional observado em 2012 (4652 kWh/hab.ano). Este facto deve-se principalmente à dificuldade regional de obter índices significativos de ecoeficiência no consumo de energia, facto verificado pela ausência de uma tendência decrescente na Fig.6.2.1 dos principais setores de consumo. Ao nível do consumo de energia elétrica das atividades produtivas, verifica-se que a NUT II Alentejo tem demonstrado alguma dificuldade de dissociação do consumo de energia utilizado na produção das atividades económicas regionais. O consumo específico de eletricidade pelas atividades económicas sofreu um crescimento de 299 kWh por mil €-VAB para 302 kWh por mil €-VAB, entre 2007 e 2011, sendo que durante este período, observou-se a um decréscimo de 4% do consumo específico de energia entre 2007 e 2009, tendo aumentado 5% entre 2010 e 2011. O consumo específico de energia da NUT II Alentejo ainda se encontra acima da média nacional (208 kWh por mil €-VAB), o que indicia a existência de margem de progressão em matéria de eficiência energética das atividades económicas, principalmente nas atividades industriais, doméstico ou atividades de comércios e serviços, devendo estas proporcionar no futuro uma tendência de decréscimo nítido no consumo energético, contrariando a tendência observada na Fig. 6.2.1.

Analisando o consumo energético nos edifícios da administração pública, as estatísticas oficiais demonstram também uma estagnação relativa do consumo elétrico entre 2007 e 2011, onde se observou um crescimento sucessivo do consumo até 2010, seguido de uma quebra do consumo de eletricidade, tendo-se registado em 2011 um consumo de 210 GWh, menos 6% que no ano transato e mais 3% que em 2007. Relativamente à iluminação das vias públicas, apesar da pouca significância que este setor de consumo possui relativamente a outros setores, observa-se um crescimento sucessivo do consumo energético, tendo atingido em 2001 cerca de 142 GWh, mais 18% que em 2007. Segundo o Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de janeiro, o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP), que visa promover a eficiência energética na Administração Pública, tem como objetivo permitir ao Estado a redução da fatura energética em 30% até 2020, em face dos atuais valores, nos respetivos serviços e organismos públicos. Nos últimos anos, as intervenções executadas pela Administração Pública prendem-se, sobretudo, pela instalação de sistemas solares térmicos em equipamentos desportivos, instalação de reguladores de fluxo nos equipamentos de iluminação pública, e à substituição das fontes luminosas de controlo de tráfego e peões por tecnologia LED.



Fonte: INE / DGEG, Jan14.

Figura 6.3.1 – Evolução do consumo de energia elétrica por setor na NUT II Alentejo

Analisando a penetração do Sistema de Certificação Energética na NUT II Alentejo, segundo os dados disponibilizados pela ADENE, observa-se uma implementação crescente acompanhando a tendência de crescimento que sucede por todo o País, estimando-se em 2012 cerca de 4524 edifícios de habitação ou de serviços existentes na NUT II Alentejo dispunham certificado energético e de Qualidade do Ar Interior, ou respetiva Declaração de Conformidade Regulamentar, o que corresponde a menos de 1% dos edifícios totais existentes na NUT II Alentejo. As classes energéticas mais representativas nos edifícios certificados, são as classes "B" e "D". Estes dados permitem concluir que existe uma enorme margem de progressão ao nível da certificação energética dos edifícios com vista à melhoria das condições de eficiência energética e climatização.

A microgeração de energia tem um papel fundamental na redução do consumo de energia dos edifícios, no aumento da eficiência energética, na redução do consumo de fontes fósseis de energia, bem como repercutir-se positivamente na economia, em I&D e no emprego. Segundo os mais recentes dados, entre 2008 e 2013, foram implementados na Região cerca de 9512 kW de potência instalada em equipamentos de microprodução de energia elétrica solar fotovoltaica e 28 kW de potência a partir de sistemas de microgeração de energia eólica. Devido à desagregação territorial dos dados de base, não foi possível aferir da evolução recente de implementação destes equipamentos de microprodução de energia. A Lezíria do Tejo é a sub-região com maior representatividade em termos de equipamentos de microgeração de energia instalados (32%), seguido do Baixo Alentejo (23%) e Alentejo Central (21%). O Alentejo Litoral (11%) e Alto Alentejo (13%) são as sub-regiões onde a microgeração de energia a partir de FER apresenta menor índice de penetração.

O setor dos transportes é responsável pelo consumo de uma quantidade significativa da energia primária, sobretudo associado ao consumo de combustíveis no meio rodoviário. Neste sentido, a promoção da utilização de transportes coletivos e de meios de mobilidade sustentável assumem um especial significado para a redução do consumo. Nos últimos anos, e em termos gerais, os sistemas de transportes públicos têm sentido alguma dificuldade na aquisição de multifuncionalidade e articulação entre os vários modos de transporte existentes, sendo que a abrangência e dimensão destes problemas têm sido agravados ou protelados devido à retração económica do País. A implementação e promoção do transporte coletivo, da mobilidade sustentável e da intermodalidade é outro aspeto fulcral para a redução do consumo energético. Contudo este tema continua a ser uma das fragilidades deste território. A NUT II Alentejo continua a apresentar problemas no sistema de mobilidade interna, carecendo de uma aposta abrangente e integrada ao nível dos transportes coletivos, observando-se pouca penetração ou significância dos modos de deslocação a pé ou em transporte coletivo relativamente ao transporte individual. O consumo de combustíveis no setor é de 228,6 mil toneladas, onde o gasóleo representa 81% do consumo e a gasolina cerca de 18%. O consumo de biodiesel nos transportes públicos ainda é uma prática muito pouco representativa face à totalidade de combustíveis utilizados, maioritariamente de origem fóssil. Segundo os dados disponibilizados pela DGEG, o consumo de biodiesel pelos transportes terrestres na Região nunca foi significativo, apresentando uma tendência de consumo decrescente desde 2010, acompanhando a tendência genérica de redução do consumo de combustíveis no setor dos transportes, onde atingiu um pico máximo de consumo na ordem das 148 toneladas. Em 2012, o consumo de biodiesel não ultrapassou as 125 toneladas, representando 0,05% da totalidade dos combustíveis consumidos.

Por outro lado, esta atividade constitui-se como a segunda maior consumidora de combustíveis entre todas as atividades humanas que necessitam de recursos energéticos, representando 25% de total de combustíveis consumidos na NUT II Alentejo (Quadro 6.3.2). Importa também notar que o consumo regional de combustíveis nos transportes tem decaído de forma significativa desde 2008 (-23%), acompanhando a tendência generalizada de redução do consumo de combustíveis na Região (-42%), onde se destaca, a redução verificada no setor da indústria química (-29%) que é a atividade com maior consumo de combustíveis fósseis na Região (577,3 mil toneladas), seguido pelos transportes e a agricultura que apresentou uma redução de 4% no consumo de combustíveis, a engenharia civil (-45%), na indústria de produção de energia e climatização (-96%), e a indústria alimentar (-42%). O setor doméstico e de comércio não apresentaram valores passíveis de comparação. Já ao nível da administração pública, verifica-se uma diminuição de 7% no consumo de combustíveis entre 2008 e 2012. O setor do comércio representa 3% do consumo total de combustíveis da Região. Já o consumo nos setores doméstico e administração é pouco representativo. Em termos gerais, a NUT II Alentejo consome cerca de 931 mil toneladas de combustíveis fósseis nas mais diversas atividades,

apresentando uma diminuição de 42% no consumo face a 2008. Os principais combustíveis consumidos são a nafta, gasóleo rodoviário, gasolina 95 e gasóleo colorido.

Paralelamente, a NUT II Alentejo tem demonstrado um crescimento sucessivo no consumo de gás natural nos últimos anos (Figura 6.2.2), tendo atingido em 2012 um consumo na ordem dos 535 mil m^3, sendo o principal responsável por este consumo o parque industrial de Sines que contribui com aproximadamente 81% do consumo, seguido pelo concelho de Santarém com 6% do consumo, Portalegre (4%), Benavente (3%), e Azambuja (2%). De resto, a soma dos distritos de Beja e Évora apenas representam 2% da totalidade de gás natural consumido na Região.

Quadro 6.3.2 – Consumo de combustíveis nas principais atividades económicas da NUT II Alentejo em 2012

Atividade	Evolução do Consumo			Combustíveis consumidos
	(t)	% total	% face a 2008	
Agricultura	36.083	4%	-4%	Gasóleo colorido
Indústria extrativa	8.925	1%	+20%	Gasóleo rodoviário
Indústria alimentar	5.456	1%	-42%	Propano Fuelóleo Gasóleo rodoviário
Indústria química	577.321	62%	-29%	Nafta
Indústria de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	12.443	1%	-96%	Fuelóleo
Engenharia civil	23.686	3%	-45%	Asfaltos Gasóleo rodoviário
Comércio	21.987	3%	n.d.	Butano Propano Gasóleo aquecimento
Transportes terrestres	228.647	25%	-23%	Gasóleo rodoviário Gasolina 95 Gasolina 98 GPL Lubrificantes
Administração pública	1.750	0,2%	-7%	Propano
Doméstico	1.705	0,2%	n.d.	Propano Gasóleo colorido
Outros	16.532	2%	-57%	Propano Gasóleo rodoviário Butano
Total NUT II Alentejo	931.080	100%	-42%	Nafta Gasóleo rodoviário Gasolina 95 Gasóleo colorido

n.d. – não disponível

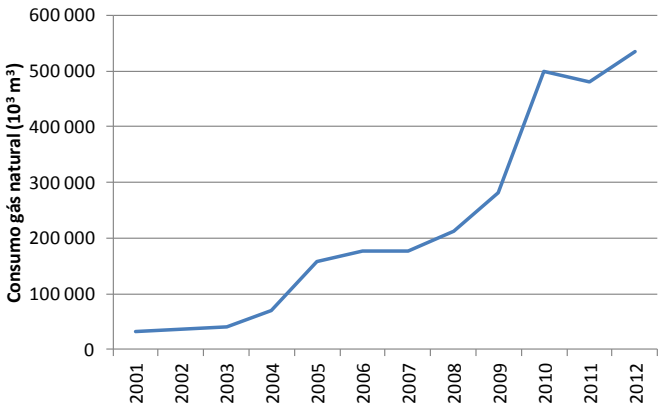


Figura 6.3.2 – Evolução do consumo de gás natural na NUT II Alentejo

De acordo com os dados patentes no Quadro 6.3.2, é possível observar que, não obstante a redução sentida desde 2008, o consumo de combustíveis pelos sistemas de transportes é o segundo mais representativo de todas as tipologias de consumo existentes na Região. Dado o elevado peso da desta atividade no consumo de combustíveis fósseis, importa por isso promover a descarbonização da atividade através da aplicação de novos padrões de consumo energético no setor dos transportes, no sentido de proporcionar uma maior eficiência e redução das emissões de carbono. A implementação de novos padrões de consumo deverá passar pela introdução de fontes de energia alternativas como o biodiesel, bioetanol, gás natural, veículos elétricos ou hidrogénio nos meios de transporte rodoviário, mas principalmente, dotar o sistema de uma maior diversidade de meios de transporte que concorram para a sustentabilidade ambiental (p.e. implementação de modos suaves), reforçar a capacidade logística intermodal, eliminar estrangulamentos em algumas redes viárias, bem como eliminar assimetrias regionais em termos de cobertura do serviço de transporte público, que se apresenta algo insuficiente ou com serviço de qualidade insatisfatório em alguns centros populacionais da Região. Não obstante o investimento observado em algumas redes cicláveis, na melhoria da mobilidade pedonal e em transportes coletivos movidos a fontes de energia alternativas, subsiste ainda a necessidade do reforço desta componente de modos suaves na Região, havendo oportunidades a este nível que devem ser materializadas. O papel dos municípios a este nível é essencial, não apenas para a promoção de soluções imateriais ou ideias que promovam a mobilidade sustentável local, como também na construção de redes cicláveis e respetivas infraestruturas de apoio direcionadas à utilização no quotidiano da bicicleta, através de ligações entre zonas residenciais, zonas de emprego, de serviços e grandes equipamentos. De resto, importa ressalvar a iniciativa do Governo de constituição de uma Unidade de Missão para elaboração da Carta da Mobilidade Ligeira, que deverá possibilitar uma utilização crescente dos modos suaves, criando condições para o aumento da sua participação na repartição modal, no horizonte do PNAEE. Além disso, na sequência da elaboração do «Plano de Promoção da Bicicleta e Outros Modos de Transporte Suave – 2013 - 2020», foi criado um programa de ação que propõe o desenvolvimento de uma estratégia e um conjunto coerente e articulado de medidas para a promoção da utilização quotidiana da bicicleta e a adoção de soluções de mobilidade sustentável, associadas à criação de melhores e mais seguras condições para os modos suaves e à alteração de comportamentos no sentido de favorecer a redução da utilização do transporte individual motorizado.

Em termos gerais, observa-se uma dificuldade na execução de algumas medidas estruturantes já definidas pelo PNAEE, principalmente em setores como o dos transportes, ou residencial e serviços (incluindo a administração pública). Esta relutância deve-se principalmente aos custos de investimento necessários à implementação de medidas, à ausência ou redução de incentivos, bem como à ausência de sensibilidade ambiental e conhecimento dos consumidores para as vantagens e ganhos ambientais, económicos, para a saúde e conforto que poderão advir com a implementação de boas práticas ambientais e as melhores tecnologias disponíveis.

No Quadro A13.2.3, do Anexo 13.2,é apresentado um diagnóstico síntese dos indicadores-chave identificados para a caracterização, e no Quadro 6.3.3 uma análise da salvaguarda e do potencial de resposta do PO aos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças (análise SWOT) identificados no âmbito do PAR do Alentejo, no domínio da energia, e que o PO tem âmbito de intervenção.

Quadro 6.3.3 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD "Energia", no POR Alentejo

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
Pontos Fracos											
Baixo índice de penetração de fontes de energia alternativas nos transportes públicos e veículos privados.											
Dificuldade em conseguir reduções contínuas e significativas no consumo de eletricidade nos vários setores de atividade apresentando capitações de consumo superiores à média nacional e incapacidade de											

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
dissociação do consumo de energia elétrica da produtividade.											
Carência de redes e equipamentos de apoio aos modos suaves e insuficiente capacidade de intermodalidade entre estes e os restantes tipos de transporte público disponíveis.											
Existência de um alargado número de edifícios sem certificação energética, e reduzido número de edifícios com classe energética A ou A+, apesar do crescimento do número de edifícios certificados nos últimos anos.											
Pontos Fortes											
Estagnação relativa da produção de energia elétrica.											
Aumento no uso de fontes de energia renováveis na produção de energia elétrica com consequências positivas ao nível da redução do consumo de combustíveis fósseis, da dependência energética do exterior, e da emissão de GEE.											
Redução generalizada do consumo de combustíveis fósseis, sendo de destacar a redução observada ao nível da indústria, transportes terrestres, construção civil, e agricultura.											
Oportunidades											
Aposta na utilização de meios de transporte mais ecológicos, através da renovação de frotas que privilegiem a aquisição de veículos energeticamente mais eficientes e a aquisição de veículos elétricos ou movidos a outra fonte energética não fóssil e menos poluente.											
Reforço da mobilidade sustentável regional através da adoção de boas práticas na mobilidade urbana e implementação de modos suaves e sua articulação com os transportes públicos (intermodalidade).											
Adoção de medidas de eficiência energética no parque edificado, quer privado como da administração pública, ou habitação social, através do incentivo da certificação energética, o reforço de ações de requalificação do edificado e a introdução de materiais de construção capazes de promover o conforto térmico (p.e. paredes e caixilharia dupla), equipamentos que permitam a redução do consumo energético (p.e. iluminação por tecnologia LED), bem como implementação de FER nos sistemas de climatização e de microgeração de energia.											
Implementação de boas práticas e melhores tecnologias disponíveis nos setores da indústria de modo a incutir maior eficiência energética nos processos produtivos, promovendo-se a dissociação entre capacidade produtiva e consumo energético e consequentemente a sua competitividade.											
Reforço das medidas de aquisição de eficiência energética nos edifícios da administração pública e iluminação pública.											
Alargamento da rede de gás natural a todo o território.											
Ameaças											
A atual incapacidade de redução significativa do consumo de energia elétrica, e insuficiente promoção da eficiência energética nos setores habitacional, industrial e dos transportes poderá protelar o objetivo de independência energética, diminuir o consumo de recursos energéticos e proporcionar o aumento dos custos ambientais e energéticos prejudicando a competitividade da economia e qualidade de vida dos cidadãos.											
Incumprimento das metas nacionais e comunitárias em matéria de redução do uso de combustíveis fósseis nos principais setores de atividade, como o setor dos transportes, indústria, agricultura, comércio e serviços, habitação, administração e iluminação pública.											
A atual capacidade de oferta de transportes públicos e insuficiente intermodalidade, bem como a ausência de soluções alternativas de energia para o setor dos transportes e carência de soluções abrangentes de modos suaves, poderá inviabilizar a redução desejada ao nível do consumo de combustíveis fósseis, continuidade das práticas											

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
atuais de uso preferencial de veículos privados, prejudicando a qualidade de vida da comunidade e efeitos negativos para o Ambiente, designadamente, ao nível da depleção e recursos naturais e emissão de gases de efeito de estufa.											

Legenda:

- Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- Elementos insuficientes para avaliar
- Não aplicável / sem relação

Objetivos Temáticos: OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC, bem com a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional e garantir uma Administração Pública eficiente

6.3.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM POR ALENTEJO

Num cenário de ausência do POR Alentejo, perspetivam-se as seguintes tendências:

- Manutenção de um número considerável de edifícios e atividades com baixos índices de eficiência energética, potenciando consumos elevados de energia primária, com origem maioritariamente em fontes de energia fósseis provenientes do exterior, com prejuízo para a economia e competitividade, bem como para a qualidade de vida e capacidade financeira da população residente;
- Manutenção da tendência de insuficiente capacidade de oferta dos sistemas públicos de transporte com prejuízos para a capacidade de integração e diversificação modal, de deslocação e comunicação e, consequentemente, dificuldades acrescidas para a competitividade das atividades económicas e qualidade de vida da população, potenciando o uso de veículos privados e os custos energéticos e ambientais (p.e. emissões GEE, qualidade do ar e ruído);
- Insuficiência infraestrutural, equipamentos ou mobiliário urbano que incentive a mobilidade sustentável e integração de modos suaves com plataformas de transporte público, bem como o pouco significativo uso de fontes alternativas de energia nos meios de transporte.

6.3.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base o diagnóstico da situação atual para a área de intervenção e questões estratégicas ambientais levantadas, foi analisada para o FCD em questão o Programa Operacional proposto, e que assenta num conjunto de apostas de qualificação do território, distribuídas por um conjunto de eixos prioritários, objetivos específicos, e tipologias de ações. A avaliação dos efeitos ambientais (Quadro 6.3.4) contempla, além da identificação destes quanto à sua natureza (positivo, negativo), ocorrência (curto, médio e longo prazo), efeito (secundário, cumulativo e sinergético) e duração (temporário ou permanente). O Quadro 6.3.5 sintetiza as tendências de evolução do FCD “Energia” com a implementação do PO.

Quadro 6.3.4 – Avaliação estratégica de efeitos dos Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos do POR Alentejo relativamente ao FCD "Energia"

Avaliação Estratégia de Efeitos "Energia"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
Eixo Prioritário 3: Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação		
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		
1.1.1 Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
1.1.2 Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
1.1.3 Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
1.2.1 Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
1.2.2 Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização)	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
1.2.3 Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
Eixo Prioritário 9: Capacitação Institucional e Modernização Administrativa OT2. Melhorar o acesso às TIC bem com a sua utilização e qualidade		
2.3.1 Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Energia"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
2.3.2 Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 1: Competitividade e Internacionalização das PME		
OT3. Reforçar a competitividade das PME		
3.1.1 Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
3.2.1 Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
3.3.1 Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
3.4.1 Melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização (capital e dívida), promovendo o aumento do investimento e do emprego	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 7: Eficiência Energética e Mobilidade		
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores		
4.2.1 Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos por parte das indústrias e empresas de comércio e serviços, no caso da elegibilidade de financiamento para aquisição de equipamentos de combustão, de climatização, isolamento e iluminação mais eficientes, bem como a aquisição de tecnologias de produção de energia a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética, projetos de cogeração industrial ou para aquecimento do edificado, ou implementação de Planos de Racionalização Energética, Sistemas de Eficiência Energética e realização das respetivas auditorias. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. Permitirão também dissociar a produtividade de fenómenos poluentes e consumo/depleção de materiais fósseis, permitindo a recolha de créditos ambientais (p.e. emissão de GEE) que permitirão o reforço da competitividade, imagem, e responsabilidade civil das empresas.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

Avaliação Estratégia de Efeitos "Energia"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
4.3.1 Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e recursos energéticos nos edifícios públicos, em caso de elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de microgeração de energia, sistemas eco-eficientes de iluminação, auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem poupanças energéticas nos edifícios públicos. Estas ações poderão permitir a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
4.3.2 Aumentar a eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
4.5.1 Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético.	Perspetiva-se uma redução no consumo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte, promovendo assim a sustentabilidade dos recursos energéticos naturais, contribuindo para a independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorias da qualidade do ar ambiente, ruído, com consequências positivas para a saúde e qualidade de vida em termos genéricos.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2-3 / P / C-Si	Nenhum
Eixo Prioritário 8: Ambiente e Sustentabilidade		
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover o uso eficiente dos recursos		
6.3.1 Promover a valorização do património cultural e natural,	Não identificados.	Não identificados.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Energia"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
afirmando a região como destino turístico de excelência	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
6.4.1 Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
6.5.1 Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	Perspetivam-se efeitos positivos através da promoção da prática de atividades eco-eficientes, mobilidade sustentável, e a adoção de medidas e boas práticas consentâneas com a preservação da sustentabilidade dos recursos naturais e energéticos, redução no consumo de combustíveis fósseis, contribuindo assim de forma indireta para a redução do consumo de energia e independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorando a qualidade do ar ambiente, ruído, e incentivando a prática de desporto e atividades de lazer que trazem consequências positivas para a saúde humana e qualidade de vida em termos gerais.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2-3 / P / C-Si	Nenhum
Eixo Prioritário 4: Acessibilidades para a Competitividade		
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas		
7.2.1 Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as RTE-Transportes, com vista à promoção a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens ao nível local e regional.	Perspetivam-se efeitos positivos com a esperada redução no consumo relativo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte em virtude do descongestionamento de tráfego e redução dos tempos de deslocação.	Risco de aumento absoluto de consumo de combustíveis fósseis num cenário de crescimento económico sem a devida implementação de soluções de energia alternativa nos transportes, devido ao subsequente crescimento da frota de transportes a circular na Região e intensidade de tráfego.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2-3 / P / C-Si	Nenhum
Eixo Prioritário 5: Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos		
OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		
8.1.1 Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e as outras entidades do sistema nacional de I&I	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.1.2 Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Energia"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
8.1.3 Melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.3.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do empreendedorismo social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.5.1 Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.8.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego dinamizar o empreendedorismo social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.9.1 Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da produção de energia renovável, mediante o aproveitamento do potencial hidroelétrico do EFMA. A produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas de energia, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética face ao exterior, e redução de emissões GEE.	Risco de pressões e conflitos entre usos com repercussões negativas para o estado das massas de água e ecossistemas dependentes.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2-3 / P / C-Si	Nenhum
Eixo Prioritário 6: Coesão Social e Inclusão		
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação		
9.1.1 Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.1.2 Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

Avaliação Estratégia de Efeitos "Energia"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	N.A.	N.A.
9.6.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.7.1 Requalificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia ou recursos energéticos nos edifícios ou equipamentos intervencionados, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de soluções ou tecnologias de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
9.7.2 Dotar os serviços e respostas sociais e de saúde de infraestruturas e equipamentos que facilitem o seu acesso e gestão promovendo a integração da rede de cuidados primários, hospitalares e continuados	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia ou recursos energéticos nos edifícios ou equipamentos intervencionados, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de soluções ou tecnologias de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
9.8.1 Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia ou recursos energéticos nos edifícios ou equipamentos intervencionados, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de soluções ou tecnologias de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética. Estas ações permitirão a produção	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Energia"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
9.10.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 2: Ensino e Qualificação do Capital Humano		
OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida		
10.1.1 Melhorar o sucesso escolar no ensino básico	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.1.2 Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.1.3 Melhorar a qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas específicas e medidas inovadoras, de âmbito regional, no âmbito da Prioridade de Investimento	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.1 Aumentar o número de diplomados do ensino superior, através da criação de condições para o prosseguimento de estudos no ensino superior diferenciando os ciclos curto e de licenciatura	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.2 Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos, (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.4.1 Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.5.1 Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia ou recursos energéticos nos edifícios ou equipamentos intervencionados, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de soluções ou tecnologias de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Energia"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
10.5.2 Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia ou recursos energéticos nos edifícios ou equipamentos intervencionados, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de soluções ou tecnologias de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
Eixo Prioritário 9: Capacitação Institucional e Modernização Administrativa OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública		
11.1.1 Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
11.2.1 Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P – Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si – Sinergético. N.A. – Não Aplicável.

Quadro 6.3.5 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Energia"

Critérios de Avaliação	Indicadores de Referência	Tendências de Evolução		
		Situação Atual	Sem a Implementação do PO	Com a Implementação do PO
Recursos Energéticos	Produção de energia elétrica por tipo de fonte		⇨	⇨
	Evolução da potência instalada de produção de energia renovável por tipo		⇨	⇨
	Evolução do consumo de combustíveis fósseis por atividade económica		↗	↗↗
Eficiência Energética	Evolução do consumo de energia elétrica por setor de consumo		↘	↗↗
	Certificados energéticos emitidos		↘↘	↗
	Redução do consumo energético na administração pública		↗	↗↗
	Evolução da potência instalada de microprodução de energia em edifícios		⇨	↗↗
Mobilidade Urbana Sustentável	Evolução do consumo de fontes de energia alternativas em transportes públicos		⇨	↗↗
	Implementação de modos suaves e expansão dos transportes públicos		↗	↗↗

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	↘↘ Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	↘ Negativa Afastamento das orientações do QRE	⇨ Sem alteração significativa	↗ Positiva Aproximação às orientações do QRE	↗↗ Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.3.6 RECOMENDAÇÕES

Tendo em consideração os elementos da proposta de Plano e os respetivos efeitos ambientais explanados no ponto anterior para o FCD em questão, sugerem-se uma série de recomendações para inclusão no POR e outras como medidas complementares para posterior implementação ao longo da sua execução na Região. No Quadro 6.3.6 são apresentadas as recomendações, fudamentando a sua pertinência face aos efeitos do Programa na área de intervenção. Esta avaliação baseia-se na identificação do objetivo definido para o FCD em análise ao qual a recomendação responde, o seu contributo no sentido de perceber se a recomendação foi definida no sentido de potenciar os efeitos positivos e/ou se surge como uma resposta aos efeitos negativos identificados, e ainda a que efeitos respondem.

Quadro 6.3.6 – Recomendações no âmbito do FCD "Energia"

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos positivos/ Efeitos negativos
Reformulação das ações previstas no sentido de definirem ações que criem mecanismos de incentivo à certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional,	Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo	↗	Efeitos positivos: - Perspetiva-se uma redução no consumo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte, promovendo assim a sustentabilidade dos recursos

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos positivos/ Efeitos negativos
tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública.	carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável.		energéticos naturais, contribuindo para a independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorias da qualidade do ar ambiente, ruído, com consequências positivas para a saúde e qualidade de vida em termos genéricos. - Perspetivam-se efeitos positivos com a esperada redução no consumo relativo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte em virtude do descongestionamento de tráfego e redução dos tempos de deslocação.
Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários e/ou nos procedimentos de avaliação, de critérios de elegibilidade ambientais, que salvaguardem aspetos e questões ambientais consideradas pertinentes, tais como: **- Salvaguarda da sustentabilidade no uso de recursos naturais;** **- Aquisição de eco-eficiência no consumo de recursos energéticos ou materiais;** **- Redução das emissões de GEE;** **- Promoção de boas práticas ambientais através da realização de ações imateriais de formação e sensibilização;** **- Preferência por métodos de construção sustentável, ou implementação das melhores tecnologias disponíveis (MTD).**	Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável.	↗	Efeitos positivos: - Perspetiva-se uma redução no consumo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte, promovendo assim a sustentabilidade dos recursos energéticos naturais, contribuindo para a independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorias da qualidade do ar ambiente, ruído, com consequências positivas para a saúde e qualidade de vida em termos genéricos. - Perspetivam-se efeitos positivos com a esperada redução no consumo relativo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte em virtude do descongestionamento de tráfego e redução dos tempos de deslocação.
Reformulação do conteúdo do POR Alentejo no sentido de se definirem tipologias de ação que incentivem à criação de mecanismos de promoção da certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública.	Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	↗	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.
Focalização da dotação financeira disponível para a promoção de eficiência energética nos setores e tipologias de projeto com maior intensidade energética, com contributo significativo para as metas nacionais e comunitárias, e que proporcionem maior	Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma	↗	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos positivos/ Efeitos negativos
redução ou eficiência energética e carbónica, designadamente, o setor empresarial (indústria, comércio e serviços) e administração regional e local (edifícios administrativos, equipamentos coletivos, e habitação social).	economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.		implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior..
Contacto com indústrias e associações industriais de modo a obter contributos sobre procedimentos, medidas e ações a realizar para obter reduções no consumo energético e identificar custos envolvidos. Com base nessa consulta, o POR deverá direcionar os fundos de financiamento disponíveis para as tipologias de intervenção que demonstrem: a) maior potencial de contributo para a redução do consumo energético; b) maior viabilidade financeira na perspetiva de obtenção de mais ganhos energéticos com menor custo de investimento e; c) maior potencial de contributo para as metas nacionais e comunitárias nesta matéria.	Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável.	↗	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.
Definição de critérios de seleção de candidaturas que privilegiem e garantam: **- A classificação das candidaturas que apresentem o objetivo de aquisição de eficiência energética mediante o grau de eficiência (redução) energética ou carbónica prevista, grau de cumprimento das metas setoriais e taxa de retorno do investimento;** **- A reconversão de iluminação pública em vias não rodoviárias e que apresentem capacidade de incutir reduções energéticas significativas, através da definição de critérios que classifiquem os projetos consoante o grau de intensidade de circulação (p.e. n.º pessoas que circulam pela via por dia), o grau de eficiência energética ou carbónica prevista, implementação de**	Utilização eficiente dos recursos energéticos. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	↗	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos positivos/ Efeitos negativos
mecanismos inteligentes de gestão das luminárias, grau de cumprimento das metas setoriais, e taxa de retorno do investimento; **- A implementação de medidas passivas que promovam a eficiência energética na habitação social em detrimento de soluções tecnológicas (medidas ativas), sendo preferencialmente efetuadas em edifícios alvo de intervenções de reabilitação e regeneração urbana.**			implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.
Definição, em sede de regulamento, de condições e critérios de seleção de sustentabilidade económica, através do incentivo a ações de reconversão de iluminação pública realizadas de forma gradual e que apresentem análises custo / benefício. Recomenda-se que a classificação dos projetos/candidaturas seja baseada numa estratégia de apoio seletivo no sentido de apoiar os projetos com maior capacidade de eficiência energética, e que apresentem melhor capacidade de retorno do investimento e sustentabilidade financeira..	Utilização eficiente dos recursos energéticos. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	↗	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.
Definição de normativos, em sede de regulamento, que estipulem e garantam: **- Avaliação do grau de concretização ou execução física das tipologias de projeto de natureza imaterial, tais como, Planos de Mobilidade, Auditorias ou Planos de Racionalização Energética, no sentido de garantir o seu contributo efetivo para o cumprimento dos objetivos e metas setoriais e conduzam a resultados visíveis dentro do período de vigência do Programa;** **- A elaboração, e apresentação com a candidatura, de estudo de viabilidade técnica e de análise custo-benefício, tendo em consideração diversos cenários de reconversão da iluminação pública.** **Pretende-se que estes permitam selecionar a melhor alternativa que assegure não apenas as necessidades de iluminação da área de intervenção, mas também a sustentação dos custos associados ao período de retorno do investimento, despesas de manutenção dos equipamentos, despesas com recursos humanos, de modo a assegurar a sustentabilidade económica e responsabilidade civil do projeto e do promotor.**	Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	↗	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos positivos/ Efeitos negativos
Definição de um sistema de indicadores de monitorização pertinentes, mensuráveis e comparáveis com metas dos referenciais estratégicos, criar uma plataforma online de comunicação com promotores de projeto, e vinculá-los à obrigatoriedade de inserção e comunicação dos dados de base para aferição dos resultados dos indicadores. **Definição de um sistema de indicadores que monitorize o desempenho e grau de aquisição de eficiência energética (redução do consumo de energia) em edifícios e infraestruturas, bem como indicadores que monitorizem o peso relativo dos modos de transporte utilizados nas deslocações pendulares e o acréscimo dos modos suaves e transportes públicos, alternativos ao transporte individual motorizado.**	Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	↗	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.

Legenda:

	↗	➔
Contributo	Potencia os efeitos positivos / oportunidades	Responde aos efeitos negativos / ameaças

6.4. QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E IDENTIDADE REGIONAL

6.4.1 INTRODUÇÃO

O presente FCD assume-se com particular relevância para a avaliação da sustentabilidade da área de intervenção do POR Alentejo em consequência da atividade humana existente na Região, responsável por alterações ao nível do ordenamento do território em consequência das opções e políticas interferentes no parque edificado, equipamentos coletivos, infraestruturas, e enquadramento paisagístico.

Nesse contexto, a avaliação ambiental estratégica deverá analisar os efeitos tendenciais das atividades previstas no POR Alentejo que contribuem mais significativamente para a alteração da configuração do território, e avaliar a sua pertinência para a Região tendo em consideração as necessidades de qualificação e reconversão neste âmbito.

6.4.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para este FCD relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da presente AAE. Assim, a avaliação do presente FCD tem os seguintes objetivos:

- Requalificação do espaço público, recuperação infraestrutural dos edifícios e do mobiliário urbano;
- Reconversão de áreas afetadas por passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação;
- Manutenção da qualidade do ambiente urbano e paisagem.

O processo de seleção e desenvolvimento dos indicadores propostos, apresentados no Quadro 6.4.1, e nos quais assenta a AAE do POR Alentejo, baseou-se na análise pericial de relatórios nacionais e internacionais de indicadores de ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como a documentação inerente ao próprio Plano e respetiva avaliação *ex-ante*. Relativamente ao indicadores sugeridos em sede de Relatório de Definição de Âmbito, procedeu-se à introdução do indicador "*Espaços abertos degradados (ou abandonados)*" no sentido atribuir ênfase, não apenas às industriais degradadas ou abandonadas, mas também a outras tipologias de áreas, tais como, áreas críticas de reconversão urbanística ou áreas de reabilitação urbana, contribuindo assim para o reforço do cumprimento dos objetivos estipulados para este FCD.

Quadro 6.4.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização
Qualificação do Edificado e Identidade: O PO promove a conservação e regeneração urbana do edificado, e a reabilitação ou requalificação de zonas industriais degradadas ou abandonadas, e uma coesão e transversalidade do edificado e paisagem urbana na relação urbano-rural?	Edifícios por estado de conservação e necessidade de reparação (n.º/ano)
	Equipamentos, edifícios ou habitações degradadas (ou abandonados) (n.º ; €)
	Áreas industriais degradadas (ou abandonadas) (nº; ha; €)
	Espaços abertos degradados (ou abandonados) (nº; ha; €)
Requalificação ambiental: O PO promove a preservação e melhoria das condições ambientais dos espaços abertos e paisagem?	Evolução da superfície total coberta por regadio (ha e %)*
	Implementação de projetos inovadores para uso eficiente dos recursos e saneamento ambiental (n.º; €)

6.4.3 SITUAÇÃO ATUAL

A NUT II Alentejo dispõe de um sistema urbano policêntrico, constituído por uma vasta rede de médias e pequenas cidades que apresentam níveis de qualidade de vida elevados. Contudo, apresentam alguns pontos de desordenamento ou desfuncionalização em resultado da natural evolução e implementação das políticas de gestão do território tomadas nas últimas décadas, que criaram a presença de edifícios ou espaços devolutos (p.e. espaços industriais desativados), bem como áreas industriais desativadas com passivos ambientais por mitigar, e que necessitam de uma intervenção de requalificação e/ou regeneração do ambiente envolvente. A reabilitação do edificado e a regeneração de equipamentos e infraestruturas urbanas em territórios marcados pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, através de investimentos efetuados no âmbito de alguns instrumentos de engenharia financeira, tais como o RECRIA, JESSICA e outros, bem como as intervenções integradas em "Área de Reabilitação Urbana" (Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na redação da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), permitiram a reabilitação urbana na Região nos últimos anos. Contudo, ainda subsistem focos de degradação urbanística que importa mitigar. Segundo os dados do INE, foram identificadas, em 2012, 16 áreas com necessidade de reabilitação urbana presentes na NUT II Alentejo, o dobro das identificadas no ano transato, sendo que a maioria está localizada na Lezíria do Tejo (13) e as restantes três no Alto Alentejo. Estas áreas

de reabilitação urbana são caracterizadas pela degradação ou obsolescência dos seus edifícios, infraestruturas urbanísticas, equipamentos sociais, áreas livres e espaços. Com necessidade de intervenção crítica de reconversão e recuperação urbanística existiam, em 2012, 10 áreas, sendo 8 delas em centros históricos[8] da Região. Estas áreas de intervenção crítica são áreas em que subsiste carência ou insuficiência de infraestruturas urbanísticas, de equilíbrio social, de áreas livres e espaços verdes, ou as deficiências dos edifícios existentes, no que se refere a condições de solidez, segurança ou salubridade, apresentam uma gravidade tal, que só a intervenção da Administração, através de providências expeditas, permite obviar, eficazmente, os inconvenientes e perigos inerentes. As áreas críticas identificadas estão localizadas na Lezíria do Tejo (4), Alentejo Central (4), e Alto Alentejo (2), todas em centros históricos com exceção de duas na Lezíria do Tejo que se localizam fora do centro histórico.

Segundo os dados mais recentes do INE, entre 2006 e 2011, a NUT II Alentejo dispunha de aproximadamente 384 mil edifícios, dos quais 69% não necessitavam de qualquer tipo de reparação, podendo esta percentagem variar ligeiramente consoante o tipo de deficiência infraestrutural (Quadro 6.4.2). Contudo, subsistiam cerca de 5% da totalidade dos edifícios existentes, que corresponde a aproximadamente 19 mil de edifícios, que necessitavam de grandes ou muito grandes reparações ao nível da cobertura, estrutura, ou paredes e caixilharia. Destes, cerca de 82% deles foram construídos antes da década de 60, sendo naturalmente aqueles que necessitam naturalmente de maiores cuidados de conservação. Analisando o período de 2007 a 2011, observa-se pela Figura 6.4.1 uma redução significativa da atividade de construção civil, resultando numa redução do número de novas construções (-51%), nas obras de ampliação (-23%), nas obras de alteração (-69%), nas obras de reconstrução (-38%) e nas obras de demolição (-47%). A nova construção representa cerca de 68% de todas as atividades construtivas efetuadas no edificado. As obras de reconstrução e alteração representam apenas 8% da totalidade de novas construções efetuadas. Estes dados estatísticos demonstram a baixa representatividade das práticas de reconstrução e regeneração do edificado na Região, continuando a privilegiar-se a nova construção.

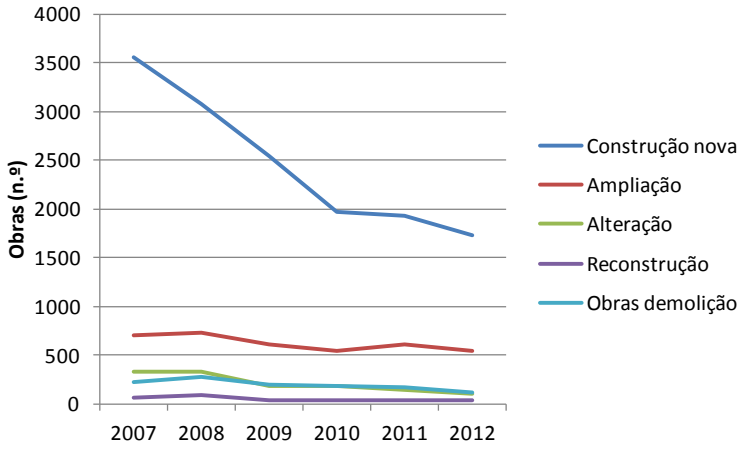


Figura 6.4.1 – Evolução das tipologias de obras no edificado da NUT II Alentejo

Fazendo uma análise mais específica aos edifícios utilizados como habitação social, na NUT II Alentejo existiam em 2011 cerca de 2877 edifícios para habitação social, menos 148 edifícios que em 2009. Após 2009 foram alvo de obras de conservação 1094 edifícios utilizados como habitação social, o que corresponde a cerca de 38% da totalidade de edifícios de habitação social existentes na NUT II. Em 2011, existiam 111 edifícios de habitação social com certificação energética, menos 17 edifícios que em 2009.

[8] Centros históricos de Dão-Lafões (3), Médio Tejo (2), e Baixo Vouga (1).

Quadro 6.4.2 | Edifícios por época de construção com necessidades de reparação na NUT II Alentejo

Necessidades de reparação	Época de construção											
	Antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996 - 2000	2001-2005	2006-2011	Total	%
Edifícios totais	32538	54373	52225	45213	52443	48055	23571	27675	28601	19172	383866	-
Na cobertura												
Nenhumas	14208	26059	28749	28888	38861	39890	20437	25298	27015	18252	267657	70%
Pequenas	6340	13229	12836	10209	9491	6210	2508	1883	1156	576	64438	17%
Médias	4728	8056	6681	4296	3043	1511	476	384	275	220	29670	8%
Grandes	3448	4096	2648	1309	785	307	115	66	107	77	12958	3%
Muito grandes	3814	2933	1311	511	263	137	35	44	48	47	9143	2%
Na estrutura												
Nenhumas	15062	27764	30487	30429	40495	41008	20901	25647	27224	18335	277352	72%
Pequenas	6352	12872	12315	9537	8601	5442	2135	1609	1015	541	60419	16%
Médias	4371	7247	5889	3679	2495	1221	388	333	227	182	26032	7%
Grandes	3180	3785	2350	1103	641	251	106	56	93	69	11634	3%
Muito grandes	3573	2705	1184	465	211	133	41	30	42	45	8429	2%
Nas paredes e caixilharia exteriores												
Nenhumas	13973	25828	28392	28465	38203	39042	20194	24883	26637	17953	263570	69%
Pequenas	6577	13585	13148	10599	10052	6801	2664	2228	1511	817	67982	18%
Médias	4812	7930	6643	4320	3125	1706	540	433	297	257	30063	8%
Grandes	3354	4069	2686	1310	819	347	113	87	112	93	12990	3%
Muito grandes	3822	2961	1356	519	244	159	60	44	44	52	9261	2%

Fonte: INE, Mar14.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) é um sistema que garante o transporte de água, constituído por um conjunto de 69 barragens, reservatórios e açudes, 382 km de rede primária, que faz a ligação entre as principais barragens do sistema, 1620 km de extensão de condutas na rede secundária, 47 estações elevatórias e 5 centrais mini hídricas. Através destas infraestruturas, Alqueva promete abastecer 25 aproveitamentos hidroagrícolas, que beneficiarão cerca de 120 mil hectares de terrenos agrícolas quando toda a infraestruturação estiver concluída, garantirá o reforço de água para abastecimento público a cerca de 200 mil pessoas e produzirá energia hidroelétrica suficiente para fornecer uma cidade com 500 mil habitantes.

O Sistema Global de Rega de Alqueva, que beneficiará uma área com cerca de 120 mil hectares, é constituído por um conjunto de 69 barragens, reservatórios e açudes, 382 km de rede primária, 1620 km de extensão de condutas na rede secundária, e divide-se em três subsistemas, de acordo com as diferentes origens de água, nomeadamente, o subsistema de Alqueva, com origem de água na albufeira de Alqueva, desenvolve-se a partir da Estação Elevatória dos Álamos e irá abranger uma área total regada de cerca de 64 mil hectares, o subsistema do Ardila, com origem de água na albufeira de Pedrógão que compreende os Aproveitamento Hidroagrícolas da Orada-Amoreira, de Brinches, de Brinches-Enxoé e de Serpa, localizados na margem esquerda do Guadiana nos concelhos de Moura e Serpa, irá abranger uma área total regada de 30 mil hectares, e o subsistema de Pedrógão que se desenvolve na região a Este de Beja, na margem direita do Rio Guadiana, irá abranger uma área total regada de 24,5 mil hectares. Atualmente, encontram-se em exploração cerca de 68 mil hectares de área de regadio, tendo entrado em fase de conclusão após 2013 dos últimos 50

mil hectares de área de regadio. Prevê-se a conclusão das infraestruturas afetas ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva em 2015.

No Quadro A13.2.4, do Anexo 13.2, é apresentado um diagnóstico síntese dos indicadores-chave identificados para a caracterização, e no Quadro 6.4.3 uma análise SWOT pericial da situação atual da NUT II Alentejo relativamente ao FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional".

Quadro 6.4.3 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional", no POR Alentejo

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
Pontos Fracos											
- Existência de áreas com necessidade de reabilitação urbana, marcados pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos coletivos e dos espaços urbanos e verdes urbanos.				■	■			■			
Pontos Fortes											
- Parque edificado genericamente em bom estado (69%). Existência de 19 mil edifícios (82% deles construídos antes da década de 60) com necessidade de grandes ou muito grandes reparações.				■	■			■			
- A existência de uma reserva estratégica de água (EFMA) potencia o desenvolvimento socioeconómico da Região, constituindo-se como uma das mais relevantes infraestruturas existentes de qualificação do território. O desenvolvimento das atividades económicas proporcionado pela existência do EFMA, traz benefícios importantes para a atividade agrícola, turística e disponibilidade de água para abastecimento público e produção de energia.				■	■		■				
Oportunidades											
- Desenvolvimento de intervenções de requalificação do espaço público, de recuperação infraestrutural e energética de edifícios, de reconversão e integração paisagística, de qualificação de espaços exteriores em algumas zonas desfavorecidas, e de mobiliário urbano.				■	■			■			
- A conclusão do Empreendimento para Fins Múltiplos do Alqueva e alargamento da respetiva rede principal e secundária de rega, potenciará de forma significativa as capacidades de produção agrícola na Região.				■	■		■				
Ameaças											
- A manutenção de baixos índices de regeneração do edificado existente, poderá promover a artificialização de áreas naturais, a degradação paisagística, o alargamento da área destinada ao parque edificado, o consumo de matérias-primas ou recursos naturais, e redução das condições de conforto e habitabilidade.				■	■			■			
- Manutenção de ocorrências de contaminação do meio ambiente (solo e recursos hídricos) e degradação paisagística nos locais identificados com passivo ambiental (p.e. áreas industriais degradadas ou abandonadas). Este aspeto					■			■			

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
suscita também uma ameaça para a saúde e qualidade de vida da população.											
- O aumento da intensidade agrícola em consequência da conclusão do EFMA poderá potenciar o surgimento de situações de poluição difusa, fenómenos de degradação da qualidade da água, ou conflitos entre tipologias de uso, em caso de não serem implementadas boas práticas agrícolas, campanhas de sensibilização para racionalização e uso eficiente de água, ou planos de monitorização de qualidade ambiental pelas entidades gestoras do EFMA e dos consumidores.											Desconhece-se que tipologias de ações e critérios de seleção estão previstos para a manutenção e salvaguarda do estado das massas de água compreendidas pelo EFMA e gestão sustentável das mesmas, no sentido de mitigar pressões ao nível dos parâmetros qualitativos, ecológicos, bem como ao nível das pressões consumptivas em consequência dos potenciais conflitos entre diversas tipologias de uso existentes.

Legenda:

- Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- Elementos insuficientes para avaliar
- Não aplicável / sem relação

Objetivos Temáticos: OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC, bem com a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional e garantir uma Administração Pública eficiente

6.4.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM POR ALENTEJO

Num cenário de ausência do POR Alentejo, perspetivam-se as seguintes tendências:

- Menor capacidade financeira para a realização de ações de reabilitação urbana, subsistindo áreas caracterizadas pela degradação ou obsolescência dos edifícios, infraestruturas urbanísticas, equipamentos sociais, e espaços livres, bem como zonas industriais obsoletas ou em declínio, induzindo efeitos nefastos para a qualidade de vida, economia e ambiente, designadamente através da ocorrência de fenómenos de poluição acidental ou contaminação, degradação paisagística e riscos para a salubridade e saúde humana;
- Manutenção de limitações na gestão da disponibilidade hídrica e estado das massas de água, com consequências negativas desenvolvimento do potencial endógeno regional, principalmente, das atividades dependentes dos recursos hídricos criados pelo EFMA, como a agricultura, turismo, e setor energético.

6.4.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base o diagnóstico da situação atual para a área de intervenção e questões estratégicas ambientais levantadas, foi analisada para o FCD em questão o Programa Operacional proposto, e que assenta num conjunto de apostas de qualificação do território, distribuídas por um conjunto de eixos prioritários, objetivos específicos, e tipologias de ações. A avaliação dos efeitos ambientais patente no Quadro 6.4.4 contempla, além da identificação destes quanto à sua natureza (positivo, negativo), ocorrência (curto, médio e longo prazo), efeito (secundário, cumulativo e sinergético) e duração (temporário ou permanente). O Quadro 6.4.5 sintetiza as tendências de evolução do FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional".

Quadro 6.4.4 – Avaliação estratégica de efeitos dos Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos do POR Alentejo relativamente ao FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional"

Avaliação Estratégia de Efeitos "Qualificação Territorial e Identidade Regional"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		
1.1.1 Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	Perspetivam-se efeitos positivos no aproveitamento e valorização dos recursos endógenos de natureza material e imaterial com vista à aquisição de novas formas de produção (inovação), transferência de conhecimento científico e desenvolvimento empresarial e da competitividade. Irá também proporcionar um reforço da capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
1.1.2 Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação	Perspetivam-se efeitos positivos no aproveitamento e valorização dos recursos endógenos de natureza material e imaterial com vista à aquisição de novas formas de produção (inovação), transferência de conhecimento científico e desenvolvimento empresarial e da competitividade. Irá também proporcionar um reforço da capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
1.1.3 Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor	Perspetivam-se efeitos positivos no aproveitamento e valorização dos recursos endógenos de natureza material e imaterial com vista à aquisição de novas formas de produção (inovação), transferência de conhecimento científico e desenvolvimento empresarial e da competitividade. Irá também proporcionar um reforço da capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
1.2.1 Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação	Perspetivam-se efeitos positivos no aproveitamento e valorização dos recursos endógenos de natureza material e imaterial com vista à aquisição de novas formas de produção (inovação), transferência de conhecimento científico e desenvolvimento empresarial e da competitividade. Irá também proporcionar um reforço da capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Qualificação Territorial e Identidade Regional"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
1.2.2 Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização)	Perspetivam-se efeitos positivos no aproveitamento e valorização dos recursos endógenos de natureza material e imaterial com vista à aquisição de novas formas de produção (inovação), transferência de conhecimento científico e desenvolvimento empresarial e da competitividade. Irá também proporcionar um reforço da capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
1.2.3 Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico	Perspetivam-se efeitos positivos no aproveitamento e valorização dos recursos endógenos de natureza material e imaterial com vista à aquisição de novas formas de produção (inovação), transferência de conhecimento científico e desenvolvimento empresarial e da competitividade. Irá também proporcionar um reforço da capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
OT2. Melhorar o acesso às TIC bem com a sua utilização e qualidade		
2.3.1 Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	Perspetivam-se efeitos positivos para capacitação e desempenho das funções e competências das instituições de administração e serviços públicos, estimulando a capacidade produtiva e desenvolvimento de todos os agentes económicos.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
2.3.2 Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas	Perspetivam-se efeitos positivos para capacitação e desempenho das funções e competências das instituições de administração e serviços públicos, estimulando a capacidade produtiva e desenvolvimento de todos os agentes económicos.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
OT3. Reforçar a competitividade das PME		
3.1.1 Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível do estímulo à criação de	Não se perspetivam efeitos negativos deste

Avaliação Estratégia de Efeitos "Qualificação Territorial e Identidade Regional"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	empresas com caráter inovador, induzindo assim a capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.	objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
3.2.1 Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível do estímulo à criação de empresas com caráter inovador, induzindo assim a capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
3.3.1 Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível do estímulo à criação de empresas com caráter inovador, induzindo assim a capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
3.4.1 Melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização (capital e dívida), promovendo o aumento do investimento e do emprego	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível do estímulo à criação de empresas com caráter inovador, induzindo assim a capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores		
4.2.1 Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	O aumento da eficiência energética nas empresas irá favorecer a redução da dependência energética face ao exterior, permitindo adquirir independência económica, libertando fundos para o investimento em infraestruturas, equipamentos ou recursos humanos e assim reforçar a competitividade e promoção da qualificação regional.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
4.3.1 Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas	O aumento da eficiência energética irá favorecer a redução da dependência energética face ao exterior, permitindo adquirir independência	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o

Avaliação Estratégia de Efeitos "Qualificação Territorial e Identidade Regional"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos	económica, libertando fundos para o investimento em infraestruturas, equipamentos ou recursos humanos e assim reforçar a competitividade e promoção da qualificação regional.	cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
4.3.2 Aumentar a eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
4.5.1 Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético.	Através da implementação de modelos e sistemas de transporte ecológico, perspetivam-se efeitos positivos para a qualificação do território através da implementação de equipamentos e infraestruturas que promovam uma redução das emissões GEE e redução da dependência energética face ao exterior, permitindo o desenvolvimento, diversificação e adoção das melhores tecnologias disponíveis pelos meios de transporte, melhoria da qualidade do serviço, e benefícios para a qualidade do ar, ruído, e paisagem.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos		
6.3.1 Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível qualificação dos espaços e rede de equipamentos históricos e culturais inseridos no território, permitindo assim a preservação, restauro ou requalificação dos valores e bens patrimoniais, a manutenção da identidade regional, a promoção turística de território com elevado valor cultural e a qualificação e diversificação da oferta turística na Região.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
6.4.1 Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível do ordenamento e gestão das áreas classificadas. Esta qualificação dos espaços e valores naturais inseridos no território irão proporcionar vantagens para a preservação e valorização destes territórios, potenciando a diversificação da oferta turística na Região.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
6.5.1 Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	Perspetivam-se efeitos claramente positivos ao nível da requalificação do ambiente urbano, beneficiação ambiental e integração paisagística destes espaços através de requalificação e regeneração urbana baseada em modelos sustentáveis de desenvolvimento, bem como ações de	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Qualificação Territorial e Identidade Regional"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	recuperação, expansão e valorização de estruturas ecológicas urbanas, a reconversão de espaços industriais abandonados e requalificação de equipamentos e mobiliário urbano. Perspetivam benefícios ambientais para a qualidade do ar, ruído, e paisagem, e qualidade de vida em termos gerais.	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas		
7.2.1 Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as RTE-Transportes, com vista à promoção a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens ao nível local e regional.	Perspetivam-se efeitos positivos para a qualificação e capacitação do território principalmente ao nível do descongestionamento e fruição de tráfego e aquisição de fatores para uma economia competitiva e descarbonizada. Perspetivam-se também o reforço da integração e intermodalidade entre os vários meios de transporte público, melhoria da qualidade do serviço, diversificação e reforço da proximidade dos serviços de transporte à população e agentes económicos. Preveem-se também benefícios para a qualidade do ar, redução das emissões GEE, e ruído.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		
8.1.1 Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e as outras entidades do sistema nacional de I&I	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.1.2 Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.1.3 Melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.3.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do empreendedorismo social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.5.1 Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Qualificação Territorial e Identidade Regional"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
8.8.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego dinamizar o empreendedorismo social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.9.1 Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas	Perspetivam-se efeitos positivos para o reforço da atratividade e valorização dos recursos endógenos de natureza material e imaterial com vista à aquisição de novas formas de produção (inovação), transferência de conhecimento científico e desenvolvimento empresarial e da competitividade. Irá também proporcionar um reforço da capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)	A concretização do EFMA, permitirá que sejam desenvolvidas práticas de agricultura sustentável, aliada a uma gestão integrada e eficiente dos diferentes recursos (água, solo e energia), combate à desertificação, bem como permitirá o reforço da coesão social do território rural, contribuindo de modo decisivo, para inverter a tendência de despovoamento, e potenciar o desenvolvimento económico, contribuindo, assim, para a criação de riqueza e emprego com uma sustentabilidade alicerçada no desenvolvimento dos recursos endógenos da região.	Risco de uso intensivo de recursos hídricos, ocorrência de situações de conflito ou escassez de água, bem como situações de contaminação ou degradação do estado das massas de água, bem como ocorrência de focos de poluição difusa de poluentes ou fertilizantes em resultado da prática intensiva de agricultura ou desrespeito pelas boas práticas agrícolas. Estes riscos poderão trazer efeitos negativos para a paisagem, qualidade de vida das populações e atividades económicas dependentes direta ou indiretamente das massas de água (p.e. atividades turísticas).
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	Nenhum
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação		
9.1.1 Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.1.2 Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.6.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social	Perspetiva-se um melhor e mais eficiente aproveitamento na utilização	Não se perspetivam efeitos negativos deste

Avaliação Estratégia de Efeitos "Qualificação Territorial e Identidade Regional"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
assente em parcerias locais	racional destes equipamentos coletivos, bem como melhorias infraestruturais e na qualidade do serviço prestado.	objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
9.7.1 Requalificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes	Perspetiva-se um melhor e mais eficiente aproveitamento na utilização racional destes equipamentos coletivos, bem como melhorias infraestruturais e na qualidade do serviço prestado.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
9.7.2 Dotar os serviços e respostas sociais e de saúde de infraestruturas e equipamentos que facilitem o seu acesso e gestão promovendo a integração da rede de cuidados primários, hospitalares e continuados	Perspetiva-se um melhor e mais eficiente aproveitamento na utilização racional destes equipamentos coletivos, bem como melhorias infraestruturais e na qualidade do serviço prestado.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
9.8.1 Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da qualificação dos edifícios e espaços públicos, reforço dos equipamentos coletivos e mobiliário urbano, uma maior facilidade no acesso a serviços de proximidade, benefícios ambientais (p.e. qualidade do ar, ruído), paisagísticos, e regeneração de espaços naturais ou verdes urbanos, que irão potenciar a melhoria do bem-estar, conforto, prática de desporto e atividades lúdicas, promovendo assim uma melhoria significativa da qualidade de vida nestas zonas desfavorecidas.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
9.10.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	Perspetiva-se um melhor e mais eficiente aproveitamento na utilização racional destes equipamentos coletivos, bem como melhorias infraestruturais e na qualidade do serviço prestado.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida		
10.1.1 Melhorar o sucesso escolar no ensino básico	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.1.2 Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Qualificação Territorial e Identidade Regional"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
10.1.3 Melhorar a qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas específicas e medidas inovadoras, de âmbito regional, no âmbito da Prioridade de Investimento	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.1 Aumentar o número de diplomados do ensino superior diferenciando os ciclos curto e de licenciatura	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.2 Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos, (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.4.1 Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.5.1 Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios	Perspetiva-se um melhor e mais eficiente aproveitamento na utilização racional destes equipamentos coletivos, bem como melhorias infraestruturais e aquisição de benefícios para a aprendizagem e proximidade à população.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
10.5.2 Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho	Perspetiva-se um melhor e mais eficiente aproveitamento na utilização racional destes equipamentos coletivos, bem como melhorias infraestruturais e aquisição de benefícios para a aprendizagem e proximidade à população.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública		
11.1.1 Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível do reforço das capacidades de prestação do serviço público, cooperação institucional das entidades públicas, intermunicipalismo e capacitação pública para o apoio à dinamização económica. Preveem-se efeitos positivos para a capacidade de cooperação inter-regional e de trabalho em rede, e perspetivas do reforço da capacidade produtiva e qualificação generalizada do território.	Não se perspetivam efeitos negativos deste objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum
11.2.1 Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de	Perspetivam-se efeitos positivos ao nível do reforço das capacidades de	Não se perspetivam efeitos negativos deste

Avaliação Estratégia de Efeitos "Qualificação Territorial e Identidade Regional"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
ações de desenvolvimento territorial	prestação do serviço público, cooperação institucional das entidades públicas, intermunicipalismo e capacitação pública para o apoio à dinamização económica. Preveem-se efeitos positivos para a capacidade de cooperação inter-regional e de trabalho em rede, e perspetivas do reforço da capacidade produtiva e qualificação generalizada do território.	objetivo específico, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos deste FCD.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2 / P / C-Si	Nenhum

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P – Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinergético. N.A. – Não Aplicável.

Quadro 6.4.5 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional"

Critérios de Avaliação	Indicadores de Referência	Tendências de Evolução		
		Situação Atual	Sem a Implementação do PO	Com a Implementação do PO
Qualificação Urbana	Edifícios por estado de conservação e necessidade de reparação		⇨	⇗⇗
	Equipamentos, edifícios ou habitações degradadas (ou abandonados)		⇨	⇗⇗
	Áreas industriais degradadas (ou abandonadas)	N.D.	⇨	⇗⇗
	Espaços abertos degradados (ou abandonados)		⇨	⇗⇗
Requalificação ambiental	Evolução da superfície total coberta por regadio		⇗	⇗⇗
	Implementação de projetos inovadores para uso eficiente dos recursos e saneamento ambiental	N.D.	⇨	⇗⇗

Legenda: N.D. – Não disponível

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	⇘⇘ Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	⇘ Negativa Afastamento das orientações do QRE	⇨ Sem alteração significativa	⇗ Positiva Aproximação às orientações do QRE	⇗⇗ Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.4.6 RECOMENDAÇÕES

Tendo em consideração os elementos da proposta de Plano e os respetivos efeitos ambientais explanados no ponto anterior para o FCD em questão, sugerem-se uma série de recomendações passíveis de análise por parte da equipa técnica responsável pela sua inclusão no Plano e/ou como medidas complementares para posterior implementação na área de intervenção. No Quadro 6.4.6 é desenvolvida uma análise às recomendações, de forma a efetivar a sua pertinência face aos efeitos do Plano na área de intervenção, identificados e avaliados no âmbito de cada FCD. Esta avaliação baseia-se na identificação do objetivo definido para o FCD em análise ao qual a recomendação responde, o seu contributo no sentido de perceber se a recomendação foi efetivamente definida no sentido de potenciar os efeitos positivos e/ou se surge como uma resposta aos efeitos negativos identificados, e ainda a que oportunidades e ameaças respondem.

Quadro 6.4.6 – Recomendações no âmbito do FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional"

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos positivos / Efeitos negativos
Inclusão de critérios de seleção de projetos que reforcem e balizem os moldes como se pretende incentivar projetos de reabilitação urbana, designadamente no parque edificado público e privado em núcleos históricos, bairros críticos, ou zonas degradadas, equipamentos coletivos e espaços públicos. **Os critérios de seleção devem ser definidos com base em princípios de sustentabilidade ambiental e de respeito pela paisagem envolvente e**	Requalificação do espaço público, recuperação infraestrutural dos edifícios e do mobiliário urbano. Reconversão de áreas afetadas por passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação. Manutenção da	⇗	Efeitos positivos: - Requalificação do ambiente urbano, beneficiação ambiental e integração paisagística destes espaços através de requalificação e regeneração urbana baseada em modelos sustentáveis de desenvolvimento, bem como ações de recuperação, expansão e valorização de estruturas ecológicas urbanas, a reconversão de espaços industriais abandonados e requalificação de equipamentos e mobiliário urbano. Perspetivam benefícios ambientais para a

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos positivos / Efeitos negativos
traças originais ou típicas da Região (sempre que aplicável). **Recomenda-se a definição de ações que incentivem a construção sustentável, designadamente através do financiamento de ações imateriais de formação avançada em técnicas de construção sustentável, boas práticas construtivas (p.e. reaproveitamento in loco dos materiais ou subprodutos), eco-eficiência, visando a sustentabilidade ambiental e a preservação dos valores naturais do território.**	qualidade do ambiente urbano e paisagem.		qualidade do ar, ruído, e paisagem, e qualidade de vida em termos gerais. - Qualificação dos edifícios e espaços públicos, reforço dos equipamentos coletivos e mobiliário urbano, uma maior facilidade no acesso a serviços de proximidade, benefícios ambientais (p.e. qualidade do ar, ruído), paisagísticos, e regeneração de espaços naturais ou verdes urbanos, que irão potenciar a melhoria do bem-estar, conforto, prática de desporto e atividades lúdicas, promovendo assim uma melhoria significativa da qualidade de vida nestas zonas desfavorecidas. - Qualificação dos espaços e rede de equipamentos históricos e culturais inseridos no território, permitindo assim a preservação, restauro ou requalificação dos valores e bens patrimoniais, a manutenção da identidade regional, a promoção turística de território com elevado valor cultural e a qualificação e diversificação da oferta turística na Região. - Utilização racional dos equipamentos coletivos, bem como melhorias infraestruturais, proximidade ao utente, e na qualidade do serviço prestado.
Reformulação / adaptação de tipologias de ações e/ou inclusão de critérios de seleção que assegurem a salvaguarda do estado dos recursos naturais endógenos suscetíveis de aproveitamento e exploração no âmbito dos projetos financiados pelo POR Alentejo, designadamente, os projetos previstos e enquadrados no objetivo específico "8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)", no sentido de salvaguardar o estado químico e ecológico das massas de água, visando o desenvolvimento das atividades económicas e a coesão social.	Reconversão de áreas afetadas por passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação. Manutenção da qualidade do ambiente urbano e paisagem.	↗	Efeitos positivos: - A concretização do EFMA, permitirá que seja promovida uma agricultura sustentável, aliada a uma gestão integrada e eficiente dos diferentes recursos (água, solo e energia), combate à desertificação, bem como permitirá o reforço da coesão social do território rural, contribuindo de modo decisivo, para inverter a tendência de despovoamento, e potenciar o desenvolvimento económico, contribuindo, assim, para a criação de riqueza e emprego com uma sustentabilidade alicerçada no desenvolvimento dos recursos endógenos da região.

Legenda:

Contributo	↗	➔
	Potencia os efeitos positivos / oportunidades	Responde aos efeitos negativos / ameaças

6.5. RECURSOS NATURAIS

6.5.1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade territorial, enquanto um dos vetores centrais do processo de desenvolvimento, pressupõe uma abordagem convergente e integrada de três domínios fundamentais: ambiental,

económico e social. Nesse sentido, a sua relevância para a emergência e consolidação de economias competitivas e sociedades coesas assume um especial significado num território com as características e potencialidades.

Concretamente esta região apresenta condições ambientais, cujos recursos naturais e valores ecológicos, são considerados fundamentais no que se refere à afirmação da sua identidade territorial, tornando-o um fator diferenciador da região no plano europeu. Neste contexto importa ter em consideração um conjunto de espaços/áreas que permitem estruturar e promover a singularidade deste território e simultaneamente assegurar o desenvolvimento económico sustentável apoiado na qualificação e gestão dos recursos naturais existentes.

Assim, o FCD "Recursos naturais" procura avaliar o modo como o PO permitirá que se atinja os objetivos de proteção e promoção dos recursos naturais, estabelecidos neste contexto.

6.5.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para este FCD relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o Quadro de Referência Estratégico da presente AAE e que são apresentados anteriormente no Capítulo 5. Desta forma, com a constituição deste FCD pretende-se proceder à avaliação dos efeitos positivos e negativos do POR Alentejo sobre os elementos que constituem os recursos naturais presentes no território, de acordo com os seguintes objetivos:

- Avaliar o contributo do POR Alentejo para a proteção e utilização sustentável dos recursos naturais;
- Avaliar o contributo do PO para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes.

Perante estes objetivos assumidos, foi definido um conjunto de indicadores que se pretende que constituam uma forma de simplificação e sintetização dos elementos que permitem a caracterização e diagnóstico da situação atual da região, e cuja descrição se encontra apresentada no Quadro 6.5.1. de referir que a sua seleção baseou-se na análise pericial de relatórios nacionais e internacionais de indicadores de ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como nos documentos orientadores da Comissão Europeia para a Avaliação dos PO, os indicadores das próprias cadeias de programação do PO e os indicadores da avaliação *ex-ante*.

Quadro 6.5.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Recursos Naturais"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Descrição
Solo: O POR Alentejo promove a proteção e reabilitação dos solos, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental?	Ocupação dos solos, por classes de uso (ha, %)	Ocupação e distribuição, por tipologia de utilização do uso do solo na AI, no período compreendido entre 2007 e 2013 (em hectares e/ou percentagem relativa).
	Áreas de RAN e REN (ha; %)	Tendo em conta as políticas de proteção do solo e do ordenamento do território, identifica e analisa a área de solo classificado como RAN, (aptidão elevada ou moderada para o uso agrícola genérico) e o conjunto de áreas de REN (designadas pelo seu valor e sensibilidade ecológica ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais), em hectares e/ou percentagem.
	Extensão das áreas suscetíveis à desertificação, desde 2004 (ha/ano; %)	Análise da extensão das áreas suscétiveis à desertificação e percentagem de áreas afectadas em relação à área de intervenção (em hectares por ano e/ou percentagem)
	Estrutura ecológica regional (ha, %)	Identificação da estrutura ecológica que integra as áreas e sistemas que são fundamentais à sustentabilidade do território e das populações que

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Descrição
		dele dependem (estrutura ecológica fundamental, estrutura ecológica urbana) (em hectares e/ou percentagem relativa).
Recursos geológicos: O POR Alentejo promove a exploração e uso sustentável dos recursos geológicos presentes?	Áreas de exploração e volumes extraídos de massas minerais metálicas e não-metálicas, desde 2004 (n.º, localização e t/ano)	Extensão das áreas destinadas à exploração e respetivos volumes de massas minerais metálicas e não-metálicas extraídos, desde 2004 (área, número, localização e volume extraído/ano)
	Áreas de exploração licenciadas relativamente ao total, desde 2004 (n.º/ano)	Número de áreas de exploração licenciadas relativamente ao total existente no território, desde 2004 (numero/ano)
Recursos Hídricos: O POR Alentejo promove a utilização sustentável dos recursos hídricos existentes?	Estado das massas de águas de superfície e subterrâneas (de acordo com a Lei da Água) (Excelente, Bom, Razoável, Medíocre e Mau)	Classificação do estado das massas de água (superficiais e subterrâneas), visando assim o cumprimento da Lei da Água (% das massas de águas com estado igual ou superior a Bom)
	Consumo de água pelos sistemas de rega, relativamente ao consumo total da região, desde 2004 (m^3/ha; %)	Volume de água referente ao consumo de água pelos sistemas de rega, relativamente ao consumo total da região, desde 2004 (m^3/ha; %).
	Massas de água artificializadas que contemplam caudais ecológicos e passagens para peixes, relativamente ao total (n.º)	Identificação e contabilização das massas de água artificializadas que contemplam caudais ecológicos e passagens para peixes, relativamente ao total de massas de água artificializadas (n.º)
	Zonas costeiras alvo medidas de requalificação e/ou valorização ambiental, desde 2004 (n.º/ano; área intervencionada)	Extensão das zonas costeiras alvo medidas de requalificação e/ou valorização ambiental, desde 2004 (número/ano; área intervencionada)
	Qualidade das águas balneares (n.º de resultados Excelente, Boa, Aceitável, Má, Sem classificação)	Avaliação da qualidade da água em zonas balneares (utilizando a terminologia: boa, aceitável e má), a partir do número de violações/ano (percentagem de análises conformes registadas, decorrentes da obrigatoriedade legislativa).
Biodiversidade e ecossistemas: o POR Alentejo promove a recuperação proteção da biodiversidade e a promoção de serviços ligados a ecossistemas?	Áreas florestais, por tipologia de utilização (produção, proteção, recreação, etc.), desde 2004 (ha/ano; %)	Identificação, número e/ou percentagem relativa da AI ocupada por áreas florestais, por tipologia de utilização (ou espécies dominantes) (área afetada/ano; percentagem relativa)
	Áreas Protegidas e Classificadas (ha; %)	Identificação, número e/ou percentagem relativa da AI ocupada por áreas protegidas e classificadas, por estatuto de conservação com reconhecimento regional, nacional e internacional.
	Reservas cinegéticas existentes (ha; %)	Identificação das áreas integradas na reserva de caça e pesca, geridas pelas autoridades com competência na matéria, em hectares ou percentagem relativa da área ocupada.
	Espécies presentes (com estatuto de proteção e invasoras) (n.º, estatuto de conservação)	Considerando os estatutos de conservação das espécies, avalia o número de espécies presentes na AI. Para além disso identifica o número de espécies invasoras presentes
	Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação (ha)	Determinação da superfície dos habitats apoiados, em hectares, para atingirem um melhor estado de conservação entre 2007 e 2013 (área afetada)
	Ações de sensibilização, requalificação e/ou valorização nas áreas protegidas e classificadas, desde 2004 (n.º /ano; €)	Identificação do número de ações de sensibilização e determinação da extensão da área intervencionada face à área total classificada, no período compreendido entre 2007 e 2013.
	Publicações científicas produzidas, relativas às temáticas da biodiversidade e ecossistemas presentes, desde 2004 (n.º/ano).	Número de publicações científicas indexadas (e outras) produzidas relativas à temática da biodiversidade e ecossistemas, no período compreendido entre 2007 e 2013.

6.5.3 SITUAÇÃO ATUAL

Considerando a análise deste FCD como um dos requisitos base para a sustentabilidade do POR Alentejo, é efetuada neste capítulo, uma abordagem sucinta das principais características ambientais da área de intervenção do referido PO, no que se reporta, particularmente, aos "Recursos Naturais", tendo como base o cálculo dos indicadores definidos e apresentados previamente em sede de RDA.

Ocupação dos solos

O solo é essencialmente um recurso não renovável e um sistema dinâmico que desempenha um conjunto de funções serviços vitais para as atividades humanas e a sobrevivência dos ecossistemas.

A degradação do solo é um problema grave na Europa, provocado ou acentuado por atividades humanas como práticas agrícolas e silvícolas inadequadas, atividades industriais, turismo, crescimento das zonas urbanas e industriais e construção de equipamentos. Estas atividades têm um impacto negativo, impedindo que o solo desempenhe o seu vasto leque de funções e serviços. O resultado é uma diminuição da fertilidade do solo, do carbono e da biodiversidade, uma menor capacidade de retenção da água, a interrupção do ciclo gasoso e do ciclo dos nutrientes e uma degradação reduzida dos contaminantes.

O solo está sujeito a pressões ambientais crescentes em toda a região, resultantes ou agravadas pela atividade humana, como práticas agrícolas e silvícolas, atividades industriais, turismo ou desenvolvimento urbano inadequados. Estas atividades estão a prejudicar a capacidade do solo para continuar a desempenhar, em pleno, a grande variedade das suas funções cruciais. Além disso, a degradação do solo tem grandes impactos noutros domínios de interesse comum, como os recursos hídricos, a saúde humana, as alterações climáticas, a proteção da natureza e da biodiversidade e a segurança dos alimentos. Assim, o solo constitui-se um recurso fundamental de interesse para toda a região e se não for protegido e ordenado prejudicará toda a estratégia de sustentabilidade e a competitividade a longo prazo.

De acordo com os dados mais recentes disponíveis, referentes a 2006 (Corine LC), Verifica-se a dominância de duas grandes classes de uso: as zonas agrícolas e as zonas florestais e semi-naturais. Assim, no que se refere às zonas agrícolas é possível destacar as terras aráveis e as zonas agrícolas heterogéneas, que ocupam cada uma cerca de 27% do território. Já no que se reporta à s zonas florestais importa referir as florestas, que se estendem por 25% desta região e as zonas com vegetação arbustiva ou herbácea que ocupam uma área correspondente a 11 % do mesmo território. Acresce ainda referir que as zonas artificializadas representam cerca de 1% do território enquanto as zonas húmidas e corpos de água ocupam aproximadamente 2%. A afetação detalhada (classes de uso do solo de nível 2) e distribuição (por classes de uso do solo de nível 3) destas áreas podem ser observadas no Quadro 6.5.2 e Figura 6.5.1.

Quadro 6.5.2 – Usos do Solo, 2006 (Fonte: Corine LC)

Código (N2)	Classe de uso do solo	Área (ha)	% relativa do território
11	Tecido Urbano	22375,20	0,71
12	Zonas Industriais, comerciais ou de transportes	6549,28	0,21
13	Minas, depósitos de resíduos ou zonas de construção	4432,88	0,14
14	Zonas artificializadas não agrícolas com vegetação	1180,41	0,04
21	Terras aráveis	855530,27	27,07
22	Culturas permanentes	192928,22	6,10
23	Pastagens	13743,42	0,43
24	Zonas agrícolas heterogéneas	861186,89	27,25
31	Florestas	801069,87	25,35

Código (N2)	Classe de uso do solo	Área (ha)	% relativa do território
32	Zonas com vegetação arbustiva e/ou herbácea	339282,27	10,74
33	Zonas sem vegetação ou com vegetação esparsa	8011,66	0,25
41	Zonas húmidas interiores	384,42	0,01
42	Zonas húmidas costeiras	2891,52	0,09
51	Águas interiores	41931,41	1,33
52	Águas costeiras	8992,92	0,28
	Total	**3160490,63**	**100,00**

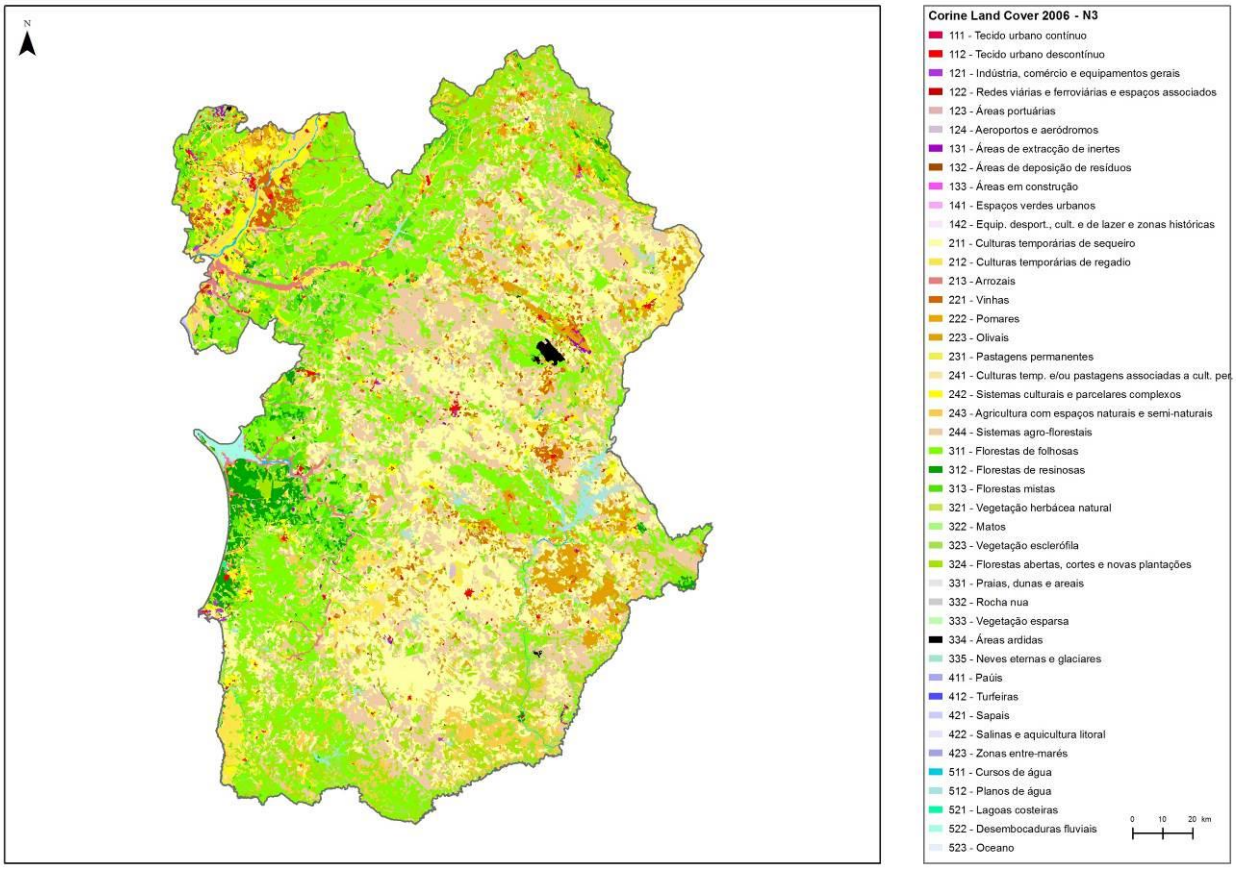


Figura 6.5.1 – Usos do Solo, 2006 (Fonte: Corine LC)

Extensão das áreas suscetíveis à desertificação

Tendo por base a carta de Suscetibilidade à Desertificação (Figura 6.5.2) foi possível aferir, que 36 % do território continental português está incluído em condições de suscetibilidade à desertificação. Este fato deve-se às características climáticas, sendo certo contudo que dos restantes 64% haverá ainda um número significativo de áreas que, não correspondendo às condições climáticas anteriores, apresentam solos com elevada a muito elevada suscetibilidade à seca e à desertificação.

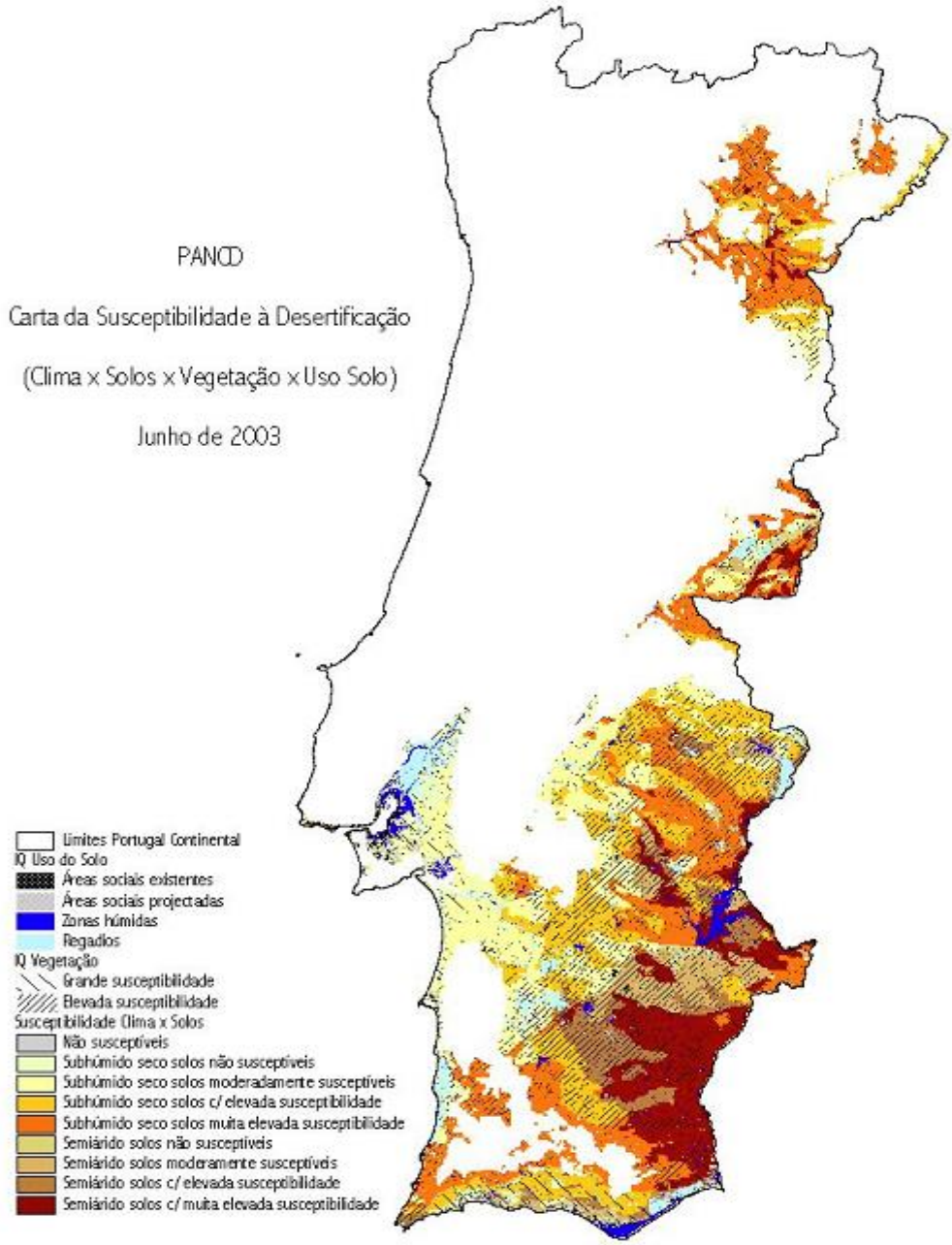


Figura 6.5.2 – Carta de suscetibilidade à desertificação (PCNPAN-UNCCD, 2007)

Particularmente, no que se refere à região do Alentejo, e tendo por base o Índice de Sensibilidade à Desertificação (SDI, 2008), é possível verificar que mais 36 % do território corresponde a áreas sensíveis à desertificação. Acresce ainda referir que cerca de 34 % corresponde a áreas de média sensibilidade e aproximadamente 26 % a áreas de baixa sensibilidade à desertificação. Apenas 2,88 % do território se encontra classificado como área não afetada ou com baixa sensibilidade à desertificação (Quadro 6.5.3 e Figura 6.5.3)

Quadro 6.5.3 – Áreas afetadas de acordo com o Índice de Sensibilidade à Desertificação na região do Alentejo (AEA - SDI, 2008))

Classe (SID)	Designação da classe	Área (ha)	% relativa do território
< 1,2	Não afetadas ou com baixa sensibilidade à desertificação	90500,45	2,88

Classe (SID)	Designação da classe	Área (ha)	% relativa do território
1,2 - 1,3	Baixa sensibilidade à desertificação	825720,78	26,28
1,3 - 1,4	Média sensibilididade à desertificação	1071506,05	34,11
1,4 - 1,6	Áreas sensíveis à desertificação	1153744,63	36,73
	Total	3141471,91	100,00

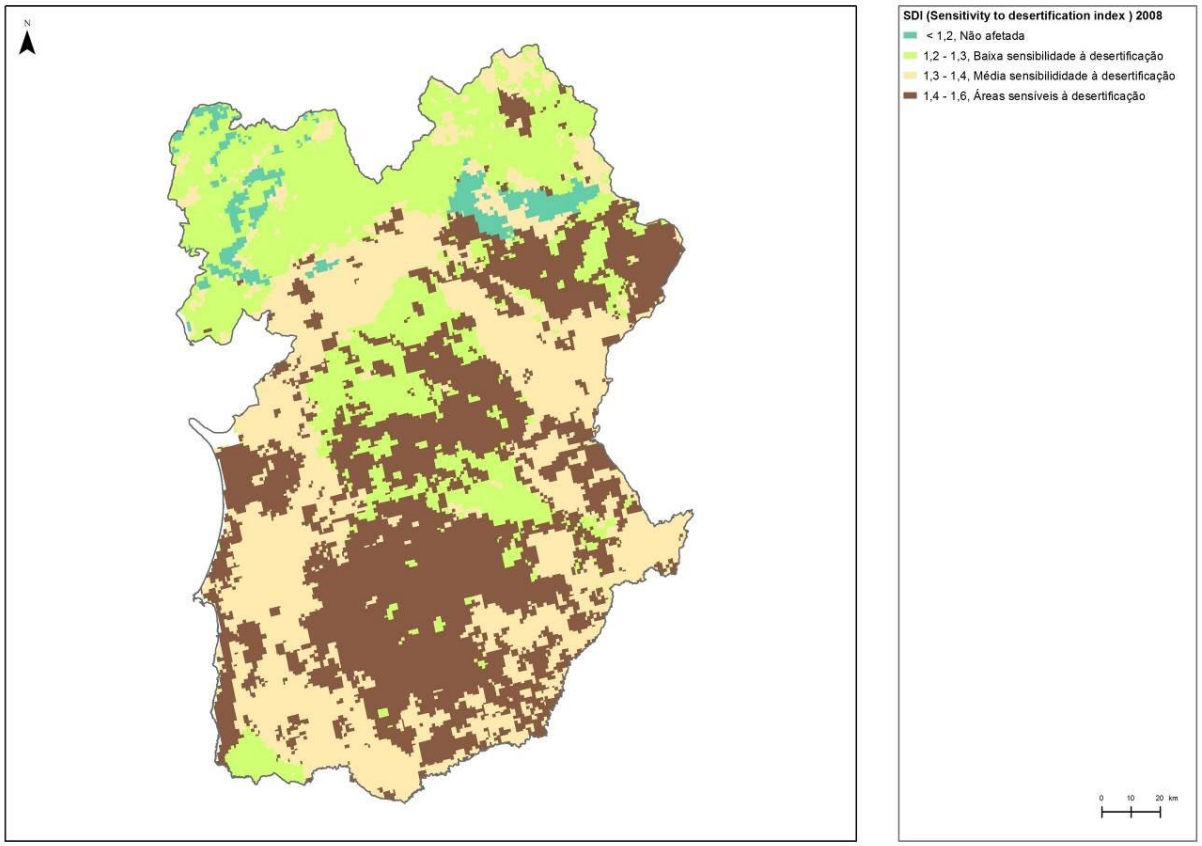


Figura 6.5.3 – Carta de suscetibilidade à desertificação (Fonte: AEA - SID, 2008)

Complementarmente, e de acordo com o PROT-Alentejo, verifica-se a existência de espaços muito degradados com elevados níveis de erosão devido a sobre-exploração e a práticas agro-silvo-pastoris desadequadas, bem como, à ocorrência de pressões significativas nas águas subterrâneas e superficiais a que acresce uma deficiente prevenção de riscos por parte das organizações e das populações. A estes fatores associam-se a aleatoriedade dos fatores climáticos e o ciclo biológico das plantas e animais, que condicionam muito determinadas produções e aumentam o risco de outras, e, em última análise, aumentam a suscetibilidade para a desertificação.

Assim, no sentido de contrariar os processos de desertificação importa, em sintonia com as iniciativas nacionais de luta contra a desertificação (Programa Nacional de Combate à Desertificação – PANCD), em especial nas áreas de maior suscetibilidade desenvolver mecanismos de prevenção e adaptação, bem como garantir a manutenção e o bom estado de conservação das áreas florestais e da rede hidrográfica.

Estrutura ecológica regional

Para uma perspetiva global, que permite perceber as relações ecológicas entre as várias unidades e sistemas ecológicos presentes importa considerar a "Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral" definida no âmbito do PROT-Alentejo, onde é desenvolvida a ideia de

continuidade ecológica, que numa ótica regional assume uma importância estratégica na definição dos corredores ecológicos estruturantes e suas relações e conectividade.

Assim, de acordo com a Figura 6.5.4 do PROT-Alentejo (CCDR Alentejo) verifica-se a conetividade de todas as áreas nucleares e do litoral, através de áreas de conetividade ecológica predominantemente de montado ou de outras áreas de conetividade ecológica, ao que acresce complementarmente a rede hidrológica existente.

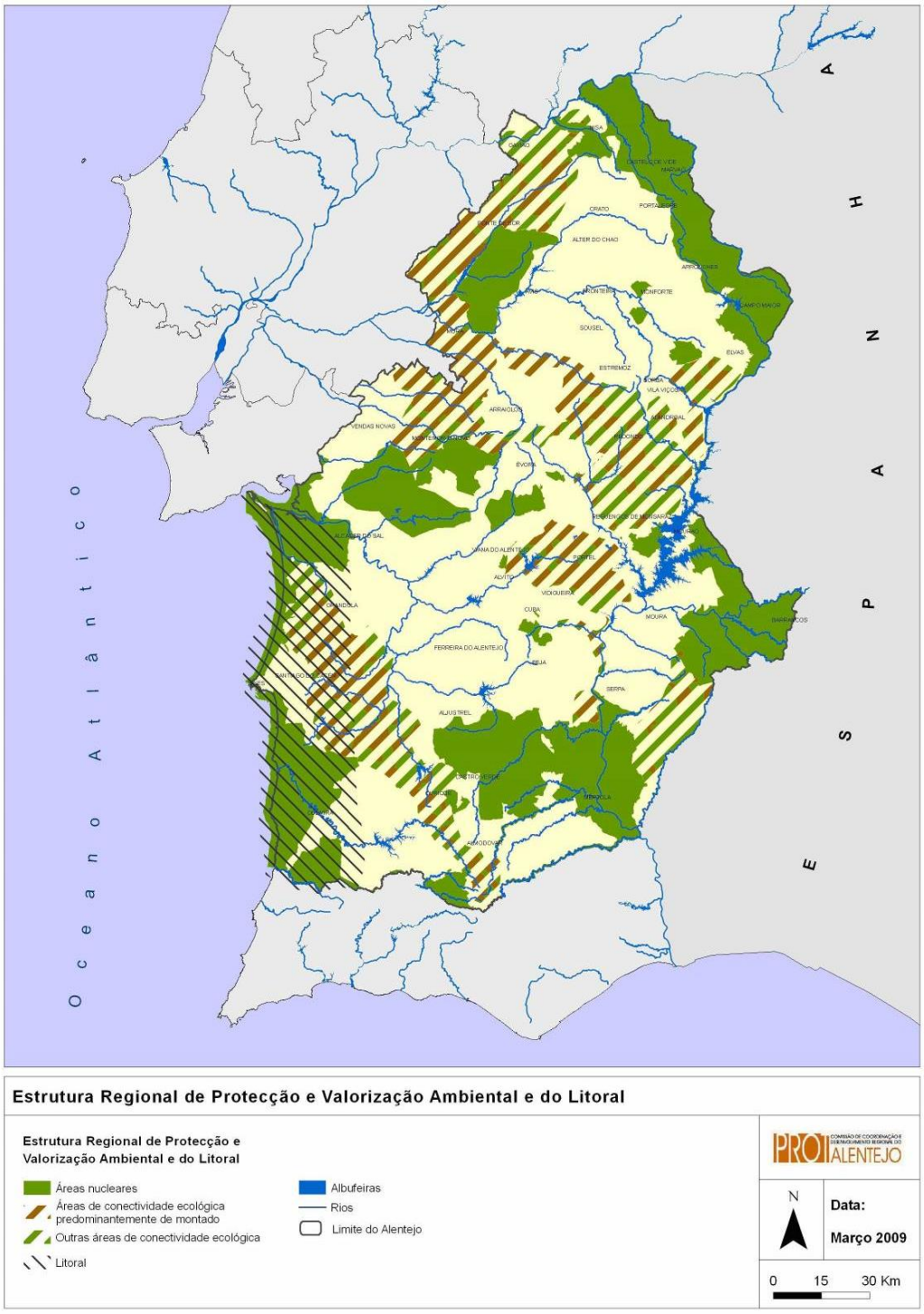


Figura 6.5.4 – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral (Fonte: PROT-Alentejo)

Áreas de exploração e volumes extraídos de massas minerais metálicas e não-metálicas

Em termos nacionais, o Alentejo é muito representativo no contexto da extração das rochas ornamentais, no que se refere ao volume extraído e ao seu valor, tirando assim, partido da disponibilidade de consideráveis reservas de mármore, granitos e bolsas xistosas. Relativamente à faixa piritosa ibérica o Alentejo tem uma das mais ricas reservas mundiais de sulfuretos polimetálicos.

Apesar de disseminada por toda a região, a indústria extrativa tem maior expressão produtiva no Baixo Alentejo, responsável por 4/5 do valor da produção regional decorrente da atividade mineira com contributos determinantes da atividade desenvolvida em Castro Verde e Aljustrel. Também no que se refere à produção de rochas ornamentais, esta tende a evoluir positivamente, sobretudo devido ao contributo do Alentejo Central e da Lezíria do Tejo, as duas sub-regiões com maior valor de produção regional nesta atividade, em particular. Verifica-se contudo que a preponderância do valor gerado por esta atividade na Região não está, no entanto, associada a uma malha empresarial densa.

Contudo, apesar da ausência de informação relativa ao volume de exploração, foi possível observar nas Figuras 6.5.5 e 6.5.6 a distribuição dos principais recursos minerais metálicos e não metálicos explorados no Alentejo.

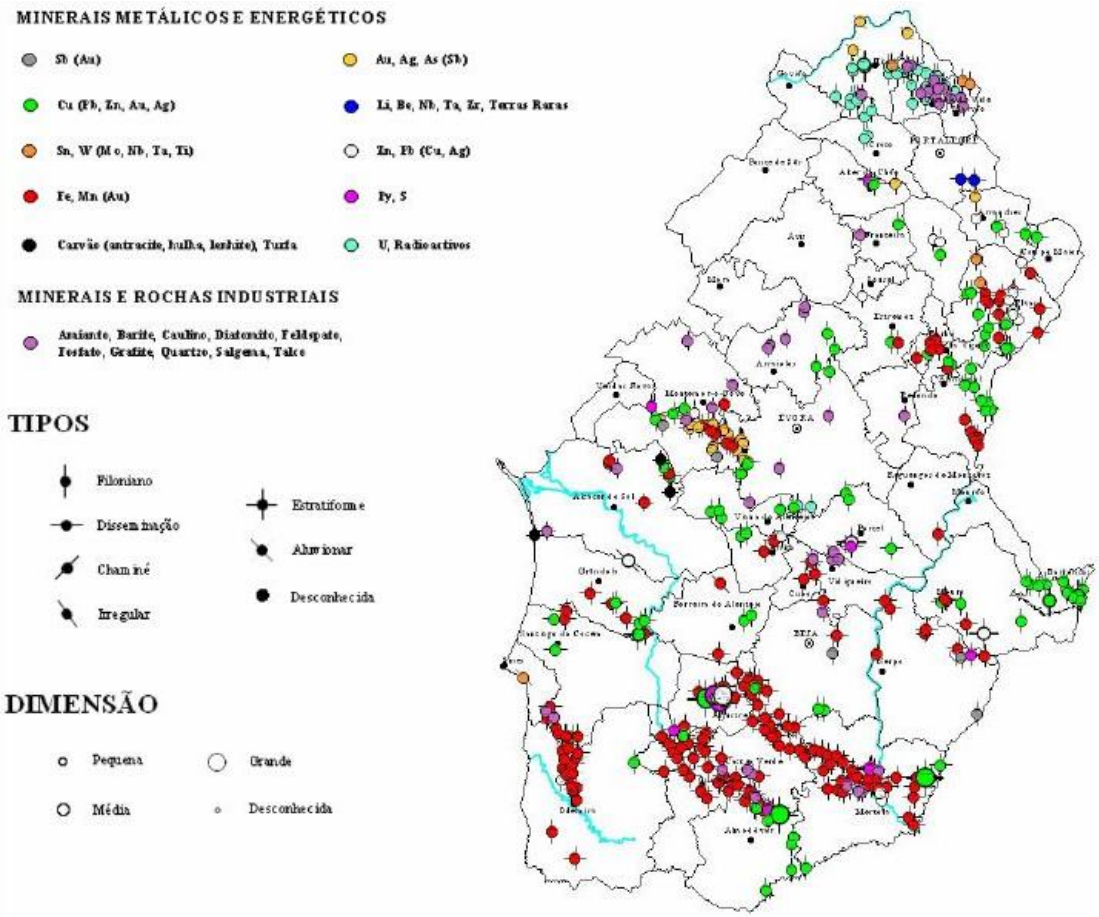


Figura 6.5.5 – Distribuição dos recursos minerais do Alentejo (Fonte: LNEG, 2009)

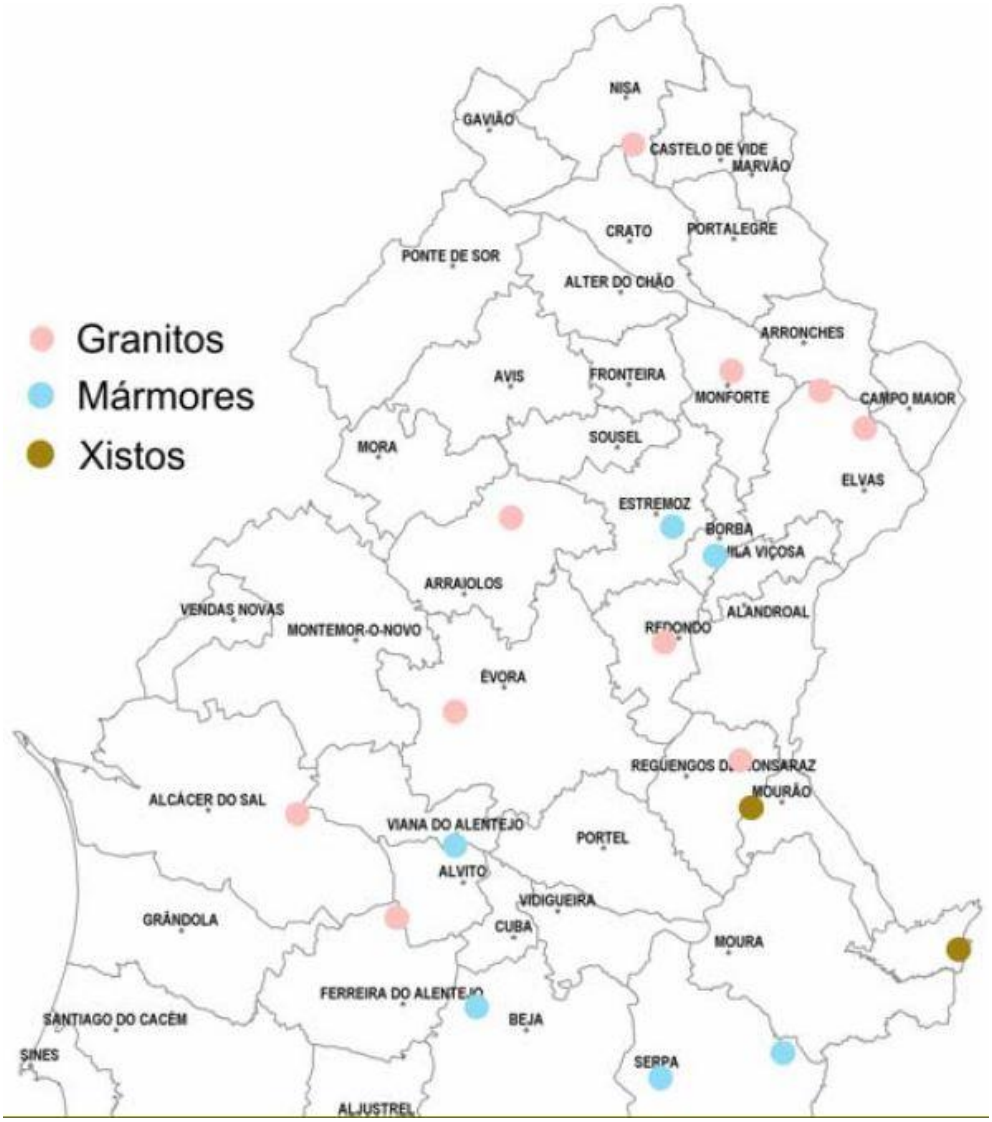


Figura 6.5.6 – Distribuição das explorações de rochas Ornamentais no Alentejo (Fonte: LNEG, 2009)

Estado das massas de águas de superfície e subterrâneas (de acordo com a Lei da Água)

De acordo com a APA (GTSEUR, 2014) a percentagem nacional das massas de água que passou de qualidade "Inferior a Boa" a "Boa ou Superior, referia-se em 2010, a 52%.

Concretamente, no que se refere ao estado químico das massas de água superficiais e subterrâneas presentes na região, em 2012 (de acordo com a Lei da Água) verifica-se que uma considerável percentagem, em todos os tipos de massas, atingem o estado Bom. Apesar disso verifica-se ainda a existência do estado desconhecido em todas os tipos de massas de água (mas residual nas zonas costeiras-marítimas), e insuficiente, no que se se refere às lagos e albufeiras. Apenas nas massas de águas subterrâneas é possível registar a classificação de medíocre, em cerca de 6 % destas massas de água (Quadro 6.5.4, Figura 6.5.7 e Figura 6.5.8).

Quadro 6.5.4 – Estado químico das massas de água superficiais e subterrâneas (de acordo com a Lei da Água) (Fonte: PGRH-Alentejo)

Estado massa de água	Águas Superficiais								Águas Subterrâneas	
	Rios		Lagos		Zonas costeiras-interiores		Zonas costeiras - marítimas			
	km	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%
Bom	5609,6	76,1	37659,2	92,5	14109,9	93,3	206185,9	99,9	3063799,1	94,4
Medíocre	-	-	-	-	-	-	-	-	181770,2	5,6
Insuficiente	-	-	2711,7	6,7	-	-	-	-	-	-
Desconhecido	1762,8	23,9	302,3	0,7	1012,0	6,7	216,7	0,1	-	-
TOTAL	7372,4	100,0	40673,2	100,0	15122,0	100,0	206402,6	100,0	3245569,4	100,0

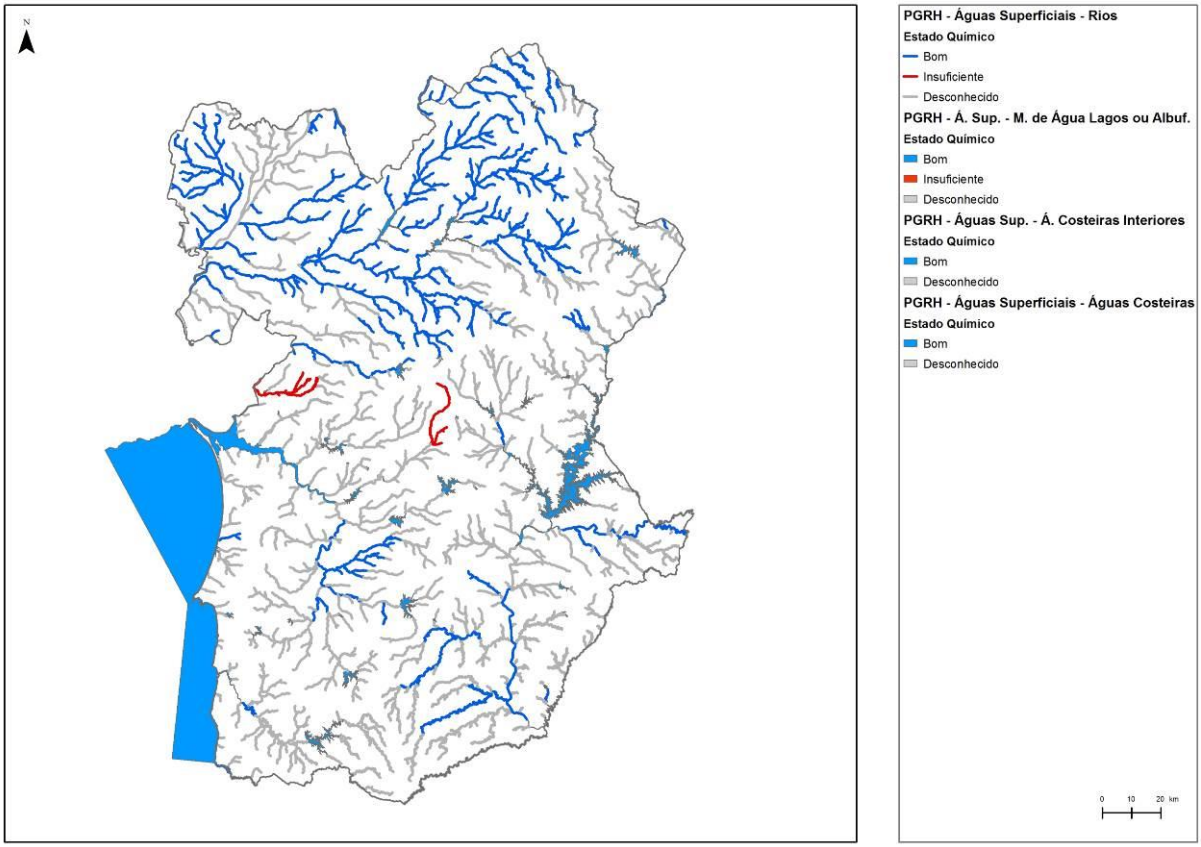


Figura 6.5.7. – Estado químico das massas de água superficiais na região do Alentejo (Fonte: PGRH-Alentejo)

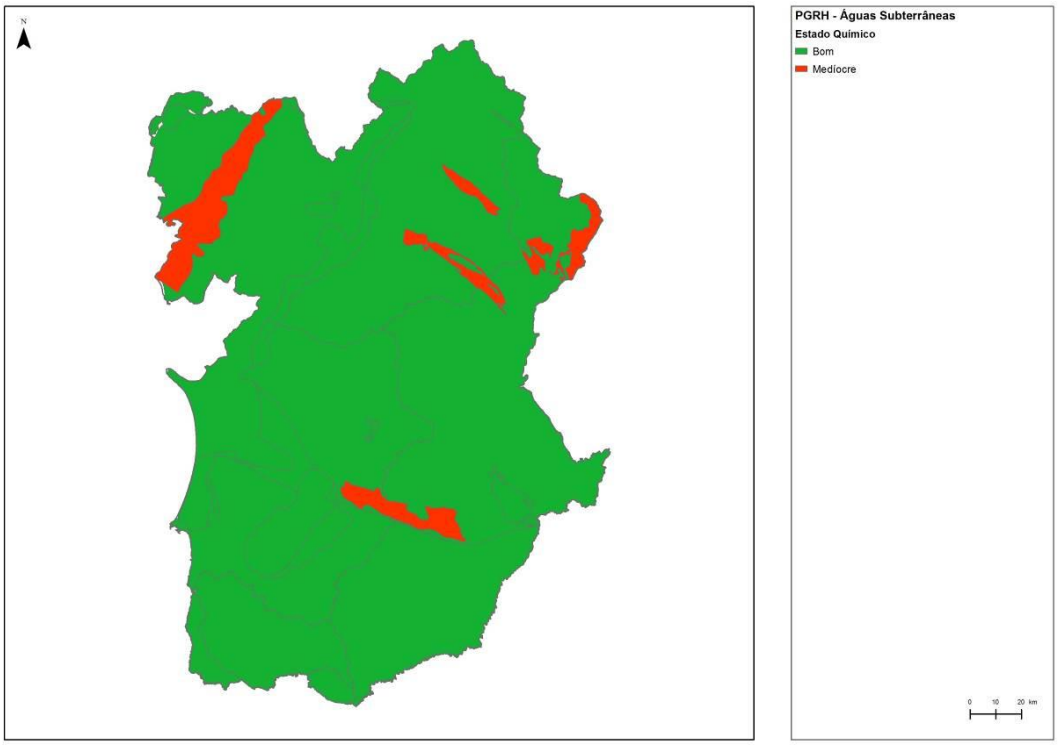


Figura 6.5.8. – Estado químico das massas de água subterrâneas na região do Alentejo (Fonte: PGRH-Alentejo)

Consumo de água pelos sistemas de rega

A reserva estratégica de água proporcionada pela albufeira de Alqueva, com um perímetro de 1100 km, constitui o maior lago artificial da Europa, inundando, em pleno armazenamento, uma área de 250 km^2 ao longo de um troço de 83km do rio Guadiana. Esta albufeira e o sistema de distribuição de água a ela associado, ao garantirem, em períodos de escassez de recursos hídricos, o abastecimento de água aos diversos usos numa parte considerável do sul do território português e da zona fronteiriça espanhola, assumem uma importância determinante no contexto nacional e ibérico.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, nas suas diversas valências (abastecimento público, agricultura, indústria, energia, turismo), foi concebido como um instrumento de intervenção numa área importante do Alentejo, com o objetivo de contribuir para a revitalização e dinamização da atividade económica nesta região e para a fixação das respetivas populações (CCDR Alentejo, 2007).

Destaca-se assim, neste contexto que a concretização do sistema de rega permitirá duplicar a área de regadio público nacional infraestruturado com investimento do Estado. Contudo, em 2009, apenas 29% das explorações dispunham de sistemas de rega (Figura 6.5.10 das atividades agroflorestais), facto que aliado à elevada dimensão média das explorações, contribui para a fraca presença das culturas de regadio na Região. A este nível, salienta-se que os dados reportados ao Recenseamento de 2009 revelam, ainda, um muito fraco impacto das infraestruturas de Alqueva, verificando-se que as sub-regiões do Alentejo Central e do Baixo Alentejo são, precisamente, as que apresentam piores registos quanto a este indicador. A sub- região da Lezíria do Tejo apresenta uma estrutura agrária, de produção agrícola e de utilização de infraestruturas associadas bastante diferentes, aproximando-se muito mais do padrão produtivo nacional (CCDR Alentejo & Alentejo 2020, 2014).

Zonas costeiras alvo medidas de requalificação e/ou valorização ambiental

A zona costeira alentejana é, atualmente, no contexto europeu, um dos melhores exemplos de litoral com vocação turística, onde se tem conseguido preservar os valores paisagísticos e biofísicos. Numa

extensão de cerca de 175Km, apresenta uma considerável diversidade de ambientes costeiros, sendo de considerar a presença de extensos areais limitados por cordões dunares e de arribas alcantiladas, onde se encaixam pequenas praias, de estuários e de lagunas costeiras. A fraca urbanização deste litoral e a existência de regras de ocupação do solo definidas contribui para a singularidade desta parcela de costa portuguesa, verificando-se inclusivamente a inexistência de zonas edificadas ameaçadas pelo mar (CCDR Alentejo, 2007).

Qualidade das águas balneares

A região do Alentejo apresenta um considerável número de zonas balneares costeiras, classificadas como Excelente (21 de um total de 23 Zonas balneares). Destaca-se ainda a existência de 3 zonas balneares localizadas em águas de transição, e que apresentam também todas a classificação de Excelente. Já no que se refere às zonas balneares interiores, apenas existem dois registos relacionados com massas de água, sendo uma classificada como "Excelente" e outra "Boa" (Quadro 6.5.5 e Figura 6.5.9)

Quadro 6.5.5 – Estado da qualidade das zonas balneares da região do Alentejo (Fonte: Agência Europeia do Ambiente, 2012)

Tipo de massa de água	Qualidade				
	Excelente	Boa	Aceitável	Má	Sem Classificação
Costeira ou de Transição (Costeiras)	21	1	0	0	1
Costeira ou de Transição (Aguas de Transição)	3	0	0	0	0
Interior (Rios)	0	0	0	0	0
Interior (Massas de Água)	1	1	0	0	0
Total	**25**	**2**	**0**	**0**	**1**

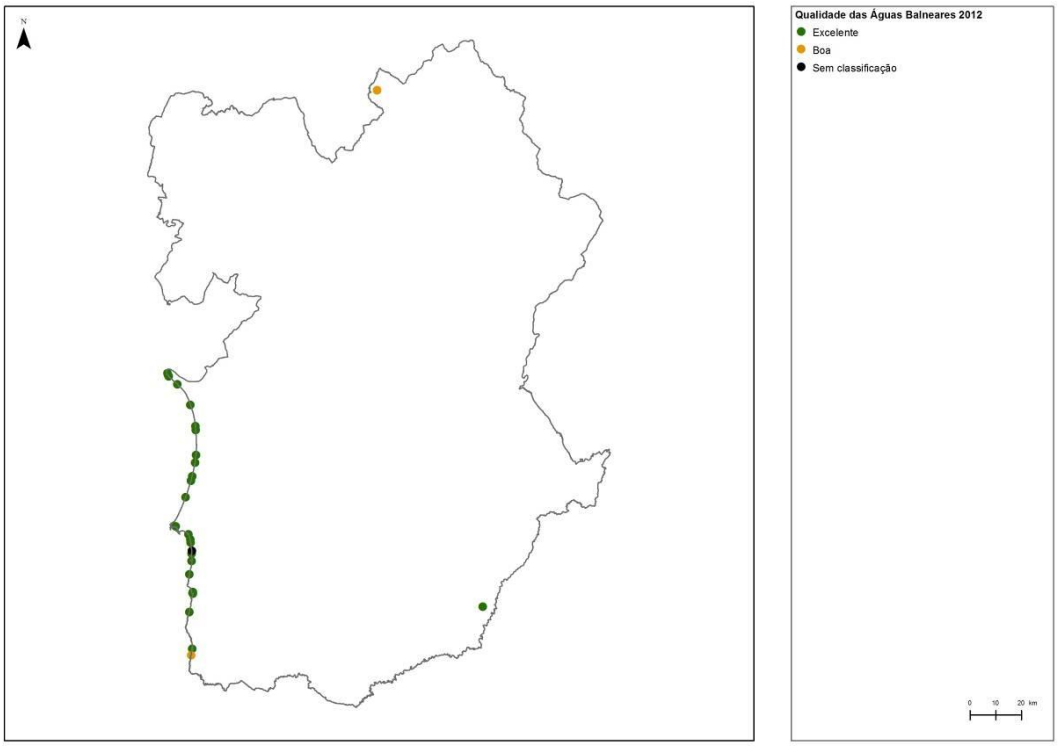


Figura 6.5.9. – Estado da qualidade das zonas balneares da região do Alentejo (Fonte: Agência Europeia do Ambiente, 2012)

Áreas florestais, por tipologia de utilização

O uso florestal no Alentejo ocupa cerca de 42% do território regional, com significativa expressão dos povoamentos de quercíneas (áreas de montado, sobro e de azinhal). O montado, enquanto sistema produtivo fundamental para a região (Figura 6.5.10), representa também um importante ecossistema para a conservação de espécies e de habitats ameaçados. Os povoamentos de quercíneas constituem um dos sistemas de suporte da estrutura ecológica regional, contribuindo decisivamente como potencialidade estratégica regional (CCDR Alentejo, 2007 & 2014).

Para além da expansão de florestação com sobreiro e azinheira, acresce referir o olival, para a qual o Alentejo revela elevado potencial.

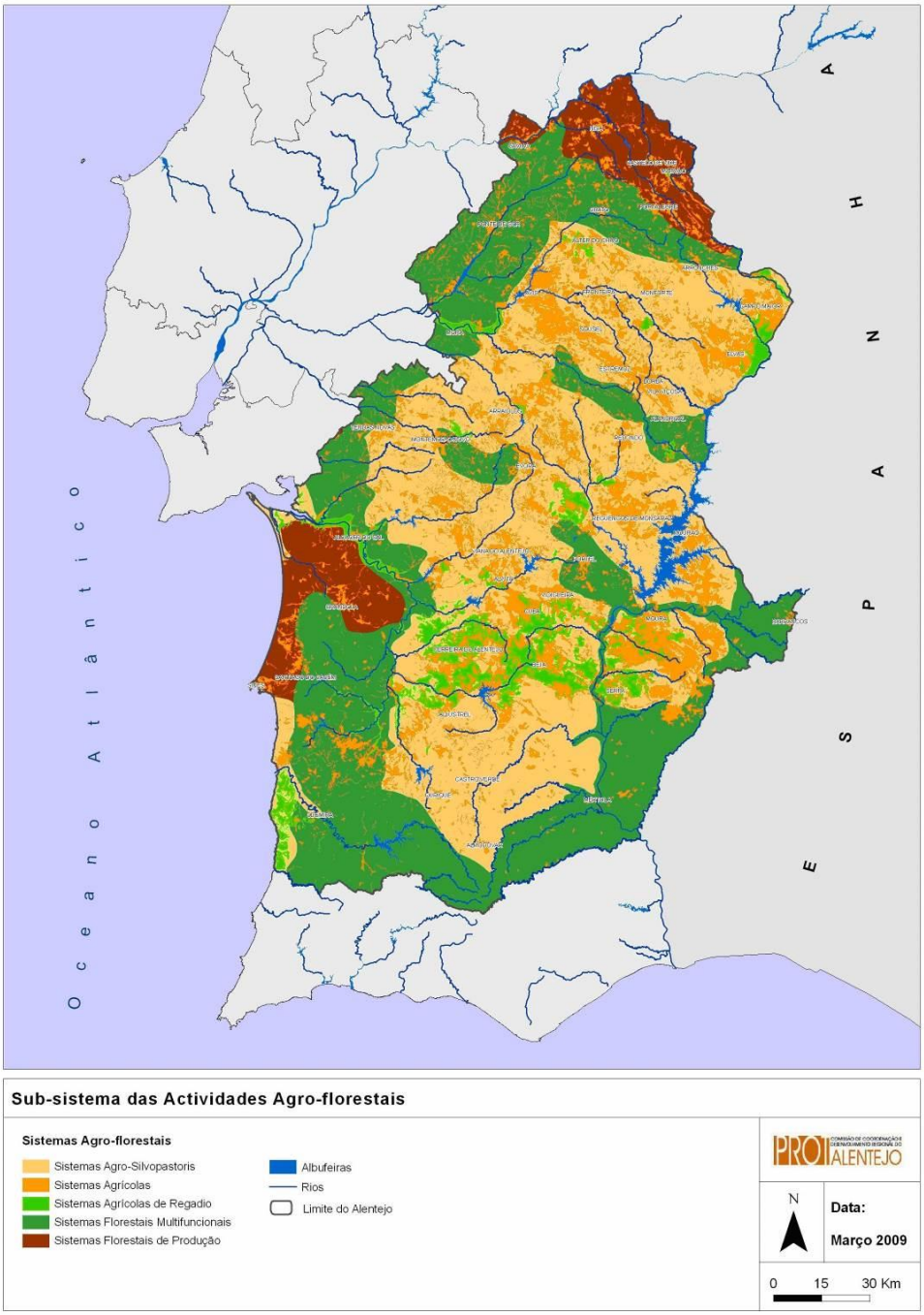


Figura 6.5.10 – Sistemas Agro-florestais da região do Alentejo (Fonte: PROT-Alentejo)

Áreas Protegidas e Classificadas

No que se refere ao património natural existente, verifica-se uma boa cobertura regional de áreas classificadas (13 Áreas protegidas, 13 Sítios, 9 Zonas de Proteção Especial) e de outros espaços (sem enquadramento jurídico) com interesse para a conservação da natureza na região Alentejo (nomeadamente 23 IBA – zonas importantes para as aves) (CCDR Alentejo, 2007 & 2014).

Tal como se pode observar no Quadro 6.5.6, as áreas protegidas estendem-se por 6,1% do território, o que corresponde a 191840,8ha. Destaca-se ainda a existência de duas áreas municipais.

Quadro 6.5.6 – Áreas protegidas presentes na região do Alentejo, por tipo de área (Fonte: ICNF, 2014)

Classificação	Nome	Diplomas	Área (ha)
Parque Natural	Serras de Aire e Candeeiros	Decreto-Lei n.º 118/79, de 4 de maio.	7 003,40
Reserva Natural	Estuário do Sado	Decreto-Lei n.º 430/80, de 1 de outubro.	16 678,79
Parque Natural	Vale do Guadiana	Decreto-Lei n.º 28/95, de 18 de novembro.	69 663,91
Paisagem Protegida	Serra de Montejunto	Decreto Regulamentar n.º 11/99, de 22 de julho.	0,31
Parque Natural	Serra de São Mamede	Decreto-Lei n.º 121/89, de 14 de abril e Decreto Regulamentar n.º 20/04, de 20 de maio.	55 995,76
Reserva Natural	Paul do Boquilobo	Decreto-Lei n.º 198/80, de 24 de junho e Decreto Regulamentar n.º 49/97, de 20 de novembro e Decreto Regulamentar n.º 2/05, de 23 de março.	668,71
Parque Natural	Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	Decreto Regulamentar n.º 26/95, de 21 de setembro e Decreto-Lei n.º 241/88, de 7 de junho.	34 713,01
Reserva Natural	Lagoas de Santo André e Sancha (Área marítima)	Decreto Regulamentar n.º 10/00, de 22 de agosto e Decreto Regulamentar n.º 4/04, de 29 de março.	4,73
Reserva Natural	Lagoas de Santo André e Sancha	Decreto Regulamentar n.º 10/00, de 22 de agosto e Decreto Regulamentar n.º 4/04, de 29 de março.	3 111,72
Monumento Natural	Portas de Ródão	Decreto Regulamentar n.º 7/09, de 20 de maio.	515,54
Paisagem protegida Local	Açude da Agolada	Decreto-Lei n.º 197/80, de 24 de junho e Criação: Deliberação da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Coruche (Aviso n.º 16052/2010, de 11 de agosto, DR 2.ª série).	266,40
Paisagem Protegida Local	Açude do Monte da Barca	Decreto-Lei n.º 197/80, de 24 de junho; Deliberação da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Coruche (Aviso n.º 16052/2010, de 11 de agosto).	867,80
Reserva Natural	Estuário do Tejo	Decreto-Lei n.º 565/76, de 19 de julho.	2 350,71
		Total	**191 840,78**

Assim, ao considerar cerca de um quarto do território do Alentejo com potencial para integrar a rede europeia de conservação da natureza (Rede Natura 2000), esta região ganha um relevância nacional e internacional. A existência, nesta região, de algumas das espécies mais ameaçadas da Europa e do Mundo (lince-ibérico, saramugo, aves estepárias) a par de habitats de relevância europeia e mundial, como o caso de algumas zonas húmidas inscritas na Convenção de Ramsar (estuário do Sado e

lagoas de Santo André e da Sancha) cujo estado de conservação é ainda assinalável, concorrem para a notoriedade do Alentejo numa escala internacional.

Ainda de acordo com o PROT-Alentejo (CCDR Alentejo, 2007), estas áreas, com uma distribuição biogeográfica regular, constituem um suporte fundamental para o desenvolvimento sustentável da região e contribuem para a salvaguarda dos espaços nucleares e dos aspetos essenciais implicados na proteção e valorização da paisagem, na gestão sustentável dos recursos naturais, na conservação da natureza e biodiversidade, na regulação do ciclo da água, do ciclo dos nutrientes e dos fluxos energéticos.

Reservas cinegéticas existentes

No que se refere ás reservas cinegéticas presentes nesta região, foram contabilizadas 2879 reservas, o que corresponde a uma área de 3085930,30ha (97,64 % do território). O quadro que se segue (Quadro 6.5.7) descrimina as reservas existentes por tipo.

Quadro 6.5.7 – Reservas de caça presentes na região do Alentejo, por tipo (Fonte: ICNF, 2014)

Tipo de reserva	Número (n.º)	Área (ha)	% relativa do território
Associativa	1505	1 548 435,97	50,17%
Militar	1	1 505,00	0,05%
Ministério da Justiça	3	3 282,68	0,11%
Municipal	245	331 903,89	10,75%
Nacional	1	989,00	0,03%
Social	0	0,00	0,00%
Turística	1124	1 200 213,75	38,89%
Total	2879	3 086 330,29	

Espécies presentes

Dada a importância que as espécies de fauna e flora assumem neste contexto e perante a semelhança verificada anteriormente no que se refere à caracterização dos valores naturais nas áreas protegidas presentes e classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, procedeu-se a uma análise generalizada da região.

Dos diferentes grupos taxonómicos representados, destacam-se as plantas, pelo considerável número de espécies que apresentam interesse para a conservação, sendo que mais de metade dessas espécies são endemismos, na sua maioria ibéricos ou portugueses. A estes, importa ainda considerar os povoamentos de sobreiro e azinheira, protegidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho.

Para além duas espécies predominantes de árvores, o sobreiro (*Quercurs suber*) e a azinheira (*Quercurs rotundifolia*), o montado, é ainda um dos habitats que alberga uma enorme biodiversidade, graças ao seu carácter de transição entre floresta fechada e campo aberto. Possuem um diversificado sub-coberto vegetal, composto por plantas arbustivas e herbáceas, entre as quais se podem encontrar medronheiros, zambujeiros, carrascos, estevas, tojos, rosmaninhos, sargaços e giestas.

Esta diversidade florística varia das planícies para as montanhas e consoante a utilização humana do território, fornecendo abrigo e alimento a diversas espécies de animais.

Relativamente às espécies de peixes presentes na região, verifica-se que na sua maioria as espécies encontram abrangidas por estatutos de proteção, constatando-se ainda a presença de um elevado de número de endemismos, todos ibéricos. Destaca-se assim a Boga-de-boca-arqueada (uma espécie em perigo de extinção) e o Bordalo, com estatuto de vulnerável. Entre os endemismos portugueses

importa referir o barbo-do-sul (*Barbus sclateri*) e a boga portuguesa (*Chondrostoma lusitanicum*) e também um endemismo local, o escalo-do-Mira (*Leuciscus* sp.). Para além disso acresce referir a presença do Mexilhão-de-rio (*Unio tumidiformis*), uma espécie de bivalve de água doce ameaçada nas zonas húmidas é possível ainda encontrar espécies de crustáceos como o *Triops cancriformis mauritanicus.*

Por outro lado, os invertebrados, anfíbios e répteis constituem-se os grupos taxonómicos que apresentam menor percentagem de endemismos relativamente às espécies com interesse para a conservação identificadas. Em termos de anfíbios é possível destacar o sapo (*Bufo bufo*), o sapo-de-unha-negra (*Pelobates cultripes*) e o sapinho-de-verrugas-verdes (*Pelodytes punctatus*). Entre os repteis presentes destaca-se o Sardão (*Lacerta lepida*), a Víbora-cornuda (*Vipera latastei*), a cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*) e a cobra-lisa-bordalesa (*Coronella girondica*), entre outros

Já no que se refere aos mamíferos, destaca-se a presença, especialmente nos montados ricos em vegetação arbustiva, de espécies como o Javali (*Sus scrofa*), com importância a nível cinegético. As árvores do montado, ricas em cavidades, constituem um excelente abrigo para animais como a Geneta (*Genetta genetta*) e a Fuinha (*Martes foina*), podendo ainda ser utilizadas por diversas espécies de Morcegos, muitos deles com elevado estatuto de ameaça (ICNF, 2014ª).

Por fim, no que se refere às aves, interessa destacar a relevância dos locais protegidos e classificados (áreas protegidas e classificadas, sítios e zonas de proteção especial da Rede Natura 2000 e IBAS), pelo fato de concentrarem, em todos os habitats disponíveis, um elevado número de espécies, que de acordo com o site da "Aves de Portugal" (2011) se refere a 338. Destaca-se assim as aves estepárias (como abetardas, sisões, cortiçóis, alcaravões, calhandras), mas também as ripícolas e marinhas, verificando-se inclusivamente o seu interesse ao nível da conservação e/ou por se encontram abrangidas por outros estatutos internacionais (Directivas Habitats e Aves e Convenção de Berna).

As espécies arbóreas identificadas como invasoras referem-se essencialmente às espécies de pinheiros-bravos (*Pinus pinaster*), eucaliptos (*Eucaliptus globulus*) e as acacias.

Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação

De acordo com o PROT-Alentejo (CCDR Alentejo, 2007) é possível referir que os principais processos de degradação de habitats e dos ecossistemas agrícolas e silvícolas tradicionais estão essencialmente relacionados com o: abandono das atividades agrícolas e silvo-pastoris, despovoamento acentuado e envelhecimento da população, intensificação agrícola (regadio, outras alterações de culturas agrícolas), florestações (por vezes com pinheiro e eucalipto), sobre-uso e sobre-pastoreio, mortalidade do sobreiro e da azinheira, perda de diversidade e complexidade dos mosaicos paisagísticos, expansão urbana, turística e industrial e dispersão de povoamento pontuais, implantação de estruturas infraestruturas, indústria extrativa, poluição hídrica, degradação da rede hidrográfica, degradação dos solos (erosão, salinização, etc.) e alterações climáticas.

Essencialmente as transformações do uso do solo, de origem antrópica, acentuaram a fragmentação/isolamento entre habitats naturais, nomeadamente, a expansão de estruturas lineares (canais de rega e redes viária, ferroviária e elétrica), o crescimento de áreas urbanas e as próprias infraestruturas hidráulicas. A ausência ou diminuição de conectividade entre as áreas naturais prejudica o movimento natural das espécies e, portanto, diminui a viabilidade e a resiliência dos ecossistemas.

Acresce que a insuficiência de adequados incentivos e compensações (financeiras, fiscais, etc.) aos municípios, organizações, proprietários, agricultores, produtores e a outros agentes económicos "afetados" pelos condicionamentos, restrições e obrigações decorrentes de se situarem e/ou exercerem atividades em áreas de proteção e valorização ambiental e de conservação da natureza (áreas protegidas, sítios, ZPE, REN, RAN, Domínio Hídrico, diretivas aves e habitats, etc.).

Estes aspetos têm relevância regional, uma vez que 25% do território regional está classificado e sujeito a medidas de gestão que podem condicionar a rentabilidade. Neste sentido importa assegurar a articulação do Plano Sectorial da rede Natura 2000 com os instrumentos de planeamento territorial

ou outros de natureza especial e os instrumentos de política, designadamente do desenvolvimento rural, garantindo a eficácia dos objetivos de salvaguarda e valorização de áreas classificadas, e contribuir para a diversificação e sustentabilidade rural.

Publicações científicas produzidas, relativas às temáticas da biodiversidade e ecossistemas presentes

No que se refere ao perfil da produção científica por domínio, de acordo com os dados referidos no "Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação" da Fundação para a Ciência e Tecnologia), é referido que no Alentejo há uma grande ligação aos domínios relacionados com o Ambiente e a Agricultura, destacando-se a produção científica associada à Ecologia, às Ciências Ambientais e às Plantas, todas com mais de 80 publicações (CCDR Alentejo, 2014).

Importa ainda referir que no âmbito do presente FCD não é possível apresentar a análise dos indicadores referentes às "Áreas de RAN e REN", "Áreas de exploração licenciadas relativamente ao total, desde 2004", "Massas de água artificializadas que contemplam caudais ecológicos e passagens para peixes relativamente ao total" e "Ações de sensibilização, requalificação e/ou valorização nas áreas protegidas e classificadas, desde 2004" devido à ausência de informação ou cujos elementos não traduzem estatística ou territorialmente o pretendido pelo indicador proposto. Neste sentido, a recolha de informação de base que permita aferir estes indicadores, deve constituir-se uma prioridade na Fase de Seguimento.

Apesar disso, tendo presente alguns dos elementos bibliográficos de referência consultados (Portugal 2020; Acordo de parceria 2014-2010; RCM n.º 33/2013; Plano de Ação Regional Estratégia de Especialização Inteligente e; Diagnóstico do PROT-Alentejo) foi possível identificar os elementos (internos e externos) que se consideram fundamentais a ter em conta na adoção de uma abordagem estratégica do POR e cuja potencial salvaguarda ou abordagem pelo POR foi analisada.

No Quadro A13.2.5, do Anexo 13.2, é apresentada uma síntese dos indicadores que permitiram identificar o estado da situação atual correspondente aos recursos naturais.

No Quadro 6.5.8 é apresentada uma análise da salvaguarda e do potencial de resposta do POR aos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças (análise *Strength, Weaknesses, Opportunities and Threats* – SWOT) identificados no âmbito do PAR do Alentejo, no domínio dos recursos naturais, e que o PO tem âmbito de intervenção.

Quadro 6.5.8 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do Análise da evolução da situação SWOT com a concretização do POR Alentejo, para o FCD "Recursos Naturais", no POR Alentejo

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
Pontos Fracos											
Condições edafo-climáticas que tem promovido fenómenos de desertificação e consequinte abandono do território.											
Fragilidade dos ecossistemas e sistemas agro-silvo-pastoris regionais de elevado valor natural, associados a fraca ou mesmo nula compensação pelas perdas de rendimento e serviços ambientais nas áreas Rede Natura 2000 e sistemas de elevado valor natural.											
Património natural em risco de degradação irreparável, decorrente da sobre utilização, do abandono ou da ausência de investimentos.											
A existência, nesta região, de algumas das espécies mais ameaçadas da Europa e do Mundo a par de habitats de											

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
relevância europeia e mundial.											
Crescente atratividade da zona costeira.											
Insuficiente investigação associada a produtos regionais economicamente mais significativos.											
Exploração considerável (potencial) dos recursos naturais presentes, com eventuais prejuízos ambientais como: produtos petrolíferos, rochas ornamentais, biocombustíveis, energias renováveis, sulfuretos polimetálicos, água; floresta e recursos cinegéticos.											
Pontos Fortes											
Condições edafo-climáticas que propiciam circunstâncias ímpares para a obtenção de boas produções agrícolas, pecuárias e florestais competitivas e integradas, ou não, em sistemas de produção tradicionais, nomeadamente, montado, cortiça, vinha, olival e pecuária extensiva, hortofrutícolas, culturas bioenergéticas.											
Existência de uma boa cobertura regional de áreas protegidas e classificadas, pressupondo um elevado grau de preservação ambiental.											
Identidade dos espaços rurais sustentada pela valorização de sistemas multifuncionais mediterrâneos e pela capacidade de adaptação do sistema produtivo face às oportunidades de mercado.											
- Existência áreas florestais significativas que apresentam grande potencial para a produção de cortiça, para a exploração da silvo-pastorícia e dos produtos não lenhosos, para o desenvolvimento da atividade cinegética e para recreio e lazer.											
Extensa fachada atlântica com elevado valor costeiro e marinho, com potencial para usos e atividades de recreio e lazer, transportes e logística, conservação da natureza e biodiversidade, pescas e aquicultura.											
Existência de sistemas aquíferos com importância regional e local, com elevado potencial para suprir necessidades de fornecimento de água, constituindo uma importante reserva estratégica de água.											
Existência de instrumentos de ordenamento promotores de uma proteção mais eficaz das zonas ecologicamente mais sensíveis.											
Capacidade de investigação e de transferência de resultados em alguns setores económicos, nomeadamente na agricultura e pecuária nas indústrias agroalimentares, no montado/ cortiça, nas pirites e nas rochas ornamentais.											
Oportunidades											
Assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais disponíveis, salvaguardando e promovendo a incorporação de boas práticas.											
Promover a exploração sustentável dos recursos, através da diversificação das atividades que garantam a manutenção dos postos de trabalho e evitem a sobre-exploração das espécies.											
Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas presentes relacionados quer com a capacidade produtiva quer com a proteção e conservação da natureza, promovendo a valorização dos serviços prestadas por estes (ex: floresta, recursos hídricos).											
Perspetivas de afetação de espaços florestais aos mercados emergentes do carbono e da biodiversidade.											

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
Estimular o desenvolvimento de atividades de I&D diretamente relacionadas com as potencialidades dos recursos de pesca regionais e a sua aplicação empresarial.											
Introdução de melhorias acentuadas no processo produtivo através da incorporação de tecnologias inovadoras que garantam a utilização eficiente dos recursos.											
Elaboração (conclusão ou revisão) de instrumentos de gestão e ordenamento das áreas relevantes para a conservação e proteção da natureza.											
Afirmação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), enquanto projeto multissectorial, capaz de impulsionar novas dinâmicas nas atividades agrícola e agro- industrial, energética e turística.											
Ameaças											
Fragilidades relacionadas com a prevenção e gestão de riscos abióticos.											
Prolongamento da degradação dos ecossistemas naturais e do seu potencial de conservação e aproveitamento económico, em resultado de fatores como a desflorestação e a utilização de práticas agrícolas não adequadas à preservação dos recursos (solo e água), conjugadas com condições climáticas crescentemente adversas.											
Conflitualidade de ocupações e usos, com forte pressão sobre áreas fundamentais para o funcionamento dos sistemas ecológicos, prestação de serviços ambientais, prevenção e minimização de riscos, e aproveitamento produtivo do solo.											
Ausência de gestão de espaços florestais e de gestão de espaços agrícolas e silvopastoris adjacentes, motivados pelo declínio da população rural e suas atividades.											
Exiguidade do mercado atual como limitador ao investimento privado em ciência e tecnologia e de procura dirigida às Instituições de Ensino Superior da Região, a outras estruturas de investigação e a empresas de serviços tecnológicos e de conhecimento.											

Legenda:

- Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- Elementos insuficientes para avaliar
- Âmbito de PO Temático
- Não aplicável / sem relação

Objetivos Temáticos: OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2 – Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade. OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

Considera-se assim que em sede da monitorização da AAE, se considerado necessário, o presente diagnóstico seja reforçado com elementos a uma escala menor (que se encontram fora da escala de pormenor de uma AAE ao nível de um programa operacional) e que permitam/suportem a perceção da pertinência das ações a desenvolver (já numa fase onde será possível determinar o seu âmbito territorial de intervenção/incidência mais restrito) e que permitam simultaneamente identificar o tipo de

fragilidades a ultrapassar e os fatores a potenciar. Isto aplica-se concretamente que se refere à proteção e valorização da biodiversidade e dos ecossistemas, em que importa assegurar uma análise da coerência entre as ações a desenvolver/previstas e as principais fragilidades, ameaças e potencialidades da Região, o estado atual ambiental, e em especial das estruturas ecológicas, prevendo a sua conservação, e valoração económica dos ecossistemas, pelo que é fundamental apostar no conhecimento da situação atual. Tal fato, é ainda reforçado por um conjunto de preocupações que se reportam essencialmente à necessidade de melhorar a capacidade produtiva e ecológica do solo; elevados níveis de biodiversidade e presença de recursos naturais e paisagísticos, designadamente o mar, a orla costeira atlântica, os estuários do Tejo e Sado; bem como proceder à elaboração, conclusão ou revisão de planos de ordenamento e de gestão para áreas protegidas ou planos de ação para habitats e espécies protegidas cuja relevância das ações permitiria a concretização dos objetivos definidos. Apesar destas opções/ações não serem exclusivamente do âmbito de ação do POR Alentejo, as ações, operações ou intervenções que tenham algum efeito sobre as mesmas deverão ser articuladas com o respetivo PO Temático, de acordo com o definido pelo RCM n.º 33/2013, de 20 de maio.

6.5.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A ELABORAÇÃO DO POR ALENTEJO

A evolução das componentes associadas aos valores naturais, patrimoniais e culturais, na ausência de elaboração do POR Alentejo, apresentar-se-á, ao longo do tempo, tendencialmente negativa.

Apesar da existência de um leque considerável de valores naturais e patrimoniais significativos, para além de um conjunto de instrumentos legais no quadro nacional, europeu e internacional, considera-se que muitos dos objetivos ambicionados para esta região ficarão por alcançar sem a elaboração e implementação do presente PO. Pois, sem o financiamento previsto pelo POR Alentejo a região poderá não ser capaz, por meios próprios, de melhorar o seu posicionamento internacional e aumentar a sua atratividade, uma vez que este processo passa, necessariamente, pela utilização/exploração sustentável e preservação dos recursos naturais.

6.5.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos estabelecidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a identificação e caracterização dos efeitos do POR Alentejo, relativamente ao FCD em questão (Quadro 6.5.9) assentam, nesta fase, na avaliação das tipologias de ações propostas por prioridades de investimento e os objetivos específicos. Contudo, importa referir que existem ainda diversas ações em fase de elaboração e desenvolvimento no PO, pelo que em sede da versão final do RA serão revistos os efeitos relativos aos Objetivos Temáticos e Específicos em que esta situação se verifique.

Quadro 6.5.9 – Avaliação estratégica de efeitos dos Eixos Prioritários do POR Alentejo, relativamente ao FCD "Recursos Naturais"

Avaliação Estratégia de Efeitos "Recursos Naturais"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
Eixo Prioritário 3 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		
1.1.1 Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	- Melhoria ao nível do conhecimento dos valores naturais presentes com repercussões positivas na gestão sustentável dos recursos naturais (como melhoria e uso sustentado dos recursos hídricos, valorização e utilização sustentada da floresta, etc); - Aumento da capacidade de valorização dos ecossistemas. As ações destinadas a este objetivo específico ainda estão em desenvolvimento no PO.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / T-P / S-C-Si	N.A.
1.1.2 Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.1.3 Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.2.1 Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.2.2 Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização)	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.2.3 Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza		
OT2. Melhorar o acesso às TIC bem com a sua utilização e qualidade		
2.3.1 Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da	Não identificados	Não identificados

Avaliação Estratégia de Efeitos "Recursos Naturais"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
2.3.2 Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 1 – Reforçar a competitividade das PME		
OT3. Reforçar a competitividade das PME		
3.1.1 Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
3.2.1 Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
3.3.1 Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 5 – Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores		
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores		
4.2.1 Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
4.3.1 Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
4.3.2 Aumentar a eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
4.5.1 Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2	Não identificados	Não identificados

Avaliação Estratégia de Efeitos "Recursos Naturais"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético.	Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
Eixo Prioritário 7 – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos		
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos		
6.3.1 Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	- Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património natural existente; - Estimular a sua integração com as atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa); - Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações naturais. Destacam-se, neste âmbito, algumas das tipologias de ações previstas, nomeadamente: Capacitação dos agentes de gestão de bens culturais e naturais para a valorização económica desses mesmos bens; Qualificação e promoção de áreas protegidas/classificadas com relevância turística e; Promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito 1-2-3 / T-P / C-S-Si	Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
6.4.1 Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos	- Permitirá gerar efeitos positivos sobre os recursos naturais, e eme especial sobre a biodiversidade, através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos e desertificação dos solos. Potenciar atividades económicas relacionadas com a exploração dos recursos endógenos, com especial destaque para a atividade cinegética e piscícola; - Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados; - Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor; - Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um contínuo ecológico em todo o território. Promover ações de educação e sensibilização ambiental junto dos principais intervenientes. Assim, destacam-se as seguintes ações: Ordenamento e gestão de áreas	- Potencial ineficiente articulação entre os agentes envolvidos, dadas as incompatibilidades em termos de prioridades/objetivos, considerando que a delimitação / definição um continuo ecológico requer o envolvimento dos municípios e implementação integrada dos projetos, poderá afetar negativamente a concretização deste Objetivo Específico.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Recursos Naturais"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	classificadas (incluindo meio terrestre e marinho); Conhecimento e conservação de habitats e espécies protegidos ou com estatuto de ameaça, em meio terrestre e marinho; Recuperação estrutural e funcional de ecossistemas de áreas sensíveis, incluindo meio terrestre e marinho; Intervenções de prevenção e contenção dos riscos ou impactos severos sobre os valores naturais e os ecossistemas; Valorizar os recursos cinegéticos e aquícolas de águas interiores.	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2-3 / T-P / C-S-Si	1-2-3 / T-P-C / S-Si
6.5.1 Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	Reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um contínuo ecológico em todo o território. Promovam a eco-eficiência e consequentemente a redução das pressões humanas sobre os recursos naturais em geral, e a biodiversidade em particular. Destaca-se neste âmbito as ações de promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística, que se referem a: · Regeneração de áreas críticas (núcleos históricos, bairros críticos, periferias degradadas); Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e; Controlo e informação ambiental.	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2-3 / T-P / S-C-Si	N.A.
Eixo Prioritário 4 – Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas – Mobilidade para a Competitividade regional		
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas		
7.2.1 Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as RTE-Transportes, com vista à promoção a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens ao nível local e regional.	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 8 – Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral		
OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		
8.1.1 Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

Avaliação Estratégia de Efeitos "Recursos Naturais"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
I&I e intensificar as interações entre empresas e outras entidades do sistema nacional de I&I	N.A.	N.A.
8.1.2 Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho	Não identificados Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
8.1.3 Melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores	Não identificados Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
8.3.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do empreendedorismo social	Não identificados Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
8.5.1 Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança	Não identificados Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
8.8.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego; Dinamizar o empreendedorismo social	Não identificados Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
8.9.1 Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas	- Adoção de estratégias de qualificação e inovação que promovam a eco-eficiência e consequentemente a redução das pressões humanas sobre os recursos naturais em geral, e a biodiversidade em particular. - Desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização dos recursos naturais presentes. Prevê-se assim um conjunto de ações (não discriminadas) em que se apoiam estratégias específicas de valorização económica de recursos endógenos em territórios de baixa densidade, designadamente de âmbito temático. Sendo ainda que estas devem ser articuladas com as ações das PI 8.3, 8.8, 6.3, 9.6 e 9.10 Ocorrência/Duração/Efeito 2-3 / T-P / C; Si	Não identificados Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA	- Promoção de práticas agrícolas sustentáveis, aliada a uma gestão integrada e eficiente dos diferentes recursos (água, solo e energia), que	- Necessidade de colmatar alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas

Avaliação Estratégia de Efeitos "Recursos Naturais"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
(Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)	promova a coesão social do território rural; - Adoção de estratégias de qualificação promovam a conservação e valorização do património natural presente, reduzindo as pressões humanas sobre os recursos naturais em geral, e a biodiversidade em particular. Permitirá ainda combater a desertificação do território; - A dinamização da atividade económica do EFMA, potenciará a multifuncionalidade do espaço rural, alicerçada ao desenvolvimento dos recursos endógenos da região. Destacam-se, neste sentido, as ações previstas de apoio aos sistemas de regadio eficientes, nomeadamente através do fecho da rede secundária do EFMA.	presentes, dada a extensão da área alagada, verificando-se perdas significativas de alguns serviços.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / P / C-Si	2-3 / P / S-C-Si
Eixo Prioritário 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza		
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação		
9.1.1 Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.1.2 Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.6.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	- Desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização dos recursos naturais endógenos. Verifica-se ainda que as ações em causa, apesar de não se encontrarem discriminadas, integram-se nas estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2-3 / T-P / S-C-Si	N.A.
9.7.1 Qualificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existente	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.8.1 Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

Avaliação Estratégia de Efeitos "Recursos Naturais"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
social	N.A.	N.A.
9.10.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	Desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização dos recursos naturais endógenos. (As ações, neste âmbito, ainda estão em desenvolvimento no PO.)	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2-3 / T-P / S-C-Si	N.A.
Eixo Prioritário 2 – Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida		
OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida		
10.1.1 Melhorar o sucesso escolar no ensino básico	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.1.2 Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.1.3 Melhorar a qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas específicas e medidas inovadoras, de âmbito regional, no âmbito da Prioridade de Investimento	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.1 Aumentar o número de diplomados do ensino superior, diferenciando os ciclos curto e de licenciatura	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.2 Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.4.1 Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.5.1 Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.5.2 Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Recursos Naturais"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
mercado de trabalho		
Eixo Prioritário 10 – Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente		
OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública		
11.1.1 Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
11.2.1 Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial	Não identificados	Não identificados
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P – Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinergético. N.A. – Não Aplicável.

Quadro 6.5.11 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Recursos Naturais"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Tendências de Evolução		
		Situação Atual	Sem a Implementação do PO	Com a Implementação do PO
Solo	Ocupação dos solos, por classes de uso		⇨	⇗
	Extensão das áreas suscetíveis à desertificação, desde 2004		⇨↘	⇗
	Estrutura ecológica regional		⇨	⇗
Recursos geológicos	Áreas de exploração e volumes extraídos de massas minerais metálicas e não-metálicas, desde 2004		⇨↘	⇗
Recursos Hídricos	Estado das massas de águas de superfície e subterrâneas (de acordo com a Lei da Água) (Excelente, Bom, Razoável, Medíocre e Mau)		⇨	⇗
	Consumo de água pelos sistemas de rega, relativamente ao consumo total da região, desde 2004		⇨	⇗
	Zonas costeiras alvo medidas de requalificação e/ou valorização ambiental, desde 2004		⇨	⇗
	Qualidade das águas balneares		⇨	⇗
Biodiversidade e ecossistemas	Áreas florestais, por tipologia de utilização (produção, proteção, recreação, etc), desde 2004		⇨	⇗
	Áreas Protegidas e Classificadas		⇨	⇗
	Reservas cinegéticas existentes		⇨	⇗
	Espécies presentes (com estatuto de proteção e invasoras)		⇨	⇗
	Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação		⇨↘	⇗⇗
	Publicações científicas produzidas, relativas às temáticas da biodiversidade e ecossistemas presentes, desde 2004		⇨↘	⇗

Legenda: N.D. – Não disponível

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	↘↘ Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	↘ Negativa Afastamento das orientações do QRE	⇨ Sem alteração significativa	⇗ Positiva Aproximação às orientações do QRE	⇗⇗ Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.5.6 RECOMENDAÇÕES

Da análise realizada no âmbito deste FCD, destaca-se a necessidade de proceder essencialmente à concretização e vinculação das disposições constantes da regulamentação geral em vigor a nível nacional, ou de outros instrumentos de planeamento de âmbito sectorial, especial e nacional,

identificados no QRE, com especial relevância para a conservação e proteção dos valores naturais. Contudo, uma vez que a sua concretização é remetida para os PO Temáticos, importa assegurar a articulação e enquadramento territorial dos projetos que surjam no âmbito das PI da Região do Alentejo, assegurando a sua conformidade e sustentabilidade, sendo de referir que diversas dessas recomendações (nomeadamente as de inclusão de critérios de seleção e avaliação de candidaturas têm lugar essencialmente na fase inicial da implementação do PO. Adicionalmente, importa ter em consideração que existem ainda algumas ações por definir nesta fase de programação, mas que deverão ser abrangidas em sede do RA Final e reavaliada a análise de efeitos nesses casos e a potencial necessidade de novas recomendações.

Neste sentido, no Quadro 6.5.12 é desenvolvida uma análise às recomendações, face aos efeitos esperados/identificados na região, decorrentes da implementação do PO. Esta avaliação baseia-se na identificação do objetivo definido para o FCD em análise, ao qual a recomendação responde; o seu contributo, no sentido de perceber se a recomendação foi efetivamente definida no sentido de potenciar os efeitos positivos/oportunidades e/ou se surge como uma resposta aos efeitos negativos/ameaças identificadas.

Quadro 6.5.12 – Recomendações no âmbito do FCD "Recursos Naturais"

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos/ Efeitos Negativos
Definição de uma Estrutura Ecológica Regional que promova a conectividade entre as zonas naturais existentes de forma a minimizar os efeitos da fragmentação e melhorar a coerência ecológica.	Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais;	↗ ➔	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um contínuo ecológico em todo o território. A delimitação / definição um continuo ecológico requer o envolvimento dos municípios e implementação integrada dos projetos. Efeitos Negativos: Necessidade de colmatar alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes, dada a extensão da área alagada, verificando-se perdas significativas de alguns serviços.
Adoção e definição de critérios de avaliação e seleção de operações que promovam a aposta em infraestruturas verdes e a localização de novos espaços / estruturas deverá salvaguardar os elementos ambientais.	Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	↗ ➔	Efeitos Positivos: Incentivo ao desenvolvimento de núcleos especializados em áreas emergentes relacionadas com os recursos naturais (como melhoria e uso sustentado dos recursos hídricos, valorização e utilização sustentada da floresta, etc). Dinamização de parcerias inovadoras para desenvolvimento de projetos de investimento empresarial que promovam a utilização sustentadas e a valorização do património natural e cultural presente Adoção de estratégias de qualificação e inovação que promovam a eco-eficiência e consequentemente a redução das pressões humanas sobre os recursos naturais em geral, e a biodiversidade em particular. A dinamização da atividade económica do EFMA potenciará a multifuncionalidade do espaço rural, alicerçada ao desenvolvimento dos recursos endógenos da região.
Criação de base de dados partilhados com os PO temáticos, permitam o cruzamento dos diversos critérios e a sua representação espacial, auxiliando a decisão.	Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes.	↗	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos e desertificação dos solos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos/ Efeitos Negativos
	Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.		valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor. Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um contínuo ecológico em todo o território.
As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado.	Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	↗	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um contínuo ecológico em todo o território.
Promover ações destinadas a mitigar as alterações que o EFMA provoca/provocará nos ecossistemas através da recuperação da vegetação, das áreas mais afetadas, com espécies autóctones e do restabelecimento das condições naturais de infiltração, descompactação e arejamento dos solos.	Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	↗ ➔	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos e desertificação dos solos. A dinamização da atividade económica do EFMA, potenciará a multifuncionalidade do espaço rural, alicerçada ao desenvolvimento dos recursos endógenos da região. Efeitos Negativos Necessidade de colmatar alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes, dada a extensão da área alagada, verificando-se perdas significativas de alguns serviços.
Inclusão de critérios que permitam valorizar ações que prevejam aplicação/implementação de boas práticas agrícolas e que permitam a redução do uso, ou o uso mais eficiente, de fitofármacos e adubos, prevenindo impactes negativos de maior efeito na flora e fauna, essencialmente na área do EFMA.	Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	↗ ➔	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos e desertificação dos solos. A dinamização da atividade económica do EFMA potenciará a multifuncionalidade do espaço rural, alicerçada ao desenvolvimento dos recursos endógenos da região. Efeitos Negativos: Necessidade de colmatar alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes, dada a extensão da área alagada, verificando-se perdas significativas de alguns serviços.
Inclusão de critérios de majoração das candidaturas que contribuam para resolução de problemas ambientais, fundamentalmente ao nível da qualidade das massas de água, na área de distribuição do saramugo (e outras espécies piscícolas com estatuto de conservação desfavorável).	Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	↗	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos e desertificação dos solos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor.

Legenda:

Contributo	↗	➔
	Potencia os efeitos positivos / oportunidades	Responde aos efeitos negativos / ameaças

Acresce ainda referir que ao longo do processo de AAE foram apresentadas outras recomendações que entretanto foram internalizadas, de forma mais ou menos direta, na proposta atual do POR. Destacam-se assim: Identificação e descriminação sistematizada das ações passíveis de serem concretizadas, por objetivo específicos, estabelecidas de acordo com as necessidades territoriais identificadas; Fomento de parcerias (publicas e/ou privadas) que promovam a gestão sustentável dos recursos naturais e a valorização do território, tornando-o num distinto atrativo para o setor turístico (alojamento, atividades de natureza e desportos radicais, produtos gastronómicos, etc); Definição de critérios de seleção que permitam a obtenção da valoração dos serviços prestados pelos ecossistemas, decorrentes da implementação dos projetos; Definição de critérios de seleção que permitam atingir um melhor estado de conservação dos ecossistemas, decorrentes da implementação dos projetos, tendo em conta as orientações dos principais referenciais estratégicos e planos de ordenamento e; Definir mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo com o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

Em síntese acresce apenas referir que as recomendações apresentadas surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Temático.

Considera-se assim que, de uma forma em geral, a implementação do POR proporcionará um contributo positivo sobre os valores naturais presentes, particularmente, no que se refere à utilização dos recursos naturais endógenos, contribuindo inclusivamente para a sua valorização. Apesar disso importa salvaguardar a ameaça potencial que o desenvolvimento das atividades económicas promove, essencialmente no que se refere à gestão e consumo desses recursos naturais e na alteração/destruição dos ecossistemas presentes, onde assume especial relevância o EFMA.

6.6. PAISAGEM E PATRIMÓNIO

6.6.1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento da paisagem como uma componente fundamental do património natural, histórico, cultural e científico e, como tal, da identidade local e regional, como uma das bases mais adequadas para a gestão integrada e equilibrada do território, e o pressuposto de que a valorização e proteção do património promovem o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local, na mesma ordem em que defendem a qualidade ambiental e paisagística, constituem-se como componentes fundamentais e fortemente relacionadas para a sustentabilidade de um território.

Assim, o fator de sustentabilidade Paisagem e Património procura precisamente avaliar o modo como são atingidos os objetivos de proteção e promoção dos valores paisagísticos e patrimoniais estabelecidos no âmbito do POR Alentejo.

6.6.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para este FCD relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o Quadro de Referência Estratégico da presente AAE e que são apresentados anteriormente no Capítulo 5. Desta forma, com a constituição deste FCD pretende-se proceder à avaliação dos efeitos positivos e negativos do POR Alentejo sobre os elementos que valorizam a paisagem e os valores patrimoniais naturais e culturais presentes no território, de acordo com o seguinte objetivo:

- Avaliar o contributo do POR Alentejo na proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural.

Perante estes objetivos assumidos, foi definido um conjunto de indicadores que se pretende que constituam uma forma de simplificação e sintetização dos elementos que permitem a caracterização e diagnóstico da situação atual da região, e cuja descrição se encontra apresentada no Quadro 6.6.1. A sua seleção baseou-se na análise pericial de relatórios nacionais e internacionais de indicadores de ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como nos documentos orientadores da Comissão Europeia para a Avaliação dos PO, os indicadores das próprias cadeias de programação do PO e os indicadores da avaliação *ex-ante*.

Quadro 6.6.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Paisagem e Património"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Descrição
Paisagem: O POR Alentejo promove a valorização da identidade da paisagem presente?	Unidades de paisagem (ha; %)	Número e/ou percentagem relativa da área ocupada pelas Unidades de Paisagem identificadas na região (área abrangida)
	Paisagens vulneráveis ou sensíveis (ha ou % da área de intervenção e localização)	Número e/ou percentagem relativa da área abrangida por paisagens vulneráveis ou sensíveis na área de intervenção.
	Estruturas, centros ambientais e percursos pedestres com interesse paisagístico (n.º; km; área abrangida)	Identifica a presença (área e número) de estruturas e centros ambientais existentes no território, bem como a extensão dos percursos pedestres presentes (número; área abrangida; extensão)
	Miradouros e pontos de interesse paisagístico (n.º)	Identificação, número e/ou percentagem relativa da região ocupada por miradouros e o número de locais referenciados, mais ou menos intervencionados, de onde se obtêm uma vista panorâmica ou apreciadas perspetivas da região (miradouros e pontos de interesse)
Património: O POR Alentejo promove a recuperação, regeneração e viabilização do património natural e cultural?	Património cultural histórico, arquitetónico e arqueológico classificado (n.º de bens imóveis)	Determina o número de bens imóveis com interesse ou classificados como património cultural histórico, arquitetónico e arqueológico, pelas entidades oficiais (em número)
	Ações/Operações que promovam a preservação, valorização e reabilitação física do património cultural e natural (n.º; €)	Identifica o número de ações/operações que promovam a preservação, valorização e reabilitação física do património cultural e natural (em número e valor gasto)
	Visitantes contabilizados nos sítios e atrações culturais ou naturais, desde 2004 (n.º/ano)*	Determina a evolução do número de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiadas no âmbito do POR Alentejo (em numero)
	Projetos de dinamização e programação do património cultural e natural apoiados, relativamente ao total, desde 2004 (n.º/ano)	Identifica o número de ações de animação, valorização e promoção dos elementos histórico-culturais com elevado interesse turístico (em número)

6.6.3 SITUAÇÃO ATUAL

Considerando a análise deste FCD como um dos requisitos base para a sustentabilidade do POR Alentejo, é efetuada neste capítulo, uma abordagem sucinta das principais características ambientais da área de intervenção do referido PO, no que se reporta, particularmente, à "Paisagem e Património", tendo como base o cálculo dos indicadores definidos e apresentados previamente em sede de RDA.

Unidades de paisagem

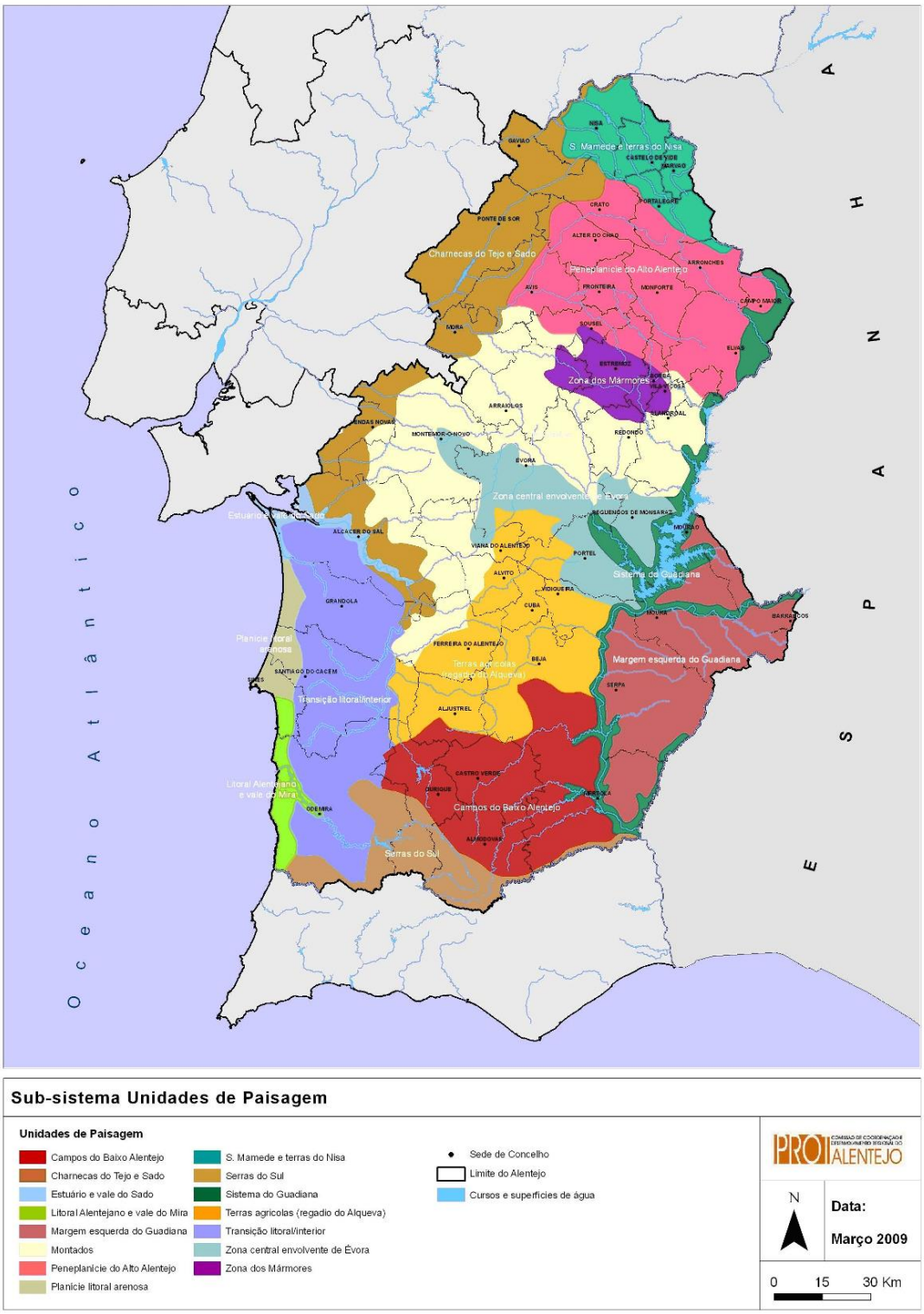
A paisagem pode ser considerada como um sistema dinâmico, nomeadamente os diferentes fatores naturais e culturais que se influenciam entre si e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular de relevo, coberto

vegetal, uso do solo e povoamento e, que lhe confere geralmente uma certa coerência, à qual corresponde um determinado caráter.

Particularmente, a paisagem alentejana distingue-se, no contexto nacional, pela extensão e harmonia da paisagem, fruto da grande uniformidade das planícies, da dimensão da propriedade, do sistema de culturas, da baixa densidade demográfica e do modelo de povoamento. O bom relacionamento cénico entre o património edificado e os espaços naturais envolventes contribuem para a singularidade deste território. A qualidade ambiental e o clima quente e seco sustentam a manutenção desta originalidade.

Assim, de acordo com o PROT-Alentejo foi possível destacar nesta região 15 unidades de paisagens: Campos do Baixo Alentejo; Charnecas do Tejo e Sado; Estuário e vale do Sado; Litoral alentejano e vale do Mira; Margem esquerda do Guadiana; Montados; Peneplanície do Alto Alentejo; Planície litoral arenosa; S. Mamede e terras do Nisa; Serras do Sul; Sistema do Guadiana; Terras agrícolas (regadio do Alqueva); Transição litoral/interior; Zona central envolvente de Évora; Zonas dos mármores.

A sua distribuição espacial encontra-se representada na Figura 6.6.1



Quadro 6.6.1 – Unidades de paisagem (PROT-Alentejo)

Percursos

Dada a dispersão da informação, organizada essencialmente por concelho, não foi possível obter um conjunto de elementos relevantes no âmbito da valorização da paisagem, não só no que se refere a miradouro e pontos de interesse paisagístico, mas também estruturas e centros ambientais presentes.

Apesar disso, foi possível reunir, por sub-região, um conjunto de informação relativa ao número de percursos pedestres com interesse paisagístico existentes. Verifica-se assim que, no seu total, esta região dispõem de mais de 70 percursos pedestres (nem todos homologados), que representam, tendo presente a quantidade de elementos não indisponíveis, uma extensão muito superior a 300 km (Quadro 6.6.2; Quadro 6.6.3 e Quadro 6.6.4).

Quadro 6.6.2 – Percursos pedestres no Alto Alentejo (Fonte: Pedestrianismo, 2006a)

Concelho /Área Protegida	Designação	Extensão
Alandroal	P.R. 1 Rota do Giro	N.D.
	P. R. 2 Pedra Alçada	N.D.
	P. R. 3 Passeio pelo Campo	N.D.
Arraiolos	Passeio Pedestre da Ribeira do Divor	N.D.
	Percurso Pedestre do Parque Africano	N.D.
Arronches	P.R. 2 - Mosteiros	N.D.
Arronches (Parque Natural da Serra de São Mamede)	Percurso Pedestre de Esperança	N.D.
Borba	P.R. 1- Rota de São Gregório	N.D.
Évora	Percursos do Monfurado	88 km
	Percursos da Água da Prata	8,3 km
	Percursos do Alto de S. Bento	N.D.
	Caminhos do Degebe	N.D.
Fronteira	PR1 - Rota Megalítica	N.D.
	PR2 - Rota da Ribeira Grande	9,5 km
	PR3 - Rota dos Atoleiros	N.D.
	PR4 - Rota da Sulfúre	N.D.
	PR5 - Rota da Serra das Penas	N.D.
Gavião	PR1 Arribas do Tejo	N.D.
Montemor-o-Novo	Percurso de Cabrela	N.D.
	Percurso de São Cristovão	N.D.
	Percurso do Escoural	N.D.
	Percurso de Baldios	N.D.
Portalegre	P.R.3 – Alegrete	N.D.
Portalegre (Parque Natural da Serra de São Mamede)	Percurso Pedestre de Carreiras	N.D.
	Percurso Pedestre do Reguengo	N.D.
Marvão (Parque Natural da Serra de São Mamede)	Percurso Pedestre de Marvão	N.D.
	Percurso Pedestre de Galegos	N.D.

Legenda: N.D. – Não disponível

Quadro 6.6.3 – Percursos pedestres no Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (Fonte: Pedestrianismo, 2006b)

Concelho / Área Protegida	Designação	Extensão
Alcácer do Sal	PR1 Rota do Senhor dos Mártires	12,7 km
	PR2 Passeio dos Medos	7 km
Alvito	PR1 Rota de Sant'Águeda	7 km
Barrancos (Parque de Natureza de Noudar)	Trilho "O Moinho"	3,4 km
	Trilho Geológico-Mineiro	N.D.
	Trilho "A Estrada"	2,5 km

Concelho / Área Protegida	Designação	Extensão
Castro Verde	"Um Saltinho ao Monte Celeste"	8,6 km
	Pêro a Caminho - Rosário a Santa Bárbara	11,3 km
	Pêro a Caminho - Entradas a São Marcos	11,1 km
	Pêro a Caminho - Alcarias a Casével	7,3 km
Ferreira do Alentejo	Villa Romana Monte da Chaminé	12 km
Grândola	P.R. 1 - Rota da Serra	15 km
	P.R. 2 - Vereda de Melides	N.D.
Mértola	Percurso da Bombeira	6 km
	Percurso do Carvoeiro, Água Alta e Canais	9 km
	Percurso da Mesquita	3 km
	Percurso da Mina de S. Domingos (Antigo Caminho de Ferro)	19 km
	PR1 Guadiana, O grande rio do Sul (do Poço dos 2 Irmãos até à Ribeira de Carreiras)	N.D.
	PR2 Os canais do Guadiana (da Corte Pequena até aos Canais do Guadiana)	N.D.
	PR3 As margens do Guadiana (da Corte Gafo de Baixo até à proximidade do Carvoeiro	N.D.
	PR4 À volta do Montado (do Monte do Guizo à Mina de S. Domingos)	N.D.
	PR5 Ao ritmo das águas do Vascão (da Mesquita até à ribeira do Vascão)	N.D.
	PR6 Entre a estepe e o montado (percurso circular na zona do Azinhal)	N.D.
	PR7 Subida à Sr.ª do Amparo	N.D.
	PR8 Um percurso ribeirinho (entre o moinho do Alferes e moinho das Relíquias)	N.D.
	PR9 Entre o Escalda e o Pulo do Lobo	N.D.
Odemira	PR1 Lapa das Pombas	N.D.
	PR2 ODM - S. Domingos	N.D.
	PR3 ODM - Troviscais	N.D.
	Percurso pedestre da Praia da Amoreira	N.D.
Santiago do Cacém	P.R.1 - Vereda dos Brescos	11,2 km
Serpa	Percurso Pedestre Vila Verde de Ficalho	N.D.
Sines	Rota da Ribeira	7,5 km
	Rota da Sancha	5 km
	Rota da Duna Frontal	3,5 km
	Rota da Praia	4 km
	Rota da Lagoa	1,8 km
	Rota do Montado	4 km
Parque Natural do Vale do Guadiana	Percurso Guadiana - O Grande Rio do Sul	N.D.
	Percurso Vale do Guadiana	N.D.
	Percurso Vascão	N.D.
	Percurso Serra do Amparo	N.D.
	Percurso Ribeirinho	N.D.
	Percurso Rota do Minério	N.D.
Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina	Zambujeira do Mar – Azenha	6 km

Legenda: N.D. – Não disponível

Quadro 6.6.4 – Percursos pedestres na região da Lezíria (Fonte: Pedestrianismo, 2009; CM Constância e Cartaxo, 2014 e; ICNF, 2014b)

Concelho / Área Protegida	Designação	Extensão
Alcochete (Reserva Natural do Estuário do Tejo)	Percurso na margem estuarina em Alcochete	3,5 km
Samora Correia e Benavente	"Rota das Lezírias" (atividade agendada - passeio organizado)	10/12 km
Alcochete, Benavente e Vila Franca de Xira (Reserva Natural do Estuário do Tejo)	Estuário do Tejo - Ermida de Alcamé, Ponta d' Erva, Lezírias	N.D.
Vila Franca de Xira	"A Lezíria e o Tejo" (atividade agendada - passeio pedestre e fluvial organizado)	16 km
Cartaxo	PR1 Rota da Tapada	7,5 km
Constância	Encosta do Zêzere* (atividade agendada)	7,5 km
	Margem do Tejo	N.D.
	Zona Ribeirinha / Constância Ribeirinha (atividade agendada)	3 km
	Ribeira da Foz	N.D.
	A Natureza em Vale de Mestre / "Descobrir a Natureza no Outono" (atividade agendada)	7,5 km
	Da Charneca à Lezíria / Entre a Lezíria e a Charneca (atividade agendada)	8,5 km
	Ribeira de Alcolobre / A Galeria Ripícola da Ribeira de Alcolobre	5 km
	O Caminho da Pereira (atividade agendada)	8 km
	Vale de Caldelas / Plantas Autóctones e Alóctones do Vale de Caldelas" (atividade agendada)	7,5 km
	Constância Passo a Passo	8 km
	"Descobrir as Aves Invernantes na Lezíria" (atividade agendada)	8,5 km
	"A Primavera na Ribeira da Foz" (atividade agendada)	6,5 km
	Conhecer o Ribeiro Carvalho (atividade agendada)	8,5 km
	À Descoberta da Flora de Santa Margarida (atividade agendada)	5 km

Legenda: N.D. – Não disponível

Património

As amenidades do território e o património e a cultura reúnem um conjunto heterogéneo de recursos que moldam a identidade desta região, sendo de destacar pela sua relevância, de acordo com a Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo (CCDR Alentejo, 2014), os seguintes vetores:

- Património histórico (urbano-monumental), que abrange as Cidades património mundial de Évora e Elvas;
- Património de arte sacra, com especial relevância para o trabalho de investigação e restauro, entretanto, encetado por vários agentes regionais de forma inovadora;
- Património etnográfico e de arte popular, com exemplos expressivos no artesanato e no Cante, este a procurar reconhecimento como Património Cultural Imaterial da Humanidade;
- Património natural, designadamente, do sistema agro-pastoril do montado de sobro com a Candidatura a Património da Humanidade, da responsabilidade da ERT Alentejo, em fase adiantada de organização.

O Quadro 6.6.5 apresenta o número de elementos de património existente classificado, por tipologia.

Quadro 6.6.5 – Património Classificado, por categoria de proteção (IGESPAR, 2014)

Categoria de Proteção	Número de itens classificados
Classificado como CIM - Conjunto de Interesse Municipal	1
Classificado como CIP - Conjunto de Interesse Público	6
Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	272
Classificado como IM - Interesse Municipal	54
Classificado como MIM - Monumento de Interesse Municipal	1
Classificado como MIP - Monumento de Interesse Público	82
Classificado como MN - Monumento Nacional	219
Classificado como SIM - Sítio de Interesse Municipal	1
Classificado como SIP - Sítio de Interesse Público	16
Total	**652**

Foi possível também contabilizar a presença de154 elementos patrimoniais arqueológicos que integram oito estações romanas de interesse internacional, integradas nos itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve, onde se destaca: 01 - Estação Arqueológica de Miróbriga (Santiago do Cacém); 02 - Circuito Arqueológico da Cola (Ourique); 03 - Conjunto Arqueológico do Escoural (Montemor-o-Novo); 04 - Sítio Arqueológico de São Cucufate e Casa do Arco (Vidigueira); 05 - Conjunto Monumental de Mértola (Mértola); 06 - Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória (Campo Maior); 07 - Villa Romana de Pisões (Beja); 08 - Ruínas de Torre de Palma (Monforte) (IGESPAR, 2014a)

Sendo ainda de acrescentar os edifícios religiosos, de arquitetura civil ou militar que somam no seu conjunto 498 bens imóveis, a ter em consideração.

Acresce ainda referir o vasto património imaterial ainda muito presente nas comunidades: música, conto, sincretismo religioso (associado a tradições e locais de culto) e o cante (em vias de classificação pela UNESCO);

A estes vetores do Património e da Cultura regional, importa acrescentar o cavalo lusitano e a tauromaquia e os produtos e sabores mediterrânicos (recentemente reconhecidos como Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO), constituem uma mais-valia relevante para a estruturação de atividades económicas relacionadas e de suporte (indústrias culturais e criativas, merchandising, comércio enquanto elemento complementar, …) e para a atracão de novas gerações de turistas que procuram destinos com identidade.

Espera-se assim, de acordo com o PROT-Alentejo (CCDR Alentejo, 2007), que a valorização crescente do património natural e cultural se constitua o suporte da atratividade regional, designadamente através da diversidade paisagística e qualidade ambiental e pela reabilitação dos centros históricos e conjuntos urbanos, recuperação de elementos patrimoniais e atribuição de novos usos ao edificado – equipamentos, serviços, turismo e lazer. E, ao considerar cerca de um quarto do território do Alentejo com potencial para integrar a rede europeia de conservação da natureza (Rede Natura 2000), esta região ganha uma relevância internacional, marcando uma etapa fundamental da sua valorização ao englobar a proteção dos ecossistemas e habitats naturais, ao ter em conta a contribuição das práticas humanas na constituição e na perenidade dos mesmos e permitindo a emergência do conceito de “paisagem cultural”, em que os elementos culturais e a natureza se unem, constituindo um fator essencial ao desenvolvimento sustentável.

Em síntese, considera-se a preservação, recuperação e valorização do património e a criação cultural e artística, como fatores diferenciadores e atrativos da Região, devem envolver apoios à recuperação

e conservação patrimonial, ao estudo/investigação e à dinamização de oportunidades económicas, com soluções inovadoras de gestão (CCDR Alentejo, 2014).

Ações/Operações que promovam a preservação, valorização e reabilitação física do património cultural e natural

Tendo por base os dados disponibilizados pela Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA, 2014) é possível observar a intenção/ realização de 5 ações de reabilitação do património existente, entre 2009 e 2013, nomeadamente:

- Projeto Base de Reutilização da Casa da Inquisição e do Logradouro (Executada em 2013);
- Projeto de Reutilização do Convento da Saudação em Montemor-o-Novo (Executada em 2009);
- Projeto de Reutilização do Paço dos Henriques em Alcáçovas (Executada em 2012);
- Projeto de Recuperação e Reutilização da Torre do Relógio em Monsaraz (Executada em 2011);
- Proposta de intervenção urbana na Praça do Santuário – Vila Viçosa.

Importa ainda referir que no âmbito do presente FCD não é possível apresentar a análise dos indicadores referentes às "Paisagens vulneráveis ou sensíveis (ha ou % da área de intervenção e localização)", "Miradouros e pontos de interesse paisagístico (n.º)", "Visitantes contabilizados nos sítios e atrações culturais ou naturais, desde 2004 (n.º/ano)" e "Projetos de dinamização e programação do património cultural e natural apoiados, relativamente ao total, desde 2004 (n.º/ano)" devido à ausência de informação ou cujos elementos não traduzem estatística ou territorialmente o pretendido pelo indicador proposto. Neste sentido, a recolha de informação de base que permita aferir estes indicadores, deve constituir-se uma prioridade na Fase de Seguimento.

Apesar disso, tendo presente alguns dos elementos bibliográficos de referência consultados (Portugal 2020; Acordo de parceria 2014-2010; RCM n.º 33/2013; Plano de Ação Regional Estratégia de Especialização Inteligente e; Diagnóstico do PROT-Alentejo) foi possível identificar os elementos (internos e externos) que se consideram fundamentais a ter em conta na adoção de uma abordagem estratégica do POR e cuja potencial salvaguarda ou abordagem pelo POR foi analisada.

No Quadro A13.2.6, do Anexo 13.2, é apresentada uma síntese dos indicadores que permitiram identificar o estado da situação atual correspondente à paisagem e património.

No Quadro 6.6.6 é apresentada uma análise da salvaguarda e do potencial de resposta do POR aos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças (análise *Strength, Weaknesses, Opportunities and Threats* – SWOT) identificados no âmbito do PAR do Alentejo, no domínio da paisagem e património, e que o PO tem âmbito de intervenção.

Quadro 6.6.6 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD "Paisagem e Património", no POR Alentejo

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
Pontos Fracos											
Dispersão territorial e elevado número de bens patrimoniais classificados com interesse.											

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
Fragilidade dos ecossistemas e sistemas agro-silvo- pastoris regionais de elevado valor natural, associados a fraca ou mesmo nula compensação pelas perdas de rendimento e serviços ambientais nas áreas Rede Natura 2000 e sistemas de elevado valor natural.											
Pontos Fortes											
Vasto património cultural (arquitectónico, arqueológico e artístico) encontra-se em razoável estado de conservação.											
Vasto património imaterial ainda muito presente nas comunidades: música, conto, sincretismo religioso.											
A existência, nesta região, de algumas das espécies mais ameaçadas da Europa e do Mundo a par de habitats de relevância europeia e mundial, como o caso de algumas zonas húmidas inscritas na Convenção de Ramsar, cujo estado de conservação é ainda assinalável, concorrem para a notoriedade do Alentejo numa escala internacional;											
Extensa fachada atlântica com elevado valor costeiro e marinho, com potencial para usos e atividades de recreio e lazer, transporte e logística, conservação da natureza e biodiversidade, pescas e aquicultura.											
Sistema urbano policêntrico, indutor de sustentabilidade, enquadrado numa paisagem singular e de forte atratividade, com elevado valor patrimonial dos centros e núcleos históricos.											
Identidade dos espaços rurais sustentada pela valorização de sistemas multifuncionais mediterrâneos e pela capacidade de adaptação do sistema produtivo face às oportunidades de mercado.											
Diversidade de recursos de Património natural, paisagístico e cultural e condições privilegiadas para atividades competitivas e de interesse estratégico, associadas ao sistema cultural mediterrânico e às atividades agrícola e agroindustrial, pecuária e florestal, geológica e mineira, turística e energética.											
Valorização crescente do património cultural e ambiental como suporte da atratividade regional											
Oportunidades											
Afirmação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), enquanto projeto multissectorial, capaz de impulsionar novas dinâmicas nas atividades agrícola e agro- industrial, energética e turística.											
Sistema ambiental como componente relevante do modelo de desenvolvimento da Região e suporte de atividades e serviços relacionados com o turismo e a economia verde.											
Reconhecimento da dimensão estratégica da cultura enquanto instrumento de coesão territorial e social (fator cultural assumido como elemento de inclusão e coesão).											
Crescente procura regional e local de interesse patrimonial relacionada com sítios e circuitos arqueológicos, arquitetónicos, artísticos e gastronómicos.											
Ameaças											
Prolongamento da degradação dos ecossistemas naturais e do seu potencial de conservação e aproveitamento económico, em resultado de fatores como a desflorestação e a utilização de práticas agrícolas não adequadas à preservação dos recursos (solo e água), conjugadas com condições climáticas crescentemente adversa.											
Restrições orçamentais no domínio do ambiente e cultura, decorrentes da conjuntura socioeconómica.											
Ausência de salvaguarda, nos instrumentos de ordenamento do território, dos usos nos espaços envolventes aos monumentos nacionais/imóveis de interesse público, limitando estratégias e objetivos integrados de salvaguarda e valorização do património.											

Legenda:

Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa | Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa | Elementos insuficientes para avaliar | Âmbito de PO Temático | Não aplicável / sem relação

Objetivos Temáticos: OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2 – Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade. OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

6.6.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM POR ALENTEJO

Neste ponto analisam-se as perspetivas de evolução na região na ausência da implementação do POR Alentejo, de modo a subsidiar os pontos seguintes, fornecendo um quadro de diagnóstico com base no qual se realizará a avaliação dos efeitos identificados.

Assim, ao nível da componente paisagística prevê-se que na ausência de implementação do POR Alentejo e com a continuidade da situação atual ocorra a introdução de elementos dissonantes que promoveram a descaracterização da paisagem na região, quer pelo abandono das áreas, quer pelo possível aumento da pressão urbanística e da exploração dos recursos naturais. Já em termos patrimoniais, considera-se que os imóveis atualmente sem classificação continuarão, em termos legais, sem proteção, o que aliado à falta de financiamento, aumentará o número de situações de abandono/ruína, assim como relativamente ao património arqueológico.

Em síntese, prevê-se que a evolução das componentes associadas aos valores paisagísticos e patrimoniais se revista de um carácter tendencialmente negativo pois, na ausência de atribuição de verbas, manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças identificadas nos elementos de caracterização e diagnóstico.

6.6.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos estabelecidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a identificação e caracterização dos efeitos do POR Alentejo, relativamente ao FCD em questão (Quadro 6.6.7) assentam, nesta fase, na avaliação das tipologias de ações propostas por prioridades de investimento e os objetivos específicos.

Assim, a matriz de avaliação, para além da identificação das oportunidades e ameaças, tem ainda em conta a sua natureza (positivo, negativo), a ocorrência (curto, médio e longo prazo), o efeito (secundário, cumulativo e sinergético) e a duração (temporário ou permanente).

Quadro 6.6.7 – Avaliação estratégica de efeitos dos Eixos Prioritários do POR Alentejo, relativamente ao FCD "Paisagem e Património"

Avaliação Estratégia de Efeitos "Paisagem e Património"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
Eixo Prioritário 3 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		
1.1.1 Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	- Melhoria do nível do conhecimento dos valores patrimoniais existentes. Promoção e divulgação dos valores patrimoniais presentes. (As ações destinadas a este objetivo específico estão ainda em desenvolvimento no PO).	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 /T-P / S-C-Si	N.A.
1.1.2 Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.1.3 Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.2.1 Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.2.2 Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização)	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.2.3 Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza		
OT2. Melhorar o acesso às TIC bem com a sua utilização e qualidade		

Avaliação Estratégia de Efeitos "Paisagem e Património"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
2.3.1 Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
2.3.2 Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 1 – Reforçar a competitividade das PME		
OT3. Reforçar a competitividade das PME		
3.1.1 Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
3.2.1 Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
3.3.1 Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 5 – Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores		
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores		
4.2.1 Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
4.3.1 Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos		
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Paisagem e Património"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
4.3.2 Aumentar a eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
4.5.1 Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético.	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.	Não identificados. Ocorrência/Duração/Efeito N.A.
Eixo Prioritário 7 – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos		
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos		
6.3.1 Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	- Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente; - Estimular a sua integração e associação às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa, etc); - Criação ou integração de trilhos associados ao património natural e cultural presente; - Promover o conhecimento e comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais. Neste âmbito, destacam-se todas as ações previstas no âmbito doa PI 6.3, nomeadamente: Valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico; Capacitação dos agentes de gestão de bens culturais e naturais para a valorização económica desses mesmos bens; Qualificação e promoção de áreas protegidas/classificadas com relevância turística; Promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico; Desenvolvimento de projetos de animação e programação cultural com potencial de captação de fluxos turísticos; Organização e promoção de eventos culturais com impacto internacional. Promoção de património cultural marítimo promovendo os serviços dos ecossistemas culturais, através de eventos ligados à náutica e embarcações tradicionais; Desenvolvimento de projetos de animação e programação cultural, programas de animação e divulgação do património cultural e criação de circuitos ou roteiros de património e bens patrimoniais, de âmbito temático e/ou territorial e com potencial de captação de fluxos turísticos; Ações de conservação e restauro do património	Não identificados.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Paisagem e Património"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	edificado; Projetos que visem a divulgação de "boas práticas" de conservação, restauro e valorização do património cultural:	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2-3 / T-P / C-S-Si	N.A.
6.4.1 Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos	- Reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados por eles, contribuindo para a melhoria significativa da paisagem; - Potenciar atividades económicas relacionadas com a exploração dos recursos endógenos, com especial destaque para a atividade cinegética e piscícola; - Criação ou integração de pontos de apreciação da paisagem e trilhos associados ao património natural e cultural presente. Neste âmbito, destacam-se algumas das ações previstas no âmbito doa PI 6.4, nomeadamente: Valorizar os recursos cinegéticos e aquícolas de águas interiores; Execução do Programa Nacional de Sinalização de áreas classificadas; Trilhos e centros de interpretação.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	
	1-2-3 / T-P / C-S-Si	N.A.
6.5.1 Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	- Reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados por eles, contribuindo para a melhoria significativa da paisagem; - Criação ou integração de pontos de apreciação da paisagem e trilhos associados ao património natural e cultural presente. Neste âmbito, destacam-se algumas das ações previstas no âmbito doa PI 6.5, nomeadamente: Regeneração de áreas críticas (núcleos históricos, bairros críticos, periferias degradadas); Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas; Reutilização/reurbanização de espaços industriais desativados no âmbito de operações integradas de regeneração e competitividade urbana direcionadas para o fomento da inovação, o acolhimento de novas atividades, a valorização da cultura e a promoção do empreendedorismo.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	1-2-3 / T-P / C-S-Si	N.A.
Eixo Prioritário 4 – Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas – Mobilidade para a Competitividade regional		

Avaliação Estratégia de Efeitos "Paisagem e Património"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas		
7.2.1 Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as RTE-Transportes, com vista à promoção a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens ao nível local e regional.	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 8 – Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral		
OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		
8.1.1 Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e outras entidades do sistema nacional de I&I	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.1.2 Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.1.3 Melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.3.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do empreendedorismo social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.5.1 Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.8.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego; Dinamizar o empreendedorismo social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Paisagem e Património"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
8.9.1 Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas	- Dinamização de parcerias inovadoras para desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização do património natural e cultural presente. Prevê-se assim um conjunto de ações (não discriminadas) em que se apoiam estratégias específicas de valorização económica de recursos endógenos em territórios de baixa densidade, designadamente de âmbito temático. Sendo ainda que estas devem ser articuladas com as ações das PI 8.3, 8.8, 6.3, 9.6 e 9.10	O crescimento económico poderá potenciar o aumento do consumo de recursos (água, energia, materiais, etc)
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / T-P / C-Si	2-3 / T-P / S-C-Si
8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)	- A dinamização da atividade económica do EFMA, potenciará a multifuncionalidade do espaço rural, alicerçada ao desenvolvimento dos recursos endógenos da região. Essencialmente promover o aumento de um número considerável de atividades turísticas, integrando e aproveitando os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente.	- As alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes, promovem a alteração/modificação da paisagem.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / T-P / S-C-Si	2-3 / P / C-Si
Eixo Prioritário 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza		
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação		
9.1.1 Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.1.2 Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.6.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	- Dinamização de parcerias inovadoras para desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização do património natural e cultural presente. Verifica-se ainda que as ações em causa, apesar de não se encontrarem discriminadas, integram-se nas estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

Avaliação Estratégia de Efeitos "Paisagem e Património"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	2-3 / T-P / C-Si	N.A.
9.7.1 Qualificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existente	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.8.1 Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.10.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	- Dinamização de parcerias inovadoras para desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização do património natural e cultural presente. Acresce referir que não foram descriminadas ações neste âmbito.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	2-3 / T-P / C-Si	N.A.
Eixo Prioritário 2 – Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida		
10.1.1 Melhorar o sucesso escolar no ensino básico	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.1.2 Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.1.3 Melhorar a qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas específicas e medidas inovadoras, de âmbito regional, no âmbito da Prioridade de Investimento	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.1 Aumentar o número de diplomados do ensino superior, diferenciando os ciclos curtos e de licenciatura	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.2 Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

Avaliação Estratégia de Efeitos "Paisagem e Património"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	N.A.	N.A.
10.4.1 Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.5.1 Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.5.2 Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 10 – Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente		
OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública		
11.1.1 Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
11.2.1 Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P – Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinergético. N.A. – Não Aplicável.

Quadro 6.6.8 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Paisagem e Património"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Tendências de Evolução		
		Situação Atual	Sem a Implementação do PO	Com a Implementação do PO
Paisagem	Unidades de paisagem		⇨	⇗
	Estruturas, centros ambientais e percursos pedestres com interesse paisagístico		⇨	⇗
Património	Património cultural e histórico classificado		⇨	⇗
	Ações/Operações que promovam a preservação, valorização e reabilitação física do património cultural e natural		⇨	⇗

Legenda: N.D. – Não disponivel

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	⇘⇘ Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	⇘ Negativa Afastamento das orientações do QRE	⇨ Sem alteração significativa	⇗ Positiva Aproximação às orientações do QRE	⇗⇗ Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.6.6 RECOMENDAÇÕES

Da análise realizada no âmbito deste FCD, destaca-se a necessidade de proceder essencialmente à concretização e vinculação das disposições constantes da regulamentação geral em vigor a nível nacional, ou de outros instrumentos de planeamento de âmbito sectorial, especial e nacional, identificados no QRE, com especial relevância para a conservação e proteção dos valores naturais. Contudo, uma vez que a sua concretização é remetida para os PO Temáticos, importa assegurar a articulação e enquadramento territorial dos projetos que surjam no âmbito das PI da Região Alentejo, assegurando a sua pertinência e sustentabilidade.

Neste sentido, no Quadro 6.6.10 é desenvolvida uma análise às recomendações, face aos efeitos esperados/identificados na região, decorrentes da implementação do POR. Esta avaliação baseia-se na identificação do objetivo definido para o FCD em análise, ao qual a recomendação responde; o seu contributo, no sentido de perceber se a recomendação foi efetivamente definida no sentido de potenciar as oportunidades e/ou se surge como uma resposta às ameaças identificadas, e ainda a que oportunidades e ameaças respondem.

Quadro 6.6.10 – Recomendações no âmbito do FCD "Paisagem e Património"

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos
Internalização de orientações para a afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis/alternativos, associadas a zonas degradadas /abandonas, focalizando pontos de revitalização e/ou renaturalização (ex: indústria extrativa). (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de	Proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural	⇗	Efeitos Positivos: Dinamização de parcerias inovadoras para desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização do património natural e cultural presente. Estimular a sua integração e associação às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa, etc) Criação ou integração de pontos de apreciação da paisagem e trilhos associados ao património

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos
operações)..			natural e cultural presente. Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais.
Inclusão de orientações para a promoção da recuperação paisagística da área do EFMA tendo em conta os elementos florísticos típicos da região e dos habitats presentes na zona afetada (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações).	Proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural	↗ ➔	Efeitos Positivos: - O EFMA promoverá o aumento de um número considerável de atividades turísticas, integrando e aproveitando os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente. Efeitos Negativos: As alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes promovem a alteração/modificação da paisagem.
Elaboração de uma carta de património arqueológico intermunicipal, que auxiliará a aprovação de ações, através da definição de critérios de pertinência/necessidade de intervenção e/ou de estado de conhecimento/conservação.	Proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural	↗	Efeitos Positivos: - Melhoria do nível do conhecimento dos valores patrimoniais existentes. Promoção e divulgação dos valores patrimoniais presentes. Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente.
Inclusão de critérios de majoração/avaliação das candidaturas que assegurem a execução de trabalhos de caraterização e de avaliação de impactes patrimoniais, tal como definido no âmbito dos "Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental".	Proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural	↗	Efeitos Positivos: Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente. Melhoria do nível do conhecimento dos valores patrimoniais existentes. Promoção e divulgação dos valores patrimoniais presentes.

Legenda:

Contributo	↗	➔
	Potencia os efeitos positivos/ oportunidades	Responde aos efeitos negativos / ameaças

Acresce ainda referir que ao longo do processo de AAE foram apresentadas outras recomendações que entretanto foram internalizadas, de forma mais ou menos direta, na proposta atual do POR, nomeadamente: Estimular o interesse e a participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural, potenciando o exercício da cidadania e a consolidação da identidade regional (internalizar em ações do OT9 e OT10); Promoção de uma agenda e rede cultural regional que promova múltiplas atividades lúdicas e pedagógicas (internalizar em ações do OT9); Definição de critérios de avaliação e seleção distingam a integração ou recuperação física do património existente (arquitetónico, arqueológico, etc.) e; Identificação e discriminação sistematizada das ações passíveis de serem concretizadas para promoção e uso sustentável de recursos endógenos (em particular nos domínios da agricultura, floresta, mar, indústria extrativa), por objetivo específicos, estabelecidas de acordo com as necessidades territoriais identificadas.

Em síntese acresce apenas referir que as recomendações apresentadas surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas. Para além disso, considera-se que, de uma forma em geral, a implementação do POR proporcionará um contributo positivo sobre o recurso paisagem e o património existente, contribuindo inclusivamente para a sua valorização. Ainda assim, considera-se fundamental assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente, bem como estimular a integração e associação deste património às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura,

floresta, mar, industria extrativa, etc). Para além disso, salienta-se que o EFMA promoverá o aumento de um número considerável de atividades turísticas, que devem aproveitar e integrar os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente, mitigando assim a alteração/modificação que este empreendimento provocou na paisagem.

6.7. RESILIÊNCIA E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E RISCOS

6.7.1 INTRODUÇÃO

No âmbito específico do POR Alentejo, inserido num enquadramento territorial muito característico da Região do Alentejo, considera-se pertinente analisar de forma diferenciada de que forma a concretização do PO tem em consideração os princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas, bem como os princípios de prevenção e minimização dos riscos naturais, dos riscos tecnológicos e riscos mistos.

6.7.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para cada FCD relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o QRE da AAE, apresentado no Capitulo 5. Neste sentido, com este FCD pretende-se avaliar de que forma o POR Alentejo contribui para:

- Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas;
- Redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais e com consequências sobre a Região do Alentejo;
- Redução/eliminação dos conflitos gerados por atividades humanas e;
- Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos.

Em suma, a avaliação do FCD “Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos” tem como objetivo:

- Avaliar o contributo do POR Alentejo ao nível da resiliência e adaptação às Alterações Climáticas, bem como ao nível dos riscos naturais, tecnológicos e mistos.

O Quadro 6.7.1 apresenta os indicadores selecionados para a caraterização da situação atual com o intuito de responder aos objetivos de avaliação ambiental do FCD “Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos”. Esta seleção baseou-se na análise pericial de relatórios nacionais e internacionais de indicadores de ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como nos documentos orientadores da Comissão Europeia para a Avaliação dos PO, os indicadores das próprias cadeias de programação do PO e os indicadores da avaliação *ex-ante*.

Quadro 6.7.1 – Indicadores selecionados para o FCD “Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos”

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Descrição
Resiliência e	Projetos que incluem medidas para	Número de projetos e localização ou área abrangida com

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Descrição
Adaptação às Alterações Climáticas	reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º e localização/área abrangida)	incidência em proposta de medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos
	Projetos que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º e localização/área abrangida)	Número de projetos e localização ou área abrangida, que contemplem medidas de adaptação no que concerne especificamente à biodiversidade e aos ecossistemas, no sentido de perceber se os objetivos do POR Alentejo contribui para a adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistema
Riscos naturais	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º e localização/área abrangida)	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada às vulnerabilidades relacionadas com riscos naturais na análise territorial face às opções de cada projeto e não numa escala de identificação de situações de vulnerabilidade
Riscos Tecnológicos	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º e localização/área abrangida)	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada às vulnerabilidades relacionadas com riscos tecnológicos na análise territorial face às opções de cada projeto e não numa escala de identificação de situações de vulnerabilidade
	Projetos no âmbito da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais, incluindo áreas extrativas (n.º e localização/área abrangida)	Número de projetos e localização ou área abrangida no âmbito da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais, incluindo áreas extrativas
Riscos Mistos	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos mistos (n.º e localização/área abrangida)	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada às vulnerabilidades relacionadas com riscos mistos na análise territorial face às opções de cada projeto e não numa escala de identificação de situações de vulnerabilidade

6.7.3 SITUAÇÃO ATUAL

Considerando as temáticas deste fator crítico para a decisão (alterações climáticas e riscos naturais, tecnológicos e mistos) como um dos requisitos base para a sustentabilidade da Região do Alentejo, neste capítulo é apresentada uma abordagem sucinta relativamente às temáticas resiliência e adaptação às Alterações Climáticas, tendo como base a análise dos indicadores previamente definidos em sede de RDA, bem como ao nível dos riscos e vulnerabilidades na Região nomeadamente riscos naturais, riscos tecnológicos e riscos mistos.

Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas

Existem políticas e programas que visam abrandar o ritmo de produção de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) (processo de mitigação), no entanto, foram já libertadas concentrações com potencial significativo para causar um impacte no clima, e consequentemente sobre as pessoas, ecossistemas e bens, constituindo-se assim fundamental a capacidade de adaptação, como minimização dos efeitos negativos dos impactes dessas alterações (processo de adaptação).

Assim, o critério “Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas” pretende analisar o contributo do PO na Região do Alentejo, não na perspetiva associada à incerteza dos diferentes cenários de evolução climática mas das vulnerabilidades, suscetibilidades e medidas de adaptação que promovam a resiliência territorial.

A Região do Alentejo, apesar de constituir um sistema não passivo, respondendo de forma dinâmica e complexa às variáveis climáticas (estudos revelam que o clima tem variado ao longo da história da Terra, constituindo-se assim um processo natural do sistema climático), apresenta características que

lhe conferem uma vulnerabilidade significativa tendo em conta alguns dos potenciais efeitos das alterações climáticas (mudanças climáticas com origem direta ou indireta nas atividades humanas, potenciando varações climáticas significativas), como por exemplo o nível da subida do nível médio do mar (nas zonas costeiras) ou a ocorrência mais frequente de eventos climatéricos extremos, como cheias, secas (com potencial contributo ao nível da desertificação ou até mesmo risco de incêndio florestal), entre outros. Assim, importa destacar o facto dos fenómenos associados às alterações climáticas serem passíveis de incrementar a frequência e magnitude de alguns fenómenos naturais bem como a frequência, duração e intensidade dos eventos extremos.

Traçando um breve enquadramento prospetivo relativamente às Alterações Climáticas importa realçar, e de acordo com os cenários dos Projetos SIAM, SIAM_II e CLIMAAT_II e IPCC (*Intergovernmental Painel on Climate Change* (2001,2007)), que se prevê:

- Aumento significativo da temperatura média em todas as regiões de Portugal até ao fim do século XXI, assim como o aumento da temperatura máxima no verão, entre 3ºC na zona costeira e 7ºC no interior, acompanhados por fenómenos cada vez mais frequentes de calor e de seca extrema. O relatório do IPCC (2001) indicava uma taxa de subida da temperatura média global de 0,15ºC/década entre 1910 e 1945, seguida por uma tendência negativa entre 1946 e 1975, para retomar um padrão semelhante ao primeiro entre 1976 e 2000. De acordo com Santos et al. (2002) e Santos & Miranda (2006), a temperatura média do ar em Portugal Continental e Regiões Autónomas segue este comportamento entre 1930 e 2000, e desde a década de 1970 a taxa de subida da temperatura aumentou para cerca de 0,5ºC/década, mais do dobro do valor médio global. A utilização de Modelos de Circulação Global (que simulam o sistema climático terrestre) tem permitido a produção de cenários de mudança climática para o séc. XXI. O relatório do IPCC (2007) aponta para um aumento da temperatura média mundial entre 1,4 e 5,8ºC até 2100 (no relatório anterior – IPCC 2001 - era apontada uma subida de 0,5 – 4ºC). Na Europa, o aumento projetado é um pouco maior, de 2,0 a 6,3ºC no mesmo horizonte temporal (SIAM, 2006);

- No que respeita à precipitação, embora a incerteza seja maior, os modelos apontam quase todos para uma redução da precipitação em Portugal Continental da ordem dos 20 a 40% em todas as estações do ano, com exceção do Inverno, e com maior magnitude no sul (Santos & Miranda, 2006). Prevê-se também a concentração da precipitação nos meses de Inverno e a tendência de ocorrências de precipitação intensa, potenciando o risco de cheias;

- No que concerne ao nível médio do mar, as previsões do IPCC (IPCC, 2007) apontam, considerando o cenário mais desfavorável, um aumento acumulado máximo de 0,59m, relativamente à sua posição em 1990, esta mesma organização apontava em 2001 para 0,88m. Durante o período 1961 - 2003, o nível médio do mar subiu globalmente a uma taxa de 1,8 (±0,5) mm por ano (IM, 2008) em Portugal, indicando o estudo da série maregráfica de Cascais uma aceleração do ritmo de elevação do nível do mar de 0,038±0,0023mm/ano nas últimas duas décadas;

- Em Portugal, a temperatura da água do mar junto à costa ocidental tem estado a aumentar desde 1956, no período de 1980-2000, houve um acréscimo de temperatura da água do mar na ordem dos 0,05 ºC/ano (IM, 2008).

E, de acordo com o último relatório publicado pelo IPCC (Intergovernmental Painel on Climate Change) (Twelfth Session of Working Group I, 2013) importa referir:

- Relativamente ao aumento da temperatura média, o relatório prevê, considerando o cenário mais desfavorável, um aumento médio acumulado de 3,7ºC, com intervalo provável 2,6 a 4,8ºC, para 2081-2100, relativamente à sua posição em 1990. A mudança de temperatura de superfície global para o final do seculo 21 será provavelmente superior a 1,5ºC em relação ao período 1850-1900 para todos os cenários considerados pelo IPCC; em três dos quatro cenários é previsto que o aquecimento continue para além de ano 2100, referindo ainda o

relatório do IPCC que o aquecimento irá exibir uma variabilidade interanula-a-decenal e não será regionalmente uniforme;

- No que concerne à precipitação, o relatório prevê que o contraste da precipitação entre as regiões húmidas e secas e entre as estações chuvosa e seca aumente, embora possa haver exceções regionais;

- E, por último, tal como referido anteriormente, no que respeita ao nível médio do mar, as previsões do relatório do IPCC (IPCC, 2013) apontam, considerando o cenário mais desfavorável, um aumento acumulado médio de 0,63m, com intervalo provável 0,45 a 0,82m, para o período 2081 - 2100, relativamente à sua posição em 1990. Esta mesma organização apontava em 2007 para os 0,59m e em 2001 para os 0,88m, permitindo concluir que as últimas projeções afirmam-se mais pessimistas.

Estas alterações não são homogéneas e também por isso exercem impactes distintos em locais/regiões que em si apresentam também diferentes graus de vulnerabilidade, associadas nomeadamente à sua geografia local.

Deste modo, considera-se que a temática se potencia como fundamental no que concerne à estratégia de sustentabilidade da Região e que, não só a mitigação das Alterações Climáticas (respeitante à redução dos GEE) deve ser considerada, como a estratégia de resiliência e adaptação o deve.

Neste sentido, a estratégia de desenvolvimento regional Alentejo 2020, refere como um dos principais aspetos da visão prospetiva acerca das linhas de força que servem de orientação ao desenho da estratégia e cujos efeitos se conhecem mas sobre os quais se tem pouca capacidade de intervenção a dinâmica das Alterações Climáticas (aumento de temperatura, vagas de calor, etc.) a agravar os problemas com a disponibilidade de água para as "indústrias de regadio" e a trazer uma maior presença de insetos oriundos do Norte de África, com os riscos e efeitos inerentes.

Contudo, apesar de se reconhecer a importância associada aos efeitos potenciados pelas alterações climáticas através da estratégia Alentejo 2020, o POR Alentejo não concretiza uma resposta nesse sentido no que respeita à resiliência e adaptação às Alterações Climáticas pelo que se destaca o potencial do PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos neste sentido, cujas prioridades de intervenção são nomeadamente o desenvolvimento de sistemas de monitorização, previsão, alerta e resposta e para o aumento da resiliência dos territórios e do sistema nacional de proteção civil, o acompanhamento dos níveis de disponibilidade de água, incluindo no regadio eficiente enquanto instrumento de minimização das alterações climáticas, a gestão de riscos e seguros, a prevenção e combate aos incêndios florestais, bem como a proteção e reabilitação dos espaços e explorações florestais, a investigação em adaptação às alterações climáticas, a segurança do abastecimento de matérias-primas no sector industrial, os planos de atuação ao nível da monitorização de doenças transmitidas por água e insetos, alargamento de mecanismos de alerta e resposta rápida para espécies marinhas invasivas e nefastas, incluindo o apoio a iniciativas coletivas entre Estados Membros do Atlântico, aumento da capacidade de previsão meteorológica e a participação nacional em programas mundiais de meteorologia e clima (Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio).

Concluindo-se, assim, que a temática "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas" se constitui de carater fulcral para a sustentabilidade, pelo que será devidamente assegurada o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos mas que deverá ser tida em consideração de modo estratégico pelo POR Alentejo, de modo a contribuir para a sustentabilidade, enquanto elemento transversal às ações previstas no POR Alentejo e às quais os projetos serão candidatados.

Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto) bem como os documentos elaborados no âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT), no que respeita especificadamente à NUT III Lezíria do Tejo, e entendo em

consideração as características especificas do território, importa considerar os riscos de desertificação, de secas e cheias, as alterações ao ciclo hidrológico, o risco de incêndio e os risco sísmico e o risco associado ao transporte de materiais perigosos, com traduções territoriais e intensidades diferenciadas.

Aproximadamente 7% do território do PROT Alentejo apresenta suscetibilidade à desertificação, sendo que 60% se apresenta muito suscetível. Tal como o PROT Alentejo refere este fenómeno ocorre porque os ecossistemas do território alentejano são extremamente vulneráveis à sobre-exploração e utilização inapropriada do solo e da água e a desflorestação, o sobrepastoreio, a irrigação mal conduzida, as más práticas agrícolas, conjugados com condições climáticas adversas (associadas nomeadamente ao clima semiárido e sub-húmido seco e fenómenos associados às alterações climáticas), têm contribuído para o agravamento dos problemas de erosão, compactação e salinização dos solos, assim como para a degradação dos recursos hídricos, perda de biodiversidade, despovoamento e debilitação socioeconómica.

Quase todo o Alentejo é suscetível ou muito suscetível à desertificação (clima, solo, vegetação e uso do solo); cerca de três quartos (77 %) do território apresenta suscetibilidade à desertificação, sendo que 60 % é mesmo muito suscetível. A erosão, os incêndios florestais, o despovoamento, o agravamento dos efeitos das secas e a debilidade económica são expressões evidentes dos níveis de desertificação desta região.

Tal como é possível verificar na Carta associada ao Índice de Sensibilidade à Desertificação (obtida no âmbito do projeto DISMED (Desertification Information System for the Mediterranean), a Região do Alentejo apresenta 36,73% de área sensível à desertificação, 34,11% com sensibilidade média e 26,28% com baixa sensibilidade.

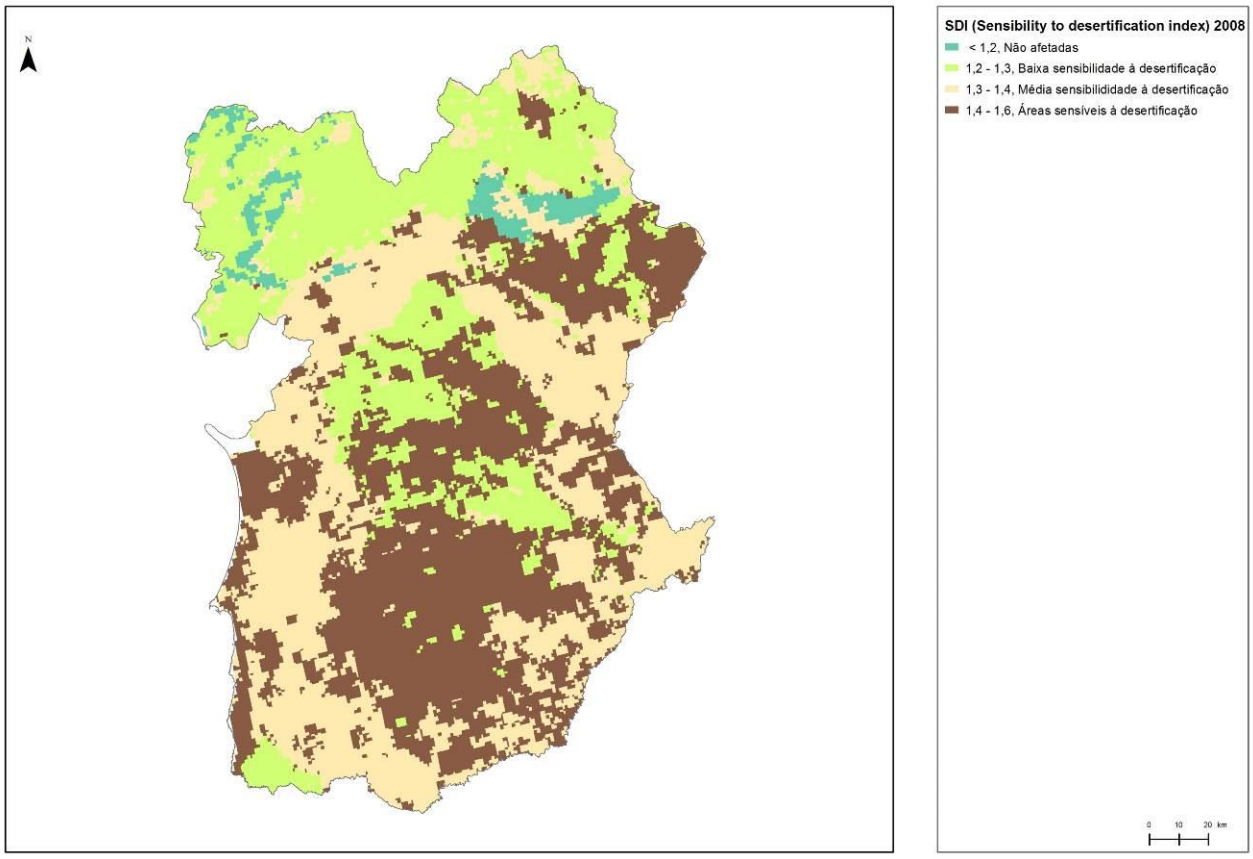


Figura 6.7.1 – Índice de Sensibilidade à Desertificação da Região do Alentejo (NUT II Alentejo e NUT III Lezíria do Tejo) (Agência Europeia do Ambiente, 2008)

O risco de inundação por cheias, comum às quatro bacias hidrográficas da Região do Alentejo (Tejo, Guadiana, Sado e Mira), deve-se a precipitações intensas concentradas em curtos espaços de tempo em que a rede hidrográfica se mostra incapaz de dar resposta. As áreas com maior risco de inundação registam-se na bacia do Sado, em Funcheira, Garvão e Carregueiro, na bacia do Guadiana, em Odeleite, Albernoa, Beliche, Azinhal, Sobral da Adiça, Quintos, Cabeça Gorda e Baleizão, e na bacia do Mira, em Santana da Serra, Santa Clara, Sabóia e Santa Clara-a-Velha. No que concerne à região da Lezíria do Tejo, verifica-se que existe o perigo de inundação, devido às cheias (progressivas) do Tejo e principais afluentes; a região possui a maior extensão de área inundável do país (Figura 6.7.2).

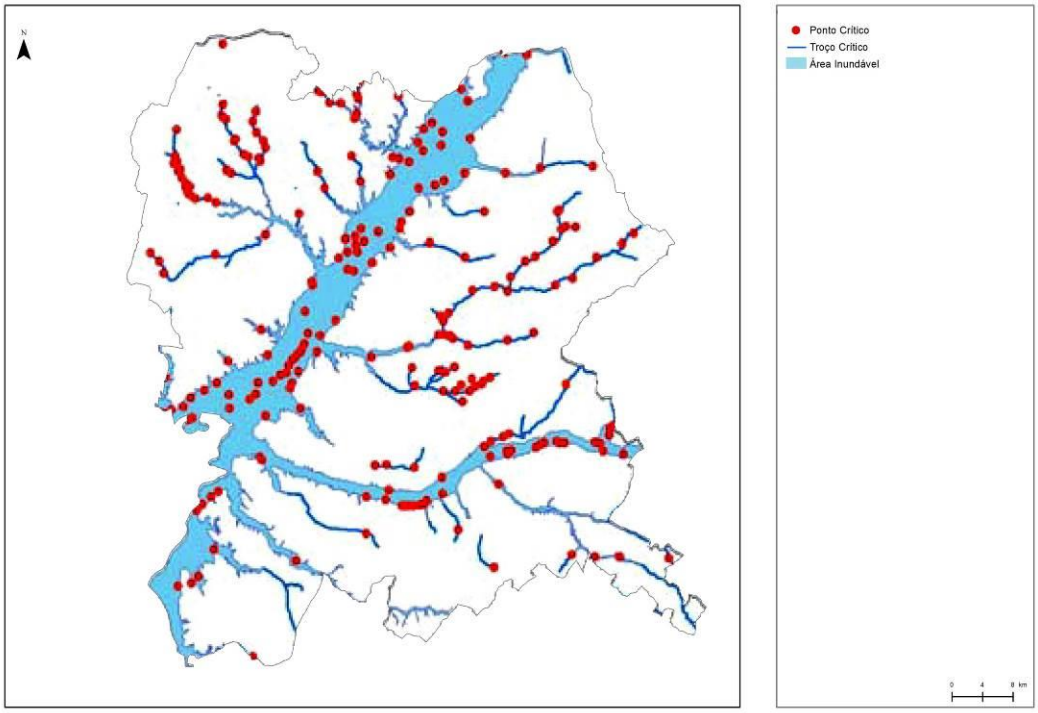


Figura 6.7.2 – Perigo de Cheia e de Inundação na região da Lezíria do Tejo (PROT OVT, 2008)

Relativamente aos períodos de seca recorrentes estão associados a vagas de calor e que têm vindo a aumentar o risco de incêndio. Constata-se a existência de risco de incêndio alto e muito alto no Norte Alentejano, designadamente nos concelhos de Gavião, Ponte de Sor, Alter do Chão, Crato, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa, e, mais a sul, no litoral, na serra do Cercal e nos concelhos que dão continuidade à serra Algarvia — Odemira, Ourique e Almodôvar. A região da Lezíria do Tejo apresenta classes de risco de incêndio muito baixo e baixo na região mais a sul, com intensificação para norte, apresentando classes de risco moderado, elevado e muito elevado.

As áreas identificadas com elevada perigosidade sísmica correspondem apenas a 7% da Região do PROT Alentejo e localizam-se sobretudo no litoral. Os concelhos mais ameaçados são Alcácer do Sal, Grândola e parte de Almodôvar, embora Santiago do Cacém, Sines e Odemira também possam ser parcialmente afetados. Relativamente à Lezíria do Tejo, verifica-se que as classes de perigosidade sísmica mais expressivas são de elevada e moderada.

Relativamente ao recuo da linha de costa, no sector Sado-Sines identificam-se duas áreas com “baixo risco de erosão”, na Praia Atlântica-Península de Tróia e outra localizada na zona central do troço em causa. O sector costeiro, compreendido entre Sines e Odeceixe, apresenta um “baixo risco de erosão”.

Do ponto de vista do risco tecnológico importa referir especificamente o concelho de Sines que apresenta mais perigos por concentrar um maior número de estabelecimentos industriais suscetíveis de provocar acidente. E mencionar ainda que a Região do Alentejo é atravessada por dois gasodutos

e por um oleoduto, bem como a região da Lezíria do Tejo. A passagem do Oleoduto que liga a Refinaria de Sines ao Parque de Aveiras de Cima, apresenta perigos como a libertação de gases inflamáveis e formação de misturas explosivas (gasolina, butano e propano), derrame de substâncias perigosas (combustíveis líquidos) (com possibilidade muito elevada de risco de contaminação na água e nos solos), incêndios, explosões; o gasoduto, fugas de gás e consequentemente com risco de asfixia provocada pelo gás na ausência de ignição, incêndio originado pela ignição do gás, elevados níveis de radiação térmica.

Importa ainda considerar os riscos associados ao transporte de mercadorias perigosas apesar de não ser possível determinar a sua circulação.

Tendo em conta o elevado grau de vulnerabilidade à contaminação de importantes reservas de água subterrânea, destacam os aquíferos localizados na Bacia Terciária do Tejo-Sado, o aquífero de Elvas -Vila Boim, o de Estremoz-Cano, o de Moura-Ficalho, o dos Gabros de Beja e o de Sines, os quais importa acautelar a sua preservação, evitando a infiltração de diversos tipos de substâncias poluentes. E, por fim, relativamente à Lezíria do Tejo e de acordo com a vulnerabilidade à contaminação dos aquíferos, a região apresente risco médio-elevado e muito elevado.

O PAR – Alentejo 2020 constitui um quadro de referência para o desenvolvimento regional da Região no horizonte 2020 e ser entendido com um quadro de referência para:

(i) a identificação de prioridades estratégicas de intervenção por parte dos atores regionais (públicos, associativos e privados);

(ii) a integração regionalmente estruturada de opções estratégicas de intervenção subregionais, a estruturar no âmbito dos respetivos instrumentos estratégicos de desenvolvimento e programação;

(iii) a coordenação regional das diferentes políticas públicas de natureza setorial, horizontal ou territorial; e

(iv) o acesso orientado a recursos de financiamento com origem nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

No âmbito das prioridades de intervenção, importa referir a prioridade “Qualificação do Território: Redes de Suporte e Novas Dinâmicas Territoriais” pois consideram de combinar um leque revelante de objetivos das políticas nomeadamente completar respostas às necessidades de qualificação dos sistemas e redes de suporte (e.g. ciclo urbano da água e gestão de recursos hídricos, prevenção de riscos e redes de saneamento), intervenções importantes para a melhoria da qualidade de vida e para atrair investimentos.

Assim, tendo em consideração que o POR Alentejo não concretiza a estratégia de desenvolvimento para o Alentejo no que diz respeito aos riscos naturais, tecnológicos e mistos, destaca-se o potencial do PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos neste âmbito, cujas prioridades de intervenção são nomeadamente: o desenvolvimento de sistemas de monitorização, previsão, alerta e resposta e para o aumento da resiliência dos territórios e do sistema nacional de proteção civil; o acompanhamento dos níveis de disponibilidade de água; a gestão de riscos e seguros; a prevenção e combate aos incêndios florestais, bem como a proteção e reabilitação dos espaços e explorações florestais, a segurança do abastecimento de matérias-primas no sector industrial; os planos de atuação ao nível da monitorização de doenças transmitidas por água e insetos; alargamento de mecanismos de alerta e resposta rápida para espécies marinhas invasivas e nefastas, incluindo o apoio a iniciativas coletivas entre Estados Membros do Atlântico; aumento da capacidade de previsão, meteorológica; e a participação nacional em programas mundiais de meteorologia e clima, bem como a recuperação dos passivos ambientais (Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio).

Concluindo-se, assim, que a temática “Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos” se constitui de carater fulcral para a sustentabilidade, nomeadamente para a Região do Alentejo (vertida na estratégia de desenvolvimento regional para o Alentejo), pelo que será devidamente assegurada o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos mas que deverá ser tida em consideração de modo

estratégico pelo POR Alentejo, de modo a contribuir para a sustentabilidade, enquanto elemento transversal às ações previstas no PO e às quais os projetos serão candidatados.

Relativamente aos indicadores (Quadro 6.7.2), não obstante a impossibilidade de obter essa informação, considera-se que a sua pertinência no contexto da análise da sustentabilidade do Programa Operacional justifica a sua integração no atual sistema de indicadores proposto para a fase de monitorização, garantindo assim a transversalidade dos parâmetros de avaliação do POR Alentejo, bem como assegurar a sua conformidade e articulação com o PO temático nesta matéria.

Por sua vez, o Quadro 6.7.3 apresenta uma análise da salvaguarda e do potencial de resposta do POR aos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças (análise SWOT) identificados no âmbito do PAR do Alentejo, no domínio da resiliência e adaptação às alterações climáticas, e que o POR tem âmbito de intervenção.

Quadro 6.7.2 – Síntese de resultados da situação atual da AI do POR Alentejo para o FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas	Projetos que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º e localização/área abrangida)	N.D.	N.A.	N.A.
	Projetos que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º e localização/área abrangida)	N.D.	N.A.	N.A.
Riscos naturais	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º e localização/área abrangida)	N.D.	N.A.	N.A.
Riscos Tecnológicos	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º e localização/área abrangida)	N.D.	N.A.	N.A.
	Projetos no âmbito da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais, incluindo áreas extrativas (n.º e localização/área abrangida)	N.D.	N.A.	N.A.
Riscos Mistos	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos mistos (n.º e localização/área abrangida)	N.D.	N.A.	N.A.

Legenda: N.D. – Não Disponível, N.A. – Não Aplicável.

Quadro 6.7.3 - Análise da evolução da situação SWOT com a concretização do POR Alentejo, para o FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
Pontos Fracos											
Fragilidade dos ecossistemas e sistemas agro-silvopastoris regionais de elevado valor natural, associados a fraca ou mesmo nula compensação pelas perdas de rendimento											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
e serviços ambientais nas áreas Rede Natura 2000 e sistemas de elevado valor natural.											adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.
Fraca articulação entre as atividades económicas locais e o território, ao nível da gestão sustentável dos recursos naturais.											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.
Fragilidade dos ecossistemas e sistemas agrosilvopastoris regionais de elevado valor natural, associada à baixa rentabilidade da exploração de caráter extensivo que os suporta.											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.
Agravamento da suscetibilidade à desertificação do território, proveniente da intensificação de fenómenos extremos, do despovoamento e da debilidade económica.											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais, como a desertificação e seca. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região.
Inexistência de um sistema integrado de informação e monitorização dos vários riscos que permita a abordagem de áreas críticas, o acompanhamento da sua dinâmica e o estabelecimento de bases de intervenção preventiva, flexível e reativa											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais bem como princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas e dos OT 9.7.1, 9.7.2, 9.8.1 e 10.5.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos tecnológicos.
Pontos Fortes											
Diversidade de recursos de Património natural, paisagístico e cultural e condições privilegiadas para atividades competitivas e de interesse estratégico, associadas ao sistema cultural mediterrânico e às atividades agrícola e agroindustrial, pecuária e florestal, geológica e mineira, turística e energética.											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.
Relevante património natural, paisagístico e cultural, assente na proteção e valorização ambiental, no combate ao											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1,

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
processo de desertificação e na valorização e preservação dos recursos históricos e culturais											6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural) no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos valores naturais.
Oportunidades											
Afirmação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), enquanto projeto multissectorial, capaz de impulsionar novas dinâmicas nas atividades agrícola e agroindustrial, energética e turística											O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região.
Sistema ambiental como componente relevante do modelo de desenvolvimento da Região e suporte de atividades e serviços relacionados com o turismo e a economia verde.											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais bem como princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural), no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos valores naturais.
Sistema ambiental enquanto componente determinante no modelo de desenvolvimento da Região (recursos hídricos, qualidade do ar, gestão dos resíduos, litoral, unidades de paisagem e estrutura regional de proteção e valorização ambiental)											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais bem como princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural) no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos valores naturais.
Existência de património biológico e paisagístico com diversidade e qualidade de recursos que proporcionam o desenvolvimento de atividades de Turismo ambiental ou ecológico com perspetivas de crescimento											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais bem como princípios e práticas de resiliência e adaptação às

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
elevado à escala global											alterações climáticas. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural) no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos valores naturais.
Fortalecimento de uma consciência de riscos e fomento de uma cultura preventiva por parte das organizações e das populações											A temática Riscos será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais, tecnológicos e mistos. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região, no entanto não é possível concluir quando ao potencial contributo no que respeita ao fortalecimento da consciência de riscos e fomento de uma cultura preventiva por parte das organizações e das populações.
Introdução de novas formas de gestão ambiental e dos recursos hídricos, em particular, nas atividades agrícolas											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.
Recuperação de áreas degradadas e restauro e reabilitação dos ecossistemas e dos padrões e processos ecológicos que sustentam a biodiversidade											A temática Riscos será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais, tecnológicos e mistos.
Utilização sustentável dos recursos (solo, água e energias), através de métodos de gestão mais eficientes, nomeadamente com a utilização de energias renováveis e estratégias alternativas de eficiência energética											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.
Ameaças											
Riscos naturais decorrentes de fenómenos extremos (secas e cheias) e alteração no ciclo hidrológico, com impactos na maior suscetibilidade à desertificação agravada pelas alterações climáticas											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região.
Prolongamento da degradação dos ecossistemas naturais e do seu potencial de conservação e											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1,

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo										Observações/Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	
aproveitamento económico, em resultado de fatores como a desflorestação e a utilização de práticas agrícolas não adequadas à preservação dos recursos (solo e água), conjugadas com condições climáticas crescentemente adversas.											6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural) no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos valores naturais.
Degradação ambiental (solo, água, biodiversidade e paisagem) nas áreas de clima semi-árido e sub-húmido seco, em resultado de fatores como a desflorestação, o sobre pastoreio, a irrigação mal conduzida e as más práticas agrícolas, conjugados com condições climáticas adversas											As temáticas Riscos e Alterações Climáticas será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural) no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos valores naturais.

Legenda:

- Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa
- Elementos insuficientes para avaliar
- Âmbito de PO Temático
- Não aplicável / sem relação

Objetivos Temáticos: OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

6.7.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM POR ALENTEJO

Neste ponto analisam-se as perspetivas de evolução da Região do Alentejo na ausência da implementação do POR Alentejo de modo a subsidiar os pontos seguintes, fornecendo um quadro de diagnóstico com base no qual se realizará a avaliação dos efeitos identificados.

Considerando a atual situação relativamente à internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, prevê-se que sem a implementação do POR Alentejo se mantenha uma tendência negativa no que respeita à não internalização das mesmas nos projetos apoiados, contribuindo assim potencialmente para a ocorrência e/ou agravamento dos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos.

Ao nível da resiliência e adaptação às alterações climáticas, prevê-se que sem a implementação do POR Alentejo se mantenha uma tendência ligeiramente negativa no que respeita à capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas da Região do Alentejo, uma vez que serão mantidas as condições para a concretização das ameaças identificadas nos elementos de caraterização e diagnóstico.

Em síntese, perspetiva-se que a evolução das componentes associadas aos riscos naturais, tecnológicos e mistos e resiliência e adaptação às Alterações Climáticas se apresente tendencialmente negativa.

6.7.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos estabelecidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que o POR Alentejo assenta num conjunto de opções estratégicas associadas ao cenário de desenvolvimento assumido para a região. Neste contexto, e dada a natureza do POR Alentejo, entendeu-se que, para analisar os efeitos das estratégias do Programa, consumadas nestes objetivos temáticos e objetivos específicos, devem ser tidos em consideração, em termos de análise pericial para fundamentação da sua avaliação, as ações que integram os objetivos específicos, pois são estas que concretizam os objetivos temáticos e permitem compreender que efeitos, de facto, terá o cumprimento dos respetivos objetivos.

Assim, a identificação e caracterização desses efeitos relativamente ao presente fator crítico para a decisão, possíveis de enunciar a partir da análise ao POR Alentejo, está patente no Quadro 6.7.4, para além da identificação dos efeitos positivos e negativos, tem ainda em conta a sua natureza (positivo, negativo), a ocorrência (curto, médio e longo prazo), o efeito (secundário, cumulativo e sinergético) e a duração (temporário ou permanente).

Quadro 6.7.4 – Avaliação estratégica de efeitos dos Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos relativamente ao FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"

Avaliação Estratégia de Efeitos "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
Eixo Prioritário 3 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação		
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação		
1.1.1 Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.1.2 Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.1.3 Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.2.1 Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.2.2 Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização)	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
1.2.3 Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo Prioritário 9 - Capacitação Institucional e Modernização Administrativa		
OT2. Melhorar o acesso às TIC bem com a sua utilização e qualidade		
2.3.1 Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

Avaliação Estratégia de Efeitos "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	N.A.	N.A.
2.3.2 Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo 1 – Competitividade e Internacionalização das PME		
OT3. Reforçar a competitividade das PME		
3.1.1 Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
3.2.1 Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
3.3.1 Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo 7 - Eficiência Energética e Mobilidade		
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores		
4.2.1 Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
4.3.1 Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
4.3.2 Aumentar a eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
4.5.1 Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético.	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo 8 - Ambiente e Sustentabilidade		
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos		
6.3.1 Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	- Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC, através das ações apoiadas, no âmbito do POR Alentejo, de valorização do património natural; - Oportunidade ao nível da conservação e restauro do património edificado, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio); - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais (nomeadamente risco de incêndio, desertificação, seca), através das ações apoiadas, no âmbito do POR Alentejo, de valorização do património natural.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	P / C	N.A.
6.4.1 Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos	- Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC, através das ações apoiadas, no âmbito do POR Alentejo, de recuperação estrutural e funcional de ecossistemas de áreas sensíveis e dar resposta às lacunas e necessidades de gestão e minimização das pressões e ameaças identificadas para os diferentes grupos de valores naturais; - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais (nomeadamente risco de incêndio, desertificação, seca), através das ações apoiadas, no âmbito do POR Alentejo, de recuperação estrutural e funcional de ecossistemas de áreas sensíveis e dar resposta às lacunas e necessidades de gestão e minimização das pressões e ameaças identificadas para os diferentes grupos de valores naturais.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	P / C	N.A.
6.5.1 Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	- Oportunidade ao nível da regeneração de áreas críticas, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio); - Oportunidade ao nível da reutilização/reurbanização de espaços industriais	Não identificados.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	desativados, com potencial redução/eliminação dos riscos tecnológicos; - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da regeneração de áreas críticas, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos (inclusivamente nas zonas litorais).	
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	P / C	N.A.
Eixo 4 - Acessibilidades para a Competitividade		
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas		
7.2.1 Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as RTE-Transportes, com vista à promoção a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens ao nível local e regional	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo 5 Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos		
OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		
8.1.1 Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e as outras entidades do sistema nacional de I&I	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.1.2 Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.1.3 Melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.3.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do empreendedorismo social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.5.1 Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e	Não identificados.	Não identificados.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.8.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e dinamizar o empreendedorismo social	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.9.1 Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)	- Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC, através das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo no que se refere ao aproveitamento do regadio de Alqueva; - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais (e.g. seca e desertificação) através das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo no que se refere ao aproveitamento do regadio de Alqueva, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	P / S	N.A.
Eixo 6 - Coesão Social e Inclusão		
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação		
9.1.1 Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.1.2 Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
9.6.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

Avaliação Estratégia de Efeitos "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	N.A.	N.A.
9.7.1 Requalificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes	- Oportunidade ao nível da requalificação de equipamentos, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio); - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da requalificação de equipamentos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	P / C	N.A.
9.7.2 Dotar os serviços e respostas sociais e de saúde de infraestruturas e equipamentos que facilitem o seu acesso e gestão promovendo a integração da rede de cuidados primários, hospitalares e continuados	- Oportunidade ao nível da qualificação de equipamentos e serviços de promoção de desenvolvimento social, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio); - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da qualificação de equipamentos e serviços de promoção de desenvolvimento social, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	P / C	N.A.
9.8.1 Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social	- Oportunidade ao nível da regeneração física de territórios urbanos e rurais desfavorecidos, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio); - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da regeneração física de territórios urbanos e rurais desfavorecidos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	P / C	N.A.
9.10.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
Eixo 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano		
OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida		
10.1.1 Melhorar o sucesso escolar no ensino básico	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito

Avaliação Estratégia de Efeitos "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
	N.A.	N.A.
10.1.2 Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.1.3 Melhorar a qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas específicas e medidas inovadoras, de âmbito regional, no âmbito da Prioridade de Investimento	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.1 Aumentar o número de diplomados do ensino superior, diferenciando os ciclos curto e de licenciatura	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.2.2 Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.4.1 Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.5.1 Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
10.5.2 Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho	- Oportunidade ao nível da melhoria das infraestruturas de ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio); - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da melhoria das infraestruturas de ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	P / C	N.A.

Avaliação Estratégia de Efeitos "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"		
Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos	**Efeitos Positivos**	**Efeitos Negativos**
Eixo Prioritário 9 - Capacitação Institucional e Modernização Administrativa		
OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública		
11.1.1 Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.
11.2.1 Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência/Duração/Efeito	Ocorrência/Duração/Efeito
	N.A.	N.A.

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P – Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinergético. N.A. – Não Aplicável.

Quadro 6.7.5 - Síntese das tendências de evolução dos indicadores definidos no âmbito do FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Tendências de Evolução		
		Situação Atual	Sem a Implementação do PO	Com a Implementação do PO
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas	Projetos que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos	N.D.	↘	↗
	Projetos que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas	N.D.	↘	↗
Riscos naturais	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais	N.D.	↘	↗
Riscos Tecnológicos	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos	N.D.	↘	↗↗
	Projetos no âmbito da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais, incluindo áreas extrativas	N.D.	↘	↗↗
Riscos Mistos	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos mistos	N.D.	↘	↗

Legenda: N.D. – Não disponível.

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	↘↘ Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	↘ Negativa Afastamento das orientações do QRE	⇨ Sem alteração significativa	↗ Positiva Aproximação às orientações do QRE	↗↗ Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.7.6 RECOMENDAÇÕES

Não obstante os efeitos positivos associados aos objetivos específicos definidos no âmbito do POR Alentejo, no que respeita aos riscos, dissonâncias e resiliência e adaptação às Alterações Climáticas, que se perspetiva que resultem dos projetos apoiados no âmbito das ações previstas pelo POR Alentejo, importa ainda que o POR assegure algumas recomendações, algumas das quais complementares ao próprio e que, como tal, devem ser tratadas no âmbito do quadro de governança definido (Capítulo 9), nomeadamente as definidas no Quadro 6.7.6.

No Quadro 6.7.6 são apresentadas as recomendações, fundamentando a sua pertinência face aos efeitos do Programa na área de intervenção, identificados e avaliados no âmbito de cada FCD, da AAE. Esta avaliação baseia-se na identificação do objetivo definido para o FCD em análise, ao qual a recomendação responde; o seu contributo, no sentido de perceber se a recomendação foi efetivamente definida no sentido de potenciar os efeitos positivos e/ou se surge como uma resposta aos efeitos negativos identificados; e ainda a que efeitos positivos e efeitos negativos respondem.

Quadro 6.7.6 – Avaliação das Recomendações no âmbito do FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos
Inclusão de critérios de seleção de candidaturas que permitam avaliar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo POR Alentejo, nomeadamente de regeneração física, requalificação de infraestruturas (ex: os projetos de construção que considerem práticas de construção sustentável com medidas ao nível da prevenção de riscos e/ou adaptação às Alterações Climáticas). **A temática dos riscos é do âmbito do PO da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo POR Alentejo contribuam para a prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, mistos e tecnológicos, pelo que a descrição do projeto que considere o contributo do mesmo para a prevenção e/ou minimização dos riscos deverá ser considerado um projeto com mérito ao nível da diferenciação (e.g. projetos que incluam análise de vulnerabilidades aos potenciais riscos da área de intervenção e atividades associadas).**	Gestão de riscos associados aos processos naturais, mistos e antropogénicos/tecnológicos; Redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais e com consequências sobre a Região do Alentejo Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	↗	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos ao nível da melhoria das infraestruturas, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais, mistos e tecnológicos ao nível da regeneração física de territórios urbanos e rurais desfavorecidos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos (incluindo zonas litorais); - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e mistos ao nível da recuperação dos passivos ambientais, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da recuperação e revitalização dos centros urbanos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. - Oportunidade ao nível da melhoria das infraestruturas de ensino secundário e ensino superior, e formação em geral com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio); - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.
Inclusão de orientações no sentido de incrementar o potencial de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas, nos projetos candidatados. A temática das alterações climáticas é do âmbito do PO da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo POR Alentejo contribuam para a resiliência e adaptação da Região às alterações climáticas. Assim, os projetos candidatos que demonstrem o contributo do mesmo para a resiliência e adaptação às alterações climáticas deverão ser considerados como projetos com mérito ao nível da diferenciação face a outro projeto que não o demonstre (e.g. projeto de construção de infraestruturas com plano análise de vulnerabilidade aos riscos naturais potenciados nomeadamente pelos fenómenos resultantes das alterações climáticas).	Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	↗	Efeitos Positivos: - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC, através das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo
Inclusão de critérios, nos processos de avaliação das candidaturas, relativos à viabilidade do projeto no sentido da salvaguarda de pessoas e bens face a uma potencial ocorrência de risco natural, risco misto e/ou risco tecnológico (e.g. "a pertinência e exequibilidade do projeto face à	Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos;	↗	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais, tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos
potencial ocorrência de risco natural/misto/tecnológico)" e "as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão do projeto"). Considera-se que a ponderação destes critérios contribuirá positivamente para minimizar/eliminar as situações de degradação patrimoniais existentes e identificadas na Região do Alentejo.			
Valorização de projetos de requalificação de edifícios, infraestruturas ou equipamentos existentes, em detrimento de novas construções (exceto se se considerar a nova construção como medida de prevenção de riscos e/ou resiliência adaptação às AC, tendo esta exceção de ser objeto de justificação fundamentada). A valorização pode realizar-se através da inclusão nos critérios de seleção de projetos apoiados de uma análise ao nível da génese da tipologia de projeto no que respeita à construção ou requalificação. Sempre que associado a um projeto de requalificação se encontrarem devidamente salvaguardados pessoas, bens e ecossistemas no projeto, deve considerar-se um projeto com mérito ao nível da diferenciação comparativamente com um projeto que opte pela construção. Associado a este critério deve definir-se uma exceção: deve considerar-se um projeto com mérito de diferenciação sempre que incida sobre a construção de um novo edifício, infraestrutura ou equipamento se se constituir como uma oportunidade ao nível da prevenção e/ou minimização dos riscos e/ou adaptação às alterações climáticas (e.g. edifício em zona de menor risco de movimentos de massa, infraestrutura de defesa costeira, etc.).	Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos; Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	↗	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade ao nível da redução/eliminação de riscos tecnológicos; - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.
Definição de mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo com o PO SEUR.	Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos; Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	↗	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais, mistos e tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.
Gestão eficaz e eficiente da informação de base dos quadros de apoios comunitários dos dois últimos períodos de programação (2000-2006 e 20074-2013), e em particular dos projetos apoiados no âmbito das ações do POR Alentejo, em vários domínios (âmbito, objetivos, indicadores, resultados, conclusões), para assegurar um adequado cruzamento de informação e análises que permitam	Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos; Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às	↗	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. - Oportunidade ao nível da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais (incluindo áreas extrativas), com potencial redução/eliminação dos riscos tecnológicos;

Recomendações	Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos
orientar o POR para a concretização dos seus principais objetivos e metas. Tendo em consideração que os Programas Operacionais, nomeadamente o POR Alentejo se constituem programas cujo âmbito implica um vasto leque de informação associada (quer ao nível de anteriores programas quadros, quer ao nível das ações apoiadas pelo presente programa), a homogeneização, articulação e partilha de dados deve ser gerida através de um repositório de informação capaz de assegurar a disponibilização de um conjunto de indicadores que traduzam de forma relevante (eficiente) as ações apoiadas pelo POR, objetivos, resultados esperados e alcançados, entre outras informações, homogeneizado com outros programas de financiamento, de modo a permitir a devida articulação entre programas e sempre que possível comparação, sem duplicação de informação e o acesso rápido e eficaz aos dados.	Alterações Climáticas.		- Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.

Legenda:

Contributo	↗ Potencia os efeitos positivos / oportunidades	➔ Responde ao efeitos negativos / ameaças

Importa referir que a proposta de recomendações pretende que os projetos apoiados no âmbito do POR Alentejo internalizem a questão dos riscos e das alterações climáticas, de modo a acautelar preventivamente potenciais ocorrências com efeitos sobre pessoas, bens e ecossistemas.

Contudo, estas temáticas devem assumir-se como prioritárias para a região e como tal devem ser alvo de foco detalhado, constituindo-se o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, de acordo com o Acordo de Parceria, um instrumento para “promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos” (um dos objetivos temáticos do PO referido) cuja primeira prioridade é o reforço das capacidades nacionais de adaptação às alterações climáticas, através da adoção e articulação de medidas transversais, setoriais e territoriais; e a segunda prioridade foca-se na promoção de investimentos que reforcem a resiliência nacional face a perturbações, crises, acidentes graves e catástrofes, prevendo-se três dimensões: i) proteger o litoral e as suas populações face a riscos, especialmente de erosão costeira; ii) reforçar o nível de conhecimento e planeamento sobre os riscos que afetam o território nacional e as capacidades em termos de sistemas de informação e monitorização; iii) reforçar a gestão face a outros riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas e investindo em infraestruturas e equipamentos de forma seletiva.

7. ELEMENTOS TRANSVERSAIS DE SUSTENTABILIDADE

Para além dos FCD assumidos na presente avaliação ambiental existem outros elementos considerados como componentes intrínsecas e fundamentais no domínio da sustentabilidade de um território, mas que se revestem de um carácter de transversalidade relativamente aos diversos FCD identificados como significativos e estratégicos. Deste modo, e com o propósito de dotar o processo de avaliação de uma maior adequabilidade e especificidade, assume-se como incontornável no contexto territorial, socioeconómico e ambiental da Região a abordagem transversal dos elementos associados à capacitação e à governação.

Neste contexto, esta análise diferenciada desses elementos (cujos dados de base resultam maioritariamente de indicadores presentes nos FCD anteriormente definidos) pretende constituir-se como um complemento em termos de análise mais descritiva e qualitativa, permitindo não só refletir de um modo direcionado a influência e efeitos que o PO terá ao nível da sustentabilidade, mas incidir diretamente em elementos que se consideram determinantes para o sucesso da sua implementação, cumprimento dos seus objetivos e sustentabilidade da Região, no sentido de validar a análise apresentada sobre as opções estratégicas assumidas ao longo do processo de planeamento.

Contudo, e considerando os cronogramas definidos para o desenvolvimento de diversas componentes do processo de programação, esta análise e realização de entrevistas e dinâmicas com as diversas entidades e partes interessadas que farão parte desta estrutura de governação do PO, para além da CCDR Alentejo, só ocorrerá numa fase posterior à do presente Relatório Ambiental. Assim, propõe-se que esta análise e avaliação seja desenvolvida em sede do primeiro relatório de monitorização da AAE (na fase de seguimento) após a realização dessas atividades e envolvimento com o restante Grupo de Acompanhamento, e outros agentes envolvidos e com intervenção. Deverá será desenvolvida uma análise das práticas de capacitação, governação e estruturação previstas para a implementação e operacionalização do POR Alentejo e o relacionamento das instituições (e interinstitucionais) e entidades com os agentes sociais e económicos. Deve ser também analisada a forma como é promovida e assegurada a articulação com as estratégicas e objetivos de capacitação e governação estabelecidas no âmbito dos PO temático relacionados e com os quais existirá maior coordenação, nomeadamente o PO SEUR.

Neste sentido, serão analisados, entre outros aspetos, a forma, articulação, capacitação e estrutura de operacionalização do POR e cadeias de programação e a sua capacidade para assegurar o cumprimento, eficiência e eficácia da sua própria operacionalização, em especial porque a ineficiente articulação entre os agentes envolvidos (diferentes entidades com diferentes escalas de intervenção e tutela no território abrangido) poderá constituir-se um entrave na adoção/definição de estratégias, dadas as diferentes pretensões que assumem para o mesmo território e incompatibilidades em termos de prioridades/objetivos.

8. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA AÇÃO

O estabelecimento do quadro de governança no âmbito da elaboração do POR Alentejo pretende identificar e articular os interesses, recursos e ações da responsabilidade de cada instituição interveniente na AAE e em todo o processo de implementação do Programa, constituindo um elemento promotor da sua eficiência e monitorização. No entanto, apesar de nesta fase do processo de programação não existir uma definição clara sobre a estrutura da governação do PO, a estrutura do Quadro de Governança para a Ação (QGA) deve estar plenamente integrada com a estrutura de governação que vier a ser definida para o PO (Comissão de Acompanhamento, Comissão Executiva, …).

Para além disso, e de acordo com os princípios da Comissão Europeia relativa à "Governança Europeia – Um Livro Branco" [COM (2001) 428 final – Jornal Oficial C 287 de 12.10.2001], a governança permite aproximar os cidadãos das instituições, salientando-se os cinco princípios cumulativos que estão na base de uma boa governança:

- Abertura: transparência e comunicação das decisões;
- Participação: envolvimento dos cidadãos na elaboração e aplicação das políticas;
- Responsabilização: clarificação do papel de cada interveniente no processo de decisão e a consequente aplicação das suas atribuições;
- Eficácia: decisões tomadas no momento e a um nível adequado;
- Coerência: articulação entre as diversas políticas praticadas.

É neste contexto que o presente capítulo pretende propor um quadro de governança, identificando as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades específicas, são suscetíveis de interessar os efeitos resultantes da aplicação do POR Alentejo e/ou têm participação direta ou indireta na operacionalização, monitorização e gestão das apostas estratégicas previstas no Programa Operacional (Quadro 8.1).

Quadro 8.1 - Quadro de Governança para a Ação no âmbito da AAE do POR Alentejo

Entidades	Competências das entidades
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo) – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC, I.P.)	▪ Autoridade de gestão.
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.)	▪ Autoridade de certificação, quando aplicável; ▪ Coordenação técnica dos fundos comunitários.
Inspeção Geral das Finanças (IGF)	▪ Autoridade de auditoria.
Agência Portuguesa de Ambiente (APA)	▪ Acompanhar a execução das políticas de ambiente; ▪ Prevenir e controlar da poluição; ▪ Prevenir os riscos associados a acidentes industriais graves; ▪ Elaborar e adotar quadros de referência para a gestão dos riscos tecnológicos nos instrumentos de gestão territorial; ▪ Desenvolver e acompanhar a execução das políticas de educação ambiental; ▪ Acompanhar a execução do POR Alentejo.

Entidades	Competências das entidades
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	▪ Gestão sustentável das espécies e habitats; ▪ Proteger e valorizar as zonas protegidas; ▪ Acompanhar a execução do POR Alentejo.
Direção Geral do Património Cultural (DGPC)	▪ Gestão, salvaguarda, conservação e valorização dos bens que integrem o património cultural; ▪ Acompanhar a execução do POR Alentejo.
Administração Pública (p.e. Direções Regionais ou equiparadas)	▪ Supervisionar os projetos aprovados no âmbito do POR Alentejo e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de qualificação e requalificação urbanística, energia e mobilidade sustentável; ▪ Operacionalizar candidaturas e projetos dentro do âmbito do POR Alentejo; ▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.
Administração Local (p.e. autarquias, associações de municípios, comunidades intermunicipais e empresas municipais	▪ Operacionalizar candidaturas e projetos dentro do âmbito do POR Alentejo; ▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.
Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)	▪ Supervisionar os projetos aprovados no âmbito do POR Alentejo e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de energia; ▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.
Direção Geral do Território (DGT)	▪ Acompanhar a execução das políticas de OT, com particular incidência na elaboração dos quadros de referência para a prevenção e redução de riscos, decorrentes do Plano Sectorial de prevenção e redução de Riscos (PSPRR).
EDIA	▪ Operacionalizar e/ou supervisionar projetos aprovados no âmbito do POR Alentejo e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de sustentabilidade e eficiência energética; ▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.
Agências Regionais de Energia	▪ Operacionalizar e/ou supervisionar projetos aprovados no âmbito do POR Alentejo e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de sustentabilidade e eficiência energética; ▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.
Empresas públicas ou privadas de transportes	▪ Supervisionar os projetos aprovados no âmbito do POR Alentejo e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de transportes públicos; ▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.

Por outro lado, no Quadro 8.2 são apresentadas as entidades responsáveis pela implementação, acompanhamento e monitorização das recomendações de cada FCD e indicada a respetiva fase para implementação / execução da recomendação.

Quadro 8.2 - Quadro de Governança para a Ação para concretização das recomendações da AAE do POR Alentejo

Recomendações	Fase da execução da recomendação	Entidade envolvida
Competitividade e Sistema Produtivo		
Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade ambientais, que privilegiem: - Projetos e/ou ações que contribuam para a valorização da diversidade interna regional, nomeadamente, o mosaico base da estratégia de desenvolvimento regional (Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo); - Projetos e/ou ações que incidam sobre o caráter ecoinovador das iniciativas e ações, no sentido do desenvolvimento sustentável, redução do impacte dos modos de produção no ambiente e utilização eficiente dos recursos naturais; - Projetos e/ou ações que integrem a ecoeficiência, através do uso de energias renováveis, da eficiência energética e uso eficiente dos recursos e melhores tecnologias disponíveis (MTD).	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa		
Inclusão de critérios que privilegiem a formação com inclusão de conhecimentos no domínio ambiental, como forma de combater o défice de formação nessa área, especialmente no Eixo 2, PI 10.1, PI 10.2, PI 10.4.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Inclusão de critérios que promovam o conhecimento dos empresários ao nível legal e regulamentar em matéria de ambiente, contribuindo deste modo para a eficácia integrada e sustentável da inovação das empresas, especialmente no Eixo 5, PI 8.5.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Energia		
Reformulação das ações previstas no sentido de definirem ações que criem mecanismos de incentivo à certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública.	Elaboração do POR	CCDR Alentejo
Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários e/ou nos procedimentos de avaliação, de critérios de elegibilidade ambientais, que salvaguardem aspetos e questões ambientais consideradas pertinentes, tais como: - Salvaguarda da sustentabilidade no uso de recursos naturais; - Aquisição de eco-eficiência no consumo de recursos energéticos ou materiais; - Redução das emissões de GEE; - Promoção de boas práticas ambientais através da realização de ações imateriais de formação e sensibilização; - Preferência por métodos de construção sustentável, ou implementação das melhores tecnologias disponíveis (MTD).	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Reformulação do conteúdo do POR Alentejo no sentido de se definirem tipologias de ação que incentivem à criação de mecanismos de promoção da certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da	Elaboração do POR	CCDR Alentejo

Recomendações	Fase da execução da recomendação	Entidade envolvida
administração pública.		
Focalização da dotação financeira disponível para a promoção de eficiência energética nos setores e tipologias de projeto com maior intensidade energética, com contributo significativo para as metas nacionais e comunitárias, e que proporcionem maior redução ou eficiência energética e carbónica, designadamente, o setor empresarial (indústria, comércio e serviços) e administração regional e local (edifícios administrativos, equipamentos coletivos, e habitação social).	Elaboração do POR	CCDR Alentejo
Contacto com indústrias e associações industriais de modo a obter contributos sobre procedimentos, medidas e ações a realizar para obter reduções no consumo energético e identificar custos envolvidos. Com base nessa consulta, o POR deverá direcionar os fundos de financiamento disponíveis para as tipologias de intervenção que demonstrem: a) maior potencial de contributo para a redução do consumo energético; b) maior viabilidade financeira na perspetiva de obtenção de mais ganhos energéticos com menor custo de investimento e; c) maior potencial de contributo para as metas nacionais e comunitárias nesta matéria.	Elaboração do POR	CCDR Alentejo
Definição de critérios de seleção de candidaturas que privilegiem e garantam: - A classificação das candidaturas que apresentem o objetivo de aquisição de eficiência energética mediante o grau de eficiência (redução) energética ou carbónica prevista, grau de cumprimento das metas setoriais e taxa de retorno do investimento; - A reconversão de iluminação pública em vias não rodoviárias e que apresentem capacidade de incutir reduções energéticas significativas, através da definição de critérios que classifiquem os projetos consoante o grau de intensidade de circulação (p.e. n.º pessoas que circulam pela via por dia), o grau de eficiência energética ou carbónica prevista, implementação de mecanismos inteligentes de gestão das luminárias, grau de cumprimento das metas setoriais, e taxa de retorno do investimento; - A implementação de medidas passivas que promovam a eficiência energética na habitação social em detrimento de soluções tecnológicas (medidas ativas), sendo preferencialmente efetuadas em edifícios alvo de intervenções de reabilitação e regeneração urbana.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Definição, em sede de regulamento, de condições e critérios de seleção de sustentabilidade económica, através do incentivo a ações de reconversão de iluminação pública realizadas de forma gradual e que apresentem análises custo / benefício. Recomenda-se que a classificação dos projetos/candidaturas seja baseada numa estratégia de apoio seletivo no sentido de apoiar os projetos com maior capacidade de eficiência energética, e que apresentem melhor capacidade de retorno do investimento e sustentabilidade financeira.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Definição de normativos, em sede de regulamento, que estipulem e garantam: - Avaliação do grau de concretização ou execução física das tipologias de projeto de natureza imaterial, tais como, Planos de Mobilidade, Auditorias ou Planos de Racionalização Energética, no sentido de garantir o seu contributo efetivo para o cumprimento dos objetivos e metas setoriais e conduzam a resultados visíveis dentro do período de vigência do Programa; - A elaboração, e apresentação com a candidatura, de estudo de viabilidade técnica e de análise custo-benefício, tendo em consideração diversos cenários de reconversão da iluminação pública. Pretende-se que estes permitam selecionar a melhor alternativa que assegure não apenas as necessidades de iluminação da área de intervenção, mas também a sustentação dos custos associados ao período de retorno do investimento, despesas de manutenção dos equipamentos, despesas com recursos humanos, de modo a assegurar a sustentabilidade económica e responsabilidade civil do projeto e do promotor.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Definição de um sistema de indicadores de monitorização pertinentes, mensuráveis e comparáveis com metas dos referenciais estratégicos, criar uma plataforma online de comunicação com promotores de projeto, e vinculá-los à obrigatoriedade de inserção e comunicação dos dados de base para aferição dos resultados dos indicadores. Definição de um sistema de indicadores que monitorize o desempenho e grau de aquisição de eficiência energética (redução do consumo de energia) em edifícios e infraestruturas, bem como indicadores que monitorizem o peso relativo dos modos de transporte utilizados nas deslocações pendulares e o acréscimo dos modos suaves e transportes públicos, alternativos ao transporte individual motorizado.	Implementação do POR (monitorização)	CCDR Alentejo
Qualificação Territorial e Identidade Regional		

Recomendações	Fase da execução da recomendação	Entidade envolvida
Inclusão de critérios de seleção de projetos que reforcem e balizem os moldes como se pretende incentivar projetos de reabilitação urbana, designadamente no parque edificado público e privado em núcleos históricos, bairros críticos, ou zonas degradadas, equipamentos coletivos e espaços públicos. Os critérios de seleção devem ser definidos com base em princípios de sustentabilidade ambiental e de respeito pela paisagem envolvente e traças originais ou típicas da Região (sempre que aplicável). Recomenda-se a definição de ações que incentivem a construção sustentável, designadamente através do financiamento de ações imateriais de formação avançada em técnicas de construção sustentável, boas práticas construtivas (p.e. reaproveitamento in loco dos materiais ou subprodutos), eco-eficiência, visando a sustentabilidade ambiental e a preservação dos valores naturais do território.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Reformulação / adaptação de tipologias de ações e/ou inclusão de critérios de seleção que assegurem a salvaguarda do estado dos recursos naturais endógenos suscetíveis de aproveitamento e exploração no âmbito dos projetos financiados pelo POR Alentejo, designadamente, os projetos previstos e enquadrados no objetivo específico "8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)", no sentido de salvaguardar o estado químico e ecológico das massas de água, visando o desenvolvimento das atividades económicas e a coesão social.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Recursos Naturais		
Definição de uma Estrutura Ecológica Regional que promova a conectividade entre as zonas naturais existentes de forma a minimizar os efeitos da fragmentação e melhorar a coerência ecológica.	Implementação do POR	CCDR Alentejo; APA; ICNF Municípios
Adoção e definição de critérios de avaliação e seleção de operações que promovam a aposta em infraestruturas verdes e a localização de novos espaços / estruturas deverá salvaguardar os elementos ambientais.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo; APA; ICNF
Criação de base de dados partilhados com os PO temáticos, permitam o cruzamento dos diversos critérios e a sua representação espacial, auxiliando a decisão.	Implementação do POR	CCDR Alentejo
As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Promover ações destinadas a mitigar as alterações que o EFMA provoca/provocará nos ecossistemas através da recuperação da vegetação, das áreas mais afetadas, com espécies autóctones e do restabelecimento das condições naturais de infiltração, descompactação e arejamento dos solos.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo; APA; ICNF
Inclusão de critérios que permitam valorizar ações que prevejam aplicação/implementação de boas práticas agrícolas e que permitam a redução do uso, ou o uso mais eficiente, de fitofármacos e adubos, prevenindo impactes negativos de maior efeito na flora e fauna, essencialmente na área do EFMA.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo; APA; ICNF
Inclusão de critérios de majoração das candidaturas que contribuam para resolução de problemas ambientais, fundamentalmente ao nível da qualidade das massas de água, na área de distribuição do saramugo (e outras espécies piscícolas com estatuto de conservação desfavorável).	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das	CCDR Alentejo; ICNF

Recomendações	Fase da execução da recomendação	Entidade envolvida
	candidaturas)	
Paisagem e Património		
Internalização de orientações para a afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis/alternativos, associadas a zonas degradadas /abandonas, focalizando pontos de revitalização e/ou renaturalização (ex: indústria extrativa). (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações).	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Inclusão de orientações para a promoção da recuperação paisagística da área do EFMA tendo em conta os elementos florísticos típicos da região e dos habitats presentes na zona afetada (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações).	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Elaboração de uma carta de património arqueológico intermunicipal, que auxiliará a aprovação de ações, através da definição de critérios de pertinência/necessidade de intervenção e/ou de estado de conhecimento/conservação.	Implementação do POR	CCDR Alentejo; DGPC; DRC Alentejo
Inclusão de critérios de majoração/avaliação das candidaturas que assegurem a execução de trabalhos de caraterização e de avaliação de impactes patrimoniais, tal como definido no âmbito dos “Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo; DGPC; DRC Alentejo
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos		
Inclusão de critérios de seleção de candidaturas que permitam avaliar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo POR Alentejo, nomeadamente de regeneração física, requalificação de infraestruturas (ex: os projetos de construção que considerem práticas de construção sustentável com medidas ao nível da prevenção de riscos e/ou adaptação às Alterações Climáticas).	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Inclusão de orientações no sentido de incrementar o potencial de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas, nos projetos candidatados. A temática das alterações climáticas é do âmbito do PO da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo POR Alentejo contribuam para a resiliência e adaptação da Região às alterações climáticas. Assim, os projetos candidatos que demonstrem o contributo do mesmo para a resiliência e adaptação às alterações climáticas deverão ser considerados como projetos com mérito ao nível da diferenciação face a outro projeto que não o demonstre (e.g. projeto de construção de infraestruturas com plano análise de vulnerabilidade aos riscos naturais potenciados nomeadamente pelos fenómenos resultantes das alterações climáticas).	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Inclusão de critérios, nos processos de avaliação das candidaturas, relativos à viabilidade do projeto no sentido da salvaguarda de pessoas e bens face a uma potencial ocorrência de risco natural, risco misto e/ou risco tecnológico (e.g. “a pertinência e exequibilidade do projeto face à potencial ocorrência de risco natural/misto/tecnológico)” e “as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão do projeto”). Considera-se que a ponderação destes critérios contribuirá positivamente para minimizar/eliminar as situações de degradação patrimoniais existentes e identificadas na Região do Alentejo.	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo
Valorização de projetos de requalificação de edifícios, infraestruturas ou equipamentos existentes, em detrimento de novas construções (exceto se se considerar a nova construção como medida de prevenção de riscos e/ou resiliência adaptação às AC, tendo esta exceção de ser objeto de justificação fundamentada). A valorização pode realizar-se através da inclusão nos critérios de seleção de projetos apoiados de uma análise ao nível da génese da tipologia de projeto no que respeita à construção ou requalificação. Sempre que associado a um projeto de requalificação se encontrarem devidamente salvaguardados pessoas, bens e ecossistemas no projeto, deve considerar-se um projeto com mérito ao nível da diferenciação comparativamente com um projeto que opte pela construção. Associado a este critério deve definir-se uma	Implementação do POR (elaboração do regulamento e dos critérios de elegibilidade e classificação das candidaturas)	CCDR Alentejo

Recomendações	Fase da execução da recomendação	Entidade envolvida
exceção: deve considerar-se um projeto com mérito de diferenciação sempre que incida sobre a construção de um novo edifício, infraestrutura ou equipamento se se constituir como uma oportunidade ao nível da prevenção e/ou minimização dos riscos e/ou adaptação às alterações climáticas (e.g. edifício em zona de menor risco de movimentos de massa, infraestrutura de defesa costeira, etc.).		
Definição de mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo com o PO SEUR.	Implementação do POR	CCDR Alentejo APA
Gestão eficaz e eficiente da informação de base dos quadros de apoios comunitários dos dois últimos períodos de programação (2000-2006 e 20074-2013), e em particular dos projetos apoiados no âmbito das ações do POR Alentejo, em vários domínios (âmbito, objetivos, indicadores, resultados, conclusões), para assegurar um adequado cruzamento de informação e análises que permitam orientar o POR para a concretização dos seus principais objetivos e metas. Tendo em consideração que os Programas Operacionais, nomeadamente o POR Alentejo se constituem programas cujo âmbito implica um vasto leque de informação associada (quer ao nível de anteriores programas quadros, quer ao nível das ações apoiadas pelo presente programa), a homogeneização, articulação e partilha de dados deve ser gerida através de um repositório de informação capaz de assegurar a disponibilização de um conjunto de indicadores que traduzam de forma relevante (eficiente) as ações apoiadas pelo POR, objetivos, resultados esperados e alcançados, entre outras informações, homogeneizado com outros programas de financiamento, de modo a permitir a devida articulação entre programas e sempre que possível comparação, sem duplicação de informação e o acesso rápido e eficaz aos dados.	Implementação do POR	CCDR Alentejo; APA

9. SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO

9.1. ENQUADRAMENTO

A Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento e do Conselho, de 27 de junho, reconhece a importância de garantir a gestão e monitorização dos efeitos ambientais da execução de Planos e Programas. Neste sentido, e de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, as entidades responsáveis pela elaboração de Planos e Programas devem avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, sendo ainda responsáveis pela divulgação dos resultados deste processo de controlo.

Estas medidas, integradas no que se optou por designar Fase de Seguimento, podem ser definidas como atividades de acompanhamento da evolução temporal, espacial e de magnitude de certos parâmetros, tendo em conta três princípios de atuação:

- Avaliar o grau de implementação das orientações definidas pelo Programa e identificar a sua eficácia e eficiência em termos de resultados de evolução territorial;
- Verificar a eficiência do Quadro de Governança e Governação previstos para o POR, contemplando a análise dos requisitos elencados no Capítulo 7;
- Identificar efeitos negativos que resultarem de eventuais insuficiências no prognóstico efetuado no Relatório Ambiental, sobretudo no que diz respeito à intensidade dos efeitos negativos identificados;
- Identificar os efeitos imprevistos resultantes da alteração de circunstâncias que tenham levado à invalidação total ou parcial de determinadas hipóteses colocadas em sede de avaliação ambiental;
- Desenvolver, ou rever, as diretrizes de seguimento (metodologia, gestão e monitorização), sempre que necessário.

Importa reconhecer que nem a Diretiva 2001/42/CE, nem a sua transposição pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, definem requisitos técnicos sobre os métodos a utilizar no controlo, devendo ser adotados aqueles que estão disponíveis e que se revelem mais adequados a cada caso. No entanto, fica claro que o controlo insere-se no contexto da avaliação ambiental, com carácter e pormenor das informações necessárias dependente daquele que é apresentado no próprio programa.

9.2. METODOLOGIA DE SEGUIMENTO

9.2.1 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Em termos de orientação metodológica, sugerem-se os seguintes passos para o desenvolvimento da estratégia de seguimento do processo de AAE:

Definição de âmbito	A determinação de âmbito pretende balizar e contextualizar o controlo que irá ser efetuado e que abrange essencialmente os efeitos significativos e considerados relevantes vertidos em indicadores de sustentabilidade inseridos no Relatório Ambiental, podendo concentrar-se noutros aspetos que entretanto se revelem pertinentes.

Identificação da informação necessária	Identificação e seleção das informações ambientais, referências bibliográficas e fontes de informação que são necessárias para calcular os indicadores de monitorização e controlar os efeitos ambientais relevantes (territoriais, de sustentabilidade e outros emanados das conclusões do RA). A definição de indicadores ajudará a estabelecer um quadro operacional para a tradução de dados ambientais em informação compreensível e manuseável.
Identificação das fontes de informação disponíveis	As fontes de informação serão de natureza diversa, podendo resultar diretamente da execução dos projetos definidos no POR Alentejo, ou de referências bibliográficas. No caso de serem identificadas lacunas de informação, poderá ser necessário alavancar um intercâmbio comunicativo com outras entidades envolvidas na gestão de informação relevante para a AAE, e identificadas neste capítulo.
Integração processual do controlo no sistema de planeamento	Sempre que possível, as medidas de controlo identificadas no âmbito da Fase de Seguimento devem fazer parte do sistema de planeamento da elaboração do Programa e da avaliação intercalar do mesmo. No caso do sistema de planeamento/gestão não contemplar uma revisão regular, será então necessário estabelecer o tempo e a frequência da avaliação do programa, à luz dos requisitos legais (por exemplo, a informação anual a submeter à APA). As avaliações intervalares habituais do POR deverão ter em conta o resultado da avaliação e controlo ambiental anual.
Definição de medidas de correção	Embora a legislação não estabeleça um regime obrigatório de implementação de medidas de correção, poderá ser útil determinar os critérios que acionam a ponderação de medidas de correção, podendo ser implementadas ao nível do planeamento ou mesmo ao nível da execução do POR Alentejo.

No caso específico do POR Alentejo, propõe-se que estes passos conduzam a uma abordagem objetiva de monitorização que se estruturam e articulam em dois níveis de atuação principais, nomeadamente:

- **Monitorização Regional**, ou seja, da evolução das variáveis de estado que caracterizam o território em análise;
- **Monitorização Estratégica**, mediante a avaliação ao grau de implementação das recomendações e da evolução dos efeitos positivos e negativos identificados no Relatório Ambiental.

Nas secções seguintes define-se o modelo conceptual associado a estes dois níveis de seguimento.

9.2.2 MONITORIZAÇÃO REGIONAL

O modelo de monitorização Regional estrutura-se num conjunto de indicadores que permitem avaliar a evolução das incidências territoriais associadas a cada um dos fatores críticos para a decisão. Estas incidências não dependem unicamente da implementação do Programa, sendo tipicamente influenciadas por forças motrizes externas à zona de intervenção.

Adicionalmente, destaca-se que o sistema de indicadores apresentados deve ser articulado o melhor possível com o próprio sistema de indicadores de monitorização do POR, assim que este esteja concluído. Nesta fase, diversos dos indicadores aqui apresentados são já comuns aos do próprio POR e outros do âmbito do PO SEUR (devidamente assinalados na legenda do Quadro 9.1.), pelo que não constituem uma duplicação de esforços ou recursos, sendo possível recolher a informação diretamente desses processos de monitorização.

Quadro 9.1 - Indicadores de monitorização ou seguimento para a AAE do POR Alentejo

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
Competitividade e Sistema Produtivo				
Intensidade turística	(Dormidas estabelecimentos hoteleiros/ (n.º hab*365 dias) *100)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE	N.A.
Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo (%) por tipo de inovação implementada.	[Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo/ Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação (tecnológica e não tecnológica]*100	Anual	INE	- Novos ou significativamente melhorados métodos de fabrico ou produção de produtos: 22,2%; - Novos ou significativamente melhorados métodos de logística, entrega ou distribuição dos fatores produtivos ou produtos finais: 16,6%; - Novas atividades de apoio aos processos da empresa ou significativamente melhorados: 23,2%.
Participação das atividades económicas na formação do VAB Regional, com especial foco para o setor do turismo, agricultura, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, silvicultura e montado (%).	Contabilização da percentagem de participação das atividades económicas no VAB Regional.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.A.
Empresas criadas em áreas de ecoinovaçao e valorização de uso de recursos naturais (n.º; %), com especial foco para os setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo e costeiro, silvicultura, montado (n.º).	Contabilização do número de empresas criadas que cumprem os critérios de elegibilidade associados à ecoinovação e valorização dos recursos naturais (p.e. setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo e costeiro, silvicultura, montado)	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Postos de trabalho criados em áreas de ecoinovação e valorização de uso de recursos naturais (n.º), com especial foco para os setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo e costeiro, silvicultura, montado (n.º).	Contabilização do número de postos de trabalho criados por empresas apoiadas, associados à ecoinovação e valorização dos recursos naturais (p.e. setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo e costeiro, silvicultura, montado)	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Ligações viárias, do tipo “last mile” construídas ou requalificadas (km).	Contabilização da extensão em quilómetros das ligações viárias do tipo “last mile” apoiadas pelo POR Alentejo, por tipologia de intervenção (construção e requalificação)	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa				
População apoiada em sede de incentivo à natalidade (n.º e %)*	Contabilização da população apoiada com vista ao incentivo à natalidade através da recolha e tratamento estatístico da seguinte informação: Número de pessoas abrangidas por projetos cujos objetivos sejam o incentivo à natalidade.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
Projetos apoiados com objetivo de fixação de população (n.º e abrangência)	Contabilização do número de projetos apoiados cujos objetivos sejam a fixação da população e respetiva área abrangente.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Alunos participantes em ações de formação na área do ambiente dirigidas a ativos empregados e a desempregados (n.º de formando e n.º de horas)	Contabilização do número de alunos e horas de formação na área do ambiente, cujo público-alvo seja a população em idade ativa (15-64 anos) empregada ou desempregada através da recolha e tratamento estatístico da seguinte informação: Número de formandos em idade ativa, empregados e/ou desempregados, que concluíram ações de formação cofinanciadas pelo POR Alentejo, relacionadas com o ambiente (Eixo 2); Total do número de horas frequentadas por formandos em idade ativa, empregados e/ou desempregados, que concluíram ações de formação cofinanciadas pelo POR Alentejo, relacionadas com o ambiente.	Anual	SI POR Alentejo	NA.
População que obtém uma qualificação superior nas instituições da Região do Alentejo na área da Proteção Ambiental (n.º e % sobre o total de diplomados) (n.º e % do total de diplomados na área de estudo)	Número de alunos que concluem uma licenciatura, mestrado, doutoramento ou pós doutoramento nas instituições de ensino superior localizadas na Região do Alentejo, na área da proteção do ambiente. Apesar de não existir uma meta específica para diplomados na área da Proteção Ambiental, este indicador deverá contribuir para as metas estabelecidas no referencial "Portugal 2020": redução para 10% da taxa de saúde precoce do sistema de ensino (15% em 2014) em 2020; e aumento para 40% de diplomados entre os 30 e os 34 anos em 2020 (30% em 2014).	Anual	CCDR Alentejo; INE	Proteção do Ambiente: 89 (6,6% do total de diplomados) Homens: 36 (7,6% do total de diplomados) Mulheres: 53 (6,1% do total de diplomados)
Equipamentos sociais e de saúde (Lares de dia, centros de convívio, lares de idosos, equipamentos de cuidados continuados, creches e infantários) construídos e/ou reabilitados e acréscimo no número de vagas (n.º)	Contabilização do número de equipamentos construídos e/ou intervencionados com apoio de fundos enquadrados no eixo 6, PI 9.7 e número de vagas criadas resultantes dessa intervenção, por tipologia de equipamento: creches, infantários, cuidados continuados, hospitais, lar de idosos, lar de dia e centro de convívio.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Iniciativas de apoio à inclusão ativa e social desenvolvidas (n.º e abrangência)*	Contabilização do número de pessoas abrangidas por iniciativas de apoio à inclusão social através da recolha e tratamento estatístico da seguinte informação: • População abrangida por apoios no âmbito do Eixo 6, PI 9.1; • Posto de trabalho criados, incluindo autoemprego (DLBC) no âmbito do Eixo 6, PI 9.6; • População abrangida por apoios no âmbito do Eixo 6, PI 9.8, cujos objetivos incidam sobre o envelhecimento ativo e a inclusão social. De acordo com o documento "Portugal 2020" as metas associadas a este indicador são: - Aumento da taxa de emprego para 75% na faixa etária dos 20-64 anos; - Redução do nível de pobreza em menos 200 000 pessoas em 2020 (menos 50 000 em 2014). Adicionalmente o POR propõe atingir até 2023: - 2402 participantes empregados seis	Anual	SI POR Alentejo	N.A.

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
	meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário.			
Energia				
Redução do consumo de energia nas empresas (% ; tep)*	Percentagem de redução do consumo anual de energia final conseguido no total de empresas sujeitas a medidas de eficiência energética no âmbito do POR Alentejo. Número de empresas com consumo de energia melhorado. *A meta associada a este indicador será de reduzir o consumo[9] energético nas empresas em 6% até 2016, conforme definido no PNAEE.* *Adicionalmente, o POR Alentejo propõe atingir até 2020:* *- 25 empresas com consumo de energia melhorado.*	Anual	SI POR Alentejo DGEG (PNAEE) INE	71.471 tep (2012)
Implementação de modos suaves (n.º projetos, km)	Número de projetos aprovados pelo POR Alentejo para capacitação infraestrutural de modos suaves de transporte e mobiliário urbano de apoio. Referenciar também quilómetros construídos (se aplicável) e montante investido.	Bienal	SI POR Alentejo CCDR Alentejo Câmaras Municipais	N.D.
Projetos de expansão da rede ou reforço da intermodalidade nos transportes públicos (n.º projetos, €)	Número de projetos aprovados pelo POR Alentejo para expansão das redes de transportes públicos e reforço da intermodalidade entre os diversos transportes públicos e entre estes e os modos suaves. Referenciar também quilómetros construídos (se aplicável) e montante investido.	Bienal	SI POR Alentejo CCDR Alentejo Câmaras Municipais	N.D.
Redução do consumo de combustíveis fósseis nos transportes públicos (t/ano ; %10)	Percentagem de toneladas reduzidas de combustíveis fósseis nos transportes públicos.	Anual	DGEG INE Câmaras Municipais	N.D.
Redução do consumo de energia na administração local (% ; MWh)*	Percentagem de redução do consumo anual de energia primária dos edifícios da administração pública (regional e local) alocados a medidas de eficiência energética no âmbito do POR Alentejo. *A meta associada a este indicador será de reduzir em 30% o consumo[11] de energia na administração regional e local até 2016, conforme definido no PNAEE.* *Adicionalmente, o POR Alentejo propõe atingir até 2023:* *- 7.298 MWh de consumo regional de energia;*	Anual	SI POR Alentejo DGEG (PNAEE) ADENE	29.084 MWh (2012)
Redução do consumo de energia na habitação (%)	Percentagem de redução do consumo anual de energia na habitação com medidas de eficiência energética atribuídas no âmbito do POR Alentejo. Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado. *A meta associada a este indicador será de reduzir o consumo de energia na habitação em 14% até 2016, conforme definido no PNAEE.*	Anual	SI POR Alentejo DGEG INE	N.D.

[9] *Segundo o POR Alentejo o consumo regional é de 71.471 tep.*
[10] *% de redução no consumo de combustíveis fósseis.*
[11] *Segundo o POR Alentejo o consumo regional é de 29.084 MWh.*

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
	Adicionalmente, o POR Alentejo propõe atingir até 2023: *- 3.503 agregados familiares com consumo energético melhorado.*			
Aumento da eficiência energética na habitação social (% de habitações sujeitas a beneficiações e certificação energética face ao total de habitações existentes)*	Percentagem do número de habitações sociais com consumo de energia melhorado face ao total de habitações sociais. Percentagem do número de habitações sociais com certificado energético emitido por classe energética face ao total de habitações sociais. *O POR Alentejo propõe atingir até 2023:* *- 77% dos fogos de habitação social com certificação energética.*	Anual	SI POR Alentejo DGEG (PNAEE) ADENE Câmaras Municipais	4.524 (2012)
Taxa de penetração de sistemas de contagem inteligentes (% de contadores inteligentes, no n.º total de contratos de fornecimento de energia)	Percentagem do número de contadores inteligentes implementados face ao total de contratos de fornecimento de energia.	Anual	DGEG INE	N.D.
Acréscimo de população servida por sistemas de gás natural (% habitantes servidos face ao total residente)	Percentagem do número de habitantes servidos por rede de gás natural face ao total de habitantes.	Bienal	DGEG	N.D.
Investimento financiado pelo PO em projetos de beneficiação energética de habitações (€/ano; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de eficiência energética no parque habitacional e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.A.
Investimento financiado pelo PO em projetos de beneficiação energética de edifícios da administração pública e iluminação pública (€/ano; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de eficiência energética em edifícios da administração pública regional ou local e projetos de beneficiação da rede de iluminação pública e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.A.
Investimento financiado pelo PO em projetos de beneficiação energética dos transportes públicos ou de promoção de modos suaves de transporte (€/ano; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de eficiência energética nos transportes públicos e implementação de modos suaves de transporte (ou equipamento de apoio) e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.A.
Investimento financiado pelo PO em projetos de beneficiação infraestrutural das ligações secundárias e terciárias à RTE-T (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de reforço da ligação da rede secundária e terciária à RTE-T e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.A.
Diminuição na emissão de gases de efeito de estufa (t-$CO2_e$; %)	Diminuição das emissões anuais de gases de efeito de estufa na Região relativamente ao montante estimado para 1990. *A meta associada a este indicador será de 20% até 2023, conforme definido no PO Alentejo ou até 2020 conforme definido pelo Pacote Clima-Energia, relativamente às emissões estimadas em 1990.*	Anual	▪ SI POR Centro ▪ APA ▪ INE	1.452.155 t-CO_2 (2012)
Qualificação Territorial e Identidade Regional				
Edifícios reabilitados (n.º ou % de edifícios reabilitados face aos edifícios degradados contabilizados)*	Percentagem do número de edifícios reabilitados face ao número de edifícios degradados.	Anual	SI POR Alentejo INE Câmaras Municipais	N.D.
Edifícios requalificados ou beneficiados, apoiados, que não contemplem ações/projetos que salvaguardem o enquadramento paisagístico ou arquitetónico (n.º; % relativa do n.º total de edifícios requalificados e apoiados)	Número ou percentagem de edifícios requalificados ou beneficiados e apoiados que não contemplem ações/projetos de salvaguarda do enquadramento paisagístico ou arquitetónico.	Anual	▪ SI POR Centro Câmaras Municipais	N.D.

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
Áreas de reabilitação urbana criadas ou intervencionadas (n.º ou % de área urbana reabilitada face à área urbana total degradada contabilizada)	Percentagem de área urbana degradada sujeita a reabilitação.	Anual	INE Câmaras Municipais	N.D.
Áreas críticas de reconversão urbanística (n.º ou % de área reconvertida face à área total degradada contabilizada)	Percentagem de áreas críticas sujeitas a reconversão urbanística.	Anual	Câmaras Municipais	N.D.
Áreas industriais degradadas sujeitas a recuperação (n.º ou % área intervencionada face à área total degradada)	Percentagem de área industrial degradada sujeita a recuperação ou reconversão.	Anual	APA Câmaras Municipais	N.D.
Espaços abertos criados ou reabilitados (n.º ou área total)*	Área de espaços abertos novos criados ou já existentes reabilitados.	Anual	SI POR Alentejo Câmaras Municipais	N.D.
Estado das massas de água (% em bom estado)	Percentagem de massas de água superficiais e subterrâneas em bom estado relativamente à totalidade de massas de água por tipologia. *A meta associada a este indicador será de atingir o bom estado em 100% das massas de água.*	Anual	EDIA APA CCDR Alentejo Câmaras Municipais Entidades gestoras	N.D.
Balanço entre volumes de água captado por setor consumptivos e disponibilidades efetivas de origem superficial e subterrânea[12] (hm^3/ano ; %)	Percentagem de volume de água consumido por tipo de uso face às disponibilidades hídricas efetivas em ano médio.	Anual	EDIA APA CCDR Alentejo Câmaras Municipais Entidades gestoras	N.D.
Ocorrência de situações pontuais de escassez de água (nº/ano)	Número de situações pontuais de escassez de água detetadas. *A meta associada a este indicador será de atingir total ausência de situações de escassez de água.*	Anual	EDIA APA CCDR Alentejo Câmaras Municipais Entidades gestoras	N.D.
Investimento financiado pelo PO reabilitação e reconversão de edifícios ou áreas degradadas (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de reabilitação e reconversão de edifícios ou áreas degradadas e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.D.
Investimento financiado pelo PO em recuperação ambiental de passivos ambientais e paisagem (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de recuperação ambiental de passivos ambientais e paisagem e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.D.
Investimento financiado pelo PO na qualificação de espaços abertos (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de qualificação de espaços abertos e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.D.
Recursos Naturais				
Área intervencionada face à área total classificada e/ou integrada na estrutura ecológica (ha; %)	Contabilização da área intervencionada em relação à área total classificada e/ou integrada na estrutura ecológica regional. Cálculos desenvolvidos através da diferença dos valores obtidos.	Bienal	SI POR Alentejo	N.A.
Densidade de espécies presentes com estatuto de proteção e melhoria do seu estado de conservação (nº/ha)	Número de indivíduos de cada espécie presente, por unidade de conservação, com estatuto de proteção ou melhoria do seu estado de conservação.	Bienal	ICNF	N.A.
Projetos com critérios de valoração dos serviços dos ecossistemas presentes (n.º,	Contabilização do número, área correspondente e/ou custo dos projetos	Anual	SI POR Alentejo;	N.A.

[12] *Em ano médio.*

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
ha, €)	aprovados com critérios de valoração dos serviços dos ecossistemas. Indicador a calcular pela entidade gestora do POR e ICNF.		ICNF	
Superfície dos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação, no âmbito da implementação do Quadro de Ações Prioritárias da RN2000 (ha) e outras áreas classificadas	Contabilização da área/superfície ocupada pelos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação, decorrentes da implementação do Quadro de Ações Prioritárias da RN2000. Indicador a calcular e a fornecer pela entidade com responsabilidade na matéria.	Bienal	ICNF	N.D.
Paisagem e Património				
Evolução do número de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados (n.º)*	Contabilização do número de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados.	Anual	SI POR Alentejo; DGPC	N.D.
Ações de animação, valorização e promoção dos elementos culturais existentes com elevado interesse turístico (n.º)	Contabilização do número de ações de animação, valorização e promoção dos elementos histórico-culturais com elevado interesse turístico.	Anual	SI POR Alentejo; DGPC	N.A.
Ações ou iniciativas das Industrias culturais ligadas à promoção, conservação e restauro do património presente/existente (n.º);	Contabilização do número de ações ou iniciativas das Industrias culturais ligadas à promoção do património presente/existente.	Anual	SI POR Alentejo; DGPC	N.A.
Alterações do índice de valor paisagístico, decorrentes das ações realizadas na área do EFMA (n.º; ha; % face ao total)	Identificação de alterações do índice de valor paisagístico(em número ou área), decorrentes das ações realizadas na área do EFMA, relativamente à área abrangida/delimitada por paisagens vulneráveis ou sensíveis.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos				
Projetos (n.º) que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos	Número de projetos e localização ou +área abrangida com incidência em proposta de medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos. A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Projetos (n.º) que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas	Número de projetos e localização ou área abrangida, que contemplem medidas de adaptação no que concerne especificamente à biodiversidade e aos ecossistemas, no sentido de perceber se os objetivos do POR Alentejo contribui para a adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas. A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Projetos (n.º) com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada às vulnerabilidades relacionadas com riscos naturais na análise territorial face às opções de cada projeto e não numa escala de identificação de situações de vulnerabilidade. A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais	Anual	SI POR Alentejo	N.A.

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
	estratégico Quadro de Ação de Hyogo.			
Projetos (n.º) com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada às vulnerabilidades relacionadas com riscos tecnológicos na análise territorial face às opções de cada projeto e não numa escala de identificação de situações de vulnerabilidade. A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Quadro de Ação de Hyogo.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Projetos (n.º) no âmbito da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais, incluindo áreas extrativas	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada à recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais, incluindo áreas extrativa. A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Quadro de Ação de Hyogo.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Projetos (n.º) com análise de vulnerabilidade aos riscos mistos	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada às vulnerabilidades relacionadas com riscos mistos na análise territorial face às opções de cada projeto e não numa escala de identificação de situações de vulnerabilidade. A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Quadro de Ação de Hyogo.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.

Legenda: *Indicadores provenientes das Cadeias de Programação do POR Alentejo, associados às Prioridades de Investimento definidas.
N.D. – Não Disponível – Dados não disponíveis para a situação de referência; N.A. – Não Aplicável, em casos em que os indicadores / informação de base só serão passíveis de recolha ou existirão com a implementação do POR e, como tal, não existe uma situação de referência prévia.

9.2.3 MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Esta componente da monitorização destina-se a acompanhar os resultados do Relatório Ambiental relativamente à avaliação estratégica desenvolvida, designadamente no que diz respeito aos efeitos ambientais e recomendações. Trata-se, pois, duma validação contínua do diagnóstico efetuado que, ao avaliar a implementação das recomendações sugeridas e respetivas mais-valias vertidas para a região (eficácia) permite também ter uma perceção da evolução dos efeitos. Será também desenvolvida uma monitorização para reavaliar os efeitos verificados e previstos.

Sem prejuízo da obrigatoriedade do reporte de monitorização mínima anual a proposta de periodicidade para esta análise de evolução deve ainda ser analisada em conjunto com as diversas entidades envolvidas na governação e governança do POR Alentejo (assim que estas forem definidas e consolidadas).

Assim, deverá ser definido um modelo de seguimento para a monitorização estratégica que comporte os vetores de avaliação exemplificados nos Quadros 9.2 e 9.3.

Quadro 9.2 - Evolução da intensidade dos efeitos previstos por fator crítico para a decisão

Fator Crítico para a Decisão	Efeitos	Evolução de Intensidade
Fator A	Efeito 1	---

Fator Crítico para a Decisão	Efeitos	Evolução de Intensidade
Fator B	Efeito 2	---
---	---	---

Nota: A "Evolução da Intensidade" é avaliada como "Crescente" (⮝) ou "Decrescente" (⮟) relativamente à avaliação transata (em que a 1.ª avaliação será comparativamente à análise efetuada no RA, e as seguintes relativamente ao relatório de monitorização do ano n-1). Tendo em consideração as características intrínsecas dos efeitos (positivos e negativos) identificados na análise de cada um dos Fatores Críticos para a Decisão, a sua avaliação deverá ser suportada por uma análise pericial e simultaneamente qualitativa ou quantitativa, com base na informação proveniente dos indicadores de monitorização. Por exemplo, a intensidade de um determinado efeito negativo poderá ser decrescente, caso os indicadores associados reflitam uma evolução positiva em termos de sustentabilidade, ou crescente caso se verifique a situação inversa.

Quadro 9.3 - Evolução da eficácia das recomendações previstas no Relatório Ambiental, por fator crítico para a decisão

Fator Crítico para a Decisão	Recomendação	Implementação	Evidências	Eficácia
Fator A	Recomendação 1	---		
Fator B	Recomendação 2	---		
---	---	---		

Nota: A "Implementação" da recomendação deverá ser avaliada de acordo com a seguinte escala de concretização: "0" se não foi ainda iniciado o processo de implementação da recomendação; "•" se já foi iniciado o processo de implementação, mas ainda se encontra numa fase inicial de concretização; "••" se se encontra a mais de metade do processo de total concretização; "•••" se a recomendação já foi totalmente implementada.

De seguida, e se já foi iniciado e/ou concluído o processo de implementação para uma determinada recomendação então deverá identificar-se o conjunto de "Evidências" que suportam esse diagnóstico, nomeadamente às ações desenvolvidas pelas entidades responsáveis, e identificadas no Quadro de Governança assumido, no sentido de responder às recomendações efetuadas pela AAE. Esta análise deverá ainda ser acompanhada por um descritivo qualitativo da importância das ações referidas.

Por último, da análise anterior dos parâmetros "Implementação" e "Evidências" para as recomendações previstas no RA, define-se a "Eficácia" de cada uma dessas recomendações, avaliada numa escala de: "Elevada" (Eficaz), "Moderada" (Moderadamente Eficaz), "Nula" (Não Eficaz), ou definida como "Não Implementada" (caso o nível de implementação seja 0%). A determinação de cada um desses níveis resultará de uma análise cruzada com o resultado da evolução dos efeitos (realizada à priori – Quadro 10.2.3) que originaram essa recomendação e uma análise pericial assente na investigação, recolha de informação pormenorizada e análise cruzada relativamente à causa-efeito da implementação da recomendação. Assim, caso a evolução da intensidade de um determinado efeito negativo (que gerou a proposta de uma determinada recomendação) se revele decrescente (isto é, o efeito negativo está a diminuir de intensidade), significa que, caso já tenha sido iniciada ou concluída a implementação da recomendação associada, esta recomendação estará balizada no intervalo de níveis de eficácia "elevada" ou "moderada". A distinção entre estes dois níveis deverá depois basear-se na análise pericial sobre a causa-efeito

Por fim, deverá realizar-se uma análise das práticas de capacitação, governação e estruturação previstas para a implementação e operacionalização do POR Alentejo e o relacionamento das instituições (e interinstitucionais) e entidades com os agentes sociais e económicos. Deve ser também analisada a forma como é promovida e assegurada a articulação com as estratégicas e objetivos de capacitação e governação estabelecidas com o PO SEUR. Para tal devem analisar-se, entre outros aspetos que posteriormente se considerem relevantes (após a consolidação dos quadros de governança e governação dos PO), a forma, articulação, capacitação e estrutura de operacionalização do POR e cadeias de programação e a sua capacidade para assegurar o cumprimento, eficiência e eficácia da sua própria operacionalização

Adicionalmente, associada à componente de monitorização estratégica, a AAE acompanhará igualmente os resultados da monitorização do próprio POR Alentejo, em particular ao nível dos indicadores de concretização, execução e resultados da implementação da estratégia do respetivo programa operacional.

9.3. IMPLEMENTAÇÃO DO SEGUIMENTO

A Fase de Seguimento inicia-se com a entrada em vigor do POR Alentejo e requer que a entidade gestora do POR adote as medidas necessárias no sentido de estruturar uma equipa de acompanhamento da AAE, que seja capaz de desenvolver as atividades de controlo previstas, designadamente o envio, tendo em atenção a periodicidade definida para cada indicador, dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

10. SUMÁRIO DA AAE

A AAE do POR Alentejo procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro dos objetivos temáticos onde se insere a área de intervenção e que respeitasse o contexto local da atuação do Programa.

É fundamental salvaguardar novamente que este Relatório Ambiental resultou da consulta pública e dos pareceres recebidos das Entidades com Responsabilidade Ambientais Especificas consultadas ao abrigo da legislação portuguesa, no quadro específico do processo de avaliação ambiental. Esta consulta pública foi realizada tendo por base a versão do Programa Operacional de abril de 2014, sendo que a versão final do Relatório Ambiental também se reporta a essa mesma versão, após essas consultas. Assim, considerando que foi entretanto produzida outra versão do POR, com base em alterações posteriores, registam-se algumas discrepâncias em relação à versão mais atual do POR, que foi alterada numa fase posterior a este Relatório. Essas alterações terão que ser vertidas em sede da Declaração Ambiental, que deve ser produzida com base na versão final do POR Alentejo que será aprovada.

Todo o processo de AAE foi estruturado com o intuito de fornecer um quadro de análise estratégica dos efeitos positivos/ oportunidades que podem ser valorizadas e dos efeitos negativos/ ameaças que será necessário acautelar com a implementação do POR Alentejo, de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e regional da área de intervenção.

Sumariamente, o processo concretizou-se através das seguintes etapas:

Fase 1 | Definição de Âmbito (Fase Anterior): Esta fase permitiu desenvolver um enquadramento do projeto que faculta à equipa da AAE os dados necessários para a definição de um conjunto de Fatores Críticos para a Decisão com base nos quais se processa a avaliação de efeitos propriamente dita (durante a Fase 2).

Desta análise integrada, articulada com a ponderação dos pareceres recebidos no seguimento da consulta do RDA a diversas entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) e a quem interessam, naturalmente, os efeitos ambientais da elaboração do POR Alentejo, em cumprimento da legislação, bem como com as questões estratégicas e ambientais identificadas como significativas na área de intervenção, resultou então a proposta do conjunto de Fatores Críticos para a Decisão relevantes, que permitiu estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica para as opções consideradas na proposta do POR Alentejo.

Fase 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos: Uma vez recebido o parecer das entidades consultadas, na fase de definição de âmbito, e ponderadas as respetivas recomendações, a Fase 2, cujo primeiro produto foi o Relatório Ambiental (RA) Preliminar, aprofunda o resultado da Fase 1, com um conjunto de análises sobre os FCD, relativamente a diversos parâmetros e aos respetivos efeitos (negativos - ameaças e positivos - oportunidades) resultantes da implementação do POR Alentejo, Nesta fase foram também apresentadas diversas recomendações da AAE ao POR, no sentido de minimizar efeitos negativos e potenciar positivos.

A versão preliminar do RA foi submetida à consulta das ERAE tal como previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, e à Consulta Pública. Como resultado desse período de consulta é apresentado nesta versão final do RA a Avaliação dos Contributos das Consultas com a identificação e respetiva ponderação das observações decorrentes, descrevendo a integração, ou não, de alterações na versão do RA Final (Anexo 13.1). De referir que a maioria dos contributos recebidos foram internalizados, sempre que adequado, outros encaminhados para a equipa do POR e outros foram considerados como não aplicáveis, sendo devidamente fundamentada essa opção.

Uma análise integrada dos efeitos positivos, negativos e recomendações associadas às apostas estratégicas do POR Alentejo demonstra um balanço tendencialmente positivo sobre os diversos fatores críticos para a decisão (FCD) alvos de avaliação, contudo é necessário salvaguardar uma série de considerações e recomendações no âmbito da versão final do POR que se considera que

consolidarão o Programa e reforçaram as questões associadas à salvaguarda da sustentabilidade e de uma estratégia integrada (nomeadamente com outros PO temáticos) para o desenvolvimento da Região e do País.

Uma análise integrada dos efeitos positivos, efeitos negativos e recomendações associadas às apostas estratégicas do POR Alentejo demonstra um balanço tendencialmente positivo sobre os diversos fatores críticos para a de alvos de avaliação, contudo é necessário salvaguardar uma série de considerações e recomendações no âmbito da sua versão final.

Neste contexto, e numa análise estruturada por Fator Crítico para a Decisão (FCD), apresentam-se resumidamente as principais considerações:

Competitividade e Sistema Produtivo

O POR Alentejo constitui uma oportunidade para promover o sistema de I&D, com especial foco para a ecoinovação e ecoeficiência, estimulando a transferência de tecnologia e conhecimento para as empresas, tendo em vista, o aumento da produtividade sustentável, a capacitação para os desafios económicos e ambientais, o aumento da competitividade e da capacidade de internacionalização das empresas.

A implementação do POR permitirá ainda desenvolver novas atividades económicas assentes na valorização dos recursos naturais endógenos, nomeadamente a produção de energia, biotecnologia, investigação e exploração de novas alternativas no domínio da agricultura, produção animal, silvicultura, montado/cortiça, agroalimentação, recursos minerais, mar, turismo da natureza, atividades de recreio e lazer, turismo costeiro e associado ao bem-estar.

Consiste também numa oportunidade para preservar e valorizar economicamente a identidade histórico-cultural, o património coletivo e social da Região, numa perspetiva de fortalecer o sentimento de pertença à comunidade e aos lugares, promover a coesão social e dinamizar outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração e os saberes tradicionais.

No que refere aos efeitos negativos ou ameaças, destaca-se a dificuldade em implementar tecnologias, processos e conhecimentos ecoinovadores e ecoeficientes, sobretudo nos setores de atividade tradicionais, associadas sobretudo à valorização dos recursos naturais, adequadas à preservação dos recursos naturais, conjugadas com os desafios ambientais que se colocam, nomeadamente a adaptação às alterações climáticas (sendo necessária a adequada articulação e no sentido de convergir para os objetivos de outros PO temáticos). Por outro lado, a dimensão das empresas, a escassez de mão-de-obra qualificada, associada à falta de capacidade da adaptação das empresas e ativos às mudanças e desafios económicos atuais, poderá constituir um entrave à concretização dos objetivos e ações definidas.

Neste sentido, é fundamental que os critérios estabelecidos privilegiem projetos e investimentos que promovam a valorização da diversidade interna da Região do Alentejo, através da internalização do mosaico base da estratégia de desenvolvimento regional (Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo) e tenham em conta o caráter ecoinovador das iniciativas, com especial destaque para o apoio de projetos e serviços ambientais diferenciadores, assentes em critérios de sustentabilidade, valorização dos recursos endógenos naturais e ação climática, ecoeficiência, do uso de energias renováveis, da eficiência energética, uso eficiente dos recursos e melhores técnicas disponíveis. Importa ainda salientar a necessidade de reforçar os mecanismos que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação, com o objetivo de promover a cooperação, as parcerias e a transferência de tecnologia e conhecimento.

Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa

A implementação do POR Alentejo contribui de forma positiva para o desenvolvimento social, capacitação humana e inclusão ativa através das prioridades de investimento de promoção do emprego, nas ações de inclusão social e combate à pobreza e discriminação e no investimento no ensino, competências e aprendizagem ao longo da vida. Além disso, o reforço da investigação,

desenvolvimento tecnológico e inovação bem como a competitividade das PME fomentam a melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que promovem o emprego e a capacidade de resolver problemas ambientais.

No entanto, e apesar de não serem identificados efeitos negativos, é necessário que o POR reforce a importância da formação ambiental com vista a um desenvolvimento económico e social sustentável, e que fomente, sobretudo, a qualidade de vida da população.

Energia

No que refere à eficiência energética e mobilidade sustentável, verificou-se que o POR Alentejo apresenta apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva e capaz de proporcionar uma efetiva beneficiação infraestrutural e energética do parque edificado público e privado, demonstrando capacidade para proporcionar uma redução efetiva do consumo energético associado ao setor produtivo, institucional e doméstico. A proposta do POR pretende assegurar esses objetivos através da aprovação de projetos e ações que perspetivem potenciar uma diminuição do grau de dependência de combustíveis fósseis por parte das atividades económicas, setor habitacional e dos transportes públicos, bem como a promoção de ações que favorecem a implantação de soluções de mobilidade sustentável, nomeadamente, a implementação de modos suaves na área de intervenção (demonstrando-se assim concordância estratégica com os referenciais e metas nacionais e comunitários associadas a estas matérias).

Constata-se, porém, a necessidade de explicitação ou clarificação de ações de promoção e desenvolvimento dos modos de transporte público e articulação com modos suaves de deslocação, visando o incremento da sua utilização. Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados no âmbito deste FCD são claramente positivos, pelo que se prevê uma beneficiação ambiental significativa no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro, apesar de não terem sido devidamente identificadas tipologias de ação para cada objetivo estratégico e critérios de seleção para as candidaturas. A incorporação desta informação beneficiaria a avaliação de efeitos ambientais, permitindo uma avaliação mais pormenorizada, e reforçaria o papel do POR Alentejo como um instrumento de salvaguarda e respeito pelos valores naturais, condições ambientais e responsabilidade social.

Qualificação Territorial e Identidade Regional

A proposta do POR Alentejo apresenta apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva capaz de proporcionar uma efetiva recuperação infraestrutural do parque edificado, das condições de habitabilidade e conforto, bem como a reconversão e beneficiação paisagística dos espaços públicos, e a dotação de mobiliário urbano, demostrando alguma discriminação positiva ou dotações financeiras específicas destinadas às zonas descentralizadas (p.e. zonas rurais), aglomerados desfavorecidos, zonas abandonadas ou degradadas, e áreas sujeitas a passivos ambientais.

Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados são positivos. Não obstante, verificam-se algumas potenciais ameaças ambientais associadas à qualificação territorial prevista no âmbito do desenvolvimento do EFMA, e à ausência de critérios de seleção definidos, podendo acarretar efeitos negativos para o estado das massas de água e outros recursos endógenos. Tal poderá suceder caso a gestão das pressões consumptivas e riscos de poluição ou contaminação associados às atividades que usufruem deste recurso natural não sejam as mais corretas para a manutenção da sua sustentabilidade e qualidade ambiental.

Recursos naturais

A gestão e valorização dos recursos naturais presentes constituem-se fundamentais na persecução de uma estratégia de desenvolvimento territorial e económica sustentável. Assim, de uma forma em geral, considera-se que a implementação do POR proporcionará um contributo positivo sobre os valores naturais presentes, particularmente, no que se refere à utilização dos recursos naturais endógenos, contribuindo inclusivamente para a sua valorização. Apesar disso importa salvaguardar a ameaça potencial que o desenvolvimento das atividades económicas promove, essencialmente no

que se refere à gestão e consumo desses recursos naturais e na alteração/destruição dos ecossistemas presentes, onde assume especial relevância o EFMA.

Neste sentido, a as recomendações apresentadas pela AAE no âmbito deste FCD surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR). Neste âmbito será fundamental o mecanismo de governação e articulação com a execução e gestão entre estes dois PO, de modo a que as operações apoiadas no POR Alentejo contribuam e se relevem em conformidade com os objetivos do PO SEUR.

Paisagem e Património

Considera-se que os valores paisagísticos presentes na área de intervenção resultam da paisagem característica do território (natural e humanizada), da riqueza patrimonial arquitetónica e arqueológica e da harmonia entre estes elementos que compõem também essa paisagem. Perspetiva-se assim que a implementação do presente POR proporcionará um estímulo positivo sobre o património cultural e natural presente, na utilização dos recursos naturais e na preservação dos ecossistemas, contribuindo inclusivamente para a sua valorização. Ainda assim, considera-se fundamental assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente, bem como estimular a integração e associação deste património às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa, etc.). Para além disso, salienta-se que o EFMA promoverá o aumento de um número considerável de atividades turísticas, que devem aproveitar e integrar os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente, mitigando assim as alterações/modificações provocadas nos ecossistemas presentes e consequentemente na paisagem.

Não obstante, importa considerar as recomendações definidas no âmbito deste FCD e que pretendem contribuir para potenciar as oportunidades identificadas e dar resposta às ameaças.

Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos

Considera-se pertinente referir que as temáticas, operações e intervenções diretamente associadas aos Riscos e Alterações Climáticas são abrangidas no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) (de acordo com o que foi definido no Acordo de Parceria). No entanto, são temáticas transversais e cujos princípios de salvaguarda e atuação devem ser garantidas e integradas nas estratégias e orientações das intervenção ou operações no âmbito, objetivos e princípios dos restantes PO, como o POR Alentejo, no sentido deste promover e contribuir para a prevenção e minimização de riscos e para as questões de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas. Assim, foi integrada na AAE a avaliação a um FCD “Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos”.

Neste sentido, e apesar do âmbito das ações previstas na estratégia do POR Alentejo não contemplar uma abordagem direta ao nível do nível dos riscos e da resiliência e adaptação às alterações climáticas, perspetiva-se uma evolução positiva neste domínio, nomeadamente com a integração das recomendações da AAE efetuadas no âmbito deste FCD principalmente associadas à internalização de princípios de prevenção e/ou eliminação de riscos e de princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.

Importa destacar ainda a necessidade de definir mecanismos de governação que permitam uma articulação entre o POR Alentejo e o PO SEUR, de modo a que as intervenções e operações apoiadas no âmbito do POR se constituam oportunidades complementares

Nas secções seguintes apresentam-se as principais conclusões da análise por Fator Crítico para a Decisão, ao nível do cenário global dos efeitos das estratégias do plano, dos efeitos positivos e efeitos negativos, bem como das respetivas recomendações.

10.1. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS EFEITOS ESTRATÉGICOS

De acordo com o estabelecido na alínea e) do ponto 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, apresentam-se de seguida " Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação" do POR Alentejo. Assim, o Quadro 10.1 consiste numa tabela de dupla entrada, em que no eixo horizontal são considerados os objetivos temáticos do POR Alentejo e no eixo vertical são considerados os critérios e respetivos indicadores analisados anteriormente referentes aos diversos FCD sintetizando, deste modo, os efeitos das estratégias do programa sobre os pontos estratégicos definidos para cada FCD.

Quadro 10.1 - Síntese de efeitos significativos dos Eixos Prioritários, por FCD

Efeitos do POR Alentejo sobre os indicadores												
FCD	**Critérios de Avaliação**	**Indicadores de caracterização**	**OT1**	**OT2**	**OT3**	**OT4**	**OT6**	**OT7**	**OT8**	**OT9**	**OT10**	**OT11**
Competitividade e Sistema Produtivo	**Sistema de I&D&I**	Proporção do investimento em I&D do setor privado na Região do Alentejo	++	0	++	++	0	0	++	0	0	0
		Proporção da despesa em I&D no PIB da Região do Alentejo	++	0	0	0	0	0	++	0	0	0
		Evolução da posição da Região do Alentejo no "Regional Innovation Scoreboard" em Portugal e na U.E.	++	0	0	0	0	0		0	0	0
		Pedidos de registo de invenções na Região do Alentejo	++	0	++	0	0	0		0	0	0
	Produtividade, diferenciação e internacionalização	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo	++	0	++	++	0	0	++	0	0	0
		Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de produto, processo ou atividades de inovação abandonadas que atribuíram grau de importância alta a fatores que dificultaram a inovação	++	0	++	++	0	0	++	0	0	0
		Volume de negócios resultante da venda de produtos novos (€) das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço	++	0	++	0	0	0	++	0	0	0
		Nascimento de empresas por setor de atividade, com especial foco para as empresas em setores de alta e média alta tecnologia	+	0	++	++	0	0	++	0	0	0
		Proporção de exportações de bens de alta tecnologia	+	0	++	++	0	0	+	0	0	0
		Vendas de produtos e ativos biológicos nas empresas	0	0	++		++	0	+	0	0	0
Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	**População**	Taxa de variação da população residente	+	0	+	0	0	0	++	++	++	0
		População residente em áreas rurais e em áreas urbanas	+	0	+	0	0	0	++	++	++	0
	Capacitação e qualificação do capital humano	População residente por nível de escolaridade	0	0	0	0	0	0	++	0	++	0
		Taxa de abandono escolar	0	0	0	0	0	0	++	0	++	0

Efeitos do POR Alentejo sobre os indicadores												
FCD	**Critérios de Avaliação**	**Indicadores de caracterização**	**OT1**	**OT2**	**OT3**	**OT4**	**OT6**	**OT7**	**OT8**	**OT9**	**OT10**	**OT11**
	Inovação e inclusão social	População que obtém uma qualificação superior nas instituições da Região Alentejo, inclusive mestrados e doutoramentos	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**+**	**0**	**++**	**0**
	Emprego	Beneficiário RSI	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**++**	**++**	**++**	**0**
		Taxa de risco pobreza	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**++**	**++**	**++**	**0**
		Taxa de emprego, por idade, sexo e nível de ensino	**+**	**0**	**+**	**0**	**0**	**0**	**++**	**+**	**++**	**0**
		Taxa de desemprego	**+**	**0**	**+**	**0**	**0**	**0**	**++**	**+**	**++**	**0**
Energia	**Recursos Energéticos**	Produção de energia elétrica por tipo de fonte	0	0	0	0/+	0	0	0/+	0	0	0
		Evolução da potência instalada de produção de energia renovável por tipo	0	0	0	0/+	0	0	0/+	0	0	0
		Evolução do consumo de combustíveis fósseis por atividade económica	0	0	0	++	0/+	0/+	0	0	0	0
	Eficiência Energética	Evolução do consumo de energia elétrica por setor de consumo	0	0	0	++	0/+	0	0	0/+	0/+	0
		Certificados energéticos emitidos	0	0	0	0/+	0/+	0	0	0/+	0/+	0
		Redução do consumo energético na administração e iluminação pública	0	0	0	++	0/+	0	0	0/+	0/+	0
		Evolução da potência instalada de microprodução de energia em edifícios	0	0	0	++	0/+	0	0	0/+	0/+	0
	Mobilidade Urbana Sustentável	Evolução do consumo de fontes de energia alternativas em transportes públicos	0	0	0	++	0/+	0/+	0	0	0	0
		Implementação de modos suaves e expansão dos transportes públicos	0	0	0	++	0/+	0/+	0	0	0	0
Qualificação Territorial e Identidade Regional	**Qualificação do Edificado e Identidade**	Edifícios por estado de conservação e necessidade de reparação	0	0	0	++	++	0	0	++	0	0/+
		Equipamentos, edifícios ou habitações degradadas (ou abandonados)	0	0	0	++	++	0	0	++	0	0/+
		Áreas industriais degradadas (ou abandonadas)	0	0	0	++	++	0	0	++	0	0/+
		Espaços abertos degradados (ou abandonados)	0	0	0	++	++	0	0	++	0	0/+
	Requalificação ambiental	Evolução da superfície total coberta por regadio	0	0	0/+	++	++	0	++	0/+	0	0/+
		Implementação de projetos inovadores para uso eficiente dos recursos e saneamento ambiental	+	0	+	++	++	0/+	++	0	++	0/+
Recursos Naturais	**Solo**	Ocupação dos solos, por classes de uso	**0**	**0**	**0**	**0**	**+**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
		Áreas de RAN e REN	**0**	**0**	**0**	**0**	**+**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
		Extensão das áreas suscetíveis à desertificação, desde 2004	**+**	**0**	**+**	**+**	**++**	**0**	**0**	**0**	**+**	**0**
		Estrutura ecológica regional	**0**	**0**	**0**	**0**	**++**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Efeitos do POR Alentejo sobre os indicadores												
FCD	**Critérios de Avaliação**	**Indicadores de caracterização**	**OT1**	**OT2**	**OT3**	**OT4**	**OT6**	**OT7**	**OT8**	**OT9**	**OT10**	**OT11**
	Recursos geológicos	Áreas de exploração e volumes extraídos de massas minerais metálicas e não-metálicas, desde 2004	+	0	+	+	+/-	0	+	0	0	0
		Áreas de exploração licenciadas relativamente ao total, desde 2004	+	0	+	+	+/-	0	+	0	0	0
	Recursos Hídricos	Estado das massas de águas de superfície e subterrâneas (de acordo com a Lei da Água) (Excelente, Bom, Razoável, Medíocre e Mau)	+	0	+/-	0	++	0	0	0	+	0
		Consumo de água pelos sistemas de rega, relativamente ao consumo total da região, desde 2004	+/0	0	+	0	+/--	0	0	0	0	0
		Massas de água artificializadas que contemplam caudais ecológicos e passagens para peixes, relativamente ao total	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0
		Zonas costeiras alvo medidas de requalificação e/ou valorização ambiental, desde 2004	+	0	+	0	++	0	0	0	0	0
		Qualidade das águas balneares	+	0	+/-	0	++	0	0	0	0	0
	Biodiversidade e ecossistemas	Áreas florestais, por tipologia de utilização	+	0	++/-	0	++	0	0	0	0	0
		Áreas Protegidas e Classificadas	++	0	+	0	++	0	+/0	+/0	0	0
		Reservas cinegéticas existentes	++	0	+	0	++	0	+/0	+/0	0	0
		Espécies presentes (com estatuto de proteção e invasoras)	++	0	+	0	++	0	+/0	+/0	0	0
		Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	++	0	0	0	++	0	0	0	0	0
		Ações de sensibilização, requalificação e/ou valorização nas áreas protegidas e classificadas, desde 2004	++	0	0	0	++	0	0	0	0	0
		Publicações científicas produzidas, relativas às temáticas da biodiversidade e ecossistemas presentes, desde 2004	++	0	0	0	++	0	0	0	0	0
Paisagem e Património	**Paisagem**	Unidades de paisagem	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0
		Paisagens vulneráveis ou sensíveis	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0
		Estruturas, centros ambientais e percursos pedestres com interesse paisagístico	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0
		Miradouros e pontos de interesse paisagístico	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0

Efeitos do POR Alentejo sobre os indicadores												
FCD	**Critérios de Avaliação**	**Indicadores de caracterização**	**OT1**	**OT2**	**OT3**	**OT4**	**OT6**	**OT7**	**OT8**	**OT9**	**OT10**	**OT11**
	Património	Património cultural histórico, arquitetónico e arqueológico classificado	+	0	0	0	++	0	0	0	0	0
		Ações/Operações que promovam a preservação, valorização e reabilitação física do património cultural e natural	0	0	+	0	++	0	0	0	0	0
		Visitantes contabilizados nos sítios e atrações culturais ou naturais, desde 2004	0	0	+	0	++	0	0	0	0	0
		Projetos de dinamização e programação do património cultural e natural apoiados, relativamente ao total, desde 2004	0	0	+	0	++	0	0	0	0	0
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos	**Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas**	Projetos que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos	0	0	0	0	+	0	+	0	0	0
		Projetos que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas	0	0	0	0	++	0	+	0	0	0
	Riscos naturais	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais	0	0	0	0	+	0	++	+	+	0
	Riscos Tecnológicos	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos	0	0	0	0	0	0	0	+	+	0
		Projetos no âmbito da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais, incluindo áreas extrativas	0	0	0	0	0	0	0	+	+	0
	Riscos Mistos	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos mistos	0	0	0	0	0	0	0	+	+	0

Legenda: Objetivos Temáticos: OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

++	Criação de novas e significativas oportunidades de desenvolvimento na área de intervenção; benefícios elevados em termos de proteção dos recursos e valores locais; contribuição muito positiva para o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.
+	Vantagens, oportunidades e benefícios de importância relevante; contribuição positiva para o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.
0	Sem efeitos positivos ou negativos; não contribui, mas também não conflitua com os objetivos e/ou metas estratégicas.
-	Existência de ameaças ou lacunas que exigem a aplicação de medidas mitigadoras; conflitua com o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.
- -	Existência de ameaças ou lacunas que provocam efeitos negativos graves e/ou irreversíveis sobre os fatores críticos para a decisão, e que exigem a aplicação de medidas mitigadoras ou alterações; conflitua significativamente com o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.

10.2. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS EFEITOS POSITIVOS E EFEITOS NEGATIVOS

Da avaliação dos efeitos dos objetivos temáticos do POR Alentejo resultou a identificação dos seguintes efeitos positivos e efeitos negativos mais significativos (Quadro 10.2).

Quadro 10.2 - Síntese dos principais efeitos positivos e negativos, por fator critico para a decisão

FCD	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Competitividade e Sistema Produtivo	**Efeitos Positivos**: Identificam-se oportunidades para promover o sistema de I&D, com especial foco para a ecoinovação e ecoeficiência, estimulando a transferência de tecnologia conhecimentos e processos para o tecido empresarial, tendo em vista, a produtividade sustentável das empresas, a capacitação para os desafios económicos e ambientais, bem como contribuir para o aumento da competitividade e da capacidade de internacionalização das empresas. A implementação do PO permitirá ainda desenvolver novas atividades económicas assentes na valorização dos recursos naturais endógenos, nomeadamente a produção de energia, biotecnologia, investigação e exploração de novas alternativas no domínio da agricultura, produção animal, silvicultura, montado/cortiça, agroalimentação, recursos minerais, pesca, turismo da natureza, atividades de recreio e lazer, turismo costeiro e associado ao bem-estar; Consiste também numa oportunidade para preservar e valorizar economicamente a identidade histórico-cultural, o património coletivo e social da Região, numa perspetiva de fortalecer o sentimento de pertença à comunidade e aos lugares, promover a coesão social e dinamizar outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração e os saberes tradicionais. **Efeitos Negativos**: Não identificados
Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	**Efeitos Positivos:** O reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação bem como a competitividade das PME fomentam a melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que promovem o emprego e a capacidade de resolver problemas ambientais. No entanto, os efeitos mais significativos sobre o presente FCD far-se-ão sentir nas prioridades de investimento de promoção do emprego e apoio à mobilidade laboral, nas ações de inclusão social e combate à pobreza e discriminação e no investimento no ensino, competências e aprendizagem ao longo da vida. Deste modo, esperam-se efeitos positivos sobre a diminuição do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social, o aumento da qualificação da população e a redução da taxa de abandono escolar. A forte aposta na educação e formação constitui igualmente uma oportunidade para reforçar a formação e sensibilização ambiental, quer seja da população em geral, quer seja de empresários e ativos empregados. Este é um fator crucial para a mudança de comportamentos ambientalmente sustentáveis, e consequentemente, para a melhoria da qualidade de vida da população. Por outro lado, a aposta na inclusão social e no emprego promovem igualmente condições para a fixação da população em áreas de baixa densidade. **Efeitos Negativos** Não identificados.

FCD	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Energia	**Efeitos Positivos:** - Da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos por parte das indústrias e empresas de comércio e serviços, no caso da elegibilidade de financiamento para aquisição de equipamentos de combustão, de climatização, isolamento e iluminação mais eficientes, bem como a aquisição de tecnologias de produção de energia a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética, projetos de cogeração industrial ou para aquecimento do edificado, ou implementação de Planos de Racionalização Energética, Sistemas de Eficiência Energética e realização das respetivas auditorias. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. Permitirão também dissociar a produtividade de fenómenos poluentes e consumo/depleção de materiais fósseis, permitindo a recolha de créditos ambientais (p.e. emissão de GEE) que permitirão o reforço da competitividade, imagem, e responsabilidade civil das empresas. - Da redução e racionalização do consumo de energia e recursos energéticos nos edifícios públicos e equipamentos coletivos intervencionados, em caso de elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de microgeração de energia, sistemas eco-eficientes de iluminação, auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem poupanças energéticas nos edifícios públicos. Estas ações poderão permitir a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. - Da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. - Da redução no consumo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte, promovendo assim a sustentabilidade dos recursos energéticos naturais, contribuindo para a independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorias da qualidade do ar ambiente, ruído, com consequências positivas para a saúde e qualidade de vida em termos genéricos. - Da promoção da prática de atividades eco-eficientes, mobilidade sustentável, e a adoção de medidas e boas práticas consentâneas com a preservação da sustentabilidade dos recursos naturais e energéticos, redução no consumo de combustíveis fósseis, contribuindo assim de forma indireta para a redução do consumo de energia e independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorando a qualidade do ar ambiente, ruído, e incentivando a prática de desporto e atividades de lazer que trazem consequências positivas para a saúde humana e qualidade de vida em termos gerais. - Com a esperada redução no consumo relativo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte em virtude do descongestionamento de tráfego e redução dos tempos de deslocação. - Da produção de energia renovável, mediante o aproveitamento do potencial hidroelétrico do EFMA. A produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas de energia, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética face ao exterior, e redução de emissões GEE. **Efeitos Negativos:** - Risco de aumento absoluto de consumo de combustíveis fósseis num cenário de crescimento económico sem a devida implementação de soluções de energia alternativa nos transportes, devido ao subsequente crescimento da frota de transportes a circular na Região e intensidade de tráfego. - Risco de pressões e conflitos entre usos com repercussões negativas para o estado das massas de água e ecossistemas dependentes.

FCD	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Qualificação Territorial e Identidade Regional	**Efeitos Positivos:** - O aproveitamento e valorização dos recursos endógenos de natureza material e imaterial com vista à aquisição de novas formas de produção (inovação), transferência de conhecimento científico e desenvolvimento empresarial e da competitividade. Irá também proporcionar um reforço da capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território. - Capacitação e desempenho das funções e competências das instituições de administração e serviços públicos, estimulando a capacidade produtiva e desenvolvimento de todos os agentes económicos. - O aumento da eficiência energética irá favorecer a redução da dependência energética face ao exterior, permitindo adquirir independência económica, libertando fundos para o investimento em infraestruturas, equipamentos ou recursos humanos e assim reforçar a competitividade e promoção da qualificação regional. - Qualificação do território mediante a implementação de equipamentos e infraestruturas que promovam uma redução das emissões GEE e redução da dependência energética face ao exterior, permitindo o desenvolvimento, diversificação e adoção das melhores tecnologias disponíveis pelos meios de transporte, melhoria da qualidade do serviço, e benefícios para a qualidade do ar, ruído, e paisagem. - Qualificação dos espaços e rede de equipamentos históricos e culturais inseridos no território, permitindo assim a preservação, restauro ou requalificação dos valores e bens patrimoniais, a manutenção da identidade regional, a promoção turística de território com elevado valor cultural e a qualificação e diversificação da oferta turística na Região. - O ordenamento e gestão das áreas classificadas e respetiva requalificação dos espaços e valores naturais inseridos no território irão proporcionar vantagens para a preservação e valorização destes territórios, potenciando a diversificação da oferta turística na Região. - Requalificação ambiental, paisagística e regeneração urbana baseada em modelos sustentáveis de desenvolvimento, através de ações de recuperação, expansão e valorização de estruturas ecológicas urbanas, a reconversão de espaços industriais abandonados e requalificação de equipamentos e mobiliário urbano, perspetivam benefícios ambientais para a qualidade do ar, ruído, e paisagem, e qualidade de vida em termos gerais. - Descongestionamento e fruição de tráfego e aquisição de fatores para uma economia competitiva e descarbonizada. Perspetivam-se também o reforço da integração e intermodalidade entre os vários meios de transporte público, melhoria da qualidade do serviço, diversificação e reforço da proximidade dos serviços de transporte à população e agentes económicos. Preveem-se também benefícios para a qualidade do ar, redução das emissões GEE, e ruído. - A concretização do EFMA, permitirá que sejam desenvolvidas práticas de agricultura sustentável, aliada a uma gestão integrada e eficiente dos diferentes recursos (água, solo e energia), combate à desertificação, bem como permitirá o reforço da coesão social do território rural, contribuindo de modo decisivo, para inverter a tendência de despovoamento, e potenciar o desenvolvimento económico, contribuindo, assim, para a criação de riqueza e emprego com uma sustentabilidade alicerçada no desenvolvimento dos recursos endógenos da região. - Utilização racional e mais eficiente dos equipamentos coletivos, bem como melhorias infraestruturais e na qualidade do serviço prestado. - Qualificação dos edifícios e espaços públicos, dos equipamentos coletivos e mobiliário urbano, uma maior facilidade no acesso a serviços de proximidade, benefícios ambientais (p.e. qualidade do ar, ruído), paisagísticos, e regeneração de espaços naturais ou verdes urbanos, que irão potenciar a melhoria do bem-estar, conforto, prática de desporto e atividades lúdicas, promovendo assim uma melhoria significativa da qualidade de vida nestas zonas desfavorecidas. - Reforço das capacidades de prestação do serviço público, cooperação institucional das entidades públicas, intermunicipalismo e capacitação pública para o apoio à dinamização económica. Preveem-se efeitos positivos para a capacidade de cooperação inter-regional e de trabalho em rede, e perspetivas do reforço da capacidade produtiva e qualificação generalizada do território. **Efeitos Negativos:** Relativamente aos efeitos negativos, foi identificado o potencial negativo associado ao risco de uso intensivo de recursos hídricos, ocorrência de situações de conflito ou escassez de água, bem como situações de contaminação ou degradação do estado das massas de água, bem como ocorrência de focos de poluição difusa de poluentes ou fertilizantes em resultado da prática intensiva de agricultura ou desrespeito pelas boas práticas agrícolas. Estes riscos poderão trazer efeitos negativos para a paisagem, qualidade de vida das populações e atividades económicas dependentes direta ou indiretamente das massas de água (p.e. atividades turísticas).

FCD	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Recursos Naturais	**Efeitos Positivos** Espera-se a melhoria ao nível do conhecimento dos valores naturais presentes com repercussões positivas na gestão sustentável dos recursos naturais (como melhoria e uso sustentado dos recursos hídricos, valorização e utilização sustentada da floresta, etc). Desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização dos recursos naturais endógenos. Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património natural existente. Estimular a sua integração com as atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa). Promoção de práticas agrícolas sustentáveis, aliada a uma gestão integrada e eficiente dos diferentes recursos (água, solo e energia), que promova a coesão social do território rural. Potenciar atividades económicas relacionadas com a exploração dos recursos endógenos, com especial destaque para a atividade cinegética e piscícola. A dinamização da atividade económica do EFMA, potenciará a multifuncionalidade do espaço rural, alicerçada ao desenvolvimento dos recursos endógenos da região. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Permitirá gerar efeitos positivos sobre os recursos naturais, e em especial sobre a biodiversidade, através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos e desertificação dos solos. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor. Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um contínuo ecológico em todo o território. Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações naturais. E, promover ações de educação e sensibilização ambiental junto dos principais intervenientes. **Efeitos Negativos** - A potencial ineficiente articulação entre os agentes envolvidos, dadas as incompatibilidades em termos de prioridades/objetivos, considerando que a delimitação / definição um continuo ecológico requer o envolvimento dos municípios e implementação integrada dos projetos, poderá afetar negativamente a concretização deste Objetivo Específico. - As alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes, dada a extensão da área alagada, verificando-se perdas significativas de alguns serviços.
Paisagem e Património	**Efeitos Positivos** No que respeitam os efeitos positivos e oportunidades identificadas, são de referir: - A melhoria do nível do conhecimento e promoção e divulgação dos valores patrimoniais existentes. - Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente. Reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados por eles, contribuindo para a melhoria significativa da paisagem. - Estimular a sua integração e associação às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa, etc). - Potenciar atividades económicas relacionadas com a exploração dos recursos endógenos, com especial destaque para a atividade cinegética e piscícola. - Dinamização de parcerias inovadoras para desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização do património natural e cultural presente. - A dinamização da atividade económica do EFMA, potenciará a multifuncionalidade do espaço rural, alicerçada ao desenvolvimento dos recursos endógenos da região - Criação ou integração de trilhos e pontos de apreciação da paisagem associados ao património natural e cultural presente. - Promoção do conhecimento e comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais. **Efeitos Negativos** Identificou-se como efeitos negativo significativo o potencial das alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes promoverem a alteração/modificação da paisagem.

FCD	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos	**Efeitos Positivos** - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da melhoria das infraestruturas, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da regeneração física de territórios urbanos e rurais desfavorecidos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos (incluindo zonas litorais); - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da recuperação dos passivos ambientais, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da recuperação e revitalização dos centros urbanos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. - Oportunidade ao nível da melhoria das infraestruturas de formação, ensino superior e ensino secundário, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio); - Oportunidade ao nível da regeneração física de territórios urbanos e rurais desfavorecidos, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio); - Oportunidade ao nível da recuperação e revitalização dos centros urbanos, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio). - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC, através dos projetos aprovados, no âmbito ações do POR Alentejo. - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC. **Efeitos Negativos** Não identificados

10.3. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Apresentam-se de seguida as principais recomendações identificadas para cada um dos FCD (Quadro 10.3).

Quadro 10.3 - Síntese das principais recomendações por fator critico para a decisão

FCD	Recomendações
Competitividade e Sistema Produtivo	Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade ambientais, que privilegiem: - Projetos e/ou ações que contribuam para a valorização da diversidade interna regional, nomeadamente, o mosaico base da estratégia de desenvolvimento regional (Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo); - Projetos e/ou ações que incidam sobre o caráter ecoinovador das iniciativas e ações, no sentido do desenvolvimento sustentável, redução do impacte dos modos de produção no ambiente e utilização eficiente dos recursos naturais; - Projetos e/ou ações que integrem a ecoeficiência, através do uso de energias renováveis, da eficiência energética e uso eficiente dos recursos e melhores tecnologias disponíveis (MTD). Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação
Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	Inclusão de critérios que privilegiem a formação com inclusão de conhecimentos no domínio ambiental, como forma de combater o défice de formação nessa área, especialmente no Eixo 2, PI 10.1, PI 10.2, PI 10.4. Inclusão de critérios que promovam o conhecimento dos empresários ao nível legal e regulamentar em matéria de ambiente, contribuindo deste modo para a eficácia integrada e sustentável da inovação das empresas, especialmente no Eixo 5, PI 8.5.
Energia	Reformulação das ações previstas no sentido de definirem ações que criem mecanismos de incentivo à

FCD	Recomendações
	certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública. Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários e/ou nos procedimentos de avaliação, de critérios de elegibilidade ambientais, que salvaguardem aspetos e questões ambientais consideradas pertinentes, tais como: - Salvaguarda da sustentabilidade no uso de recursos naturais; - Aquisição de eco-eficiência no consumo de recursos energéticos ou materiais; - Redução das emissões de GEE; - Promoção de boas práticas ambientais através da realização de ações imateriais de formação e sensibilização; - Preferência por métodos de construção sustentável, ou implementação das melhores tecnologias disponíveis (MTD). Reformulação do conteúdo do POR Alentejo no sentido de se definirem tipologias de ação que incentivem à criação de mecanismos de promoção da certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública. Focalização da dotação financeira disponível para a promoção de eficiência energética nos setores e tipologias de projeto com maior intensidade energética, com contributo significativo para as metas nacionais e comunitárias, e que proporcionem maior redução ou eficiência energética e carbónica, designadamente, o setor empresarial (indústria, comércio e serviços) e administração regional e local (edifícios administrativos, equipamentos coletivos, e habitação social). Contacto com indústrias e associações industriais de modo a obter contributos sobre procedimentos, medidas e ações a realizar para obter reduções no consumo energético e identificar custos envolvidos. Com base nessa consulta, o POR deverá direcionar os fundos de financiamento disponíveis para as tipologias de intervenção que demonstrem: a) maior potencial de contributo para a redução do consumo energético; b) maior viabilidade financeira na perspetiva de obtenção de mais ganhos energéticos com menor custo de investimento e; c) maior potencial de contributo para as metas nacionais e comunitárias nesta matéria. Definição de critérios de seleção de candidaturas que privilegiem e garantam: - A classificação das candidaturas que apresentem o objetivo de aquisição de eficiência energética mediante o grau de eficiência (redução) energética ou carbónica prevista, grau de cumprimento das metas setoriais e taxa de retorno do investimento; - A reconversão de iluminação pública em vias não rodoviárias e que apresentem capacidade de incutir reduções energéticas significativas, através da definição de critérios que classifiquem os projetos consoante o grau de intensidade de circulação (p.e. n.º pessoas que circulam pela via por dia), o grau de eficiência energética ou carbónica prevista, implementação de mecanismos inteligentes de gestão das luminárias, grau de cumprimento das metas setoriais, e taxa de retorno do investimento; - A implementação de medidas passivas que promovam a eficiência energética na habitação social em detrimento de soluções tecnológicas (medidas ativas), sendo preferencialmente efetuadas em edifícios alvo de intervenções de reabilitação e regeneração urbana. Definição, em sede de regulamento, de condições e critérios de seleção de sustentabilidade económica, através do incentivo a ações de reconversão de iluminação pública realizadas de forma gradual e que apresentem análises custo / benefício. Recomenda-se que a classificação dos projetos/candidaturas seja baseada numa estratégia de apoio seletivo no sentido de apoiar os projetos com maior capacidade de eficiência energética, e que apresentem melhor capacidade de retorno do investimento e sustentabilidade financeira. Definição de normativos, em sede de regulamento, que estipulem e garantam: - Avaliação do grau de concretização ou execução física das tipologias de projeto de natureza imaterial, tais como, Planos de Mobilidade, Auditorias ou Planos de Racionalização Energética, no sentido de garantir o seu contributo efetivo para o cumprimento dos objetivos e metas setoriais e conduzam a resultados visíveis dentro do período de vigência do Programa; - A elaboração, e apresentação com a candidatura, de estudo de viabilidade técnica e de análise custo-benefício, tendo em consideração diversos cenários de reconversão da iluminação pública. Pretende-se que estes permitam selecionar a melhor alternativa que assegure não apenas as necessidades de iluminação da área de intervenção, mas também a sustentação dos custos associados ao período de retorno do investimento, despesas de manutenção dos equipamentos, despesas com

FCD	Recomendações
	recursos humanos, de modo a assegurar a sustentabilidade económica e responsabilidade civil do projeto e do promotor. Definição de um sistema de indicadores de monitorização pertinentes, mensuráveis e comparáveis com metas dos referenciais estratégicos, criar uma plataforma online de comunicação com promotores de projeto, e vinculá-los à obrigatoriedade de inserção e comunicação dos dados de base para aferição dos resultados dos indicadores. Definição de um sistema de indicadores que monitorize o desempenho e grau de aquisição de eficiência energética (redução do consumo de energia) em edifícios e infraestruturas, bem como indicadores que monitorizem o peso relativo dos modos de transporte utilizados nas deslocações pendulares e o acréscimo dos modos suaves e transportes públicos, alternativos ao transporte individual motorizado.
Qualificação Territorial e Identidade Regional	Inclusão de critérios de seleção de projetos que reforcem e balizem os moldes como se pretende incentivar projetos de reabilitação urbana, designadamente no parque edificado público e privado em núcleos históricos, bairros críticos, ou zonas degradadas, equipamentos coletivos e espaços públicos. Os critérios de seleção devem ser definidos com base em princípios de sustentabilidade ambiental e de respeito pela paisagem envolvente e traças originais ou típicas da Região (sempre que aplicável). Recomenda-se a definição de ações que incentivem a construção sustentável, designadamente através do financiamento de ações imateriais de formação avançada em técnicas de construção sustentável, boas práticas construtivas (p.e. reaproveitamento in loco dos materiais ou subprodutos), eco-eficiência, visando a sustentabilidade ambiental e a preservação dos valores naturais do território. Reformulação / adaptação de tipologias de ações e/ou inclusão de critérios de seleção que assegurem a salvaguarda do estado dos recursos naturais endógenos suscetíveis de aproveitamento e exploração no âmbito dos projetos financiados pelo POR Alentejo, designadamente, os projetos previstos e enquadrados no objetivo específico “8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)”, no sentido de salvaguardar o estado químico e ecológico das massas de água, visando o desenvolvimento das atividades económicas e a coesão social.
Recursos Naturais	Definição de uma Estrutura Ecológica Regional que promova a conectividade entre as zonas naturais existentes de forma a minimizar os efeitos da fragmentação e melhorar a coerência ecológica. Adoção e definição de critérios de avaliação e seleção de operações que promovam a aposta em infraestruturas verdes e a localização de novos espaços / estruturas deverá salvaguardar os elementos ambientais. Criação de base de dados partilhados com os PO temáticos, permitam o cruzamento dos diversos critérios e a sua representação espacial, auxiliando a decisão. As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado. Promover ações destinadas a mitigar as alterações que o EFMA provoca/provocará nos ecossistemas através da recuperação da vegetação, das áreas mais afetadas, com espécies autóctones e do restabelecimento das condições naturais de infiltração, descompactação e arejamento dos solos. Inclusão de critérios que permitam valorizar ações que prevejam aplicação/implementação de boas práticas agrícolas e que permitam a redução do uso, ou o uso mais eficiente, de fitofármacos e adubos, prevenindo impactes negativos de maior efeito na flora e fauna, essencialmente na área do EFMA. Inclusão de critérios de majoração das candidaturas que contribuam para resolução de problemas ambientais, fundamentalmente ao nível da qualidade das massas de água, na área de distribuição do saramugo (e outras espécies piscícolas com estatuto de conservação desfavorável).
Paisagem e Património	Internalização de orientações para a afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis/alternativos, associadas a zonas degradadas /abandonas, focalizando pontos de revitalização e/ou renaturalização (ex: indústria extrativa). (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações). Inclusão de orientações para a promoção da recuperação paisagística da área do EFMA tendo em conta os elementos florísticos típicos da região e dos habitats presentes na zona afetada (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações). Elaboração de uma carta de património arqueológico intermunicipal, que auxiliará a aprovação de ações,

FCD	Recomendações
	através da definição de critérios de pertinência/necessidade de intervenção e/ou de estado de conhecimento/conservação. Inclusão de critérios de majoração/avaliação das candidaturas que assegurem a execução de trabalhos de caraterização e de avaliação de impactes patrimoniais, tal como definido no âmbito dos "Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental".
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos	Inclusão de critérios de seleção de candidaturas que permitam avaliar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo POR Alentejo, nomeadamente de regeneração física, requalificação de infraestruturas (ex: os projetos de construção que considerem práticas de construção sustentável com medidas ao nível da prevenção de riscos e/ou adaptação às Alterações Climáticas). Inclusão de orientações no sentido de incrementar o potencial de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas, nos projetos candidatados. A temática das alterações climáticas é do âmbito do PO da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo POR Alentejo contribuam para a resiliência e adaptação da Região às alterações climáticas. Assim, os projetos candidatos que demonstrem o contributo do mesmo para a resiliência e adaptação às alterações climáticas deverão ser considerados como projetos com mérito ao nível da diferenciação face a outro projeto que não o demonstre (e.g. projeto de construção de infraestruturas com plano análise de vulnerabilidade aos riscos naturais potenciados nomeadamente pelos fenómenos resultantes das alterações climáticas). Inclusão de critérios, nos processos de avaliação das candidaturas, relativos à viabilidade do projeto no sentido da salvaguarda de pessoas e bens face a uma potencial ocorrência de risco natural, risco misto e/ou risco tecnológico (e.g. "a pertinência e exequibilidade do projeto face à potencial ocorrência de risco natural/misto/tecnológico)" e "as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão do projeto"). Considera-se que a ponderação destes critérios contribuirá positivamente para minimizar/eliminar as situações de degradação patrimoniais existentes e identificadas na Região do Alentejo. Valorização de projetos de requalificação de edifícios, infraestruturas ou equipamentos existentes, em detrimento de novas construções (exceto se se considerar a nova construção como medida de prevenção de riscos e/ou resiliência adaptação às AC, tendo esta exceção de ser objeto de justificação fundamentada). A valorização pode realizar-se através da inclusão nos critérios de seleção de projetos apoiados de uma análise ao nível da génese da tipologia de projeto no que respeita à construção ou requalificação. Sempre que associado a um projeto de requalificação se encontrarem devidamente salvaguardados pessoas, bens e ecossistemas no projeto, deve considerar-se um projeto com mérito ao nível da diferenciação comparativamente com um projeto que opte pela construção. Associado a este critério deve definir-se uma exceção: deve considerar-se um projeto com mérito de diferenciação sempre que incida sobre a construção de um novo edifício, infraestrutura ou equipamento se se constituir como uma oportunidade ao nível da prevenção e/ou minimização dos riscos e/ou adaptação às alterações climáticas (e.g. edifício em zona de menor risco de movimentos de massa, infraestrutura de defesa costeira, etc.). Definição de mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo com o PO SEUR. Gestão eficaz e eficiente da informação de base dos quadros de apoios comunitários dos dois últimos períodos de programação (2000-2006 e 20074-2013), e em particular dos projetos apoiados no âmbito das ações do POR Alentejo, em vários domínios (âmbito, objetivos, indicadores, resultados, conclusões), para assegurar um adequado cruzamento de informação e análises que permitam orientar o POR para a concretização dos seus principais objetivos e metas. Tendo em consideração que os Programas Operacionais, nomeadamente o POR Alentejo se constituem programas cujo âmbito implica um vasto leque de informação associada (quer ao nível de anteriores programas quadros, quer ao nível das ações apoiadas pelo presente programa), a homogeneização, articulação e partilha de dados deve ser gerida através de um repositório de informação capaz de assegurar a disponibilização de um conjunto de indicadores que traduzam de forma relevante (eficiente) as ações apoiadas pelo POR, objetivos, resultados esperados e alcançados, entre outras informações, homogeneizado com outros programas de financiamento, de modo a permitir a devida articulação entre programas e sempre que possível comparação, sem duplicação de informação e o acesso rápido e eficaz aos dados.

11. CONCLUSÕES

De referir que, tendo por base a análise da Tipologia de Ações e os Objetivos Específicos dos Eixos Prioritários, que se articulam com o do FCD "Competitividade e Sistema Produtivo", as opções estratégicas da proposta do POR Alentejo constituem uma oportunidade para fomentar o crescimento verde, no sentido do desenvolvimento sustentável, através do apoio ao desenvolvimento de novos processos, tecnologias e serviços que tornem as atividades económicas mais ecológicas, contribuindo assim para se encontrarem soluções para os desafios comuns como as alterações climáticas, a escassez de recurso e a perda de biodiversidade, mas também, uma oportunidade para aumentar a competitividade das empresas, a sua capacidade de internacionalização, bem como o acesso a novos mercados.

O POR Alentejo contribuirá igualmente para a dinamização de iniciativas locais associadas às atividades económicas, promoção do emprego e adaptação das empresas, dos trabalhadores e dos empresários ao novo quadro de competitividade da economia global, devendo assumir-se como uma aposta fundamental nos domínios da ecoinovação e valorização de recursos naturais, com especial foco nos setores identificados na RIS da Região (turismo, agricultura, pecuária, recursos minerais, industria agroalimentar, montado e cortiça, pesca e aquacultura).

Em síntese, considera-se que as prioridades de investimento apresentadas constituem uma oportunidade para o crescimento verde e azul, associado aos recursos naturais endógenos, biodiversidade e ao mar, respetivamente, assente no desenvolvimento das oportunidades decorrentes da utilização sustentável dos recursos naturais, da investigação e inovação, da transferência de tecnologia, na ecoeficiência das empresas, processos, serviços e produtos. Contudo, salienta-se a necessidade de desenvolver e completar as diversas tipologias de ações, demonstrando de que forma será valorizada a diversidade interna regional, bem como a integração de critérios associados ao trinómio Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo.

No âmbito específico dos Recursos Naturais e da Paisagem e Património, destaca-se, essencialmente, a necessidade de proceder à concretização e vinculação das disposições constantes da regulamentação geral em vigor a nível nacional, ou de outros instrumentos de planeamento de âmbito sectorial, especial e nacional, identificados no QRE, com especial relevância para a conservação e proteção dos valores naturais. Contudo, e uma vez que a sua concretização é remetida para os PO Temáticos, importa assegurar a articulação e enquadramento territorial dos projetos que surjam no âmbito das PI da Região do Alentejo, assegurando a sua conformidade e sustentabilidade, sendo de referir que diversas dessas recomendações (nomeadamente as de inclusão de critérios de seleção e avaliação de candidaturas) têm lugar essencialmente na fase inicial da implementação do POR.

Acresce ainda referir que ao longo do processo de AAE foram apresentadas outras recomendações que entretanto foram internalizadas, de forma mais ou menos direta, na proposta atual do POR. Destacam-se assim: Identificação e descriminação sistematizada das ações passíveis de serem concretizadas, por objetivo específicos, estabelecidas de acordo com as necessidades territoriais identificadas; Fomento de parcerias (publicas e/ou privadas) que promovam a gestão sustentável dos recursos naturais e a valorização do território, tornando-o num distinto atrativo para o setor turístico (alojamento, atividades de natureza e desportos radicais, produtos gastronómicos, etc); Definição de critérios de seleção que permitam a obtenção da valoração dos serviços prestados pelos ecossistemas, decorrentes da implementação dos projetos; Definição de critérios de seleção que permitam atingir um melhor estado de conservação dos ecossistemas, decorrentes da implementação dos projetos, tendo em conta as orientações dos principais referenciais estratégicos e planos de ordenamento; Definir mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo com o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR); Estimular o interesse e a participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural, potenciando o exercício da cidadania e a consolidação da identidade regional (internalizar em ações do OT9 e OT10); Promoção de uma agenda e rede cultural regional que promova múltiplas atividades lúdicas e pedagógicas (internalizar em ações do OT9); Definição de critérios de avaliação e seleção distingam a integração ou

recuperação física do património existente (arquitetónico, arqueológico, etc.) e; Identificação e discriminação sistematizada das ações passíveis de serem concretizadas para promoção e uso sustentável de recursos endógenos (em particular nos domínios da agricultura, floresta, mar, indústria extrativa), por objetivo específicos, estabelecidas de acordo com as necessidades territoriais identificadas.

Por sua vez, e no âmbito específico dos riscos e da resiliência e adaptação às alterações climáticas, importa referir que a proposta de recomendações pretende que os projetos apoiados no âmbito do POR Alentejo internalizem a questão dos riscos e das alterações climáticas, de modo a acautelar preventivamente potenciais ocorrências com efeitos sobre pessoas, bens e ecossistemas.

Assim, as recomendações apresentadas, em particular no âmbito dos FCD de Recursos Naturais, Paisagem e Património e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, tal como estabelecido no âmbito do Acordo de Parceria. Outras surgem, como referido anteriormente, para internalização na fase subsequente do POR, no âmbito da elaboração dos seus regulamentos e definição dos critérios de avaliação das candidaturas.

Ainda assim, considera-se fundamental assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente, bem como estimular a integração e associação deste património às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa, etc). Para além disso, salienta-se que o EFMA promoverá o aumento de um número considerável de atividades turísticas, que devem aproveitar e integrar os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente, mitigando assim a alteração/modificação que este empreendimento provocou na paisagem.

Em síntese, considera-se que importa considerar as recomendações propostas pela AAE e reforçar na proposta do POR a articulação e ligação entre alguns objetivos e clarificar ou introduzir ações ou a forma como essas servirão para concretizar os respetivos Objetivos Específicos. Estas questões aplicam-se essencialmente aos OT cujo âmbito mais diretamente influi sobre as questões de sustentabilidade da Região, e os potenciais efeitos ambientais que o POR poderá ter, no sentido da forma como contribuirá para salvaguardar, reforçar, potenciar e concretizar uma estratégia de desenvolvimento regional integrada e sustentável, não obstante alguns domínios ambientais mais específicos estarem enquadrados nos respetivos PO temáticos.

A proposta de POR assume-se como positiva, assegurando as principais questões associadas à minimização dos problemas ambientais da Região e com um potencial contributo para o caminho a desenrolar-se no sentido de uma estratégia integrada para a sustentabilidade.

12. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADENE – Agência para a Energia (2014). Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER). Fevereiro, 2014.

ADENE – Agência para a Energia (2014). Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE). Fevereiro, 2014.

ADENE – Agência para a Energia (2014). Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP). Fevereiro, 2014.

Agência Europeia do Ambiente. "Bathing Water Directive - Status 1990 – 2012" http://www.eea.europa.eu/data-and-maps/data/bathing-water-directive-status-of-bathing-water-5#tab-european-data. Acedido a 16 de fevereiro de 2014.

Agência Europeia do Ambiente. Index of sensitivity to desertification (SDI), 2008. Adaptado do DISMED Project. Internet: http://www.eea.europa.eu/data-and-maps/figures/sensitivity-to-desertification-index-map. Acedido a 20 de fevereiro de 2014.

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2007). Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal. Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2012). Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

Antunes P.; Lobo, G.; Videira, N.; Vaz, S. G.; Fernandes, T. & Ramos, T. (2007). Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Cofinanciadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e/ou pelo Fundo de Coesão, Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Caparica.

Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI) (2012). Parques Eólicos em Portugal. Fevereiro, 2014.

Aves de Portugal. Lista das espécies de aves do Alentejo (distritos de Beja, Évora, Portalegre e a parte meridional do distrito de Setúbal) Internet: http://www.avesdeportugal.info/files/Lista_de_especies_Alentejo_30-Mar-20112.pdf. Acedido a 11 de março de 2014.

Câmara Municipal de Cônstancia. Parque Ambiental de santa margarida - Plano de Atividades. Internet: http://www.cm-constancia.pt/NR/rdonlyres/0000c5df/edewmdwasngfilvfvhtjjuvnksclrgtl/Actividadeseequipamentos.pdf. Acedido a 12 de março de 2014.

Câmara Municipal do Cartaxo. Percurso-Rota da Tapada. Internet: http://www.cm-cartaxo.pt/Viver/Desporto/ProgAtvd/Pedestrianismo/Rotas%20de%20Pedestrianismo/rota-da-tapada-percurso.pdf. Acedido a 12 de março de 2014.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo & Alentejo 2020 (2014). Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020. Presidência do Conselho de Ministros. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2014). Uma Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo (RIS). Documento de trabalho. Évora.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento regional do Alentejo (2007). PROT-Alentejo. Diagnóstico Prospetivo Regional. Documento Principal. Versão revista (4ª revisão). Évora.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2013). Alentejo 2020 – Plano de Ação Regional. Aprovado pelo Concelho Regional a 13 de setembro de 2013.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2014). Uma Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo. Documento de Trabalho. Évora, janeiro 2014.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo) (2014). Plano de Ação Regional - Alentejo 2020. Setembro, 2013.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo) (2014). Programa Operacional Regional do Alentejo 2014 - 2020. Fevereiro, 2014.

Comissão Europeia – Desenvolvimento Agricola e Rural (2012) "Getting the most from your RDP: Guidelines for the Ex Ante Evaluation of 2014-2020 RDPs". European Evaluation Network for Rural Development. CE, Bruxelas.

Comissão Europeia - DG Regional and Urban Policy - DG Employment, Social Affairs and Inclusion (2013) The Programming Period 2014-2020. Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy – Guidance document on ex-ante evaluation". CE, Bruxelas.

Comissão Europeia (2004). Aplicação da Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas do Ambiente, Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Portuguesas, Luxemburgo. Edição portuguesa – Direcção-Geral do Ambiente.

Comissão Europeia (2012). Regional Innovation Scoreboard 2012.

Comissão Europeia (2013): Guidance on Integrating Climate Change and Biodiversity into Strategic Environmental Assessment. CE, Bruxelas.

Conselho da União Europeia - DOC 10917/06 – Nova Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável, Bruxelas, 26 de junho de 2006. Internet: http://ec.europa.eu/sustainable/sds2006/index_en.htm

Direção Regional de Cultura do Alentejo. Projetos em património. Internet: http://www.cultura-alentejo.pt/pagina,310,310.aspx. Acedido a 10 de março de 2014.

Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). Estatísticas. Internet: http://www.dgeg.pt. Março, 2014.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2006). Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa. Internet: http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/. Dezembro de 2008.

Greening Regional Development Programmes Network (GRDP) (2006). Handbook on SEA for Cohesion Policy 2007-2013. Greening Regional Development Programmes Network, Exeter, United Kingdom.

Grupo de Trabalho da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (2014). Proposta de Indicadores no domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Informação disponibilizada no âmbito da elaboração da AAE do presente PO.

INAG. InterSIG. Plano de Gestão de Região Hidrográfica - Alentejo. Estado das Águas. Internet: http://intersig.inag.pt/intersig/mapas.aspx. Acedido a 16 de fevereiro de 2014.

INE - Instituto Nacional de Estatística (2010). Volume de negócios resultante da venda de produtos novos (2008 - €) das Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Bienal - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

INE - Instituto Nacional de Estatística (2012). Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de produto, processo ou atividades de inovação abandonadas que atribuíram grau de importância alta a fatores que dificultaram a inovação (2010 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de obstáculo; Bienal - Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

INE - Instituto Nacional de Estatística (2012a).Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo (2010 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de inovação implementada; Bienal - Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

INE - Instituto Nacional de Estatística (2013). Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Sector de execução; Anual - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

INE - Instituto Nacional de Estatística (2013a). Nascimentos (N.º) de Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE, Demografia das Empresas.

INE - Instituto Nacional de Estatística (2013b). Nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Demografia das Empresas.

INE - Instituto Nacional de Estatística, 2014a. Vendas de produtos e ativos biológicos (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Instituto Nacional de Estatística (2014a).Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens.

INE - Instituto Nacional de Estatística, 2012. Recenseamento Geral da População e Habitação 2011. Última atualização dos dados: 20 de novembro de 2012. INE, I.P.. Lisboa

INE - Instituto Nacional de Estatística, 2013a. Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2012. 12 de dezembro de 2013. INE, I.P.. Lisboa

INE - Instituto Nacional de Estatística 2014. Inquérito ao Emprego. Última atualização dos dados: 05 de fevereiro de 2014. INE, I.P.. Lisboa

INE - Instituto Nacional de Estatística, 2013. Inquérito aos hospitais. Última atualização dos dados: 9 de dezembro de 2013.

INE - Instituto Nacional de Estatística. Dados Estatísticos. Internet: http://www.ine.pt. Fevereiro, 2014.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, (2013). Dados Estatísticos Sobre Invenções, Design, Marcas e OSDC – 2012. Departamento de Relações Externas. Direcção de Relações Externas e Assuntos Jurídicos.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (a). Áreas Protegidas. Internet: http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap. Acedido a 10 de março de 2014.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (b). Percurso margem estuarina - Alcochete Internet: http://www.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/rn/rnet/pr. Acedido a 10 de março de 2014.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Zonas de caça. Internet: http://www.icnf.pt/portal/caca/zc. Acedido a 10 de março de 2014.

Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (a). Itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/itinerarios/alentejo/. Acedido a 10 de março de 2014.

Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/ Acedido a 10 de março de 2014.

Instituto Nacional de Estatística (2014). Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens.

Laboratório Nacional de Energia e Geologia (2009). Recursos minerais na região do Alentejo. Potencial e ordenamento do território. Iniciativa Matérias-primas: oportunidades e desafios para a indústria extractiva. CCDR Alentejo. Internet: http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/1054/1/34057.pdf. Acedido a 10 de março de 2014.

Ministério da Economia. Estatísticas do site “Renováveis na Hora”. Internet: http://www.renovaveisnahora.pt. Fevereiro, 2014.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2001). Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, Luxemburgo, 27 de junho de 2001.

Pedestrianismo (2009). Câmara Municipal de Constância - ciclo "Percursos Pedestres de Observação e Interpretação da Natureza" 2009, no Parque Ambiental de Santa Margarida. Internet: http://pedestrianismo.blogspot.pt/2009/01/camara-municipal-de-constancia-ciclo.html. Acedido a 12 de março de 2014.

Pedestrianismo (a) (2006). Alto Alentejo - Percursos Pedestres. Internet: http://pedestrianismo.blogspot.pt/2006/03/alto-alentejo-percursos-pedestres.html. Acedido a 12 de março de 2014.

Pedestrianismo (b) (2006). Baixo Alentejo e Alentejo Litoral - Percursos Pedestres. Internet: http://pedestrianismo.blogspot.pt/2006/03/baixo-alentejo-e-alentejo-litoral_01.html. Acedido a 12 de março de 2014.

PORTUGAL 2020 - Estratégia de Especialização Inteligente (2014)

Portugal 2020 (2014). Acordo de Parceria 2014-2020.

Presidência da Comissão Nacional do PAN – UNCCD (2007). Programa de Acão Nacional de Combate à Desertificação e à Seca - Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e à Seca Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Internet: http://www.dgotdu.pt/filedownload.aspx?schema=ec7b8803-b0f2-4404-b003-8fb407da00ca&channel=C4193EB3-3FA7-4C98-B8CA-D6B9F5602448&content_id=CEF514B0-ED55-4DB6-A56A-B8D63BFBEBDE&field=file_src&lang=pt&ver=1. Acedido a 15 de fevereiro de 2014.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio.

Territorial Agenda of the European Union (2007). Towards a More Competitive and Sustainable Europe of Diverse Regions. Agreed on the occasion of the Informal Ministerial Meeting on Urban Development and Territorial Cohesion in Leipzig, 24/25.

13. ANEXOS

13.1. PONDERAÇÃO DE PARECERES DO RA PRELIMINAR

Quadro 13.1 – Ponderação de pareceres do RA Preliminar do POR Alentejo

Entidade	Parecer	Ponderação
Direção-Geral do Território	O contributo da DGT procura dar um enfoque especial às questões da territorialização das políticas públicas. No que se refere ao parecer em apreço, o qual incide sobre o Relatório Ambiental Preliminar da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do POR Alentejo, fez-se uma análise da inclusão deste tipo de preocupações no documento mencionado, em particular a articulação com os IGT em vigor e, dentro destes, com o Modelo Territorial e Opções estratégicas de base territorial do PNPOT.	Nada a referir.
	Em termos gerais, considera-se que o documento está bem estruturado, dando uma visão global dos conteúdos da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do POR Alentejo. O relatório faz uma síntese do enquadramento do POR Alentejo no conjunto dos Programas Operacionais que beneficiam dos fundos de política de coesão para o período 2014-2020 e estão sujeitos a AAE. Esse enquadramento inclui o atual contexto do Acordo de Parceria do qual resultarão fatores condicionantes/envolventes à implementação do PO	Nada a referir.
	O POR Alentejo está organizado em dez Eixos prioritários, sendo que para cada um deles foram definidas Prioridades e Objetivos específicos. Dentro destes, foram identificados como mais relevantes para o Ordenamento do Território (OT) os seguintes: • "Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos " e: "Aumentar a eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social", no Objetivo Temático 4 - Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores; • "Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência " e: " Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo ", no Objetivo Temático 6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; • " Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social ", no Objetivo Temático 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.	Nada a referir.
	Para além destes Objetivos Específicos não encontramos qualquer outro que se centre na problemática urbana, o que nos leva a concluir que as áreas de intervenção das políticas urbanas carecem de maior desenvolvimento, dada a importância de que as mesmas se revestem. De facto o PNPOT identifica opções de modelo territorial, que incluem propostas de estruturação de sistemas sub-regionais e promoção de redes de cidades e subsistemas urbanos locais policêntricos, que não vemos espelhados no documento em apreço.	Esta questão deve ser remetida à ET do programa
	O Relatório Ambiental Preliminar apresenta ainda uma análise da evolução da situação SWOT com a concretização	Nada a referir.

Entidade	Parecer	Ponderação
	do POR Alentejo para cada um dos FCD selecionados.	
	Finalmente, chama-se a atenção para as seguintes questões: • Não encontramos menção no documento do Objetivo Temático 5, sendo referidos 10 Objetivos Temáticos numerados de 1 a 11;	Esta foi uma opção da ET do programa pelo que a questão deve ser remetida à mesma.
	• No Quadro 8.1 – Quadro de governança para a Ação no âmbito da AAE do POR Alentejo (página 217) não é referida a DGT como entidade "identificada"; sugerimos a sua inclusão com o seguinte desempenho: Acompanhar a execução das políticas de OT, com particular incidência na elaboração dos quadros de referência para a prevenção e redução de riscos, decorrentes do Plano Sectorial de prevenção e redução de Riscos (PSPRR).	Consideração a sugestão pertinente pelo que foi devidamente internalizada no presente RA Final.
CCDR Centro	O Relatório Ambiental Preliminar (RAP) refere que a AAE do POR Alentejo tem como objetivo "garantir que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante esta fase e antes da sua aprovação, contribuindo para assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro alargado de sustentabilidade; assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão; auxiliar na identificação, seleção e justificação das opções ganhadoras face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento; identificar problemas e oportunidades, bem como sugerir programas de gestão e monitorização estratégica; assegurar o envolvimento de todas as partes interessadas, assim como processos participativos e transparentes"( ). De um modo mais refinado, refere-se que a AAE visa: (i) assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade; (ii) assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão; (iii) auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (win- -win) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento; (iv) detetar problemas e oportunidades e sugerir programas de gestão e monitorização estratégica; (v) assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes; e (vi) produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas( ).	Nada a referir.
	Na sequência da identificação das questões estratégicas (QE) e da apresentação do Quadro de Referência Estratégico (QRE), articulados com os eixos prioritários e com os objetivos temáticos, esta AAE considerou os seguintes fatores críticos para a decisão (FCD), que também se articulam com esses eixos, com as QE e com o QRE e cujos objetivos são assim descritos( ): • FCD 1 – Competitividade e Sistema Produtivo, que pretende avaliar o contributo do POR Alentejo para "(i) a promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, com especial foco nas áreas de ecoinovação e valorização dos recursos naturais, (ii) o investimento das empresas em I&D, bem como o desenvolvimento de sinergias com centros de I&D e o ensino superior, (iii) a capacitação das PME para o mercado externo, para a procura de novos mercados e para a dinamização do setor exportador, (iv) a criação de novas empresas e áreas de negócio, com especial foco nos setores da agricultura, pesca, agro-indústria, atividades do sistema de montado, o cluster da Pedra Natural e as fileiras produtivas de base florestal e natural e (v) o desenvolvimento de um modelo de competitividade que promova o aproveitamento e valorização dos recursos produtivos internos"; • FCD 2 – Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa, que pretende avaliar o contributo do POR Alentejo para "(i) atrair e fixar população e diminuir o ritmo de envelhecimento demográfico bem como o	Nada a referir.

Entidade	Parecer	Ponderação
	despovoamento, especialmente nas áreas rurais, (ii) o aumento dos níveis de qualificação escolar e o reforço das competências profissionais bem como para a diminuição do abandono escolar, (iii) melhorar as respostas sociais ao nível da saúde e apoio social bem como a integração dos grupos sociais mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social, (iv) a inclusão ativa dos idosos e (v) a inclusão dos desempregados no mercado de trabalho e a promoção do emprego"; • FCD 3 – Energia, que pretende avaliar o contributo do POR Alentejo para "a redução do consumo de fontes fósseis de energia, aproveitamento eficiente de recursos energéticos endógenos, bem como fontes de energia renováveis e limpas, e implementação de soluções que promovam a mobilidade urbana sustentável"; • FCD 4 – Qualificação Territorial e Identidade Regional, que pretende avaliar o contributo do POR Alentejo para "a melhoria das condições de habitabilidade, bem como a manutenção da qualidade e especificidades do ambiente urbano e paisagem identitária da região e da relação urbano-rural"; • FCD 5 – Recursos Naturais, que pretende avaliar o contributo do POR Alentejo para "a proteção e utilização sustentável dos recursos naturais e a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes"; • FCD 6 – Paisagem e Património, que pretende avaliar o contributo do POR Alentejo para "a proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural"; • FCD 7 – Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos, que pretende "avaliar de que forma o POR Alentejo tem em consideração os princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas" e o contributo do PO Alentejo, "no que se refere aos seus Objetivos Temáticos e Específicos, relativamente à internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos".	
	Para cada FCD, o RAP apresenta uma introdução, os objetivos e indicadores selecionados, uma descrição da situação atual, uma matriz SWOT relativa à análise da evolução, uma análise da evolução previsível sem POR Alentejo, uma avaliação estratégica de efeitos e, por fim, algumas recomendações.	Nada a referir.
	Não se detetam aspetos da análise de impactes nos diversos FCD que induzam efeitos que possam ter reflexos negativos na Região Centro. Dito de outro modo, não se detetam impactes provocados pela execução do POR Alentejo que possam prejudicar a Região Centro	Nada a referir.
	No que se refere à Qualificação Territorial (FCD 4) verificamos que esta estabelece na AAE "a sustentabilidade da área de intervenção do POR Alentejo em consequência da atividade humana existente na Região, responsável por alterações ao nível do ordenamento do território em consequência das opções e políticas interferentes no parque edificado, equipamentos coletivos, infraestruturas, e enquadramento paisagístico". Inclui dois critérios de avaliação: o da "Qualificação Urbana" e o da "Requalificação Ambiental". Este último relacionado com as matérias de " Evolução da superfície total coberta por regadio" e "Implementação de projetos inovadores para uso eficiente dos recursos e saneamento ambiental".	Nada a referir.
	Parece-nos correta a escolha dos indicadores para "Qualificação do Edificado e Identidade" ", cf. Quadro 6.4.1 – Indicadores selecionados para o FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional". No entanto, de reter, que não é indicado quais as entidades que deverão recolher e disponibilizar a informação sobre " Áreas industriais degradas	Este indicador pertence à caracterização da situação atual de referência, e foi aferido com base na informação disponibilizada pelas entidades intervenientes no processo de elaboração do POR Alentejo, documentos de

Entidade	Parecer	Ponderação
	(ou abandonadas)".	referência disponibilizados e informação estatística recolhida pela própria equipa técnica nas plataformas disponíveis on-line. Os indicadores de seguimento da AAE que serão sujeitos a monitorização durante a fase de implementação do POR Alentejo estão definidos no capítulo 9 (Quadro 9.1.) onde estão definidas as entidades que deverão facultar a informação.
	Por outro lado, a consideração que "A NUT II Alentejo dispõe de um sistema urbano policêntrico" não nos parece muito consentânea com os estudos existentes sobre o sistema urbano nacional.	Um sistema urbano policêntrico caracteriza-se pela existência de cidades próximas, com alguma dimensão populacional e relativamente especializadas, pela inexistência de uma hierarquia distinta, e a existência de cooperação e relações multidirecionais, alicerçado num conceito de desenvolvimento endógeno, polinucleado e em rede. Ora, julgamos que este conceito esteja perfeitamente enquadrado com o sistema urbano implementado na Região do Alentejo. Ademais, no próprio *website* da CCDR-Alentejo encontra-se a seguinte afirmação: "O Alentejo afirma-se como um território sustentável e de forte identidade regional, sustentada por um sistema urbano policêntrico, garantindo adequados níveis de coesão territorial e afirmando uma reforçada integração com outros espaços nacionais e internacionais. A sustentabilidade territorial assenta na valorização dos recursos endógenos, designadamente dos valores naturais e paisagísticos e no desenvolvimento de níveis acrescidos de concertação estratégica e cooperação funcional. Os principais centros urbanos são os pólos estruturadores da coesão e da competitividade regional e o reforço do carácter policêntrico do sistema urbano regional passa também pelo fortalecimento estratégico dos sistemas urbanos sub-regionais, rentabilizando recursos e afirmando especializações territoriais, de forma a garantir um desenvolvimento mais equilibrado e sustentado da região." *Fonte: http://webb.ccdr-a.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=97&Itemid=6*
	Relativamente ao estudo dos Recursos Naturais (FCD 5) enquanto fator critico de decisão, verificamos que este permite avaliar o contributo do POR Alentejo para a proteção e promoção dos recursos naturais. O estudo deste fator crítico é desagregado em 4 critérios de avaliação: Solo, Recursos Geológicos, Recursos Hídricos e Biodiversidade e Ecossistemas. O critério de avaliação "solo" abrange os principais indicadores de génese territorial e relevantes para o ordenamento do território, designadamente Ocupação dos Solos (classes), Áreas de RAN e REN, Extensão de áreas suscetíveis à desertificação e a Estrutura Ecológica Regional.	Nada a referir.
	Considera-se no entanto desadequada a adoção do indicador reservas cinegéticas integradas no critério de seleção Biodiversidade e Ecossistemas.	Discorda-se da entidade. Considera-se que se trata de um elemento imprescindível a ter em consideração na caraterização da situação atual, dado ser um recurso muito relevante e representativo na região . Para além disso poderá influenciar, quer de

Entidade	Parecer	Ponderação
		forma positiva ou negativa, os índices de biodiversidade presentes e consequentemente o estado de conservação dos ecossistemas.
	No que diz respeito à avaliação estratégica de efeitos sobre os recursos naturais esta ainda é deficitária predominando a não identificação quer de efeitos positivos quer de efeitos negativos (ver tabela 6.5.10). Conforme referido no RAP "existem ainda diversas ações em fase de elaboração e desenvolvimento do PO, pelo que sede final do RA serão revistos os efeitos".	Tal como referido, os efeitos foram revistos tendo presente as alterações resultantes da elaboração e desenvolvimento do PO. Independentemente desta revisão subsistem campos preenchidos com "Não identificados" porque se considera que efetivamente os efeitos decorrentes dessas ações não são relevantes ou são pouco significativos no âmbito deste FCD, independentemente de o serem noutros.
	Relativamente ao FCD 7 - Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos, integra como critério de avaliação os riscos naturais, riscos tecnológicos e riscos mistos. Apesar de existir uma abordagem conceptual relevante da tipologia de riscos já a evolução dos indicadores considerados nos parece mais problemática.	Nada a referir.
	Verifica-se igualmente, que deveria ter sido introduzido um FCD referente à Qualidade Ambiental, cuja abordagem teria em conta a dimensão das condições e da qualidade de vida da população no que concerne aos aspetos relacionados com o ambiente, ao nível da qualidade do ar, ruído e dissonâncias ambientais. A avaliação deste fator crítico para a decisão revela-se necessária na medida em que permite analisar o potencial contributo do Programa Operacional Regional para a melhoria de vida da população e do seu desenvolvimento equilibrado e sustentado, nomeadamente ao nível das temáticas ambientais (qualidade do ar, ruído e dissonâncias ambientais) na Região. Neste sentido, com este FCD pretende-se avaliar de que forma o POR do Alentejo contribui para redução/eliminação dos conflitos gerados por atividades humanas, nomeadamente ao nível da: Promoção da qualidade do ar; Redução/eliminação do ruído; Redução/eliminação das dissonâncias ambientais.	As condições e qualidade de vida da população são fundamentais, no entanto, a opção da não internalização de um FCD específico referente à Qualidade Ambiental teve como base de fundamento o diagnóstico efetuado sobre a região, no âmbito do PO Alentejo e neste sentido não foram identificadas dissonâncias ambientais, nem situações criticas ao nível do ruido e qualidade do ar.
	Por último, verificamos que o RAP preconiza, no seu capítulo 9, indicadores de seguimento e monitorização da AAE. Quanto a estes indicadores (Quadro 9.1, páginas 222 a 225), parece-nos que deveriam ser estabelecidas metas a partir da situação de referência, como seria recomendável. Será ainda conveniente esclarecer a metodologia de recolha da informação necessária (ao invés de indicar apenas a entidade responsável como "fonte da informação").	Considerações pertinentes, tidas em conta na versão final do RA. No entanto, salvaguarda-se que a maioria dos indicadores não tem metas definidas em referenciais, pelo que essa recomendação não é aplicável a todos os indicadores.
	Em termos de edição, mereceria revisão o formato do quadro 6.6.4 (páginas 172 e seguintes).	Será revisto o quadro mencionado.
	Deveria ainda ser esclarecido que o PROT OVT abrange concelhos que não estão incluídos na área de atuação do POR Alentejo (como apenas se depreende no último parágrafo da página 195).	O texto refere que, relativamente ao PROT OVT apenas se tem em consideração a NUT III Lezíria do Tejo, que pertence à área de intervenção do PO Alentejo.
	2 – Quadro de Referência Estratégico (QRE) O QRE deve estar focado nas vertentes referidas nas prioridades de atuação do PO respetivo, com uma análise a uma escala adequada. Como quadro de referência para a componente conservação da natureza e florestas devem ser considerados o acordo de Parceria, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Plano Setorial da REDE Natura 2000, a Estratégia Nacional para as Florestas, o Combate à desertificação e o Quadro de Ações Prioritárias para RN2000 (Prioritized Action Framework – PAF) e, nos regionais, devem	Esta questão já se encontra respondida anteriormente relativamente ao parecer emitido no âmbito do RDA, Importa por isso referir que a não integração das recomendações referidas pela entidade deveu-se exclusivamente a uma sobreposição dos trabalhos relativos à emissão tardia de parecer ao RDA pela entidade que coincidiu com a elaboração da versão preliminar do RA pela ET da AAE. Contudo, tal como referido anteriormente no presente documento,

Entidade	Parecer	Ponderação
	ser ponderadas as orientações e condicionantes decorrentes dos Planos Especiais do Ordenamento do Território das áreas protegidas abrangidas pelos PO, e pelos Planos Regionais de Ordenamento Florestal. Estão em falta o Acordo de Pareceria aos PAF, os POAP e os PROF.	será ponderada a sua pertinência e a inclusão da sugestão, caso se justifique, na versão final do RA. Relativamente ao PAF já é referido o Plano Setorial, mais adequado à escala. Por isso, não se considera relevante a sua inclusão. O Acordo de Parceria, os POAP e os PROF serão inseridos.
	3 – Matriz de Avaliação Os indicadores estratégicos do PDR deverão refletir de modo integrado e coerente os indicadores de impacto das diferentes politicas referidas no QRE e para as quais o PO é um mecanismo de financiamento e de implementação. Os indicadores devem transparecer um meta de sustentabilidade para o PO (qualitativos: aumentar/diminuir/promover/valorizar) ou quantitativos: (aumentar até x/diminuir de x%). Os indicadores estratégicos devem ser de nível temático ou qualitativo. Pode haver uma meta estratégica, se e só se o QRE também a definir. Caso exista, essa meta deve ser comparada com o impacto do PDR nessa matéria. Para cada indicador, há igualmente que considerar a forma como vai ser aferido e as fontes de informação. Apenas deverão ser considerados indicadores para os quais se possa ter o ponto de partida do inicio no exercício de planeamento e aferir o valor no final do período 2014-2020, e que as alterações verificadas sejam atribuíveis ao impacto estratégico das medidas do PO (ou pelo menos que tenham claras ligações a estas). Os critérios do FCD confundem-se com a definição do ponto de partida de referência, não havendo de facto uma meta de sustentabilidade.	Não se entende o alcance do comentário da entidade, uma vez que os mesmos mereceram a concordância das restantes entidades que se pronunciaram, além de que não é possível assumir metas de sustentabilidade, devido à natureza do próprio programa e aos objetivos dos principais referenciais estratégicos. Relativamente aos indicadores propostos no âmbito do FCD em causa acresce referir que esta questão já se encontra respondida anteriormente em resposta ao parecer emitido por esta entidade no âmbito do RDA. Relativamente à análise da síntese das tendências de evolução dos indicadores importa referir que será ponderada a sua pertinência e a inclusão da sugestão, caso se justifique, na versão final do RA. Relativamente aos indicadores considerados, não se concorda com a posição da entidade, na medida em que não ter dados deva ser um impedimento à sua obtenção. É necessário abrir caminho para inovar, melhorar o que já é possível apurar e evoluir com o objetivo de posteriormente ser mais fácil a aquisição da informação.
	Os indicadores não são adequados: - "Áreas Protegias (ha;n.º)" extravasa o âmbito do PO;- "Publicações científicas produzidas relativos à temática da biodiversidade e ecossistemas (n.º)" – são indicadores ao nível de ação e não de programação.	Esta questão já se encontra respondida anteriormente relativamente ao parecer emitido por esta entidade no âmbito do RDA,
	- "Espécies presentes (com estatuto de proteção e invasoras) (n.º; estatuto de conservação) – pretende-se avaliar se o PO promove a densidade de espécies com estatuto de proteção e a melhoria do seu estado de conservação, e se controla o n.º e a densidade de espécies invasoras.	Esta questão já se encontra respondida anteriormente relativamente ao parecer emitido por esta entidade no âmbito do RDA,
	A avaliação de efeitos do PO para o FCD não evidencia os objetivos, critérios ou indicadores definidos, pelo que a análise da síntese das tendências de evolução dos indicadores surge desenquadrada.	Será ponderada a sua pertinência e a inclusão da sugestão, caso se justifique, na versão final do RA.
	Contudo, a avaliação de efeitos aborda questões relevantes de conservação da natureza e florestas, que têm repercussão nas recomendações de planeamento.	Nada a referir
	5 – Articulação entre PO Deve ser analisada e garantida a articulação entre os PO regionais e os temáticos. Refere aspetos relevantes de conservação da natureza a articular co o POSEUR.	Nada a referir

Entidade	Parecer	Ponderação
	6 – Diretrizes de Operacionalização Devem ser definidas diretrizes para a operacionalização dos PO, nomeadamente quanto à integração setorial, especialmente nos PO regionais pela sua transversalidade de temáticas, e à futura aprovação de projetos no âmbito de cada PO. Foi definido um conjunto de recomendações de planeamento, analisado e avaliado à luz dos objetivos do FCD, que reforça questões gerais, relevantes do ponto de vista da conservação da natureza e florestas.	Nada a referir
	II. Questões Especificas a ter em Consideração Deverão ser considerados critérios de majoração das candidaturas que contribuam para resolução de problemas ambientais na área de ocorrência de Saramugo. Em particular, a prioridade de investimento 2, relativa a investimentos no sector da água, deverá incluir critérios de seleção que permitam apoiar preferencialmente projetos que melhorem a qualidade das massas de água dentro da área de distribuição de Saramugo.	Será ponderada a sua pertinência e a inclusão da sugestão, caso se justifique, na versão final do RA.
	Conclusão Mediante a análise dos documentos em causa, considera-se que os processos de avaliação ambiental estratégica dos programas operacionais não demonstram a forma como a sustentabilidade das opções e medidas foi garantida, tendo especialmente em conta deficiências relevantes em termos de análise e integração do quadro de referência estratégica sobre conservação da natureza e biodiversidade na matriz de avaliação estratégica. É especialmente de realçar a falta de integração do PAF, dos POAP e dos PROF, e a superficialidade com que as propostas de medidas foram avaliadas e articuladas entre programas, não resultando em recomendações de substâncias e adequadas a cada região. Estas avaliações ambientais não cumpriram os seus objetivos, pois não trouxeram mais valias em termos de integração de politicas, de seguimento estratégico integrado e coordenado dos programas operacionais (e, portanto, de muitas politicas setoriais em vigor), nem de transparência no envolvimento e participação das entidades no processo de planeamento e no ciclo de programação.	Importa referir que as conclusões apresentadas no parecer são de carácter geral para todos os PO. Todavia, esta constatação não é válida para todos os processos de AAE avaliados, nomeadamente para a AAE do POR Alentejo, em que, inclusivamente, o ICNF refere que para este POR são apresentadas recomendações: "…a avaliação de efeitos aborda questões relevantes de conservação da natureza e florestas que têm repercussão nas recomendações de planeamento." Referem De igual modo que, ao nível da operacionalização, na AAE do POR Alentejo" Foi definido um conjunto de recomendações de planeamento, analisado e avaliado à luz dos objetivos do FCD, que reforça as questões gerais do ponto de vista da conservação da natureza e das florestas."
Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)	2 – Anteriormente, a DGPC emitiu parecer relativamente à definição do POR do Alentejo, nomeadamente tendo em vista o alcance da informação a incluir no relatório ambiental e a análise dos Fatores Críticos de Decisão (FCD) decorrente do processo de avaliação ambiental (AA) em curso nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Verifica-se que o atual documento não integrou as recomendações efetuadas no anterior parecer, existindo alguns aspetos a melhorar, destacando-se o enunciado relativamente ao Quadro de Referência Estratégico (QRE), onde os objetivos estratégicos poderiam encontrar-se referenciados às convenções internacionais mencionadas ou enquadrados com a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.	A não integração das recomendações referidas pela entidade deveu-se exclusivamente a uma sobreposição dos trabalhos no que se refere à emissão de parecer relativo ao RDA pela entidade coincidente com a elaboração da versão preliminar do RA pela ET da AAE. Contudo, tal como referido anteriormente no presente documento, considera-se a sugestão pertinente, pelo que a mesma será tida em consideração na versão final do RA.
	Relativamente ao Relatório Ambiental (RA) verifica-se que no "Sumário Executivo", relativamente ao Fator Crítico de Decisão (FCD) «Paisagem e Património», é referido o seguinte: Considera-que os valores paisagísticos presentes na área de intervenção resultam da paisagem característica do território (natural e humanizada), da riqueza patrimonial arquitetónica e arqueológica e da harmonia entre estes elementos que compõem também essa paisagem. Perspetiva-se assim que que a implementação do presente PO proporcionará um estímulo positivo sobre o património cultural e natural presente, na utilização dos recursos naturais e na	Nada a referir.

Entidade	Parecer	Ponderação
	preservação dos ecossistemas, contribuindo inclusivamente para a sua valorização. Ainda assim, considera-se fundamental assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente, bem como estimular a integração e associação deste património às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa, etc.). Para alem disso, salienta-se que o EFMA promoverá o aumento de um numero considerável de atividades turísticas, que devem aproveitar e integrar os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente, mitigando assim as alterações/modificações provocadas nos ecossistemas presentes e consequentemente na paisagem.	
	Na menção às «Tendências de Evolução sem PO Alentejo» (p. 60) o RA identifica que a «ausência de iniciativas que valorizem economicamente a base produtiva regional, os setores tradicionais, o património ambiental, cultural e edificado, contribuindo para o agravamento das condições de vida nos territórios de baixa densidade».	Nada a referir.
	O RA afirma que o «fator de sustentabilidade Paisagem e Património» procura precisamente avaliar o modo como são atingidos os objetivos de proteção e promoção dos valores paisagísticos e patrimoniais estabelecidos no âmbito do PO Alentejo» (p. 166).	Nada a referir.
	Destaca de «154 patrimoniais arqueológicos do Alentejo e Algarve, onde se destaca: 01 – Estação Arqueológica de Miróbriga (Santiago do Cacém); 02 – Circuito Arqueológico da Cola (Ourique); 03 – conjunto Arqueológico do Escoural (Montemor-o-Novo); 04 – Sítio Arqueológico de São Cucufate e Casa do Arco (Vidigueira); 05 – Conjunto Monumental de Mértola (Mértola); 06 – Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória (Campo Maior); 07 – Villa Romana de Pisões (Beja); 08 – Ruínas de Torre de Palma (Monforte)» (p. 176).	Nada a referir.
	O RA sublinha ainda que que sem o PO Alentejo, «os imoveis atualmente sem classificação continuarão, em termos legais, sem proteção, o que aliado à falta de financiamento, aumentará o numero de situações de abandono/ruína, assim como relativamente ao património arqueológico» (p. 180).	Nada a referir.
	5 – Relativamente às fontes encontra-se somente referido o «IGESPAR», existindo em maio de 2012 nomeadamente no «**Quadro 6.6.5 – Património Classificado, por categoria de proteção (IGESPAR, 2014)»** (p. 176), no «**Quadro 6.6.6 – Síntese de resultados da situação atual para o FCD "Paisagem e Património**" (p. 178), no «**Quadro 8.2 – Quadro de Governança para a Ação no âmbito da AAE do PO Alentejo, por recomendação** »(p. 220), e no «**Quadro 9.1 – Indicadores de monitorização ou seguimento para a AAE do PO Alentejo**» (p. 225). Essa referência devera ser atualizada para SGPC, que se encontra em vias de implementar o respetivo sítio internet mantendo-se ate la em funcionamento o sítio do ex-IGESPAR, devendo ainda nos dois últimos quadros mencionados ser integrada a Direção Regional de Cultura do Alentejo	Consideração pertinente e tida em consideração na versão final do RA.
	Sublinha-se igualmente que nos casos em que os projetos a implementar sejam abrangidos pelo RJAIA, deverá ficar prevista a execução trabalhos de caraterização e de avaliação de impactes patrimoniais, conforme enunciado na *Circular Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental*, de 4 de setembro de 2004.	Consideração pertinente e tida em consideração na versão final do RA.
	De acordo como acima enunciado, o RA encontra-se na generalidade bem elaborado devendo ser objeto de alguns acertos. Assim, alem de se reiterar o parecer anteriormente	Nada a referir.

Entidade	Parecer	Ponderação
	emitido no âmbito do RDA, considera-se que o Relatório Ambiental do POR do Alentejo poderá ser objeto da emissão de parecer favorável condicionado. Caso seja esse o entendimento superior, o presente parecer deverá ser transmitido ao IFDR, IP e através do endereço de correio eletrónico: ConsultaAAE-poalentejo@ccdr-a.gov.pt.	
Estradas de Portugal, S.A.	(…) numa lógica de colaboração ativa para a melhoria do processo, a EP, SA após análise do RA Preliminar agora apresentado, considera que globalmente, nada há a opor ao encadeamento metodológico desenvolvido.	Nada a referir.
	No entanto consideramos, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica (WRE), o qual *contém as principais politicas, programas e estratégias e que constitui o macro – enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne objetivos de politica ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação de politicas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e sectorial*, ser de questionar a opção tomada de exclusão do Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), solicitando-se a apresentação dos argumentos que sustentem esta decisão, atento ao fato de se estar perante um plano sectorial, o qual tal como todos os planos. Programas e politicas identificados, possibilitará a salvaguarda da sustentabilidade de uma estratégia integrada para o desenvolvimento da região do Alentejo, de modo transversal à maioria dos FCD em avaliação. Pelo que se considera que o PRN2000 deverá ser tido como um instrumento indispensável para a análise de uma gestão mais sustentável e eficaz do território e das infraestruturas de mobilidade regional, tal como o PET (Plano Estratégico de Transportes), que já se encontra incluído no QRE, dado o seu contributo para a melhoria da mobilidade regional e reforço da coesão socio territorial, contribuindo para as metas de desenvolvimento económico e social da Região do Alentejo	Consideração pertinente, tendo sido considerado o PRN2000 versão final do RA
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P).	1. Verifica-se com apreço a ponderação e integração de algumas considerações realizadas pela APA ao Relatório de Definição de Âmbito no que respeita à mitigação e adaptação das alterações climáticas neste Relatório Ambiental Preliminar (RAP).	Nada a referir.
	2. No entanto não se pode deixar de registar que o facto de não se ter considerado o "OT5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos" no âmbito deste Programa Operacional origina grandes dificuldades de enquadramento do apoio a investimentos associados ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva), ou quaisquer outros, no âmbito da adaptação às Alterações Climáticas.	Nada a referir.
	3. Salienta-se ainda que o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, que é destacado no relatório como aquele onde serão abordadas as temáticas relacionadas com os Riscos e Alterações Climáticas, enquadra as medidas relacionadas com a adaptação às Alterações Climáticas de uma forma transversal, centrada ao nível do planeamento e da produção de conhecimento, apoio à decisão e comunicação, pelo que a implementação de ações concretas de adaptação às Alterações Climáticas a nível de projetos de âmbito setorial deve ser efetivamente considerada pelos restantes PO.	Concorda-se com a entidade, sendo de referir que as recomendações apresentadas no âmbito do FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos" pretendem salvaguardar essas necessidades, ao recomendar a definição de critérios e requisitos ao nível da seleção e avaliação de operações que integrem esses princípios e ações / medidas que promovam o aumento da capacidade de adaptação e resiliência às Alterações Climáticas.
	4. No Quadro 6.1 – Fatores Críticos para a Decisão: descrição e critérios de avaliação e indicadores preliminares para a AEE do PO Alentejo, na página 37, e tendo em conta que o âmbito do OT4, medida 4.5.1 é mais abrangente do que apenas a mobilidade urbana, seria relevante incidirem de forma mais ampla nos transportes sustentáveis, incluindo os transportes de mercadorias e a utilização de veículos no	Apesar de o consumo de combustíveis fósseis na agricultura representar apenas 4% do total de combustíveis fósseis consumidos na NUT II Alentejo (*in* Relatório Ambiental), e não obstante, se considerar que a descarbonização dos veículos de exploração agrícola ou turística

Entidade	Parecer	Ponderação
	âmbito da exploração agrícola ou turística.	mereça atenção por parte das entidades responsáveis, olhando para o âmbito temático ou áreas de intervenção previstas pelo PO Alentejo para a medida 4.5.1, descorda-se com a opinião de que esta medida seja "mais abrangente que a mobilidade urbana". A medida 4.5.1 visa exclusivamente alcançar um sistema de mobilidade regional mais eficiente, pretendendo intervir ao nível da diversificação das fontes de energia dos transportes públicos, modos suaves, reestruturação da atividade logística de transporte de mercadorias e planos de mobilidade, não sendo considerado este tema sugerido nas ações a apoiar, não fazendo qualquer referência a outros tipos de transportes ou veículos de trabalho (p.e. de exploração agrícola). Neste sentido, a área temática sugerida parece estar fora do âmbito de intervenção proposto pelo PO Alentejo, pelo que não se considera pertinente a sua consideração para análise na presente AAE. Ademais, a monitorização do consumo de combustíveis fósseis em veículos de exploração agrícola está já contemplada no indicador "Evolução do consumo de combustíveis fósseis por atividade económica (t/ano)" pertencente ao critério "Recursos Energéticos".
	5. No Quadro 6.4 – Matriz de articulação entre o QRE e os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), na página 46, deveria assinalar-se a articulação do PNAC com o FCD Qualificação Territorial e não com o FCD Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos.	Concorda-se com a sugestão de articulação do PNAC com o FCD Qualificação Territorial e Identidade Regional. Todavia considera-se que o PNAC articula-se diretamente com o FCD Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos, pelo que não se concorda com a sugestão da entidade e será mantida essa articulação.
	6. O diagnóstico do setor dos transportes na região centra-se sistematicamente apenas na mobilidade urbana, deixando de fora os transportes de mercadorias e a utilização de veículos no âmbito da exploração agrícola ou turística, que têm um impacto significativo na região e em termos de consumos de combustíveis fósseis e emissões de Gases com Efeitos de Estufa. Assim, em 6.3.2 Objetivos e indicadores, na página 91, o segundo objetivo listado deveria ser mais abrangente e referir a "Promoção de uma economia de baixo carbono e transportes e mobilidade sustentáveis.	Tal como foi referido no ponto 4, a utilização de veículos de agrícolas não está contemplada nas ações elegíveis propostas no âmbito do PO Alentejo. O desenvolvimento dos temas tratados no diagnóstico do Relatório Ambiental respeita a significância atribuída pelo PO Alentejo, pelo que a avaliação ambiental cinge-se exclusivamente às áreas de intervenção definidas e preconizadas como objeto do Plano. Não obstante, a sugestão é aceitável, na medida em que os sistemas de transportes públicos e de mercadorias são um das áreas intervenientes pelo Plano.
	7. No mesmo sentido, o Quadro 6.3.3 – "Síntese de resultados da situação atual da AI do PO Alentejo para o FCD "Energia", na página 98, o Critério de Avaliação "Mobilidade Urbana Sustentável" e respetivos indicadores deveriam ser revistos de forma a incluir outros aspetos do setor dos transportes e da mobilidade.	Pelas razões referidas nos pontos 4 e 6 não se considera pertinente a sugestão: o indicador está fora do tema da mobilidade urbana e não é algo considerado elegível pelo POR Alentejo. Adicionalmente, o RA apresenta já um indicador relativo à "Evolução do consumo de combustíveis fósseis por atividade económica" que apresenta informação estatística sobre consumo de fósseis na atividade agrícola.
	8. Considera-se necessário verificar e validar a afirmação, na página 93, de que "Há evidências da implementação de 28 MW de capacidade instalada de energia eólica no distrito de	Aceita-se a sugestão, pelo que a afirmação será verificada e validada.

Entidade	Parecer		Ponderação
	Beja, 159 MW no distrito de Santarém e 19 MW no distrito de Setúbal. Contudo, desconhece-se a localização exata de alguns destes empreendimentos e se estão inseridos no território NUT II Alentejo.”.		
	9. Ainda na mesma página, refere-se que “Ao nível do consumo de energia elétrica das atividades produtivas, verifica-se que a NUT II Centro tem demonstrado alguma dificuldade de dissociação do consumo de energia utilizado na produção das atividades económicas regionais.”. Dado o contexto, parece ser necessário verificar se a região em causa é a NUT II Centro ou a NUT II Alentejo.		Retificado no RA Versão Final
	9. Ainda na mesma página, refere-se que “Ao nível do consumo de energia elétrica das atividades produtivas, verifica-se que a NUT II Centro tem demonstrado alguma dificuldade de dissociação do consumo de energia utilizado na produção das atividades económicas regionais.”. Dado o contexto, parece ser necessário verificar se a região em causa é a NUT II Centro ou a NUT II Alentejo.		Retificado no RA Versão Final
	11. No geral, julga-se que os efeitos negativos dos objetivos temáticos apresentados para cada FCD (quadros referentes à avaliação estratégica de efeitos dos Objetivos Temáticos/Objetivos Específicos relativamente a cada FCD), não foram avaliados na sua amplitude, tendo sido muito raramente encontrados na panóplia de OT tratados.		Não se compreende o comentário sem exemplos específicos. A natureza de um programa deste tipo e a escala e nível de detalhe que tratam permitem inferir efeitos sobre o ambiente à escala do PO. Importa ter em consideração que uma AAE não é um EIA.
	12. No quadro 6.7.4 da página 209 os efeitos positivos do OT 8.9.2- “Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)” relativamente ao FCD “Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos” devem ser considerados apenas quando são tidas em conta as boas práticas no regadio, nomeadamente no que respeita à preservação dos recursos solo e água, designadamente através da utilização de sistemas de rega mais eficientes e de culturas com menores necessidades hídricas. Julga-se ainda que neste OT 8.8.2 poderá haver a considerar efeitos negativos relacionados com a degradação da qualidade da água ou outros problemas consequência de eventuais más práticas do regadio.		Internalizado no RA versão Final.
	13. Dada a importância do porto de Sines para a região, considera-se ainda que deviam ser especificamente equacionados no FCD “Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos” os aspetos relacionados com o reforço e adaptação das infraestruturas portuárias aos efeitos das alterações climáticas para enquadramento de investimentos a este nível.		Internalizado no RA versão Final.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	**1 – Opções de Planeamento Estratégico** Uma Ponderação ente a situação atual, a situação sem implementação do plano e, alternativamente, com a implementação do plano, não são consideradas opções de planeamento viáveis. A evolução das tendências atuais sem implementação do plano consiste numa descrição da situação de referência e análise de tendências, e uma projeção com base na manutenção dessas	Não há opções estratégicas. A análise da situação sem o PO é utilizada como ferramenta de diagnóstico de tendências.	De referir que o POR Alentejo é um programa que visa o enquadramento e aplicação das prioridades de intervenção definidas no Acordo de Parceria e dos fundos europeus. Deste modo, a ponderação de opções de programação é já extremamente limitada e sem margem para cenarizações. No entanto, ao longo de todo o processo de programação foram consideradas diversas opções no POR Alentejo, que em contexto de desenvolvimento interno do POR, e entre as diferentes equipas, foram devidamente avaliadas e ponderadas. Por motivos relacionados com a natureza das opções não foi possível desenvolver um processo de exercício de cenarização formal (com cenários claramente distintos). Não obstante, tal

Entidade	Parecer		Ponderação
	tendências – cenário BAU. Esse exercício apoia a definição de opções estratégicas e mesmo de dimensões criticas. No entanto, o cenário BAU não faz sentido como opção num processo de planeamento que resulta de uma alteração de contexto e de políticas.		como requerido num processo de programação, foram consideradas e analisadas opções alternativas em diversas temáticas, e ajustadas diversas medidas, ações e estrutura do POR. Adicionalmente ao longo das diferentes fase o próprio Programa foi também integrando opções e recomendações sugeridas pelas equipas da Avaliação ex-ante e da AAE (estas últimas são elencadas na versão final do RA) Além disso, a análise da situação sem POR responde ao estabelecido na alínea b) do n.1 do artigo 6.º do DL 232/2007, de 15 de junho, e não se constitui como uma ferramenta de diagnóstico ou de análise de alternativas, tal como foi referido em sede de RDA.
	2 – Quadro de Referência Estratégico (QRE) O QRE deve estar focado nas vertentes referidas nas prioridades de atuação do PO respetivo, com uma análise a uma escala adequada. Como quadro de referência para a componente conservação da natureza e florestas devem ser considerados o acordo de Parceria, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Plano Setorial da REDE Natura 2000, a Estratégia Nacional para as Florestas, o Combate à desertificação e o Quadro de Ações Prioritárias para RN2000 (*Prioritized Action Framework* –PAF) e, nos regionais, devem ser ponderadas as orientações e condicionantes decorrentes dos Planos Especiais do Ordenamento do Território das áreas protegidas abrangidas pelos PO, e pelos Planos Regionais de Ordenamento Florestal.	Estão em falta o Acordo de Pareceria, os PAF, os POAP e os PROF.	Relativamente ao PAF já é referido o respetivo Plano Setorial, mais adequado à escala. O Acordo de Parceria, os POAP e os PROF foram inseridos na versão final do RA.
	3 – Matriz de Avaliação Os indicadores estratégicos do PDR deverão refletir de modo integrado e coerente os	Os critérios do FCD confundem-se com a definição do ponto de partida de referência, não havendo de facto uma meta de	Não se compreende o comentário da entidade relativamente às metas associadas aos indicadores, pois não existem de facto metas quantitativas específicas estabelecidas para a sua

Entidade	Parecer		Ponderação
	indicadores de impacto das diferentes politicas referidas no QRE e para as quais o PO é um mecanismo de financiamento e de implementação. Os indicadores devem transparecer um meta de sustentabilidade para o PO (qualitativos: aumentar/diminuir/promover/valorizar) ou quantitativos: (aumentar até x/diminuir de x%). Os indicadores estratégicos devem ser de nível temático ou qualitativo. Pode haver uma meta estratégica, se e só se o QRE também a definir. Caso exista, essa meta deve ser comparada com o impacto do PDR nessa matéria. Para cada indicador, há igualmente que considerar a forma como vai ser aferido e as fontes de informação. Apenas deverão ser considerados indicadores para os quais se possa ter o ponto de partida do inicio no exercício de planeamento e aferir o valor no final do período 2014-2020, e que as alterações verificadas sejam atribuíveis ao impacto estratégico das medidas do PO (ou pelo menos que tenham claras ligações a estas).	sustentabilidade. Os indicadores não são adequados: - "Áreas Protegias (ha; n.º) " extravasa o âmbito do PO; - "Publicações científicas produzidos relativas à temática da biodiversidade e ecossistema (n.º); - São indicadores ao nível de ação e não de programação; - "espécie presente (com estatuto de proteção e invasoras) (n.º; estatuto de conservação) – pretende-se avaliar se o PO promove a densidade de espécies com estatuto de proteção e a melhoria do seu estado de conservação, e se controla o n.º e a densidade de espécies invasoras. - Avaliação de efeitos do PO para o FCD não evidencia os objetivos, critérios ou indicadores definidos, pelo que a análise da síntese das tendências de evolução dos indicadores surge desenquadrada. Contudo, a avaliação de efeitos aborda questões relevantes de conservação da natureza e florestas, que têm repercussão nas recomendações de planeamento.	maioria. Relativamente aos indicadores propostos no âmbito do FCD em causa acresce referir que esta questão já se encontra respondida anteriormente em resposta ao parecer emitido por esta entidade no âmbito do RDA. Apesar de muitos não serem indicadores de programação, mais do que indicadores de execução, importa ter indicadores de resultados e, como tal, compreender que resultados / efeitos estão de facto a ter as ações e programas de medidas e apoios que o POR promove sobre os indicadores de conservação da natureza, salvaguarda da biodiversidade, etc. Os indicadores de programação e execução são do âmbito específico do próprio POR, e a AAE deve ir além disso. Relativamente à análise da síntese das tendências de evolução dos indicadores, apesar do exercício de efeitos não referir especificamente todos os indicadores, é possível obviamente fazer o exercício de cruzamento dos efeitos e extrapolar para ao potencial evolução que esses efeitos provocarão sobre os diferentes indicadores. É esse o conceito base de um exercício de avaliação ambiental da estratégia. Obviamente que não é possível chegar a resultados quantitativos (tal cálculo seria totalmente irrealista e um exercício inóculo), mas sim prever e antecipar os potenciais efeitos em termos de melhoria ou degradação do estado de conservação. Nesse sentido, e tendo em consideração os potenciais efeitos importa referir que será ponderada a sua pertinência e a inclusão da sugestão, caso se justifique, na versão final do RA. Relativamente aos indicadores considerados para a monitorização, não se concorda com a posição da entidade, na medida em que não ter dados de caracterização da situação inicial deva ser um impedimento à sua obtenção em fase de monitorização, em particular sendo indicadores fundamentais. Se não foi possível aferir um determinado indicador na situação atual (muitas vezes pelo facto das entidades de origem não os disponibilizarem em tempo útil) e este for importante para monitorizar os efeitos do POR, este deve ser aferido então em fase de monitorização (cujo primeiro ciclo é logo um ano após o início da implementação do POR) e assim sucessivamente, permitindo, desta forma, criar um histórico evolutivo e termo de comparação em relação à primeira monitorização. É necessário abrir caminho para inovar a informação de base ambiental, melhorar o que já é possível apurar e

Entidade	Parecer		Ponderação
			evoluir, com o objetivo de posteriormente ser mais fácil a obtenção e cálculo da informação e ter uma base cada vez mais abrangente e consolidada de monitorização de aspetos e domínios ambientais, adaptados às escalas e necessidades de gestão, programação e planeamento.
	5 – Articulação entre PO Deve ser analisada e garantida a articulação **entre os PO regionais e os temáticos.**	Refere aspetos relevantes de conservação da natureza a articular co o POSEUR.	Nada a Referir
	6 – Diretrizes de Operacionalização Devem ser definidas diretrizes para a operacionalização dos PO, nomeadamente quanto à integração setorial, especialmente nos PO regionais pela sua transversalidade de temáticas, e à futura aprovação de projetos no âmbito de cada PO.	Foi definido um conjunto de recomendações de planeamento, analisado e avaliado à luz dos objetivos do FCD, que reforça questões gerais, relevantes do ponto de vista da conservação da natureza e florestas.	Nada a Referir
	II. Questões Especificas a ter em Consideração		
	Deverão ser considerados critérios de majoração das candidaturas que contribuam para a resolução de problemas ambientais na área de ocorrência de Saramugo. Em particular, a prioridade de investimento 2, relativa a investimentos no sector da água, deverá incluir critérios de seleção que permitam apoiar preferencialmente projetos que melhorem a qualidade das massas de água dentro da área de distribuição do Saramugo..		Considera-se a sugestão pertinente, pelo que a mesma foi internalizada no presente RA (versão final) através da reformulação de recomendações específicas.
	Conclusão Mediante a análise dos documentos em causa, considera-se que os processos de avaliação ambiental estratégica dos programas operacionais não demonstram a forma como a sustentabilidade das opções e medidas foi garantida, tendo especialmente em conta deficiências relevantes em termos de análise e integração do quadro de referência estratégica sobre conservação da natureza e biodiversidade na matriz de avaliação estratégica. É especialmente de realçar a falta de integração do PAF, dos POAP e dos PROF, e a superficialidade com que as propostas de medidas foram avaliadas e articuladas entre programas, não resultando em recomendações de substâncias e adequadas a cada região. Estas avaliações ambientais não cumpriram os seus objetivos, pois não trouxeram mais valias em termos de integração de politicas, de seguimento estratégico integrado e coordenado dos programas operacionais (e, portanto, de muitas politicas setoriais em vigor), nem de transparência no envolvimento e participação das entidades no processo de planeamento e no ciclo de programação.		As recomendações da entidade foram atendidas em sede de RA Final, não tendo sido anteriormente integradas por já se encontrar finalizado o RA Preliminar aquando da receção do parecer da entidade. Adicionalmente considera-se que está patente, através das recomendações apresentadas, a adequabilidade a avaliação desenvolvida, não se considerando ajustado o parecer da entidade relativamente ao cumprimento dos objetivos da AAE

13.2. SINTESE DE RESULTADOS DA SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DO POR ALENTEJO

Quadro A13.2.1 – Síntese de resultados da situação atual da AI do POR Alentejo para o FCD "Competitividade e Sistema Produtivo"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
Sistema de I&D&I	Proporção do investimento em I&D do setor privado na Região do Alentejo (%)	0,16%	2010	INE
	Proporção da despesa em I&D no PIB da Região do Alentejo (%)*	0,45%	2010	INE
	Evolução da posição da Região do Alentejo no "*Regional Innovation Scoreboard*" em Portugal e na U.E.	Moderado-médio	2011	Comissão Europeia
	Pedidos de registo de invenções na Região do Alentejo (n.º)	20	2012	INPI
Produtividade, diferenciação e internacionalização	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo (%) e tipo de inovação implementada	- Novos ou significativamente melhorados métodos de fabrico ou produção de produtos: 22,2%; - Novos ou significativamente melhorados métodos de logística, entrega ou distribuição dos fatores produtivos ou produtos finais: 16,6%; - Novas atividades de apoio aos processos da empresa ou significativamente melhorados: 23,2%;	2008-2010	INE
	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de produto, processo ou atividades de inovação abandonadas que atribuíram grau de importância alta a fatores que dificultaram a inovação (%)	- Insuficiência de capitais próprios ou do grupo a que pertence:44% - Falta de financiamento de fontes externas: 43,1% - Custos com a inovação demasiado elevados: 43,2% - Falta de pessoal qualificado: 8,3%; -Falta de informação sobre tecnologia: 2,9% - Falta de informação sobre os mercados: 8,2%; - Dificuldade em encontrar parceiros para cooperação em projetos de inovação: 18,9%; - Mercado dominado por empresas estabelecidas: 9,5%; - Incerteza na procura ou no mercado para os bens ou serviços novos: 17,1%	2012	INE
	Volume de negócios resultante da venda de produtos novos (€) das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q)	284.210 €	2008-2010	INE
	Nascimento de empresas por setor de atividade, com especial foco para as empresas em setores de alta e média alta tecnologia (n.º)	A - 1291 B - 7 C - 273 D - 11 E - 13 F - 528 G - 1547	2011	INE

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
		H - 88 I - 936 J - 112 L - 112 M - 575 N - 1975 P - 639 Q - 543 R - 237 S – 429 Setores de alta e média alta tecnologia: 145		
	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%)	2,71%	2013	INE
	Vendas de produtos e ativos biológicos nas empresas (€)	A – 1.142 milhões € B – 494 milhões € C – 3.613 milhões € D – 84 milhões € E – 89 milhões € F – 59 milhões € G – 110 milhões € H – 1.17 milhão € I – 8.79 milhões € J – 2.82 milhões € L – 13.17 milhões € M – 1.38 milhão € N – 2.82 milhões € P – 135 milhares € Q – 231 milhares € R – 921 milhares € S – 819 milhares €	2013	INE

Quadro A13.2.2 – Síntese de resultados da situação atual para o FCD "Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
População	Taxa de variação da população residente (%)	Alentejo: -2,48% Alentejo Litoral: -2,05% Alto Alentejo: -6,78% Alentejo Central: -3,93% Baixo Alentejo: -6,23% Lezíria do Tejo: 2,75%	2001-2011	INE, Censos 2011
	População residente segundo os escalões de dimensão populacional (n.º e % sobre o total de residentes)	População isolada: 43687 (6%) Até 1999 habitantes: 305028 (40%) De 2000 a 4999: 102819 (14%) De 5000 a 9999: 133048 (18%) De 10000 a 99999: 172720 (23%) Com 100000 ou mais: 0 (0%)	2011	INE, Censos 2011
Capacitação e qualificação do capital humano	População residente por nível de escolaridade (n.º e %)	Nenhum: 172084 Básico 1.º ciclo: 200892 Básico 2.º ciclo: 94335 Básico 3.º ciclo: 121265	2011	INE, Censos 2011

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
		Secundário: 96600 Pós-secundário: 5528 Superior: 66598		
	Taxa de abandono escolar (%)	Alentejo: 1,67% Alentejo Litoral: 1,86% Alto Alentejo: 1,80% Alentejo Central: 1,18% Baixo Alentejo: 2,23% Lezíria do Tejo: 1,61%	2011	INE, Censos 2011
	População que obtém uma qualificação superior nas instituições da Região Alentejo (n.º e % do total de diplomados na área de estudo)	Proteção do Ambiente: 89 (6,6% do total de diplomados) Homens: 36 (7,6% do total de diplomados) Mulheres: 53 (6,1% do total de diplomados)	2012	INE, Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2012
Inovação e inclusão social	Beneficiários RSI (n.º e %)	Total: 32121 (4% da população residente) H: 15751 (49% do total de beneficiários) M: 16370 (51% do total de beneficiários) Menos de 25 anos: 16281 (51% do total de beneficiários) 25-39 anos: 7095 (22% do total de beneficiários) 40-54 anos: 6202 (19% do total de beneficiários) 55 e mais anos: 2543 (8% do total de beneficiários)	2012	INE, Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2012
	Taxa de risco pobreza (%)*	n.d.	n.d.	n.d.
Emprego	Taxa de emprego, por idade, sexo e nível de ensino (%)	Homens Total: 53,5% Nenhum: 19,8% Básico 1.º Ciclo: 39% Básico 2.º ciclo: 63,9% Básico 3.º Ciclo: 58,3% Secundário e Pós Secundário: 68,4% Superior: 75,1% Mulheres Total: 41,4% Nenhum: 3,3% Básico 1.º Ciclo: 25,4% Básico 2.º ciclo: 53,9% Básico 3.º Ciclo: 50,3% Secundário e Pós Secundário: 61,6% Superior: 76,1%	2013	INE, Inquérito ao Emprego
	Taxa de desemprego (%)	16,8%	2013	INE, Inquérito ao Emprego

Quadro A13.2.3 – Síntese de resultados da situação atual para o FCD "Energia"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
Recursos Energéticos	Produção de energia elétrica por tipo de fonte	Produção total – 1033 GWh (+2% face a 2007) Térmica – 8513 GWh (82%) (-7% face a 2007) Eólica – 417 GWh (4%) Hídrica – 1223 GWh (12%) Fotovoltaica – 179 GWh (2%)	2011	INE / DGEG
	Evolução da potência instalada de produção de energia renovável por tipo	Hídrica[13] ≤ 1360 MW Solar fotovoltaica – 89 MW Eólica[14] ≤ 206 MW Biomassa – 6,5 MW	2012	DGEG / CCDR Alentejo
	Evolução do consumo de combustíveis fósseis por atividade económica	931.080 ton (-42% face a 2008) (62% Indústria química) (25% Transportes) (4% Agricultura) (3% Eng.ª Civil) (3% Comércio) (1% Ind. Energia) (1% Ind. Alimentar) (1% Ind. Extrativa) (0,2% Doméstico)	2012	DGEG
Eficiência Energética	Evolução do consumo de energia elétrica por setor de consumo	5654 kWh/hab.ano (+1% face a 2007) 302 kWh/10^3€$_{VAB}$ (+1% face a 2007)	2011 2011	INE / DGEG
	Certificados energéticos emitidos	4.524 Edifícios com CE (1% dos edifícios existentes)	2012	ADENE
	Redução do consumo energético na administração e iluminação pública	Administração pública (edifícios) - 210 GWh (+3% face a 2007) (-6% face a 2010) Iluminação pública – 142 GWh (+18% face a 2007) (+14% face a 2010)	2010/2011	INE / DGEG
	Evolução da potência instalada de microprodução de energia em edifícios	Solar fotovoltaica – 9512 kW Eólica – 28 kW	2013	Renováveis na Hora
Mobilidade Urbana Sustentável	Evolução do consumo de fontes de energia alternativas em transportes públicos	Biodiesel – 125 ton (0,05% consumo rodoviário)	2012	DGEG
	Implementação de modos suaves e expansão dos transportes públicos	n.d.	-	-

[13] *Inclui aproveitamentos hidroelétricos do rio Tejo.*
[14] *Considerando os distritos de Santarém, Setúbal e Beja.*

Quadro A13.2.4 – Síntese de resultados da situação atual para o FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
Qualificação do Edificado e Identidade	Edifícios por estado de conservação e necessidade de reparação	Edifícios em bom estado - 69% Edifícios com necessidade de grandes ou muito grandes reparações – 5%	2011	INE
	Equipamentos, edifícios ou habitações degradadas (ou abandonados)	Edifícios degradados: Cobertura – 51.771 Estrutura – 46.095 Paredes e caixilharia – 52.314	2011	INE
	Áreas industriais degradadas (ou abandonadas)	n.d.	-	-
	Espaços abertos degradados (ou abandonados)	16 Áreas de reabilitação urbana 10 Áreas críticas de reconversão urbanística (8 em centros históricos)	2012	INE
Requalificação ambiental	Superfície total coberta por regadio	68.000 ha (57% da área coberta projetada)	2014	EDIA
	Implementação de projetos inovadores para uso eficiente dos recursos e saneamento ambiental	n.d.	-	-

Quadro A13.2.5 – Síntese de resultados da situação atual da AI do POR Alentejo, obtidos para o FCD "Recursos Naturais"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
Solo	Ocupação dos solos, por classes de uso (ha, %)	Zonas Artificializadas - 34537,76 ha; 1,09%; Zonas Agrícolas - 1923388,80ha; 60,86%; Zonas Florestais e semi-naturais - 1148363,80ha; 36,33% Zonas Húmidas - 3275,95ha; 0,10% Corpos de Água - 50924,33ha; 1,61%	2006	Corine LC
	Áreas de RAN e REN (ha; %)	N.D.	N.D.	N.D.
	Extensão das áreas suscetíveis à desertificação, desde 2004 (ha/ano; %)	Não afetadas ou com baixa sensibilidade à desertificação – 90500, 45ha; 2,88%; Baixa sensibilidade à desertificação – 825720,78ha; 26,28% Média sensibilidade à desertificação – 1071506,05ha; 34,11% Áreas sensíveis à desertificação – 1153744,63ha; 36,73%	2008	SID
	Estrutura ecológica regional (ha, %)	Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral (áreas nucleares; áreas de conetividade ecológica predominantemente de montado; outras áreas de conetividade ecológica e; litoral)	2009	PROT-Alentejo
Recursos geológicos	Áreas de exploração e volumes extraídos de massas minerais metálicas e não-metálicas, desde 2004 (n.º, localização e t/ano)	A faixa piritosa ibérica o Alentejo tem uma das mais ricas reservas mundiais de sulfuretos polimetálicos. Castro verde e Aljustrel (Baixo Alentejo) - responsável por 4/5 do valor da produção	2009	PROT-Alentejo

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
		regional decorrente da atividade mineira; Alentejo Central e da Lezíria do Tejo - sub-regiões com maior valor de produção regional de rochas ornamentais.		
	Áreas de exploração licenciadas relativamente ao total, desde 2004 (n.º/ano)	N.D.	N.D.	N.D.
Recursos Hídricos	Estado das massas de águas de superfície e subterrâneas (de acordo com a Lei da Água) (Excelente, Bom, Razoável, Medíocre e Mau)	Águas superficiais: Rios: Bom – 76,09%; e; Desconhecido – 23,91%. Lagos ou Albufeiras: Bom - 92,5%; Insuficiente – 6,67 e; Desconhecido – 0,74%. Águas costeiras- int.: Bom – 93,31%; e; Desconhecido – 6,69% Águas costeiras - mar:; Bom – 99,9%; e; Desconhecido -0,10%. Águas subterrâneas: Bom – 94,40%; Medíocre – 5,60%.	2012	PGRH-Alentejo
	Consumo de água pelos sistemas de rega, relativamente ao consumo total da região, desde 2004 (m^3/ha; %)	29 % das explorações dispunham de sistema de rega	2009	POR Alentejo
	Massas de água artificializadas que contemplam caudais ecológicos e passagens para peixes, relativamente ao total (n.º)	N.D.	N.D.	N.D.
	Zonas costeiras alvo medidas de requalificação e/ou valorização ambiental, desde 2004 (n.º/ano; área intervencionada)	Zona costeira com uma extensão de cerca de 175Km. Inexistência de zonas edificadas ameaçadas pelo mar	N.D.	PROT-Alentejo
	Qualidade das águas balneares (n.º de resultados Excelente, Boa, Aceitável, Má, Sem classificação)	Costeira ou de Transição (Costeiras): 21 Excelente; 1 Boa e; 1 Sem Classificação. Costeira ou de Transição (Aguas de Transição) : 3 Excelente. Interior (Rios): 0 Interior (Massas de Água) - 1 Excelente e; 1 Boa.	2012	AEA
Biodiversidade e ecossistemas	Áreas florestais, por tipologia de utilização (produção, proteção, recreação, etc), desde 2004 (ha/ano; %)	42% do território regional, com significativa expressão dos povoamentos de quercíneas (áreas de montado, sobro e de azinhal)	N.D.	RIS3; PROT-Alentejo
	Áreas Protegidas e Classificadas (ha; %)	13 Áreas protegidas (191840,78 ha; 6,1 % do território); 13 Sítios; 9 Zonas de Proteção Especial; 23 IBAS. 25 % do território regional com potencial para integrar a Rede natura 2000.	N.D.	ICNF; PROT-Alentejo; RIS3
	Reservas cinegéticas existentes (ha; %)	2879 Reservas cinegéticas (3085930,30 ha; 97,64 %)	N.D.	ICNF
	Espécies presentes (com estatuto de proteção e invasoras) (n.º, estatuto de conservação)	338 espécies de aves	2011	Aves de Portugal (site)
	Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de	25% do território regional está classificado e sujeito a medidas de gestão que podem condicionar a rentabilidade	N.D.	PROT-Alentejo

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
	conservação (ha)*			
	Ações de sensibilização, requalificação e/ou valorização nas áreas protegidas e classificadas, desde 2004 (n.º /ano; €)	N.D.	N.D.	N.D.
	Publicações científicas produzidas, relativas às temáticas da biodiversidade e ecossistemas presentes, desde 2004 (n.º/ano).	Ecologia, Ciências Ambientais e Plantas - com mais de 80 publicações cada	2007-2013	RIS3

Legenda: **N.D. – Não disponível**

Quadro A13.2.6 – Síntese de resultados da situação atual da AI do POR Alentejo, obtidos para o FCD "Paisagem e Património"

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
Paisagem	Unidades de paisagem (ha; %)	15 unidades de paisagem	2009	PROT-Alentejo
	Paisagens vulneráveis ou sensíveis (ha ou % da área de intervenção e localização)	N.D.	N.D.	N.D.
	Estruturas, centros ambientais e percursos pedestres com interesse paisagístico (n.º; km; área abrangida)	Mais de 70 percursos pedestres; extensão muito superior a 300 km.	2006/2009	Pedistrianismo (site); CM Constância; CM Cartaxo; ICNF
	Miradouros e pontos de interesse paisagístico (n.º)	N.D.	N.D.	N.D.
Património	Património cultural e histórico classificado (n.º de bens imóveis)	Património classificado – 652 bens imóveis; Património arqueológico – 154 elementos; Património cultural e histórico – 498 bens imóveis Património imaterial presente nas comunidades: música, conto, sincretismo religioso (associado a tradições e locais de culto) e o cante (em vias de classificação pela UNESCO).	N.D.	IGESPAR; RIS3
	Ações/Operações que promovam a preservação, valorização e reabilitação física do património cultural e natural (n.º; €)	5	2009-2013	Direção Regional de Cultura do Alentejo (site)
	Visitantes contabilizados nos sítios e atrações culturais ou naturais, desde 2004 (n.º/ano)*	N.D.	N.D.	N.D.
	Projetos de dinamização e programação do património cultural e natural apoiados,	N.D.	N.D.	N.D.

Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	Situação Atual	Ano	Fonte
	relativamente ao total, desde 2004 (n.º/ano)			

Legenda: N.D. – Não disponível